

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Escola de Arquitetura

Lawrence Faria Starling Solla

**RESISTÊNCIA À GENTRIFICAÇÃO?**  
**Estudo de caso do bairro Bonfim em Belo Horizonte**

Belo Horizonte  
2019

Lawrence Faria Starling Solla

**RESISTÊNCIA À GENTRIFICAÇÃO?**  
**Estudo de caso do bairro Bonfim em Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Almeida Cunha de Castro

Belo Horizonte

2019

### FICHA CATALOGRÁFICA

S688r

Solla, Lawrence Faria Starling.

Resistência à Gentrificação? [manuscrito] : estudo de caso do bairro Bonfim em Belo Horizonte / Lawrence Faria Starling Solla. - 2019.  
201 f. : il.

Orientadora : Maria Luiza Almeida Cunha de Castro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Gentrificação – Teses. 2. Renovação urbana - Teses. 3. Embelezamento urbano - Teses. 4. Associação de moradores - Teses. 5. Movimentos sociais – Teses. 6. Bonfim (Belo Horizonte, MG) - Teses. I. Castro, Maria Luiza Almeida Cunha. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 307.3416

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG.

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) ALUNO(A) Lawrence Faria Starling Solla nº de matrícula 2017 DO CURSO DE MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos 06 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas na sala 200 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "**RESISTÊNCIA À GENTRIFICAÇÃO? Estudo de caso do bairro Bonfim em Belo Horizonte**" requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável". Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) professor(a) doutor(a) Maria Luiza Almeida Cunha de Castro após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para o(a) aluno(a) iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença do(a) mestrando(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

Aprovação

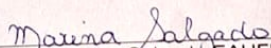
Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata, no prazo de 30 dias

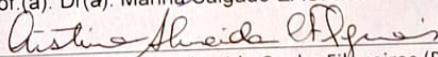
Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão.

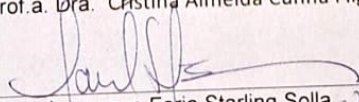
Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:

  
Prof.(a). Dr(a). Marina Salgado-EAUFMG

  
Prof.a. Dra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras (PUC Minas) -

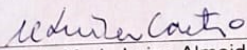
Ciente:

  
Aluno Lawrence Faria Starling Solla - n. de matrícula: 2017714008

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas.

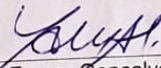
Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2019

Orientador(a):

  
Prof(a). Dr(a) Maria Luiza Almeida Cunha de Castro  
(EAUFMG)

Homologado pelo Colegiado do Programa dos cursos de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em

Coordenador(a):

  
Prof.a. Dra. Yacy Ara Froner Gonçalves "ad referendum"

Prof.ª Dra. Yacy Ara Froner  
Coordenadora  
Programa de Pós-Graduação em Ambiente  
Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS)  
Escola de A... .. UFMG

Ao Thomás, que dá sentido à minha vida.  
À Sheyla, que esteve ao meu lado na caminhada.  
À minha Mãe e ao meu Pai, com carinho.  
Aos meus ascendentes, que escolheram o Bonfim como morada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora professora Luiza de Castro pela escolha, condução, paciência, confiança, generosidade e apoio.

À Escola de Arquitetura, em especial ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, que possibilitou este mestrado.

Aos professores examinadores das Bancas de Qualificação e Final, Cristina Almeida Cunha Filgueiras, Leonardo Barci Castriota e Marina Salgado, pelas importantes e cuidadosas contribuições para este trabalho.

Às professoras Denise Pirani, Heloísa Costa, Júnia Ferrari e Jupira Mendonça pela generosidade com a qual me receberam e auxiliaram.

Aos moradores do bairro Bonfim, em especial aos entrevistados por mim: Daniel Queiroga, Filipe Thales, Miller Machado, Selma Cândida e Teresa Vergueiro. Agradeço também ao Leônidas de Oliveira. Vocês foram importantíssimas fontes de informação.

À orientação do Pai Ricardo e às almas do Bonfim, que me concederam licença para trabalhar.

Em especial, agradeço à Sheyla, cujo companheirismo foi fundamental e ao Thomás, por sua presença que enche minha alma de alegria, sobretudo durante essa caminhada. Amo muito vocês!

E a todos que ajudaram na realização deste trabalho, muito obrigado.

*There is a crack in everything*

*That's how the light gets in.*

Leonard Cohen

## RESUMO

Falar sobre gentrificação no Brasil sem levar em consideração as peculiaridades destes processos no contexto latino-americano, é assumir o risco de uma aplicação inadequada ou irreal do conceito, contribuindo para a banalização do termo, usando-o de forma abstrata e generalista. Isto torna-se um desafio, dada a pouca visibilidade desfrutada pelos autores que investem nessa temática. Esta pesquisa tem por objetivo discutir a gentrificação, à luz destas teorias – mas também complementadas pelos autores clássicos como Niel Smith e David Ley, a partir de um caminho não convencional, baseado por sua não ocorrência no bairro Bonfim, em Belo Horizonte, apesar de seu potencial gentrificável. A relevância deste estudo de caso está na resistência da sociedade civil ao projeto do Centro Administrativo Municipal que seria construído no bairro, em 2013, por iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte. O Centro Administrativo, que teria uma área estimada de 55.000m<sup>2</sup> e demandaria uma massiva desapropriação no bairro, configura-se um típico processo latino-americano de gentrificação, ou seja, processo que considera a caracterização de três aspectos chaves: 1) o papel decisivo das administrações públicas pela forma violenta que elas criam novos mercados imobiliários de consumo; 2) a violência simbólica aplicada na apropriação do patrimônio arquitetônico e cultural; 3) a violência aplicada para se tornar possível o desenvolvimento econômico em cidades que foi produzida grande parte de maneira informal. De forma articulada e combativa, os moradores da região e os movimentos sociais conseguiram barrar o projeto. O entendimento dessa resistência à gentrificação pode ser uma relevante contribuição para o enfrentamento a este processo.

Palavras-chave: Bonfim. Gentrificação. América Latina. Centro Administrativo Municipal. Resistência. Ações Emancipatórias.



## **ABSTRACT**

It is a risk to talk about gentrification in Brazil without taking into account the peculiarities of this process in the Latin American context. It may lead to an inadequate or unrealistic application of the concept, contributing to trivialization of the term, when using it in an abstract and generalist way. This becomes a challenge due to the lack of visibility enjoyed by the authors who invest in this theme. The aim of this research is to discuss gentrification in the light of these theories – complemented, however, by the works of classic authors such as Neil Smith and David Ley. It proposes an unconventional perspective, based on the non-occurrence of gentrification in Bonfim, despite the gentrifiable potential of this district in Belo Horizonte. The relevance of this case study lies in the resistance of civil society to the project of the Municipal Administrative Center that would be built in the neighborhood in 2013, at the initiative of the City of Belo Horizonte. The Administrative Center, which would have an estimated area of 55,000m<sup>2</sup> and would demand massive expropriation, is a typical example of the Latin American gentrification process, i.e., a process that considers the characterization of three key aspects: 1) the decisive role of public administrations, which creates a new real estate markets consumer in a violent way; 2) the symbolic violence applied in the appropriation of architectural and cultural heritage; 3) the violence applied to enable economic development in cities that have mostly been produced informally. In an articulate and combative way, the residents and social movements of the region managed to block the project. Understanding this resistance to gentrification can be a relevant contribution to confronting this process.

Keywords: Bonfim. Gentrification. Latin America. Municipal Administrative Center. Resistance. Emancipatory Actions

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do bairro Bonfim na Regional Noroeste .....	19
Figura 2 – Vista a partir do Bonfim .....	20
Figura 3 – Pensão na rua Além Paraíba .....	21
Figura 4 – Hotel na esquina da avenida Nossa Senhora de Fátima e rua Bonfim.....	22
Figura 5 – Estado de conservação dos imóveis.....	23
Figura 6 – Diagrama – anel de bairros suburbanos .....	24
Figura 7 – Obra de Álvaro Apocalypse na Praça do Peixe .....	25
Figura 8 – Centralidades identificadas .....	26
Figura 9 – Vista aérea bairros Bonfim .....	27
Figura 10 – Limite do bairro Bonfim sobreposto ao trecho da Planta Geral da Cidade de Minas de 1895.....	29
Figura 11 – Tecido Urbano 1 .....	30
Figura 12 – Tecido Urbano 2 .....	30
Figura 13 – Mapa de Tipologia de Usos e Ocupação dos Lotes .....	31
Figura 14 – Tecido Urbano 3 .....	31
Figura 15 – Tecido Urbano 4 .....	32
Figura 16 – Tecido Urbano 5 .....	32
Figura 17 – Tecido Urbano 6 .....	33
Figura 18 – Síntese dos Tecidos Urbanos do Bonfim.....	33
Figura 19 – Períodos Morfológicos da evolução urbana do bairro Bonfim .....	35
Figura 20– Planta Geral da Cidade de Minas organizada sobre geodésica 1895 .....	37
Figura 21 – Planta Geral da Cidade de Minas, 1985. Bairro Bonfim em destaque.....	40
Figura 22 - Planta dos Terrenos Demarcados para a Fundação da Cidade de Minas - 1898 .....	47
Figura 23 – detalhe da Planta dos Terrenos Demarcados para a Fundação da Cidade de Minas	48
Figura 24 – Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1895 .....	49
Figura 25 – Detalhe do mapa Município de Belo Horizonte .....	50
Figura 26 – Plano de Urbanismo da Cidade de Belo Horizonte – Perspectiva, elaborado por Lincoln Continentino, apresentado a Comissão Técnica Consultiva em 1934 .....	52
Figura 27 – Detalhe da Planta Geral de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais....	53
Figura 28 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1920 .....	54
Figura 29 – Detalhe da Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte .....	55
Figura 30 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1929 .....	55
Figura 31 – Detalhe da Planta da Cidade de Belo Horizonte .....	56
Figura 32 – Avenida Pampulha e Conjunto IAPI. Década de 1940.....	59
Figura 33 – Planta Cadastral de Belo Horizonte .....	62

Figura 34 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1942 .....	63
Figura 35 – Detalhe do levantamento aerofotogramétrico de Belo Horizonte de 1953 .....	64
Figura 36 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1953 .....	64
Figura 37 – Retirada dos trilhos da RMV. À esquerda na rua Mauá e à direita na praça Vaz de Melo .....	65
Figura 38 – Fotografias dos viadutos A e B e Terminal Rodoviário em obras .....	66
Figura 39 – Foto aérea de Belo Horizonte de 1994.....	71
Figura 40 – Bairro Bonfim no detalhe do levantamento aerofotogramétrico de Belo Horizonte de 1972.....	73
Figura 41 – Quarteirões demolidos para as obras do Trem Metropolitano e complexo viário ...	73
Figura 42 – Obras em andamento, 1984.....	74
Figura 43 – Aerocarta de Belo Horizonte de 1989. Em destaque os vazios promovidos pelas demolições.....	75
Figura 44 – Bonfim, década de 1980. Em primeiro plano a área residual resultante de demolições cercada pelo muro do Trem Metropolitano .....	75
Figura 45 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1994 .....	76
Figura 46 – Detalhe do Mapa de Zoneamento da Lei 7.166/1996 com o bairro Bonfim em destaque .....	77
Figura 47 – Detalhe da Aerofoto de 1994 indicando quarteirão posteriormente demolido .....	78
Figura 48 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1996 (até os dias atuais) .....	79
Figura 49 - Casas Tombadas na rua Bonfim nº 118 e 128 .....	80
Figura 50 – Foto aérea de Belo Horizonte de 2012.....	82
Figura 51 - Alterações do bairro Bonfim ao longo do tempo .....	83
Figura 52 – Grau de utilização do Solo - bairro Bonfim.....	84
Figura 53 – Estoque de Potencial Construtivo - Regional Noroeste com o bairro Bonfim em destaque.....	84
Figura 54 – Mapa PRU estágio 1 - Imóveis Tombados, Indicados para Tombamento ou em processo de Registro Documental .....	85
Figura 55 – Mapa PRU estágio 2 – Lotes vagos e Galpões .....	86
Figura 56 – Mapa PRU estágio 3 – Altimetrias diversas .....	87
Figura 57 – Mapa PRU estágio 4 – Atualização dos potenciais em função de parâmetros de incentivo.....	88
Figura 58 – Mapa PRU estágio 4 – Atualização dos potenciais em função de parâmetros de restrição .....	89
Figura 59 - Mapa de Potencial de Renovação Urbana do bairro Bonfim .....	89
Figura 60- História em quadrinhos.....	92
Figura 61 – Demarcação dos lotes declarados de utilidade pública pelo Decreto nº 15.252 ....	110

Figura 62 – Mapa com a mancha de desapropriação equivocada .....	110
Figura 63 – Cenários 1 e 2 apontados pelo Estudo de Redesenho da Malha Imobiliária .....	112
Figura 64 – Localização dos cenários 3 e 4 apontados pelo Estudo de Redesenho da Malha Imobiliária.....	113
Figura 65 – Estudos de Viabilidade Legal .....	114
Figura 66 – Quadro do Cenário Guaicurus .....	115
Figura 67 – Associações de moradores da região da Lagoinha segundo posicionamento sobre o CAM.....	119
Figura 68 – Quadras atingidas pela Deliberação nº 137/2015 CDPCM-BH e o Cemitério.....	122
Figura 69 – Setores propostos pela OUC Nova BH.....	125
Figura 70 – Quadras do bairro Bonfim inseridas na OUC Nova BH.....	126
Figura 71 – Perímetro OUC ACLO .....	129
Figura 72 – Quadras do bairro Bonfim inseridas na OUC ACLO .....	130
Figura 73 - Perímetro da ADE Região da Lagoinha estabelecido pela Lei nº 11.181/19 (em azul) e da ADE Lagoinha estabelecido pela Lei nº 7.166/96 (em vermelho). Destacado em amarelo, a área do bairro Bonfim comum a ambos perímetros .....	133
Figura 74 – Perímetros da ADE Lagoinha (Lei nº 7.166 de 1996) e do Conjunto Urbano Tombado .....	138
Figura 75 – Bens Culturais no Conjunto Urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates .....	139
Figura 76 – Elementos Polarizadores no Conjunto Urbano Tombado.....	140
Figura 77 – Limites altimétricos previsto no Tombamento .....	141
Figura 78 – Definições da economia criativa.....	145
Figura 79 – Região da Lagoinha segundo o Horizonte Criativo .....	146
Figura 80 - Terreno do Cine Lagoinha.....	153
Figura 81 – Pirâmide Etária do Setor 1 – Lagoinha/Bonfim.....	155
Figura 82 - Campanha virtual em prol do tombamento da Casa da Loba nas redes sociais .....	159
Figura 83 – Mirante Lagoinha – proposta da HorizontAU Arquitetura e Urbanismo .....	161
Figura 84 – ADE Região da Lagoinha.....	162
Figura 85 – Evolução do Bonfim – Diagrama 1 .....	168
Figura 86 – Evolução do Bonfim – Diagrama 2 .....	168
Figura 87 – Evolução do Bonfim – Diagrama 3 .....	169
Figura 88 – Evolução do Bonfim – Diagrama 4 .....	170
Figura 89 – Evolução do Bonfim – Diagrama 5 .....	171
Figura 90 – Evolução do Bonfim – Diagrama 6 .....	171
Figura 91 – Evolução do Bonfim – Diagrama 7 .....	172
Figura 92 – Evolução do Bonfim – Diagrama 8 .....	173

Figura 93 – Evolução do Bonfim – Diagrama 9 .....	173
Figura 94 – Linha do tempo .....	175

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação de preço de imóveis em Belo Horizonte .....	24
Tabela 2 – Volume econômico por setor no bairro Bonfim (R\$).....	25
Tabela 3 - Distribuição das atividades econômicas nas centralidades identificadas no bairro Bonfim.....	26
Tabela 4 – Intervenções Prioritárias do Programa Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim .....	131
Tabela 5 – Seguidores das contas de <i>Instagram</i> de atores da Região da Lagoinha .....	158

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE	Área de Diretrizes Especiais
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ARCA – Bonfim	Associação Recreativa e Comunitária Amigos do Bonfim
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
Belotur	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A
BRT	Bus Rapid Transport
CA	Coeficiente de Aproveitamento
CAM	Centro Administrativo Municipal
CCNC	Comissão Construtora Nova Capital
CDPCM-BH	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
COMPUR	Conselho Municipal de Política Urbana
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
DIPC	Diretoria de Patrimônio Cultural
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
EVEF	Estudo de Viabilidade Econômico Financeiro
GEIPOT	Grupo Executivo de Integração da Política de Transporte
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IVL	Instituto Viva Lagoinha
ITBI	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos
LPOUS	Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte
MLV	Movimento Lagoinha Viva
OU	Operação Urbana
OUC	Operação Urbana Consorciada
OUC-ACLO	Operação Urbana Consorciada – Antônio Carlos Leste-Oeste
PD	Plano Diretor
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
PRU	Potencial de Renovação Urbana
SMDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
ZAP	Zona de Adensamento Preferencial
ZAR-2	Zona de Adensamento Restrito - 2
ZE	Zona Especial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 BELO HORIZONTE E O BONFIM: ANÁLISE MORFOLÓGICA .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 O Bairro.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Estrutura Urbana .....</b>	<b>28</b>
<b>2.3 Evolução Urbana .....</b>	<b>34</b>
<b>2.3.1 Período Morfológico Anterior .....</b>	<b>35</b>
<b>2.3.1.1 A História Prévia (1889-1895) .....</b>	<b>36</b>
<b>2.3.2 Período Morfológico do Florescimento.....</b>	<b>42</b>
<b>2.3.2.1 O Surgimento do Bonfim (1895-1912) .....</b>	<b>42</b>
<b>2.3.2.2 A Consolidação do bairro (1912-1940) .....</b>	<b>49</b>
<b>2.3.2.3 Os Anos Dourados do Bonfim (1940-1970) .....</b>	<b>57</b>
<b>2.3.3 Período Morfológico da Deterioração.....</b>	<b>65</b>
<b>2.3.3.1 As Grandes Intervenções (1970-1996) .....</b>	<b>65</b>
<b>2.3.3.2 As Cicatrizes e a Área de Diretrizes Especiais (1996-2003).....</b>	<b>76</b>
<b>2.3.3.3 Os Grandes Eventos (2003-2015) .....</b>	<b>80</b>
<b>2.4 Potencial de Renovação Urbana.....</b>	<b>83</b>
<b>3 DISCUSSÃO CONCEITUAL .....</b>	<b>91</b>
<b>3.1 Gentrificação.....</b>	<b>91</b>
<b>3.1.1 Conceitos e teorias sobre gentrificação.....</b>	<b>92</b>
<b>3.1.2 Gentrificação na América Latina.....</b>	<b>96</b>
<b>3.2 Contra o Estado, com o Estado ou apesar do Estado?.....</b>	<b>101</b>
<b>3.2.1 Fissurar o capitalismo .....</b>	<b>101</b>
<b>3.2.2 Uma discussão ampliada.....</b>	<b>104</b>
<b>4 O BONFIM ATUAL: EVENTOS E AÇÕES NO TERRITÓRIO.....</b>	<b>109</b>
<b>4.1 O Centro Administrativo Municipal - CAM.....</b>	<b>109</b>
<b>4.2 O Movimento Lagoinha Viva - MLV.....</b>	<b>117</b>



<b>4.3 O Cemitério do Bonfim .....</b>	<b>121</b>
<b>4.4 As Operações Urbanas Consorciadas .....</b>	<b>124</b>
<b>4.4.1 OUC Nova BH.....</b>	<b>124</b>
<b>4.4.2 OUC ACLO.....</b>	<b>128</b>
<b>4.5 O Plano Diretor - PD.....</b>	<b>132</b>
<b>4.6 O Tombamento do Conjunto Urbano dos Bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates .....</b>	<b>137</b>
<b>4.7 O Programa Horizonte Criativo e a atuação dos Coletivos.....</b>	<b>144</b>
<b>4.7.1 Programa Horizonte Criativo .....</b>	<b>146</b>
<b>4.7.2 A atuação dos Coletivos no território .....</b>	<b>150</b>
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>167</b>
<b>5.1 O Bairro Estigmatizado .....</b>	<b>167</b>
<b>5.2 O Bairro Desejado? .....</b>	<b>174</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS - BATALHAS PORVIR.....</b>	<b>178</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>180</b>
<b>ANEXO A - Carta de imigrante italiano ao Engenheiro-chefe.....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXO B - Quadro comparativo da evolução do texto da ADE Lagoinha .....</b>	<b>191</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sempre me intrigou a situação da dita *Região da Lagoinha* em relação à degradação do seu ambiente urbano, à falta de investimentos públicos e à desvalorização dos seus imóveis frente a outros bairros em condições similares de localização e patrimônio histórico, como o Floresta, o Santa Tereza ou o Prado.

Dos bairros que compõem a Região (esclareço de início que não há consenso em relação a essa definição, tampouco listagem oficial), considero o Bonfim como o mais promissor pela sua configuração predominantemente residencial e não verticalizada; da sua excepcional vista para o centro da cidade e Serra do Curral; bem como das salubres distâncias que mantém dos corredores viários – e de seus efeitos – que compõem o Complexo da Lagoinha. Essa condição do bairro, inclusive, é o que mais instiga a reflexão.

Não que os outros bairros não tenham também suas virtudes. Mas o Bonfim conforma um tecido urbano-social coeso e com identidades próprias que o distingue dos demais bairros. Seria correto afirmar que se trata de uma *Subárea* ou uma *Sub-Região* da Região da Lagoinha.

Desta forma, pois, o defini como recorte geográfico que delimita<sup>1</sup> meu objeto de estudo.

Mas, tomando a percepção acima por verdadeira, a indagação inicial que motivou essa pesquisa reside no entendimento do porquê o Bonfim ainda não ter sido gentrificado. Ou, em outras palavras, procuro desvelar os motivos pelos quais o mercado imobiliário não se interessou por este bairro, mas, ao contrário, deu-lhe as costas. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho está na discussão sobre os processos de gentrificação que ocorrem nas cidades da América Latina, através do estudo de caso do bairro Bonfim.

A busca pela resposta me levou a uma pesquisa exploratória sobre este bairro, uma vez que pouco há escrito a respeito dele, com exceção das pesquisas sobre o cemitério do Bonfim, como os importantes trabalhos sobre a memória e a relação com a cidade e os textos sobre o caráter artístico da ornamentação dos túmulos<sup>2</sup>.

Desde o carnaval de 2019 venho vivenciando meu bairro natal, mas com outros olhos: inseri-me em dois coletivos, participei de eventos *na* e *sobre* a região, entrevistei várias pessoas, de moradores a representantes do Poder Público.

Tal aproximação ocorreu em função das entrevistas: para essa pesquisa, senti a necessidade de um contato mais estreito e direto com a realidade do bairro, objeto muito pouco abordado em trabalhos científicos. Para tanto, a técnica mais apropriada seria a *observação direta intensiva*. Nas palavras de Lakatos & Marconi (2004), a observação direta intensiva é um tipo de atividade

---

<sup>1</sup> Reservo-me o direito de flexibilizar esse limite, uma vez que muitas ações endógenas impactam o bairro e vice-versa, sobretudo no contexto atual, explorado a partir do capítulo 4.

<sup>2</sup> Cf. nota 22, p. 44.

que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

É compreendida por duas etapas:

- observação – que consiste na obtenção da realidade através dos sentidos (visão, audição, etc.) e na análise sistemática dos fatos ou fenômenos que se deseja estudar;
- entrevista – técnica que presume o encontro e a obtenção de informações a respeito de determinado assunto estudado por parte do entrevistado (pesquisador). Pode ser estruturada (com perguntas pré-definidas), não-estruturada (sem determinação prévia de perguntas, obtendo as informações uma conversa informal) ou semiestruturadas (uma versão intermediária da duas outras, havendo a predefinição apenas de um fio condutor e não de perguntas).

Assim, é necessário tempo e perspicácia para que seja possível a apreensão de informações consistentes e com nível satisfatório de detalhamento. Contudo, devemos levar em conta que, de forma geral, a presença do pesquisador pode provocar alterações na forma como os atores agem, acabando assim com sua naturalidade, criando falsas impressões da realidade que podem comprometer os resultados.

No meu caso, optei pela entrevista semiestruturada<sup>3</sup>, pois não havia a expectativa por determinadas respostas, apenas determinei as temáticas que gostaria de explorar, como: a relação dos entrevistados com o bairro; porque moram no Bonfim; como enxergam a estigmatização atribuída ao bairro; as opiniões a respeito do Centro Administrativo Municipal e como foram as mobilizações contra e a favor do Centro Administrativo; o que acham das ações que vêm ocorrendo no bairro nos últimos anos.

A *observação* surgiu por acaso: após alguns dias da entrevista realizada, Filipe Thales (Viva Lagoinha) me convidou para compor um núcleo destinado às ações do campo da Arquitetura e do Urbanismo do Viva Lagoinha, chamado Núcleo de Urbanismo e Arquitetura (NUAr), cuja demanda era a elaboração do projeto arquitetônico para um mirante localizado na rua Diamantina, que aceitei de imediato. Enxerguei neste convite uma ótima oportunidade para minha pesquisa, através de um movimento que está em plena atividade no território.

Desta forma pude vivenciar o cotidiano da região, de forma ativa. Nestas condições, acredito que minha presença não interferiu nas posturas dos agentes, uma vez que há outros inúmeros agentes exógenos já desenvolvendo atividades das mais diversas. Eu seria apenas mais um.

Ademais, a busca pela *realidade* é questionável, uma vez que não há pesquisas absolutamente eficazes: pesquisa “[...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 155).

---

<sup>3</sup> Todas as entrevistas foram gravadas. A maioria foi realizada pessoalmente, mas algumas foram realizadas por telefone e outras ainda por aplicativos de mensagens via telefonia (WhatsApp).

Essa vivência me revelou um Bonfim forte, aguerrido, altivo, e também resistente e resiliente. Essas qualidades podem ser vistas nos dois momentos que considero cruciais para a história da região: o primeiro marcado pelo conjunto das obras metrô/complexo viário da década de 1980 – quando o Bonfim foi forte e resiliente – e o segundo, que se inicia com a luta dos moradores, movimentos sociais e coletivos contra a construção do Centro Administrativo Municipal em 2013 – quando se mostrou resistente, aguerrido, mas altivo.

E a vivência ainda contribuiu para os objetivos específicos relacionados diretamente ao bairro: (1) a investigação sobre a situação atual da paisagem do território; (2) a identificação dos agentes (movimentos sociais, coletivos e pessoas); (3) discussão sobre o conceito de fissuras no capitalismo aplicadas aos agentes e (4) contribuição para a escassa literatura sobre o Bonfim, importante bairro para a história de Belo Horizonte.

Espero assim, poder comprovar a hipótese de que o Bonfim se configurou como uma autêntica resistência à gentrificação, por meio dos movimentos sociais contrários às ações oriundas da segunda gestão do prefeito Márcio Lacerda.

Para isso, estructurei esta dissertação em 4 capítulos e uma consideração final, os quais serão explicados a seguir.

No Capítulo 2: BELO HORIZONTE E O BONFIM: ANÁLISE MORFOLÓGICA, faço uma análise da forma urbana do Bonfim, mediante a caracterização de sua estrutura urbana, da identificação dos tecidos urbanos e da evolução ao longo do tempo, conforme a Escola Inglesa, linha teórica de Morfologia fundamentada nos estudos do geógrafo Michael Robert Günter Conzen (2004). Conzen tem sua investigação baseada nas transformações ocorridas no parcelamento do solo, como o desenho do sistema viário e alterações nos lotes e quadras. A importância deste estudo está na dupla relação de afetação entre as pessoas e o espaço construído, ou seja, o ambiente é responsável por alterar o comportamento das pessoas e, ao mesmo tempo que é alterado por essas mesmas experiências.

A análise morfológica possibilitará também o registro dos processos de formação da peculiar ocupação desde os primórdios de Belo Horizonte, dado que o bairro mantém grande parte do seu patrimônio ainda com elevado grau de originalidade.

Serão analisados os períodos morfológicos desde o início do bairro até o ano 2015, marcado pelos Grandes Eventos ocorridos no Brasil nesta época – a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

O capítulo finda com um estudo sobre o potencial de renovação urbana que o bairro possui, em função tanto da possibilidade, quanto da viabilidade de substituições de seus imóveis. Este estudo é especialmente relevante, no sentido de ser um dos pressupostos para a atuação do mercado imobiliário em qualquer região.

O Capítulo 3: DISCUSSÃO CONCEITUAL, traz a revisão da literatura a respeito da gentrificação, sendo a definição do termo feita de forma breve, mas não reducionista, e sua

variação no contexto da América Latina abordada com maior cuidado. Isto se torna necessário, pois há peculiaridades nos processos latinos – também identificados na península ibérica, isto é, em países não anglo-saxônicos – que, se não observada pode comprometer todo o trabalho realizado. Para a discussão do termo, iniciei pela autora que o criou: Ruth Glass (1964), passando por Niel Smith (1987, 2006) que utiliza de sua teoria sobre o *rent gap* – diferencial de renda – como forma de explicação do processo, e David Ley (1986, 1987, 2003) que, para muitos estudiosos se contrapõe à Smith, mas que pode ser visto como complementar, pois aponta lacunas na teoria do *rent gap*, o que também é feito por Clark (1995) e Zukin (1987). Ley apresenta uma hipótese diferente ao identificar uma dinâmica que antecede a gentrificação: a presença de alguns grupos economicamente marginais, mas com grande capital simbólico que ressignificam uma área degradada – mas portadora de um patrimônio arquitetônico significativo, de atmosfera cultural, de diversidade social e, principalmente, de imóveis baratos – convertendo-a em atributo estético apreciado. A discussão do processo no contexto da América Latina foi baseada nos autores Janoschka e Sequera (2014), que identificam diferenças na forma como a gentrificação é promovida e posta em prática.

Em seguida, trabalho conceitos trazidos por John Holloway (2013) e Marcelo Lopes de Souza (2010), que exploram as ações dos movimentos sociais e grupos de ativistas, em contraposição à sociedade capitalista, mas com abordagens distintas: enquanto Holloway não nega a estrutura de poder estatal, mas ao contrário, utiliza-se das fissuras que nela fatalmente se abrirão como forma subversão da lógica capitalista; Souza se posiciona de maneira cambiante em relação ao Estado (o que para ele representa o próprio Poder), ora atuando com o Estado, ora contra o Estado e ora colocando-se em paralelo, mas sem uma relação direta.

Tais teorias me ajudaram na leitura e entendimento das múltiplas ações que vêm ocorrendo no território após o episódio do Centro Administrativo Municipal, objeto do Capítulo 4: O BONFIM ATUAL: EVENTOS E AÇÕES NO TERRITÓRIO. Neste capítulo as ações do Poder Público serão analisadas sob a luz das teorias de Janoschka e Sequera, para se verificar se são casos de gentrificação promovidas pelo Estado. Já as ações por parte da Sociedade Civil serão analisadas sob a luz das teorias de Holloway e Souza, com o intuito de caracterizá-las como casos de Resistências Libertárias ou, nas palavras de Souza, Ações Emancipatórias.

Finalmente, no Capítulo 5: CONCLUSÕES, farei uma reconstituição da trajetória histórica do bairro mostrando que a estigmatização foi responsável por sua não afetação pelo mercado imobiliário, pelo menos até o segundo mandato de Lacerda, bem como terei condições de demonstrar que os movimentos sociais foram os responsáveis pela resistência e neutralização dos processos de gentrificação no bairro Bonfim, a partir desta mesma gestão.

A dissertação será concluída com o capítulo 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS – BATALHAS PORVIR.



Seus pioneiros moradores, envolvidos na construção da nova capital, vieram de outras cidades, estados e países. É marcante a herança imigrante no Bonfim, sobretudo a italiana.

Ali um modo de vida espontâneo floresceu, em contraposição à um outro, pré-determinado e traduzido em um projeto geométrico, rigidamente desenhado e imposto ao sítio pela Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC.

O local onde o bairro foi erguido corresponde a parte de duas fazendas que ali existiram: a fazenda do Pastinho e dos Menezes (ARREGUY; RIBEIRO, 2008, p. 20), conforma uma encosta à margem esquerda do Córrego do Pastinho. O córrego hoje se encontra retificado, canalizado e tamponado, correndo sob a avenida Pedro II.

O ponto mais elevado corresponde ao cruzamento das ruas Ibiá e Guapé (927,60m), na porção norte do bairro e próximo ao vértice identificado como “Menezes” na poligonal que delimitou o terreno para a elaboração da Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral pela CCNC. Ali foi instalado um reservatório de água, ainda hoje em funcionamento.

O ponto de menor altitude encontra-se na esquina da rua Paquequer com a avenida Pedro II (840,70m), na porção sul, próximo ao complexo viário e onde o Pastinho se encontra com o ribeirão Arrudas.

A declividade média do Bonfim supera a média da Regional Noroeste e de Belo Horizonte: 8,63%; 7,94% e 8,28% respectivamente (BELO HORIZONTE, 2014). Essa característica geomorfológica fez do Bonfim um mirante com vistas panorâmicas para as regiões central e sul da cidade, inclusive para a Serra do Curral (FIGURA 2).

Figura 2 – Vista a partir do Bonfim



Fonte: Acervo do autor.

Sua localização estratégica, próximo à linha férrea e à saída em direção ao norte do município (antiga picada de Goiás que passava pelo povoado de Venda Nova e importantes cidades como as vizinhas Santa Luzia e Sabará), propiciou o desenvolvimento de um comércio robusto que abastecia o cotidiano da cidade e de uma agitada vida noturna em bares, restaurantes e cinemas que atraiu artistas e boêmios de toda a cidade. Por volta dos anos 1930, a prostituição passa a fazer parte desta vida noturna com bastante presença.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo 2010 o bairro Bonfim possuía 4.448 moradores, ou seja, um bairro de pouca densidade populacional: aproximadamente 50 hab./ha contra 71,8 hab./ha, média de Belo Horizonte, devido à grande área não povoada do bairro que o cemitério representa. Entre 2000 e 2010, o censo registrou crescimento demográfico negativo. A taxa de vacância dos imóveis em 2010 foi de 19,34%, a maior entre os bairros da regional (BELO HORIZONTE, 2014, p.454).

Dentre os habitantes, é marcante a presença de famílias tradicionais que ali residem há várias gerações, muitas oriundas da época da construção da cidade e de origem estrangeira, bem como de outras famílias em busca de imóveis com boa localização e baixo custo, que alugam o expressivo número de edículas existentes no bairro, gerando uma população flutuante. Nas proximidades tanto do complexo viário, nas ruas Além Paraíba (Figura 3) e Bonfim (Figura 4), quanto da avenida Pedro II, merecem destaque a existência de pensões que oferecem quartos modestos, geralmente para homens solteiros.

Figura 3 – Pensão na rua Além Paraíba



Fonte: Acervo do autor.



Figura 4 – Hotel na esquina da avenida Nossa Senhora de Fátima e rua Bonfim



Fonte: Acervo do autor.

Estes locais estão inseridos na porção de menor renda média do bairro, isto é, entre 2 e 5 salários mínimos (renda “média baixa”). Já em todo o restante do bairro, a renda salarial estimada detectada pelo IBGE (BELO HORIZONTE, 2014, p. 150) é predominantemente “média”, ou seja, entre 5 e 10 salários mínimos.

O bairro apresenta densidade construtiva baixíssima a baixa (valores oscilando entre 0 – 0,60 e 0,601 – 1,64, respectivamente)<sup>4</sup>, condizentes com o Coeficiente de Aproveitamento praticado: valores entre 0,01 – 0,3 e 0,51 – 1,0; a ocupação predominantemente é de residências unifamiliares e com altíssima impermeabilidade do solo, segundo informações do Plano Diretor da Regional Noroeste (2014).

Quem percorre as ruas do bairro, além de perceber a predominância do uso residencial e a horizontalidade das edificações, percebe também o precário estado de conservação dos imóveis, muitos deles em estado de abandono, conforme podemos observar na Figura 5 a seguir:

<sup>4</sup> “Os dados de densidade construtiva por quadra (soma da área construída das edificações por quadra, dividida pela área da quadra total), desenvolvidos pela SMAPU utilizando por base o dado do IPTU 2011, foram distribuídos em cinco faixas, para o município como um todo, pelo método de classificação por Quebras Naturais dos intervalos de dados (*Jenks Natural Breaks*)” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2014, p. 98).

Figura 5 – Estado de conservação dos imóveis

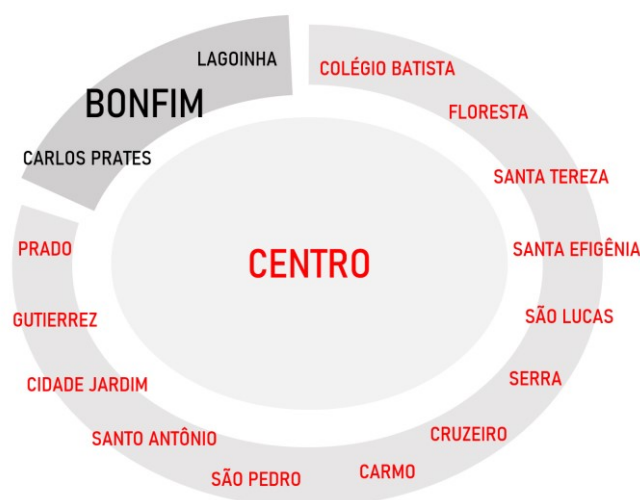


Fonte: Acervo do autor.

Os bairros Bonfim, Carlos Prates e Lagoinha, apesar de fazerem parte de um anel periférico ao longo de toda a avenida do Contorno e, por isso mesmo, extremamente valorizado, não acompanham a valorização dos demais bairros que o integram, mas representam uma ruptura deste anel (Figura 6), como mostra a Tabela 1 a seguir.

Essa situação se explica pela teoria das *janelas quebradas*, ou seja, à medida em que a desvalorização aumenta, ela induz o aumento da degradação que, por sua vez, aumenta a desvalorização. Bernardes e Borsagli (2014), destacam que a região da Lagoinha passou a ser considerada, por volta dos anos 1970/80, um entrave para o desenvolvimento econômico, tanto do ponto de vista físico – em função do sistema viário – quanto do ponto de vista cultural – em função da herança boêmia.

Figura 6 – Diagrama – anel de bairros suburbanos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 1 - Variação de preço de imóveis em Belo Horizonte

BAIRROS	TOTAL DE ANUNCIOS [210-]	PREÇO MÉDIO DO m <sup>2</sup> IMÓVEIS ANUNCIADOS [201-] (R\$/m <sup>2</sup> )	PREÇO MÉDIO DO m <sup>2</sup> IMÓVEIS VENDIDOS 2018 (R\$/m <sup>2</sup> )	PREÇO MÉDIO DOS IMÓVEIS VENDIDOS 2018 (R\$)	PREÇO MÉDIO DOS IMÓVEIS ANUNCIADOS 2019 (R\$)
<b>Bonfim</b>	<b>60</b>	<b>1.844,94</b>	-	-	-
<b>Carlos Prates</b>	<b>1385</b>	<b>3.709,22</b>	<b>5.652,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>467.944,00</b>
<b>Lagoinha</b>	<b>183</b>	<b>2.387,77</b>	-	-	<b>379.014,00</b>
Carmo	442	5.246,16	11.239,00	1.893.000,00	1.160.269,00
Cid. Jardim	382	4.291,02	-	-	1.666.272,00
Col. Batista	900	4.746,31	6.892,00	510.000,00	621.537,00
Cruzeiro	808	5.367,06	9.427,00	763.875,00	898.686,00
Floresta	2805	4.536,23	6.204,00	533.333,00	643.904,00
Gutierrez	2153	4.370,99	13.081,00	2.331.540,00	1.180.948,00
Prado	2183	4.562,85	7.114,00	829.372,00	745.307,00
Sta. Efigênia	1650	3.726,69	11.066,00	692.248,00	726.559,00
Sta. Tereza	1738	4.076,90	-	-	650.123,00
Sto. Antônio	4323	5.301,92	10.442,00	661.000,00	848.908,00
São Lucas	1381	3.090,07	8.158,00	620.277,00	588.354,00
São Pedro	801	4.696,94	-	-	976.425,00
Serra	2769	4.587,25	11.582,00	1.813.038,00	1.056.141,00

Fonte: MERCADO DE IMÓVEIS, [201-]<sup>5</sup>; FUNDAÇÃO IPEAD/UFMG, [2018]<sup>6</sup>; PORTAL AGENTE IMÓVEIS, [2019]<sup>7</sup>. Elaborado pelo autor.

A principal atividade econômica desenvolvida no bairro está relacionada ao setor de comércio e manutenção de veículos automotores, que se concentra no eixo da avenida Pedro II – uma das

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://sites.google.com/site/pesquisamercadoimobiliario/bh-compra-variacao-metro-quadrado>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.ipead.com.br/mercadoimobiliario/arquivos/Pesquisa%20Constru%C3%A7%C3%A3o%2012-2018%20avan%C3%A7ado%20residencial.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.agenteimovel.com.br/imoveis/a-venda/mg/belo-horizonte/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

centralidades identificadas pelo Plano Diretor da Regional Noroeste (2014) – e adentra o bairro pelas ruas Jaguarão, Mariana, Jaguari, Anfibólios, Baependi e Espinosa, conforme vemos na Figura 8 a seguir. Os setores de materiais de construção e atacado aparecem na sequência, conforme a TABELA 2:

Tabela 2 – Volume econômico por setor no bairro Bonfim (R\$)

Atacado	Outros serviços	Indústria	Com. Man. Veículos	Serviço de Transporte	Mat. de Construção	Pharmac. Perfumaria	TOTAL
17.934	1.478	11.681	29.631	5.606	16.274	2.235	104.531

Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2014.

A atividade voltada aos veículos automotores está fortemente relacionada com o eixo da avenida Pedro II – que abrange não somente o Bonfim, mas também os bairros Carlos Prates, Padre Eustáquio e Caiçaras e é amplamente reconhecida pelos belorizontinos.

As peixarias localizadas na rua Bonfim também são tradicionais e reconhecidas pelos cidadãos. Inclusive, a praça no início da rua Bonfim foi batizada de Praça do Peixe<sup>8</sup> e recebeu a obra “Peixes” do artista Álvaro Apocalypse, quando de sua criação, na década de 1990 (Figura 7).

Figura 7 – Obra de Álvaro Apocalypse na Praça do Peixe

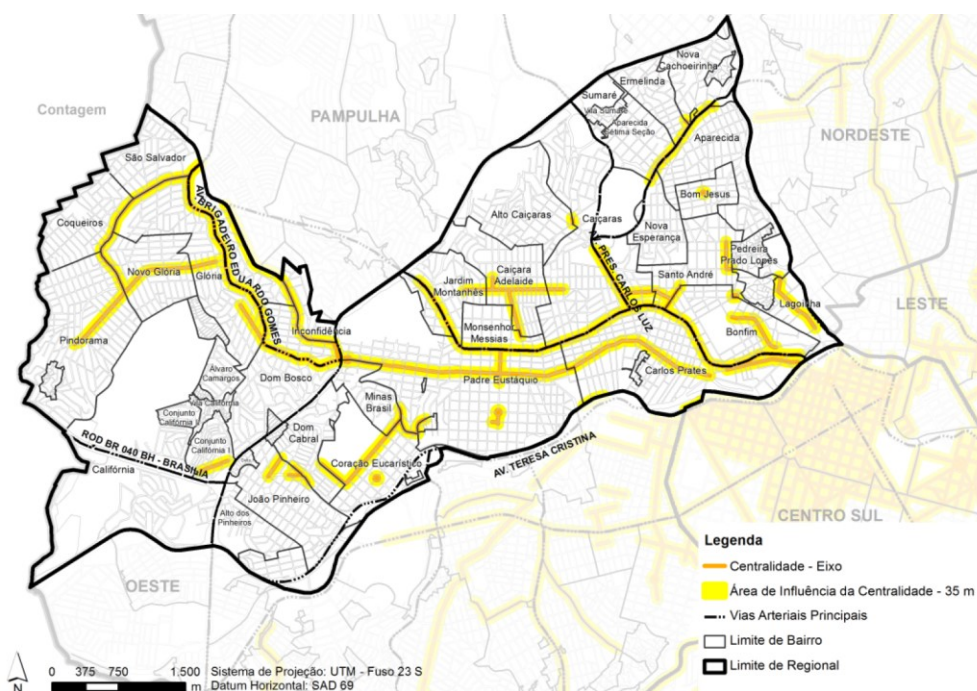


Fonte: Acervo do autor.

<sup>8</sup> No início da década de 2010, a praça foi renomeada para Elifas Levi, pseudônimo de Alphonse Lousi Constant, importante escritor ocultista francês. Levi é referenciado também pela instituição “Centro de Irradiação Mental Tattwa Elifas Levi” localizada à rua Paquequer, em frente à praça.

As centralidades da Regional Noroeste estão indicadas no mapa a seguir (Figura 8). É possível ver que no bairro Bonfim, foram identificados três eixos de centralidade: avenida Pedro II, rua Além Paraíba e praça 15 de Junho. Nestes eixos, as principais atividades econômicas estão listadas na Tabela 3, classificadas segundo os tipos de atividades e são agrupados conforme a legislação municipal vigente.

Figura 8 – Centralidades identificadas



Fonte: BELO HORIZONTE, 2014, p. 105

Tabela 3 - Distribuição das atividades econômicas nas centralidades identificadas no bairro Bonfim

CENTRALIDADE	TIPO	BAIRRO(S)	VIA	TIPO DE ATIVIDADE <sup>9</sup>	QUANT. ATIV.
Pedro II	Regional	Bonfim, Caiçaras, Carlos Prates, Jardim Montanhês, Mons. Messias, Padre. Eustáquio	Dom Pedro II	Grupo I Grupo II Grupo III Grupo IV S/ Classificação Total	15 36 76 1 11 139
Bonfim	Local	Bonfim	Bonfim	Grupo I Grupo II Grupo III S/ Classificação Total	24 16 7 9 56
Praça 15 de Junho	Local	Bonfim, Santo André	Praça Quinze de Junho	Grupo I Grupo II S/ Classificação Total	4 2 1 7

Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2014. Editado pelo autor.

<sup>9</sup> Conforme Leis 7.166/1996, 8.137/2000 e 9.959/2010 (Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte e alterações).

O bairro tem baixíssimo índice de áreas verdes protegidas<sup>10</sup> (parques municipais, praças, espaço livre de uso público, ZPAMs, dentre outros). Escassa também é a arborização das vias, projetadas com caixa reduzida, resultando em passeios igualmente estreitos (1,50m em média). Segundo Castriota (2019)<sup>11</sup>, isso se deve à previsão inicial deste bairro ser composto de chácaras dotadas de grandes áreas vegetadas, dispensando assim o plantio de árvores nas vias (informação verbal). Contudo, a previsão foi subvertida pelas sucessivas mudanças no parcelamento que promoveram a subdivisão dos lotes originais em lotes menores, comprometendo a massa verde esperada (Figura 9).

Figura 9 – Vista aérea bairros Bonfim



Fonte: Site Mapio.net<sup>12</sup>.

A relevância histórica e cultural do bairro Bonfim, cujo reconhecimento oficial se deu em dezembro de 2016 mediante o Tombamento do Conjunto Urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates pelo município, pode ser classificada como ímpar, uma vez que o bairro abrigou toda uma classe de operários que trabalharam na construção da nova capital na virada dos séculos XIX e XX e de artistas que ornamentaram os túmulos do cemitério do Bonfim. Como não houve

---

<sup>10</sup> O índice é a proporção entre o somatório dessas áreas e a área da região em análise (BELO HORIZONTE, 2014, p. 102).

<sup>11</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci – Abertura da oficina Parque Linear. Fórum HABITAR 2019, 2019.

<sup>12</sup> Disponível em <<https://mapio.net/images-p/14329726.jpg>>. Acesso em 18 nov. 2019.

significativos processos de renovação edilícia e afetação pelo mercado imobiliário, grande parte do seu casario se manteve com significativo grau de originalidade, bem como sua paisagem – ainda que tenha ocorrido grande ocupação dos quintais por edículas destinadas ao aluguel.

Esta situação fez com que bairro fosse integralmente incluído no perímetro do tombamento.

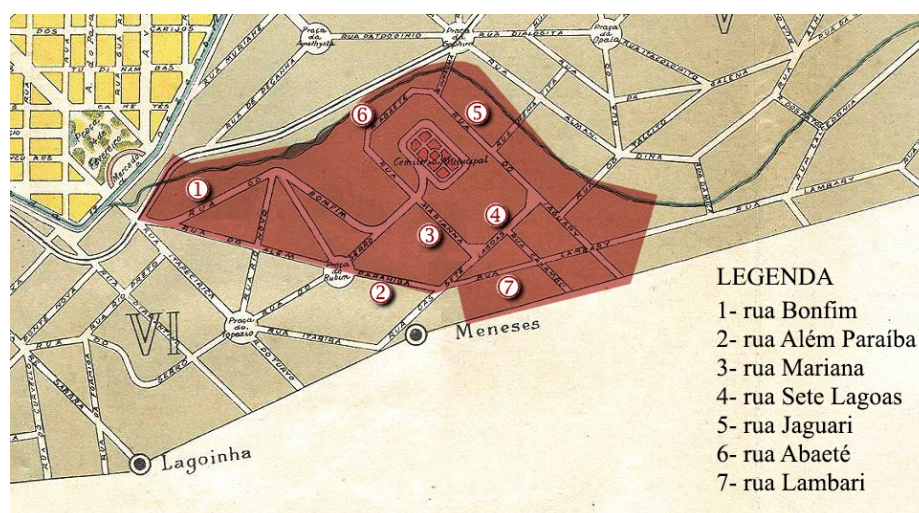
## **2.2 Estrutura Urbana**

As condições topográficas do local onde o bairro Bonfim foi erguido influenciaram no traçado urbano previsto pela CCNC. As altas declividades que conformaram a encosta da margem esquerda do córrego do Pastinho induziram ruas não tão retilíneas como na área urbana e, na maioria das vezes, melhor se acomodavam ao terreno.

Contudo, os fatores que mais influenciaram a formação urbana do bairro foram, em um primeiro momento, a condição de área suburbana e o cemitério que determinaram o traçado original. Podemos observar na Figura 10 o traçado sinuoso da rua Bonfim, seguindo a curva de nível para uma menor declividade até o cemitério, bem como as ruas que a interligava à rua Além Paraíba; as ruas Mariana, Sete Lagoas, Jaguari e Abaeté lançadas em função do perímetro do cemitério e a rua Lambari, definida paralelamente ao limite da poligonal topográfica. Já em um segundo momento, o traçado foi sendo modificado, fato possibilitado pelas frágeis legislação edilícia e fiscalização de obras aplicadas à área suburbana – diferentemente do que ocorria na área urbana – combinada à origem dos moradores: imigrantes e migrantes, cujas vivências citadinas se aproximavam do modelo colonial de ocupação dos territórios, ou seja, testadas com pequenas dimensões contrapostas às grandes profundidades dos lotes. Esse referencial foi determinante para os processos de reparcelamento dos grandes lotes inicialmente propostos.

O fato de moradias, nos povoamentos lusitanos e brasileiros, se justaporem, agarradas umas às outras, deve-se sempre à exiguidade dos terrenos e dos arruamentos, delimitados, no reino, por fortificações, e, na colônia, por estas ou por reduzidos trechos de estradas e caminhos aos quais se reduz a unidade urbana (VASCONCELLOS, 1968, p. 84).

Figura 10 – Limite do bairro Bonfim sobreposto ao trecho da Planta Geral da Cidade de Minas de 1895<sup>13</sup>



Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. APCBH. Editado pelo autor.

Não há registros de nenhum caminho preexistente que possa ter direcionado o sistema viário projetado pela CCNC como os “caminho tronco”. A hierarquia viária foi definida em função dos equipamentos dos quais as vias davam acesso. Assim, a rua Bonfim chegava à entrada do cemitério e a rua Além Paraíba ao ponto mais elevado que posteriormente recebeu o reservatório. De fato, essas vias desempenharam – e ainda desempenham – protagonismo no contexto do bairro sendo duas dos três eixos de centralidade identificadas pela PBH (BELO HORIZONTE, 2014, p. 104–105). As demais vias configuravam-se como secundárias, permitindo acesso às quadras do bairro.

### Tecidos Urbanos<sup>14</sup>

A delimitação dos tecidos urbanos neste trabalho levou em consideração as características morfo-tipológicas como: parcelamento do solo; densidade; tipologias; usos predominantes das edificações; implantação das edificações nos lotes; e a época de sua ocupação e/ou transformações (substituições, renovações, ampliações, etc.), que permitiram o agrupamento de edificações com características análogas.

Desta forma, defini seis tecidos urbanos no bairro Bonfim, que serão tratados a seguir.

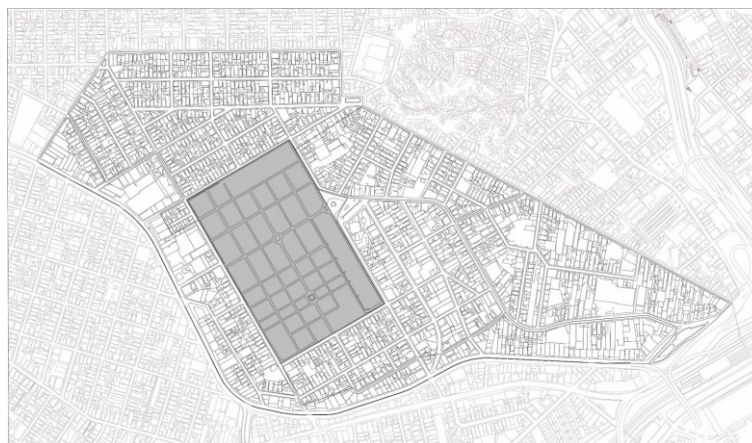
<sup>13</sup> Note que este mapa, assim como outros elaborados pela CCNC, originalmente não apresenta a tradicional orientação pelos pontos cardeais, isto, é, com o Norte na parte superior do documento, o que viria ocorrer somente em 1922, no mapa elaborado pelo cartógrafo Afonso de Guáira Heberle. (GOMES, 1997, p.44).

<sup>14</sup> Entende-se por “tecido urbano” a correlação entre os elementos urbanísticos (traçado viário, parcelamento e edifício) e entre esses e o tempo, que imprimem uma configuração homogênea em uma determinada porção da cidade, refletindo-se no seu desenho urbano.



O primeiro tecido urbano é composto pelo Cemitério do Bonfim (Figura 11). Com área de 16 ha<sup>15</sup>, este equipamento corresponde a aproximadamente 18% da área total do bairro. Sua expressiva área – sobretudo proporcionalmente ao bairro – o torna uma barreira física, ao qual os demais tecidos foram se configurando, isto é, o cemitério é também um articulador dos tecidos urbanos conformados no bairro.

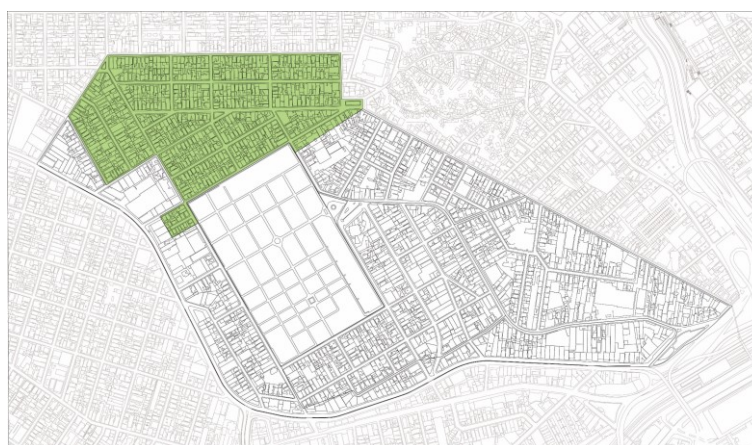
Figura 11 – Tecido Urbano 1



Fonte: Elaborado pelo autor.

O segundo tecido compreende a porção de maior concentração de residências, conforme mostram as Figura 12 e Figura 13. Embora não tenha sido a pioneira, esta ocupação é antiga e possui baixo nível de renovação das construções. O traçado viário é regular, com vias retilíneas e lotes padronizados. Essa porção possui forte relação com os bairros vizinhos Santo André e Carlos Prates.

Figura 12 – Tecido Urbano 2

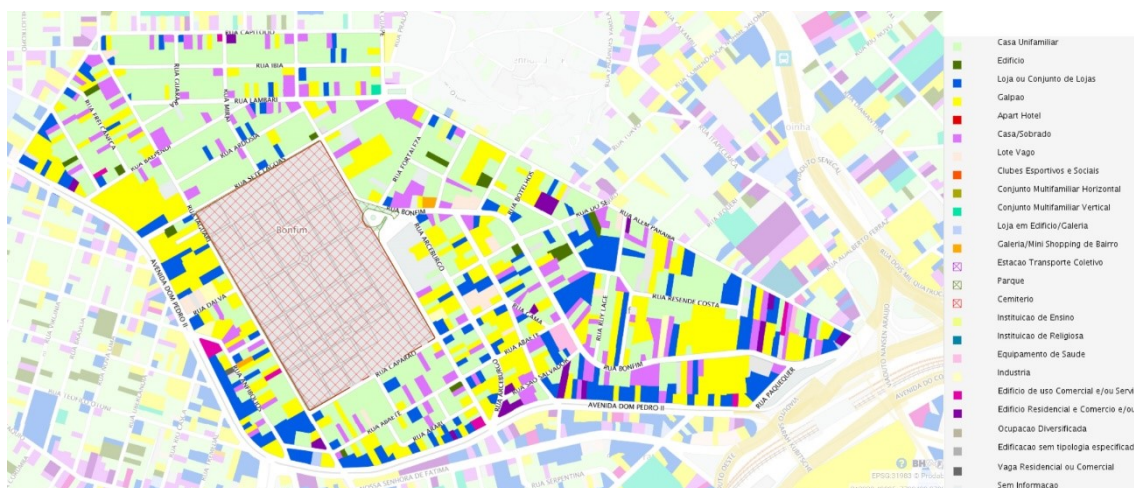


Fonte: Elaborado pelo autor.

---

<sup>15</sup> Segundo dados da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, disponíveis em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/cemiterios/cemiterio-do-bonfim>>. Acesso em: 15 det. 2019.

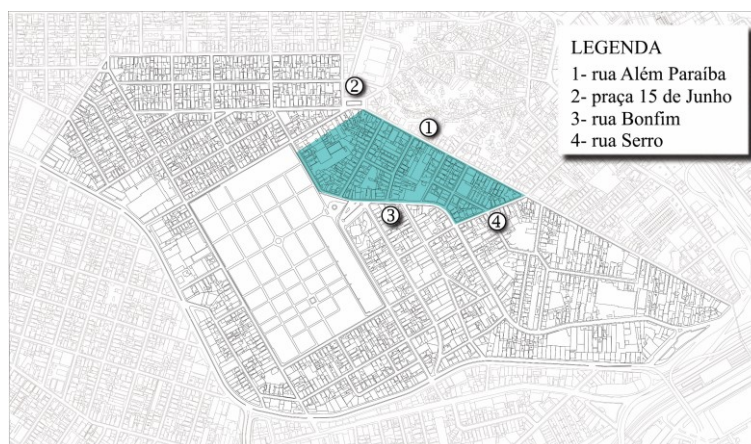
Figura 13 – Mapa de Tipologia de Usos e Ocupação dos Lotes



Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE [201-]16

De ocupação similar, o terceiro tecido (Figura 14) compreende a parte alta da rua Além Paraíba, nas proximidades da praça 15 de Junho, na porção definida pela rua Bonfim e Serro. Esse tecido se difere do segundo pelo fato de estar vinculado aos eixos comerciais existentes nas ruas Além Paraíba e Bonfim; pela topografia acidentada; bem como a proximidade com a Vila Senhor dos Passos, que imprimiram uso e ocupação diferentes.

Figura 14 – Tecido Urbano 3



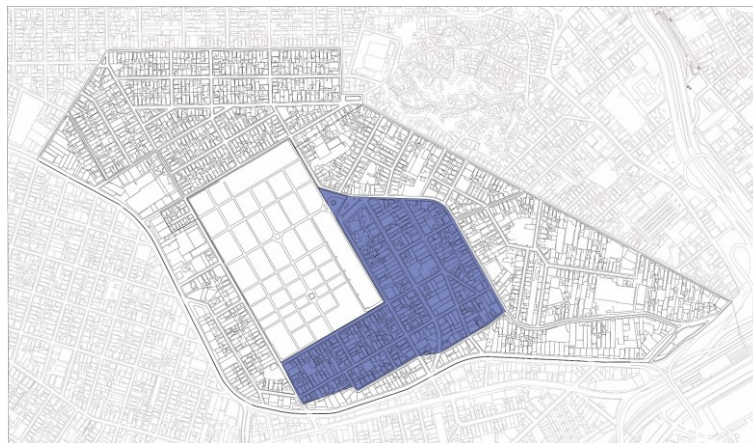
Fonte: Elaborado pelo autor.

O quarto tecido compreende toda a parte de menor altimetria do bairro, tendo como limite a rua Bonfim, o cemitério, estendendo-se até o início da rua Jaguari por meio das ruas Abaeté e Caparaó. Este tecido já apresenta uma considerável diversificação de usos, com destaque para a

<sup>16</sup> Disponível em: <[http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/#zoom=4&lat=7798116.46425&lon=609369.48153&baselayer=base&layers=usoocupacao\\_lote](http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/#zoom=4&lat=7798116.46425&lon=609369.48153&baselayer=base&layers=usoocupacao_lote)> Acesso em: 15 set. 2019.

quantidade de galpões e para a pequena ocupação informal nas proximidades da capela-velório do cemitério. É a região onde ainda se encontram casas e pontos de prostituição e também a menos valorizada do bairro (Figura 15).

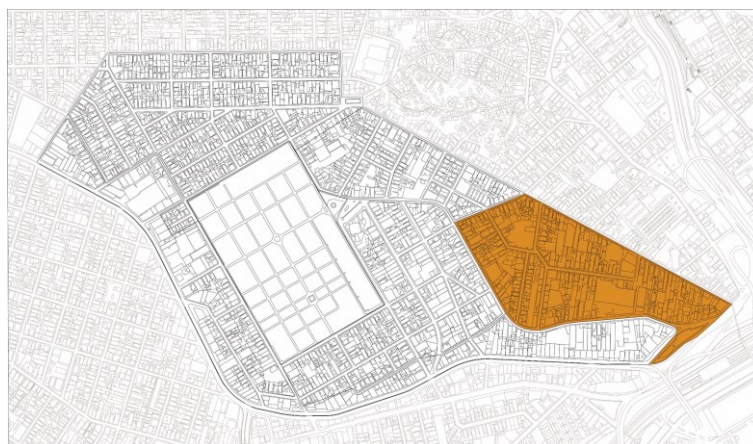
Figura 15 – Tecido Urbano 4



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quinto tecido compreende a porção mais próxima do centro da cidade, sendo definida pelo início das ruas Além Paraíba e Bonfim, até a altura da rua Serro (Figura 16).

Figura 16 – Tecido Urbano 5

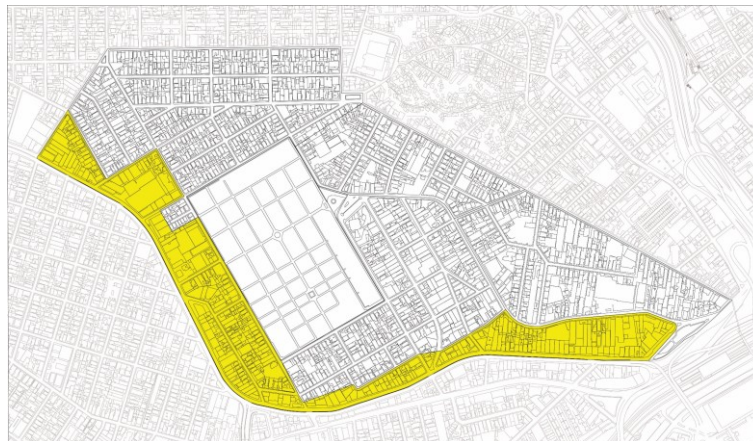


Fonte: Elaborado pelo autor.

Este tecido foi o que menos foi modificado – quando comparado ao plano original. Os lotes são de grandes dimensões e é o que mais se identifica com o bairro vizinho Lagoinha. O uso é bem diversificado e há o destaque para a igreja Nossa Senhora da Conceição dos Pobres e para a antiga fábrica das Massas Orion, importantes marcos que são avistados a partir do centro de Belo Horizonte.

O último tecido urbano (Figura 17) compreende os lotes do entorno da avenida Pedro II, importante eixo viário que imprime forte característica comercial a este tecido. Há predominância de comércios diversificados e galpões. Neste tecido percebe-se o fenômeno da transformação de edificações (geralmente casas e sobrados) em galpões, isto é, renovação às avessas. Pelo tipo de uso, é um tecido que se apresenta extremamente movimentado durante o período comercial e ermo durante a noite, o que favoreceu a atividade de prostituição, sobretudo de travestis, que passaram a fazer ponto na avenida na primeira década dos anos 2000.

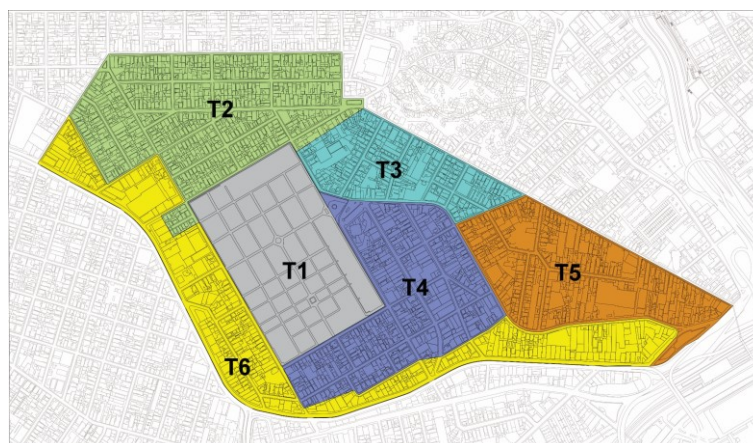
Figura 17 – Tecido Urbano 6



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, o Bonfim é dividido em seis tecidos urbanos, conforme mostra a Figura 18 abaixo:

Figura 18 – Síntese dos Tecidos Urbanos do Bonfim



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 2.3 Evolução Urbana

A Morfologia Urbana pode ser utilizada como eixo analítico estruturante da evolução urbana. Trata-se do estudo da forma urbana, inter-relacionado às análises das ações humanas e do Poder Público no território ao longo do tempo: É correto dizer que um bairro – ou uma cidade – possa ser lido e analisado a partir da sua forma física. Mas, para tanto, a arquiteta Anne Vernez Moudon (1997) listou três princípios fundamentais:

1. A forma urbana é definida por três elementos físicos essenciais: edifícios e seus espaços abertos correlatos, lotes urbanos e ruas.
2. A forma urbana pode ser entendida em diferentes níveis de resolução. Em geral, quatro são reconhecidos, correspondendo ao edifício e seu lote, o quarteirão, a cidade e a região.
3. A forma urbana somente pode ser compreendida historicamente desde que os elementos dos quais é composta passam por contínua transformação e mudança. (MOUDON, 1997, p. 7)

As principais correntes de pensamento são as Escolas Inglesa e Italiana. A vertente mediterrânea – cujos maiores expoentes foram os arquitetos Gianfranco Cannigia e Saveiro Muratori – baseia-se na análise tipológica, como a identificação do tipo básico, suas variações/evoluções, a formação de séries (tipos semelhantes) e sua estruturação no território (CANNIGIA; MAFFEI, 2001). Já a Escola Inglesa – fundamentada nos estudos do geógrafo Michael Robert Günter Conzen (2004) – tem sua investigação baseada nas transformações ocorridas no parcelamento do solo, como o desenho do sistema viário e alterações nos lotes e quadras.

Neste trabalho, analisarei a evolução do bairro Bonfim sob a ótica da Escola Inglesa. Tal escolha se justifica pela necessidade de analisar a trajetória de ocupação do bairro Bonfim, partindo desde sua proposta inicial – bem diferente da região urbana – apontando as alterações no desenho urbano que configuraram sua atual paisagem.

Para isso, foi necessária sua sistematização a partir da identificação dos Períodos Morfológicos. De acordo com o método desenvolvido por Cozen, (2004, p.60-77), nos Períodos Morfológicos ocorrem a convergência de fatos históricos marcantes e inovações que conferiram (diferentes) características formais à paisagem. Representam, pois, a síntese entre os Períodos Históricos e Períodos Evolutivos, ou seja:

- Períodos Históricos – períodos definidos pelos fatos históricos e delimitados por datas;
- Períodos Evolutivos – períodos definidos pelas inovações formais, que traduzem características econômicas, sociais, políticas e culturais.

Neste sentido, o recorte temporal se refere à Era inaugurada pela Proclamação da República, por ter um papel determinante em todo processo de mudança da capital do Estado de Minas Gerais.

Os Períodos Históricos se dividem em Período Histórico 1, que contextualiza e traz as articulações do processo de mudança da Capital; Período Histórico 2 e Período Histórico 3, que abordam respectivamente os momentos de crescimento e degradação do bairro Bonfim.

Já os Períodos Evolutivos foram definidos levando em consideração os intervalos temporais sequenciais em que a conjunção de eventos pontuais e ações dos atores humanos e não-humanos resultaram em inovações e na evolução propriamente dita da estrutura urbana e social. Toda essa estruturação pode ser vista na Figura 19.

Figura 19 – Períodos Morfológicos da evolução urbana do bairro Bonfim



Fonte: Elaborado pelo autor.

### 2.3.1 Período Morfológico Anterior

Este Período Morfológico tem como objetivo contextualizar o processo de mudança da Capital do Estado de Minas Gerais (àquela época chamada de Província de Minas Gerais) da cidade de Ouro Preto para a atual Belo Horizonte. Tomei como ponto de partida a Proclamação da República no ano de 1889, uma vez que tal mudança, apesar de ser uma ideia já ventilada antes mesmo da Inconfidência Mineira, tem nesta nova Era, uma de suas mais sólidas justificativas.

Aqui há somente um Período Evolutivo, batizado de História Prévia (1889-1895). Há de se esclarecer que a história do bairro Bonfim propriamente dita se inicia somente com a construção do cemitério e com a chegada dos trabalhadores da Nova Capital. Isso ressalta o caráter “pré-histórico” deste período.

### 2.3.1.1 A História Prévia (1889-1895)

#### **Começando pelo início – Contextualização Histórica**

Na segunda metade do século XIX, devido à decadência da extração mineral associada à forte dependência do arranjo econômico a esta atividade, a então Província de Minas Gerais encontrava-se em posição de desvantagem econômica e política em relação às demais regiões do país. Soma-se a este quadro, o “caráter centrífugo da economia mineira”, nas palavras de Paul Singer (1977), isto é, a desarticulação e a diversidade político-econômico intra-estadual.

A capital da província, Vila Rica (atual Ouro Preto), não reunia condições que a sustentassem neste *status*. O projeto de mudança para outra localidade ganhou força após a Proclamação da República, em 1889, muito embora não fosse uma ideia necessariamente nova:

Segundo Moema Siqueira (Mudança da capital de Minas: uma questão ideológica. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, UFMG, n. 33, 1972), o primeiro projeto de mudança ocorreu em 1720 por iniciativa do conde de Assumar como forma de se evitar as rebeliões de Vila Rica. No período da Inconfidência, seus articuladores teriam feito uma proposta de transferência da capital para São João del Rei. Em 1867, nova proposta de mudança foi feita pelo padre Agostinho Paraíso, a qual chegou a ser aprovada pelo Legislativo e vetada pelo presidente da Província. Segundo Afonso Arinos de Mello Franco (Um estadista na república, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1956), citando informações de Abílio Barreto, até 1851, foram feitas cinco propostas de mudança. (VISCARDI, 2007 p. 41)

Já em 1891, a Constituição Política do Estado previa “a mudança da capital do Estado, para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade” (ANDRADE & MAGALHÃES, 1998, p.41). Após intensas e acaloradas disputas entre as localidades<sup>17</sup>, em 17 de dezembro de 1893 foi promulgada a Lei nº 3 que determinava que a nova capital, chamada Cidade de Minas, fosse erguida no então Arraial Curral Del Rei, apesar de os estudos técnicos determinarem que a Várzea do Marçal (atual Diamantina) teria sido a melhor opção para a nova cidade (ANDRADE & MAGALHÃES, 1998).

Afonso Pena, presidente da época, convocou o engenheiro Aarão Reis para chefiar a equipe responsável pelo projeto da nova capital. O projeto teve como embasamento as experiências das cidades de Paris (Hausmann) e Washington (L’Efant), onde os preceitos de higienização e ordenamento espacial se materializavam no desenho urbano destas cidades e se harmonizavam com o momento positivista na história. O engenheiro pretendia construir “uma cidade protótipo do modelo urbano do futuro, cuja concepção seria a base e o limite da sociedade que se desejava existir – moderna, organizada, com funções definidas e espacialmente localizadas” (GUIMARÃES, 1991, p.45) aumentando o caráter setorizado da cidade. Inclusive, o projeto

---

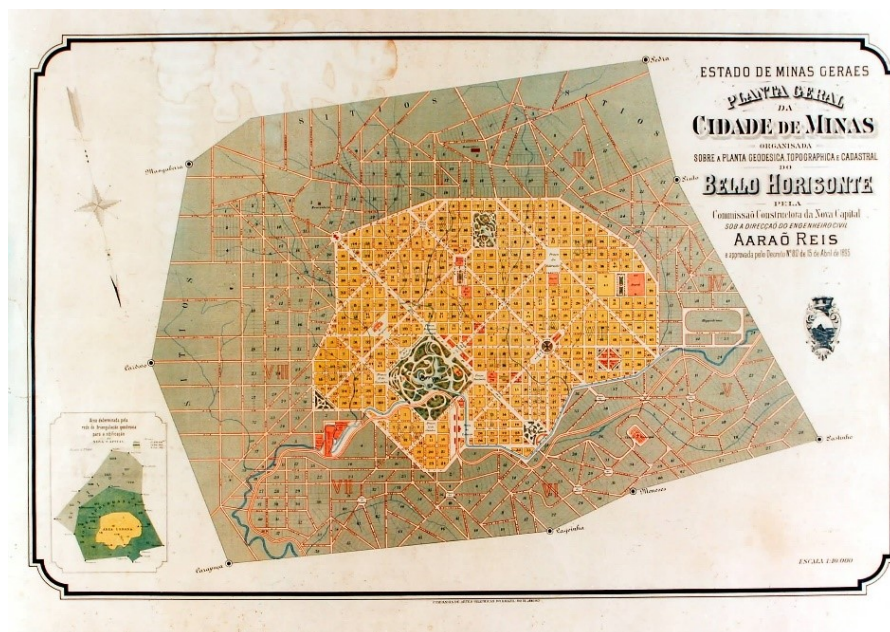
<sup>17</sup> Ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; PARA FORA, Minas de Dentro. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, p. 28-41, 2007.

urbano já estava pronto, antes mesmo da escolha do local da cidade, caracterizando o pensamento universal da técnica e da ciência.

No caso específico de Belo Horizonte, todos estes conceitos casaram-se com a história nacional: A cidade foi a primeira a ser erguida no então Brasil República<sup>18</sup>. Isso adiciona uma camada simbólica relevante neste processo de esquecimento do passado colonial do país, representada pela barroca ex-capital Vila Rica (Ouro Preto) e de passar a mirar um futuro ordeiro e progressista construído na nova Belo Horizonte. Não é difícil de se imaginar que, pelo mesmo motivo, qualquer resquício do velho arraial do Curral Del Rei (colonial) também deveria ser “esquecido”. Falarei mais sobre isso em breve.

A dupla rede de malhas ortogonais e oblíquas entre si, (FIGURA 20) enfatiza a ordem, a harmonia, a simetria e a monumentalidade e, a exemplo do plano Haussmann de Paris, as grandes avenidas estabelecem ligações com polos funcionais e simbólicos, direcionando o crescimento da cidade (GUIMARÃES, 1991).

Figura 20– Planta Geral da Cidade de Minas organizada sobre geodésica 1895



Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. APCBH.

Essas malhas ocupam toda a área definida como *área urbana* e a cidade contava com ampla oferta de infraestrutura e uma detalhada e rígida legislação edilícia. Era delimitada pela hoje conhecida avenida do Contorno. Fora desse limite, um anel periférico foi definido como a *área suburbana*, que não apresentava o mesmo zelo dispensado à *área urbana*: traçado mais orgânico acomodado à topografia, quarteirões irregulares, menor aparato legal e menor oferta de infraestrutura (BELO

<sup>18</sup> A proclamação da República ocorreu em 15/11/1889 e Belo Horizonte foi inaugurada em 12/12/1897.



HORIZONTE, 2016, P. 43–46). Uma terceira área, denominada *sítios*, foi criada para abastecer a capital com gêneros hortifrutigranjeiros. Foi a única área não urbana (rural) do projeto.

### **A Segregação Original**

Como dito acima, para o sucesso conceitual da nova capital, o antigo arraial teria que ceder seu espaço para a nova cidade, sob os preceitos positivistas: "A organização dos projetos geral e parciais, das obras da nova capital, deverá obedecer às mais severas indicações e exigências modernas de higiene, conforto, elegância e embelezamento" (BARRETO, 1995, p.32); ou seja, já estaria previsto por Aarão Reis a retirada de tudo e todos que pertenciam ao antigo arraial. Dessa forma, ao passo em que a população estava animada e esperançosa com a nova cidade a ser criada, essa também se mantinha apreensiva, por não saber se permaneceria no local, ou para onde iria.

"Vendo-os passar, naquela atividade, pelas ruas do arraial, os horizontinos ficavam admirados, com imensa interrogação no olhar, como que a perguntar: Que irão fazer aqueles homens de botas, com tantos instrumentos e faixas de estacas e operários por esses campos, serras e baixadas do arraial? Que destino irão dar às nossas propriedades? Será que eles porão tudo abaixo?... Dias angustiosos foram aqueles para os filhos de Belo Horizonte!" (BARRETO, 1995, p.56)

Evitando maiores conflitos com a população local, Aarão Reis, junto à Comissão Construtora da Nova Capital, propôs um princípio de harmonia para que ocorressem as desapropriações. Por isso, afirma-se que esse processo ocorreu com relativa facilidade e em curto prazo (BARRETO, 1995). Entretanto, existem relatos de antigos imigrantes locais que argumentam o contrário, que a desapropriação não foi pacífica mas, de fato, forçada: "Enfim faço observar que não precisa intimidação de Policia, non sendo nos criminosos, nem o prazo de 24 horas não sendo seus criados! Isso é revoltante e não de gente civilizada" (ANEXO A).

Nesse sentido, é possível perceber por que a questão da desapropriação, em Belo Horizonte, sempre foi um aspecto criticado. As indenizações que, na época, eram referentes ao valor de um terço do terreno desapropriado e que levavam as famílias a serem realocadas em outra região são muito diferentes, em princípio, dos padrões atuais, pelos quais a justa indenização deve seguir o preço do mercado, para que o desapropriado tenha condições de pagar por um imóvel novo. Além disso, "alternativas de reassentamento devem ser oferecidas às comunidades pobres afetadas, (...) mantendo as famílias na mesma região da qual estão sendo despejadas." (NEPOMUCENO, 2016). Nesse sentido, cabe ao Poder Público municipal tomar medidas para evitar a especulação na área das desapropriações e realocações, controlando os preços dos imóveis e garantindo o direito à moradia para essas populações (NEPOMUCENO, 2016).

Por fim, até 1985 foram realizadas no antigo Curral Del Rei 427 desapropriações, que no total somaram 754:049\$000 (aproximadamente R\$92.748.027,00, valores de 1995), uma média de

R\$200 mil para cada propriedade (BARRETO, 1995, p.94). Dessas famílias que foram desapropriadas, poucas saíram do distrito. Considera-se que algumas continuaram no arraial e a maior parte foi transferida para as áreas suburbanas determinadas por Aarão Reis, como o Calafate, Piteiras, Cachoeira, João Carlos, Bento Pires, Cardoso e Venda Nova (BARRETO, 1995).

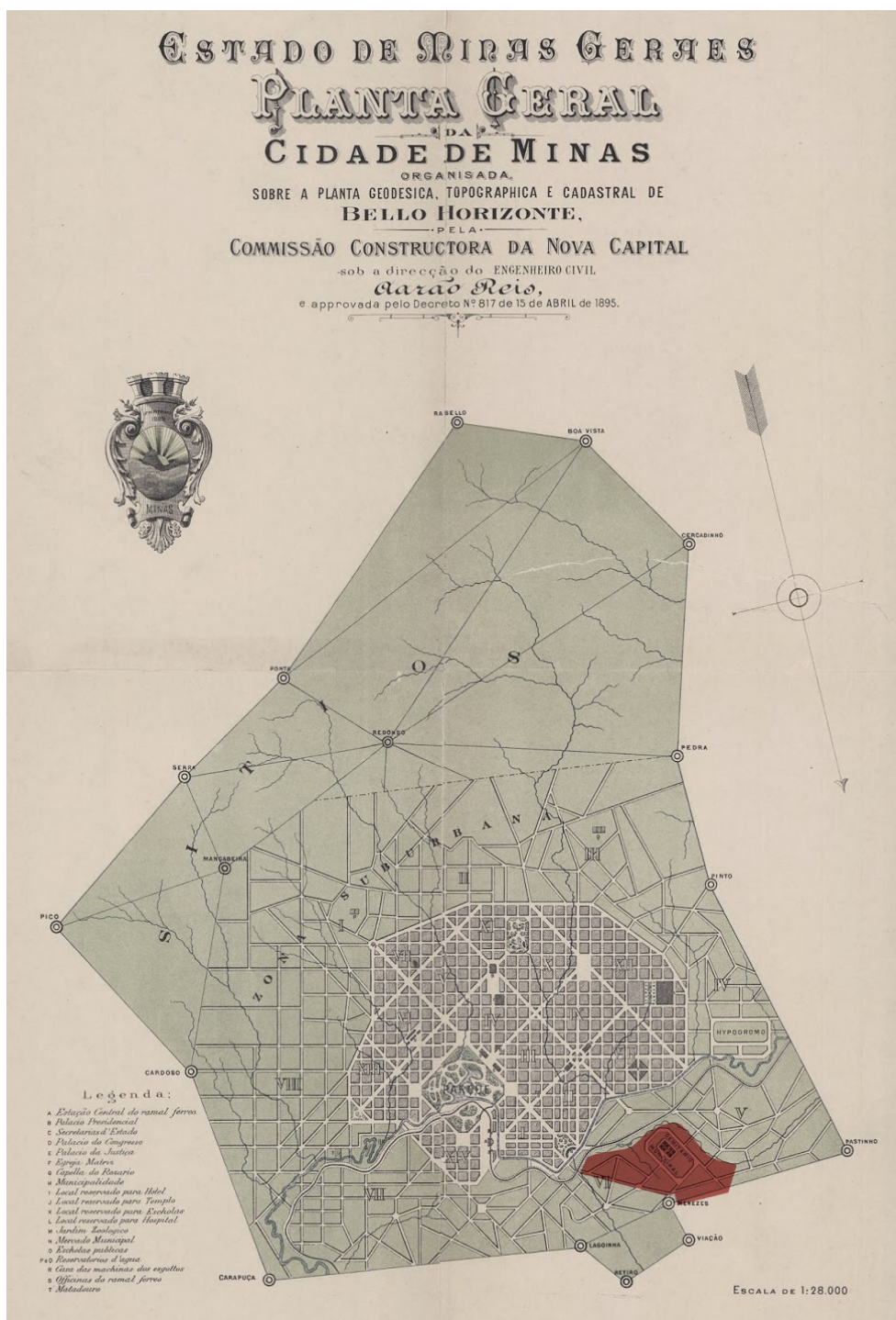
Portanto, essas desapropriações deram espaço para que novos moradores chegassem a Belo Horizonte: os antigos funcionários públicos de Ouro Preto. Dessa forma, sendo uma população de alta renda, sua vinda para a nova capital pode ser considerada um estágio inicial da gentrificação. Isso é fato porque, a partir da substituição dos antigos moradores por pessoas de classe mais alta, somada a todas as transformações físicas e políticas do espaço, este lugar foi valorizado.

“Pode-se afirmar que dois são os princípios que vão dominar a gênese da produção do espaço da nova capital: o primeiro é o Estado (...) como grande agente responsável pela produção do espaço; e o segundo, a elitização do espaço produzido, como consequência da atuação do próprio Estado, através das desapropriações necessárias para a implantação da capital, do projeto urbanístico excludente e do controle acerca da destinação dos espaços centrais.” (ALMEIDA, 2014, p. 209)

Ainda reforçando o sentido segregacionista do plano inicial de Belo Horizonte, destacam-se as três zonas estabelecidas por Aarão Reis (Figura 21): urbana, suburbana e rural.

A primeira, compreendida dentro dos limites da Avenida do Contorno, teve o traçado característico supracitado (duas malhas ortogonais sobrepostas), sediou os edifícios públicos principais e abrigou tanto os funcionários públicos de alto e médio escalão, bem como a elite ouro-pretana. Na segunda, com ruas mais estreitas e menos regulares, adequada à topografia original, previu-se a construção de casas de campo e clubes, além de equipamentos de uso esporádico, como o cemitério, hipódromo, matadouro, reservatório de água. Funcionários públicos de baixo escalão foram ali abrigados. E por último, as zonas rurais que teriam os estabelecimentos agrícolas que abasteceriam Belo Horizonte (AGUIAR, 2006, p. 174).

Figura 21 – Planta Geral da Cidade de Minas, 1895. Bairro Bonfim em destaque



Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. APCBH. Editado pelo autor.

A partir desse projeto, Aarão Reis previu que habitassem a cidade 30.000 pessoas, e para isso ele estabeleceu 3.639 lotes distribuídos em: áreas do Poder Público (417 lotes); propriedades dos funcionários públicos por sorteio (353 lotes); terrenos a serem doados a antigos moradores de Ouro Preto (597 lotes); áreas a serem concedidas a antigos moradores de Belo Horizonte (114 lotes) e, por fim, lotes para serem postos à venda (2.158 lotes). Todos esses terrenos estabelecidos

pela CCNC, encontravam-se na área urbana da cidade, portanto as zonas suburbanas e rural não foram loteadas a princípio (GUIMARÃES, 1991).

Aarão Reis, não se preocupou em seu projeto com as definições comerciais e econômicas da cidade. Seu planejamento tinha foco no setor político, dessa forma os edifícios com esse valor, como o Palácio Presidencial, o Congresso e o Palácio da Justiça, foram claramente localizados e estrategicamente projetados na cidade.

Nesse sentido, não se pensou também na questão de moradia para o operário que trabalhou na construção da cidade, a despeito de estar presente na Constituição de 1891 essa exigência, o que posteriormente acarretou dificuldades na estratégia de habitação em Belo Horizonte. A vinda dos trabalhadores, somados aos imigrantes atraídos pela aposta na oferta de serviços oriundos do grande projeto urbano, ocasionaram um aumento em mais de 90 vezes da população inicial do arraial, fato este que fez surgir cafuas<sup>19</sup> e barracos<sup>20</sup> por toda a cidade, dando a ela uma característica de acampamento. E o próprio governo, sem controle sobre essa onda de moradias irregulares, passou a construí-las por não oferecer outras soluções para a população (GUIMARÃES, 1991).

A partir de 1895, com Bias Fortes como governador do Estado, a CCNC foi cada vez mais perdendo sua autonomia e sendo submissa ao Poder Público. Somado a isso, Aarão Reis viu muitas de suas estratégias sendo negligenciadas, o que junto a um problema de saúde fez com que ele abdicasse do papel de Engenheiro-chefe, sendo substituído por Francisco Bicalho, no mesmo ano. Uma das principais medidas tomadas pelo novo chefe da CCNC foi quanto às regras de concessão de lotes em Belo Horizonte. Bicalho propôs conceder lotes, pessoalmente, fora da hasta pública, para empresários de indústrias. Além disso, o engenheiro foi autorizado a vender terrenos urbanos e suburbanos, de construções particulares, sob o comando da CCNC, aumentando ainda mais a especulação imobiliária na cidade e acarretando mais dificuldades na questão da moradia (GUIMARÃES, 1991). Esse processo, somado às moradias irregulares, aumentava a disparidade socioeconômica da cidade: "Na fase da construção da cidade, o Poder Público era o dono da terra e do capital, o que o levou a agir de modo quase autônomo na construção do espaço, somente levando em conta os interesses das elites políticas e da burocracia pública [...]" (GUIMARÃES, 1991, p.81).

Somado a essas questões, o zoneamento na época estabelecia exigências mais rígidas para a área urbana da cidade, estipulando preços mínimos e proibindo a construção de estábulos e chiqueiros, por uma questão estética. Além disso, visto que Aarão Reis planejou um crescimento urbano do centro para a periferia, ele projetou também que assim seria a implantação da infraestrutura. No entanto, os altos preços na zona urbana fizeram com que o processo ocorresse de maneira

---

<sup>19</sup> Cafuas são casas de barro, cobertas de capim. (GUIMARÃES, 1991)

<sup>20</sup> Barracos são feitos de tábuas, cobertos de capim ou zinco. (GUIMARÃES, 1991)

contrária. Em 1912, quase 70%<sup>21</sup> da população de Belo Horizonte morava nas zonas suburbana e rural, e enfrentava sérias dificuldades quanto à falta de água, luz, esgoto, transporte e calçamento. Bairros como Lagoinha e Calafate, por exemplo, só vieram a ter sistema de energia elétrica mais de uma década após a inauguração de Belo Horizonte, e isso devido à transferência da gestão de luz do Estado para uma empresa privada (Companhia Brasileira Siemens Sherckertuek). Para solucionar esse desequilíbrio – a zona urbana, dotada de infraestrutura, porém vazia; e a zona suburbana de fato ocupada, entretanto sem infraestrutura – foi decidido pelo prefeito da época, Bernardo Monteiro, transformar algumas partes da zona urbana em suburbana, diminuindo os custos de tal e retirando as exigências contidas no código de urbanização (GUIMARÃES, 1991). Como consequência o adensamento da capital foi redirecionado, em certa escala, para as áreas centrais, e foi amortecido nos vetores suburbanos e rurais.

Isto posto pode-se afirmar que a problemática da moradia em Belo Horizonte surgiu da segregação causada pelo projeto da CCNC que se configurou como a “gentrificação inicial”.

A desapropriação dos mais pobres, o baixo valor das indenizações e a disparidade socioeconômica entre a zona sul e o restante na capital são algumas das evidências de como o direito à moradia justa é concebido de maneira insatisfatória em Belo Horizonte.

### 2.3.2 Período Morfológico do Florescimento

Este Período Morfológico é o primeiro e mais extenso: inicia-se em 1895, junto às obras da Nova Capital e finda no início da década de 1970, momento anterior às grandes e impactantes obras do Complexo Viário da Lagoinha. Foi subdividido em três Períodos Evolutivos, os quais tem reflexos distintos no bairro Bonfim.

Tratei aqui Períodos Evolutivos a respeito da criação e consolidação do Bonfim; das transformações advindas das gestões de Juscelino Kubistchek como prefeito (1940-1945) e governador (1951-1955) e, por fim, a respeito do período de maior prosperidade do bairro.

#### 2.3.2.1 O Surgimento do Bonfim (1895-1912)

##### **Contextualização Histórica**

Neste Período temos o surgimento do Bonfim, abrangendo o intervalo entre 1895 e 1912. A ocupação do Bonfim foi diretamente influenciada e estimulada por dois equipamentos urbanos que antecedem a própria capital: O Cemitério e a Estação Central (provisória).

A toponímia nasceu com o cemitério municipal ali instalado e inaugurado em 08 de fevereiro de 1897 (ALMEIDA, 1998, p. 187). Pela concepção urbana, que refletia ideais higienistas e de “laicização da sociedade ocidental” (ALMEIDA, 2016, p. 03), característicos da época, este

---

<sup>21</sup> GUIMARÃES, 1991, p. 94; ALMEIDA, 2014, p. 211.

equipamento foi localizado fora da área urbana em contraponto à então tradicional proximidade às igrejas católicas.

Batizado inicialmente de Cemitério Municipal, incorporou posteriormente o nome da via que lhe dá acesso a partir da região central da cidade: a rua do Bonfim. Desempenhou importante papel na identidade do bairro, mediante suas relevantes relações com o território e com a própria cidade. Apesar dos escassos textos que abordam o local, destacam-se os importantes trabalhos de Marcelina das Graças de Almeida e Eduardo França Paiva sobre a memória e a relação com a cidade. Também se destacam os textos de Mariza Célia Pereira de Melo e Clarival do Prado Valladares sobre o caráter artístico da ornamentação dos túmulos<sup>22</sup>.

A ocupação inicial do bairro se deu por imigrantes – predominantemente italianos, mas também espanhóis, portugueses, austríacos, gregos, alemães, armênios e canadenses (BELO HORIZONTE, 2016; RODRIGUES, 2009) – e pessoas de outras partes do estado, todos com o propósito de trabalhar nas construções da nova capital, além de pequenos comerciantes e também funcionários públicos de baixo escalão (AGUIAR, 2006). Estes últimos não tiveram lugar na zona urbana, seja pela posição que ocupavam na sociedade ouro-pretana, seja pelo controle de ocupação da área urbana exercido pela CCNC, refletido, inclusive, nos altos preços dos terrenos dessa zona.

Estes pioneiros moradores viram no Bonfim, bairros vizinhos (Lagoinha, Carlos Prates) e outros bairros que compunham a área suburbana (Prado, Calafate), locais disponíveis para se estabelecerem.

Os bairros Bonfim e Lagoinha, além da proximidade à região central e à estação ferroviária, apresentavam ainda um diferencial em relação aos demais: estavam entre duas colônias agrícolas: Carlos Prates – a que gerou o bairro de mesmo nome – e Américo Werneck – a que deu origem ao bairro Floresta – o que, nas palavras de Cíntia Freire “possibilitaram o processo de formação do bairro Lagoinha, [bem como o Bonfim]<sup>23</sup>, pela proximidade e relação entre elas” (FREIRE, 2011, p. 113). A região era um articulador entre essas colônias, bem como entre elas e o bairro do comércio<sup>24</sup>, através da praça Vaz de Melo, um precoce nó viário de onde partiam as estradas para as colônias (rua Mauá – atual avenida Nossa Senhora de Fátima – para a colônia Carlos Prates e rua Pouso Alegre para a Américo Werneck) e as pontes que transpunham o ribeirão Arrudas, alcançando as ruas da zona urbana. Ao longo do tempo, esta condição formou uma das

---

<sup>22</sup> Cf. (1) VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**: Um estudo da arte cimiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 02 volumes. (2) MELO, Mariza Célia Pereira de. **Do cemitério de Curral Del Rey ao Cemitério Definitivo – Bonfim**. Belo Horizonte. ESAP/FUMA, 1989. (Pós-graduação em Museologia). (3) \_\_\_\_\_. **João Scuotto e a arte escultural: Cemitério do Bonfim**. Belo Horizonte: FUMA, 1989. (4) PAIVA, Eduardo França. A Nação/República, a Cidade e o Cemitério. In PAIVA, Eduardo França (org.). **Belo Horizonte Histórias de uma cidade centenária**. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1977. (5) ALMEIDA, (1998, 2007, 2015, 2016).

<sup>23</sup> Inserção ao texto original devido ao entendimento da Lagoinha como região.

<sup>24</sup> Trecho no entorno da av. do Comércio (atual Santos Dumont) e Paraná e junto à estação ferroviária e ao mercado.

vocações da região: o abastecimento. Ali foram instalados o Mercado Municipal, a Feira dos Produtores e o Mercado Popular da Lagoinha (este, o único que ainda existe).

Pode-se dizer, então, que a ocupação do bairro Bonfim se deu antes mesmo da própria capital. Os operários se estabeleceram nas primeiras construções localizadas nas ruas Bonfim e Além Paraíba.

Algumas destas construções foram erguidas objetivando o aluguel. Sociedades foram feitas para esta finalidade, como por exemplo entre o coronel Leopoldo César Gomes Teixeira e o médico Cícero Ferreira<sup>25</sup> que construíram na rua Bonfim e rua do Ramal (AGUIAR, 2006, p. 163).

Artistas e artesãos se instalaram próximo ao cemitério municipal para trabalharem na ornamentação dos túmulos, bem como demais atividades ligadas aos sepultamentos como floriculturas.

Os primeiros moradores sofreram com a falta de infraestrutura e investimentos nesta região. Havia o descaso do Poder Público em relação à toda área suburbana: ruas sem calçamento, sem arborização, falta de praças – a famosa Praça Vaz de Melo era, na realidade, um largo – e de planejamento urbano. A iluminação e o transporte públicos chegaram na região apenas em 1909 e o abastecimento de água, na década de 1930. Até essa data, os moradores dependiam de chafarizes públicos instalados nas proximidades da rua Mauá.

A boemia também se instalou no bairro logo no início: a precariedade da área suburbana em contraponto à urbana, a proximidade com a estação ferroviária – bem como da linha férrea – e a existência do Ribeirão Arrudas, juntos, criaram condição favorável à existência de botequins, restaurantes, casas de dança, cinemas e, sobretudo, cabarés<sup>26</sup>. O incentivo municipal às habitações de aluguel barato, citado anteriormente, também influenciou a prostituição, como uma espécie de “efeito colateral”, uma vez que esses estabelecimentos muitas vezes configuravam-se como o *locus* dos programas combinados previamente nas calçadas próximas: “neste bairro, pertinho da estação do trem de ferro, instalaram-se as mulheres de isca. Não haviam sido convocadas por Aarão Reis, mas se instalaram” (NAVA, 1969).

Andrade e Teixeira (2004), que analisaram a história da prostituição e sua territorialidade em Belo Horizonte, dividiram-na em três períodos: O primeiro do início da cidade (1897) ao final da década de 1920; o segundo da década de 1930 ao final da década de 60 e o terceiro dos anos setenta até atualmente. Segundo os autores, no primeiro período, a atividade se concentrou no *baixo centro*<sup>27</sup>, ou seja, dentro dos limites da área urbana<sup>28</sup>. (ANDRADE E TEIXEIRA, 2004, p.

---

<sup>25</sup> Ambos eram funcionários da CCNC (BARRETO, 1996, v. 2, p. 117, 334).

<sup>26</sup> Segundo Luciana Andrade e Alexandre Teixeira, cabaré era a “casa que reúne várias prostitutas sob o controle de uma cafetina ou cafetão”. (ANDRADE E TEIXEIRA, 2004, p. 140)

<sup>27</sup> “Região que Pedro Nava denominou “quadrilátero da zona”, que ficava entre Ruas da Bahia, Caetés, Curitiba e Oiapoque. Entre as ruas destacavam-se a Guaicurus e a Avenida Oiapoque” (NAVA *apud* ANDRADE E TEIXEIRA, 2004, p. 140).

<sup>28</sup> No segundo período, os autores identificam a extensão da prostituição para os bairros da Lagoinha e a região do Bonfim e no terceiro, o espraiamento da atividade em outras regiões da cidade.

138). Embora os autores, na análise do primeiro período, tenham se concentrado no baixo centro, os mesmos destacam, com o auxílio dos relatos de Pedro Nava, que havia outras ocorrências pontuais de casas de prostituição fora deste território, inclusive no bairro Bonfim, com destaque para as precárias condições destas:

(...) Ele conhecia bordéis mais vagabundos que o Curral das Éguas espalhados no Calafate, atrás do Doze, na Floresta, nos caminhos do Pipiripau; no Quartel, entre a rua Niquelina e o Raul Soares (...) **no Bonfim, sobrepujando o Cemitério;** no Carlos Prates, nas veredas da Gameleira, do Matadouro, do Acaba-Mundo, da Lagoa-Seca, da Lagoa-Santa, do Vira-Saia, do Quebra-Bunda. (...) Naquelas cloacas, além do perigo para o pêlo, havia o perigo para a saúde pois cada uiaira desses antros era um saco cheio de treponemas, gonococos, bacilos do cancro mole, germes do jacaré (linfogranulomatose) fora a arraia miúda dos chatos, da sarna, da muquirana. (NAVA, 1985, p. 90, grifo nosso).

Já no segundo período, segundo os autores, atividades não só se expandem territorialmente para o outro lado da linha de trem (bairros Bonfim e Lagoinha), como há o deslocamento do centro para a região: as ruas Bonfim e Paquequer, articuladas com a região do baixo centro através da praça Vaz de Melo (ANDRADE E TEIXEIRA, 2004). Essa concentração das casas de prostituição ocasionou a migração da população residente nestas ruas para o interior do bairro ou, em alguns casos para fora do bairro. É importante frisar que, diferente da região central – com predominância inegável de prédios de uso comercial, a atividade no Bonfim se misturava às construções residenciais. Mesmo que a prostituição possa ser reconhecida como um “mal necessário”<sup>29</sup> – dada a necessidade de se dar vazão à sexualidade masculina, ela fez criar no imaginário popular a desqualificação dos locais onde se instalaram a ponto de estigmatizá-los no contexto belo-horizontino.

### **Regulamentações Urbanas**

Toda a Zona Suburbana foi marcada pela carência e/ou fragilidade de legislações e regulamentações de caráter edilício. Fato este, mais evidente quando comparada à Zona Urbana. Contudo, em 1906, a prefeitura autorizou a construção de moradias de “aluguel barato”, o que consolidou a região como lugar da população de baixa renda e local de investimentos para uma elite formada por “empresários e negociantes, alguns deles anteriormente vinculados à CCNC<sup>30</sup>, que vislumbraram a possibilidade de obter lucros produzindo moradias baratas para aluguel a pessoas pobres” (AGUIAR, 2006, p. 164). Tal autorização visava também evitar a ocupação

<sup>29</sup> “A prostituição era condenada, mas também tolerada. Em Belo Horizonte, como no Brasil, não era considerada crime, mas um comportamento que precisava ser objeto de controle e regulamentação pelas autoridades policiais e médicas, com o fim de evitar sua disseminação e exposição às “famílias de bem” (ANDRADE E TEIXEIRA, 2004, p. 140).

<sup>30</sup> Conforme Barreto (1996 *apud* AGUIAR, 2006, p.164), o coronel Leopoldo César Gomes Teixeira era tesoureiro da CCNC e Cícero Ferreira era o médico da CCNC encarregado da saúde pública no arraial e na nova cidade,



clandestina que já ocorria nos terrenos da prefeitura dentro da área central (FREIRE, 2011, p. 115):

Feitas as ligeiras modificações na lei n. 178, já lembradas no relatório de 1920 à página 52, e ainda a substituição das palavras *foreiro* por *adquirente*, *aforamento* por *venda* etc; poderá a prefeitura crear em terreno que possue, denominado “Pasto da Prefeitura”, uma grande Villa Proletária. Em terrenos de sua propriedade situados atraz do Cemitério Municipal, fez a prefeitura, cerca de 300 lotes que serão cedidos nas condições que ficarem definitivamente assentadas para as Villas Proletárias. Grande parte da 6 secção suburbana está ocupada por habitações provisórias, construídas sem licença da prefeitura. (PREFEITURA DE BELLO HORIZONTE, 1922, p. 51)

### **Modificações Urbanas**

O projeto original desenvolvido para a cidade de Belo Horizonte sofreu alterações no momento de sua implantação. A Figura 22 abaixo trata-se de uma atualização da Planta Geral da Cidade de Minas de 1985, organizada “sob a direcção do engº do 1º Districto de Terras e Colonisação conforme as instruções verbaes do Sr. Dr. Secretario da Agricultura”.

O que mais chama a atenção, numa leitura rápida é a supressão do sistema viário da zona suburbana – excetuando o da sexta secção (Bonfim/Lagoinha) e pequenos trechos da primeira e segunda secções (Serra e Carmo/São Pedro, respectivamente) – e enormes áreas hachuradas ocupando toda porção oeste e sudoeste, partes das porções nordeste e leste e uma na porção sul.

Um olhar mais atento reparará que a divisão entre as zonas suburbana e de sítios foi suprimida, assim como algumas ruas e praças. Outras foram modificadas.

Conforme a legenda, percebemos duas inscrições: “núcleos coloniais” e “zona destinada a novos núcleos coloniais”, embora não seja possível diferenciar tais hachuras no desenho.

Esses núcleos originaram as Colônias Agrícolas que, contrariando o projeto original, instalaram chácaras para a produção de hortifrutigranjeiros para o consumo da capital, exercendo essa função até 1912, sendo novamente anexados à zona suburbana e originando os diversos bairros ao redor da avenida do Contorno.

Figura 22 - Planta dos Terrenos Demarcados para a Fundação da Cidade de Minas - 1898



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Na Figura 23 – trecho ampliado da Planta dos Terrenos Demarcados para a Fundação da Cidade de Minas (Figura 22) – é possível ver com mais detalhes como as colônias agrícolas Carlos Prates e Américo Werneck (chamados de núcleos coloniais) se relacionavam com o bairro Bonfim, bem como o arruamento atualizado e que foi executado: (1) Bonfim; (2) Além Paraíba; (3) Serro; (4) Mariana; (5) Abaeté; (6) Jaguari; (7) Sete Lagoas; (8) Lambari e (9) Acarapé<sup>31</sup>, além do córrego do Pastinho (10).

<sup>31</sup> Posteriormente algumas ruas foram modificadas e veremos com mais detalhe nas seções subsequentes.

Figura 23 – detalhe da Planta dos Terrenos Demarcados para a Fundação da Cidade de Minas



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Editado pelo autor.

O traçado viário do bairro contava com poucas vias, o que gerou grandes quadras e, conseqüentemente, grandes lotes. Sobrepondo-se o limite administrativo do Bonfim ao mapa, podemos contar 11 quadras, sendo 4 completas, 3 interrompidas pelo córrego do Pastinho, 1 invadindo o Núcleo Carlos Prates e 2 trechos de quadras na rua Lambari, além da quadra destinada ao cemitério.

Merecem destaques duas ruas: a do Bonfim e a do Além Parahiba (atual rua Além Paraíba). A rua do Bonfim, que ligava a praça 14 de Fevereiro<sup>32</sup>, onde nascia a avenida Afonso Pena e abrigava o Mercado Municipal, ao cemitério, possuía um greide suave e foi onde as primeiras construções se ergueram no bairro. A rua do Além Parahiba era uma rua em ascendência, que culminava nas proximidades do “Menezes”, um dos vértices da poligonal que primeiro delimitou o terreno para a elaboração da Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral pela CCNC. Neste ponto, de cota altimétrica mais elevada foi construído, posteriormente, o reservatório de água, ainda em funcionamento. Nesta rua também foi erguida a igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pobres, importante marco da região (Figura 24).

<sup>32</sup> (onde hoje estão a Estação Lagoinha, o Terminal Rodoviário, a Praça Rio Branco, além de outros dois quarteirões criados posteriormente).

Figura 24 – Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1895



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 2.3.2.2 A Consolidação do bairro (1912-1940)

##### **Contextualização Histórica**

Este período ocorre a consolidação do Bonfim como um importante e movimentado bairro da zona suburbana da capital e abrange o intervalo entre 1912 a 1940. Em função do aumento populacional observado na primeira década do século XX, o então prefeito Olyntho Deodato dos Reis Meirelles assinou o decreto que extinguiu as colônias e as anexou à zona suburbana. Mas foi a partir de 1925 que houve um expressivo adensamento populacional em toda zona suburbana, seguido de uma explosão de parcelamentos do solo.

As expansões populacional e territorial deste período refletem o crescimento econômico das décadas de 1910 e 1920, porém tais expansões criaram um preocupante quadro de crise generalizada na infraestrutura da capital. O Poder Público, como tentativa de solução para essa crise, criou, em 1934, a Comissão Técnica Consultiva (CTC) da prefeitura, que contava com arquitetos e engenheiros renomados, como Luiz Signorelli, Ângelo Murgel, Fábio Vieira e Lincoln Continentino, este último responsável pelo Plano de Urbanização de Belo Horizonte, de 1941 que, naquela ocasião, começara a ser gestado. As primeiras intervenções propostas pela CTC foram poucas e pontuais: a criação do Paço Municipal, rede de esgotos, a abertura da Avenida do Pastinho e a canalização dos córregos do Acaba-Mundo e do Leitão (CASTRIOTA, 2007).

No Bonfim, grande parte do acervo arquitetônico que o bairro hoje possui foi edificado neste período. São edificações de estilo eclético e *art déco*, predominantemente de uso residencial unifamiliar e de um só pavimento, mas também as de uso residencial (lojas geralmente implantadas nas esquinas) e misto (com comércio no andar térreo e a moradia no superior).

No mapa elaborado em 1922, para a celebração do Centenário da Independência do Brasil (Figura 25), podemos observar a expansão do traçado viário sobre as zonas suburbanas ao sul (atuais bairros Serra, São Pedro e Santo Antônio) e ao norte (atuais Floresta, Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates).

Figura 25 – Detalhe do mapa Município de Belo Horizonte



Fonte: GOMES, 1997. Editado pelo autor.

Há destaque (hachuras) para as quadras da zona urbana e algumas da suburbana. Como podemos ver, o bairro Bonfim é uma destas áreas, o que sugere que o bairro – bem como toda a região da Lagoinha – apresentava relevância já naquela época.

Na região central, Mercado Municipal funcionou até o ano de 1929 na praça 14 de Fevereiro (atual praça Rio Branco), quando cedeu lugar para a Feira Permanente de Amostras, projetada pelo arquiteto Rafaelo Berti, inaugurada em 1936.

O Mercado foi transferido para o local onde hoje funciona o Mercado Central, na avenida Augusto de Lima.

### **Regulamentações Urbanas**

Frente ao adensamento deste período, a prefeitura expediu regras técnicas relativas à subdivisão dos lotes suburbanos, ao alinhamento, ao nivelamento e à regularização das vias públicas numa tentativa de evitar a abertura de vias e subdivisões de lotes de forma descontrolada:

Para evitar que as edificações se fossem realizando a esmo, á vontade dos proprietários, que iam a seu bel prazer abrindo ruas, que se formavam, às vezes, pela simples disposição das casas nos lotes vendidos, a Directoria de Obras expediu as regras convenientes á subdivisão dos lotes suburbanos, exigindo os requisitos technicos necessarios a alinhamento, nivelamento, regularização da

via publica, etc., afim das respectivas plantas serem aprovadas, demodo a prevernir-se difficuldades futuras para a cidade, como infelizmente já se tem verificado em alguns casos. (BELO HORIZONTE, 1923, p. 9).

Já no final da década de 1930, na gestão do prefeito José Oswaldo de Araújo (1938-1940), Continentino elabora efetivamente o Plano de Urbanização que tinha como premissas o controle da expansão da cidade, coibindo o parcelamento fora do perímetro então existente e uma ampla reestruturação do sistema viário, mediante o Plano das Grandes Avenidas. Este plano, que não chegou a ser executado, “ligaria a zona urbana à suburbana e cidades vizinhas, configuraria um sistema de artérias radiocêntricas e projetaria uma segunda periférica envolvendo a avenida do Contorno”. (KAMEL, 2007, p. 56.).

Das múltiplas propostas deste plano viário, interessam-nos particularmente as que se referem à avenida Afonso Pena, que previa o prolongamento nos dois sentidos<sup>33</sup>; e ao alargamento e prolongamento das avenidas Dom Pedro I (atual Antônio Carlos) e Dom Pedro II (CONTINENTINO, 1941 *apud* CASTRIOTA, 2007, p. 10). A Figura 26 mostra um croqui das soluções elaborado pelo próprio Continentino para a região da praça Vaz de Melo.

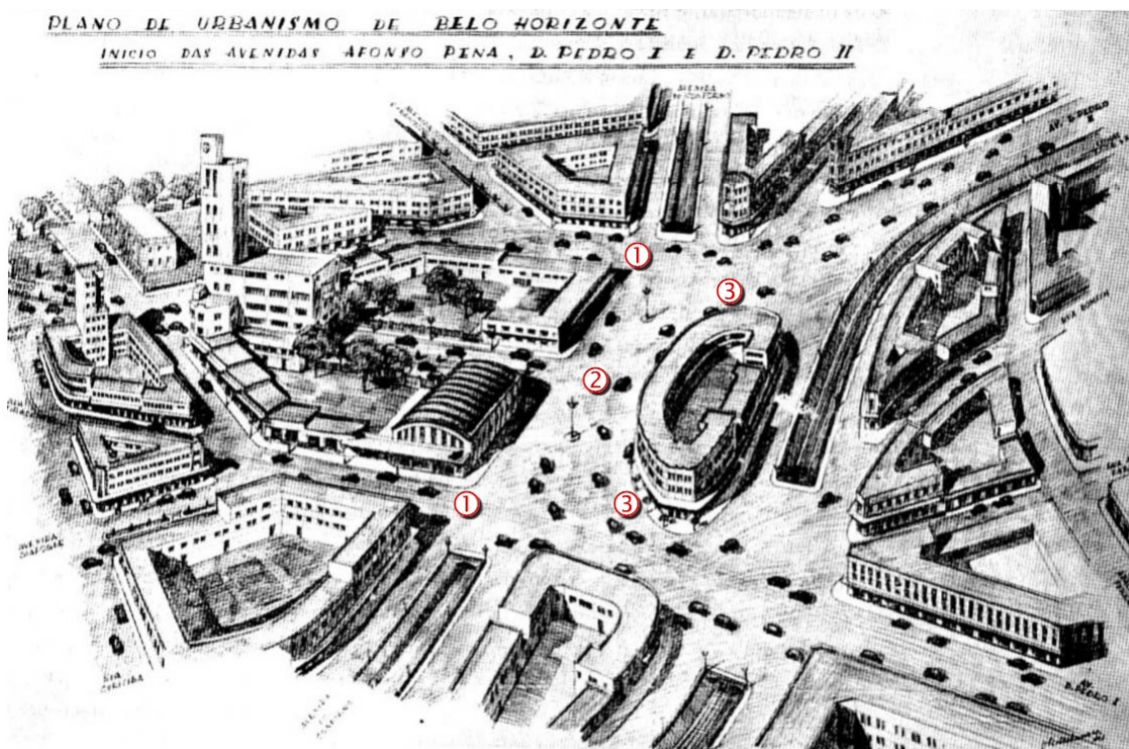
Tal desenho revela a atenção do urbanista para com a conexão urbana entre importantes avenidas da VI Seção Suburbana (Pedro I – atual Antônio Carlos e Pedro II) com a região central, através das ruas do Acre e Tiradentes<sup>34</sup> (1), que são praticamente, continuações naturais das referidas avenidas. Ao invés de pontes sobre o ribeirão Arrudas, Continentino representou uma grande plataforma que cobria todo o trecho, ampliando o plano do chão e possibilitando a circulação de veículos, os quais aparecem em grande quantidade no desenho (2). Ainda neste trecho, o quarteirão do lado do Bonfim é representado com subtrações nas extremidades de acordo com o traçado viário (3). Curiosamente não há menção às linhas férreas existentes.

---

<sup>33</sup> Ao sul, o plano previa que a avenida atravessasse a Serra do Curral em um túnel em direção a Nova Lima e, à norte, transpusesse o ribeirão Arrudas, em direção à Avenida Pedro I (atual av. Antônio Carlos).

<sup>34</sup> A ruas Tiradentes é a atual rua 21 de Abril.

Figura 26 – Plano de Urbanismo da Cidade de Belo Horizonte – Perspectiva, elaborado por Lincoln Continentino, apresentado a Comissão Técnica Consultiva em 1934



Fonte: LIMA, 2013, p. 156.

### Modificações Urbanas

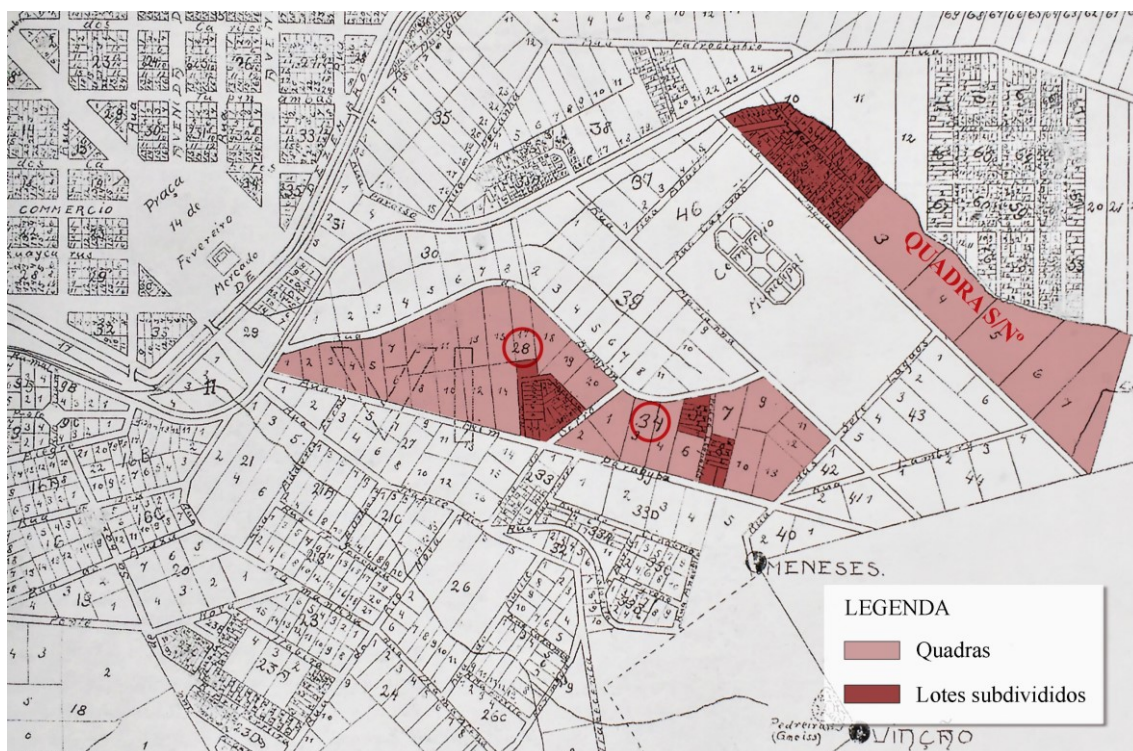
As primeiras modificações no bairro podem ser observadas principalmente no traçado viário e no loteamento espontâneo, uma vez que os parâmetros urbanísticos e a regulação urbana eram precários ou inexistentes<sup>35</sup>. Lotes originais de grandes dimensões passaram a abrigar várias moradias, vias previstas no plano não foram executadas ao passo que tantas outras foram abertas para gerar novas testadas e melhorar a circulação. Tal prática era recorrente em toda a área suburbana e não seguiam planejamento algum, senão ao interesse dos proprietários<sup>36</sup>.

Podemos notar no detalhe da Planta Geral de Belo Horizonte de 1920 (Figura 27), que se trata, “presumivelmente, do primeiro documento cartográfico a retratar a real conformação física da cidade” (GOMES, 1997, p. 42), quando comparada à Planta Geral da Cidade de Minas de 1895, ou “Planta dos Terrenos Demarcados para a Fundação da Cidade de Minas de 1898” as modificações tanto do sistema viário, quanto do loteamento:

<sup>35</sup> ALMEIDA, 2014, p. 208-209.

<sup>36</sup> BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos**. Belo Horizonte, 1992, p. 24.

Figura 27 – Detalhe da Planta Geral de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais



Fonte: GOMES; 1997. Editado pelo autor.

Percebe-se que as ruas Abaeté, Sete Lagoas e do Jaguary (Jaguari) tiveram pequenos ajustes de traçado e foram estendidas; as ruas Caparaó, Anfibólios e Pedro Leopoldo foram abertas, bem como uma alça que liga a rua do Serro à Além Parahyba (Além Paraíba) que hoje fazem parte das ruas Itatiaia e José Ildeu Gramiscelli. Somente a rua Lambary (Lambari) configura-se neste levantamento exatamente como projetada em 1895.

Percebe-se ainda que, em função destas alterações do sistema viário, novo parcelamento foi feito. Grande parte mantendo a lógica dos grandes lotes. Entretanto alguns destes lotes foram subdivididos em lotes menores. É o caso dos lotes 01 e 02 da quadra sem numeração (localizada entre a rua Jaguari e o córrego do Pastinho), 05 e 08 da quadra 34 e o lote 16 da quadra 28. Ao todo, 111 novos – e pequenos – lotes foram criados neste período (Figura 28).



Figura 28 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1920



Fonte: Elaborado pelo autor.

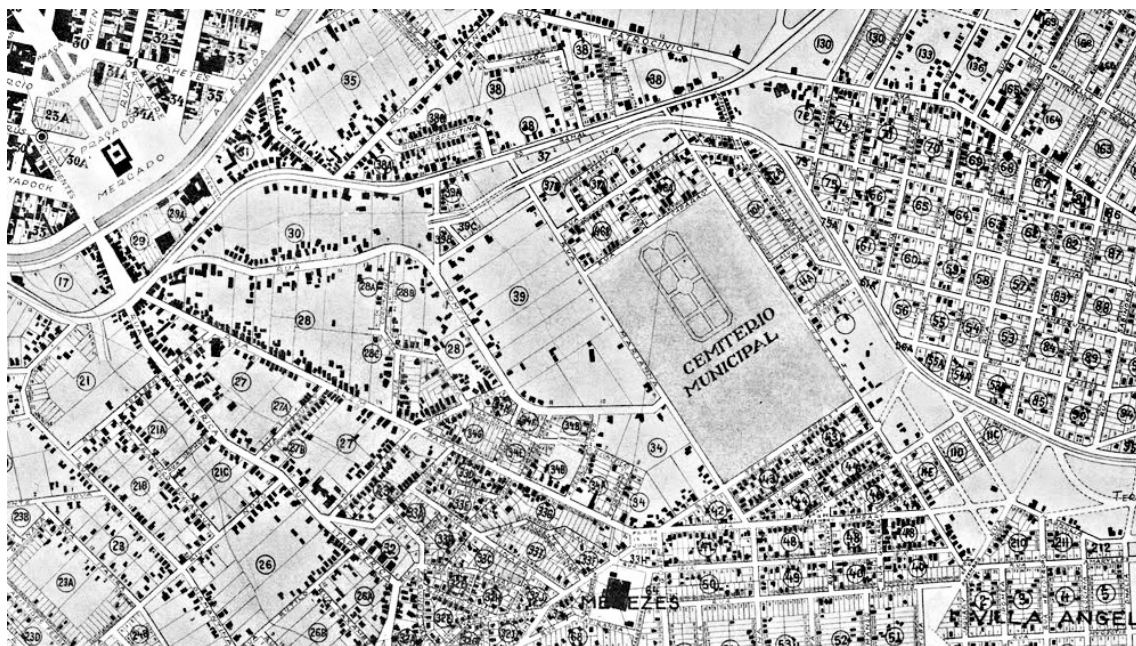
A rua Caparaó, aberta entre as ruas Mariana e do Jaguari, sugere uma subtração na área destinada originalmente ao cemitério, criando a quadra de nº 46. O córrego do Pastinho permanece em seu leito natural, servindo de divisa entre diversos lotes, bem como seu último afluente (córrego sem nome), passando no interior das quadras 30 e 39.

Já no final da década de 1920 foi elaborado outro mapa, intitulado Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte (Figura 29). Nesta planta há o registro das edificações cadastradas e podemos observar que o adensamento do Bonfim se deu predominantemente nas extremidades norte e sul do cemitério. Tais áreas foram parceladas em lotes entre 300 e 400m<sup>2</sup>. Outras ocupações foram registradas ao longo dos primeiros quarteirões das ruas do Bonfim e Além Paraíba. Nas demais áreas do bairro, as ocupações são difusas e é marcante a presença de grandes lotes.

A principal alteração no sistema viário foi a canalização parcial do córrego do pastinho. Sobre ele, uma avenida de mesmo nome (atual avenida Pedro II, um dos limites do bairro<sup>37</sup>) foi implantada. Embora a canalização não ter sido total (a parte jusante, entre a rua Acarapé e a praça Vaz de Melo, onde o córrego deságua no ribeirão Arrudas, permaneceu em leito natural), esta obra desencadeou uma série de significativas alterações no bairro: as ruas Anfibólios e Lambari foram estendidas; as ruas Arari, Dalva, Ardósia, Baependi, Frei Caneca, Magnólia, Espinosa, Ibiá, Mirai, Guarará e Capitólio foram criadas.

<sup>37</sup> O limite oficial do bairro Bonfim já estava praticamente definido, uma vez que as vias que o compõe foram abertas nesta época: Avenida Pedro II, ruas Espinosa e Capitólio, articulada à rua Além Paraíba pelo largo correspondente ao ponto "Menezes", um dos vértices externos da rede de triangulação que definiu a poligonal do plano da CCNC.

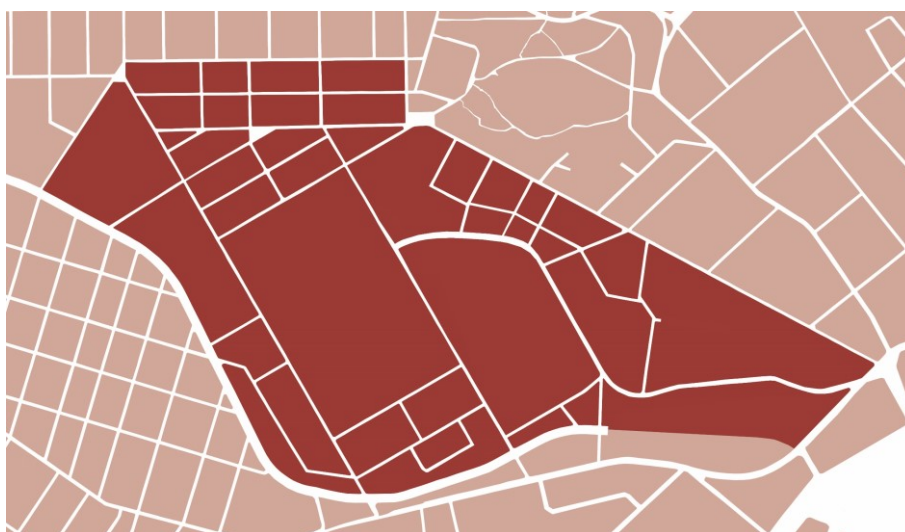
Figura 29 – Detalhe da Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: GOMES, 1997.

Seguindo a rua Além Paraíba rumo à praça Vaz de Melo, alterações mais discretas foram feitas em direção à rua do Bonfim (lado direito): ampliação das ruas Coromandel (atual Itatiaia), Baritina (atual José Ildeu Gramiscelli); abertura das ruas Botelhos, Borda da Mata e Fortaleza. A faixa compreendida entre as ruas Além Paraíba, Coromandel, Baritina e Fortaleza foi totalmente parcelada em lotes menores (aproximadamente 360m<sup>2</sup>) e três outras grandes quadras – 28, 30 e 39 – permaneceram com o parcelamento original (Figura 30).

Figura 30 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1929

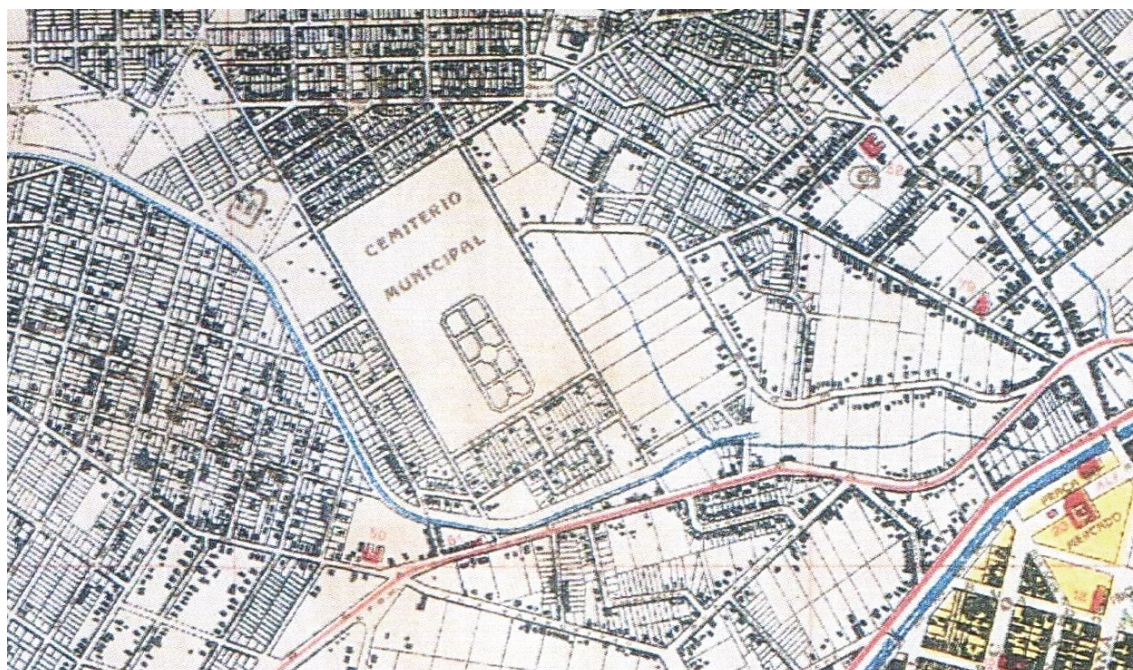


Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos perceber a semelhança entre o mapa Município de Belo Horizonte (Figura 25) a Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte (Figura 29) e, uma vez que as áreas hachuradas no primeiro correspondem às manchas de maior concentração de edificações cadastradas na segunda.

Já em 1930 foi publicado a Planta da cidade de Belo Horizonte (Figura 31) que indica parcelamento avançado, situação próxima à atual, em cerca de metade do bairro. Na outra metade, composta pelas quadras entre as ruas Mariana e Bonfim; rua Bonfim e córrego do Pastinho e ruas Bonfim e Além Paraíba (da praça Vaz de Melo até a rua Itatiaia)<sup>38</sup>, os grandes terrenos e a baixa densidade permaneceram.

Figura 31 – Detalhe da Planta da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: GOMES, 1997.

A partir dessa análise, é possível fazer algumas reflexões: os primeiros registros de ocupação, como já dito, aconteceram nas imediações da praça Vaz de Melo, ou seja, no início das ruas do Bonfim e Além Paraíba. Tais edificações foram destinadas, em sua maioria, a abrigar os operários e constituíam-se de unidades de aluguel barato. Essa condição favoreceu a instalação de algumas casas de prostituição já na primeira década, processo que foi intensificado a partir dos anos 1930, conforme relato de Luciana Andrade e Alexandre Teixeira:

Como a reforma de Paris, por Haussmann, e do Rio de Janeiro, por Pereira Passos (1904), o planejamento de Belo Horizonte por Aarão Reis (1894) procurou destinar as áreas centrais e urbanizadas da cidade para os estratos

<sup>38</sup> É possível ainda observar três quadras indivisas e com poucas edificações na rua Jaguari, próximo ao cemitério.

médios e altos. Os mais baixos foram deslocados para a zona suburbana. A permanência dessas regiões boêmias (Montmartre, em Paris, Lapa, no Rio, Centro e depois Lagoinha e Bonfim, em Belo Horizonte) mostra a incapacidade dos poderes públicos de tudo controlar. (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004 p. 143).

O movimento do mercado imobiliário, aqui lido pelas modificações fundiárias (novos loteamentos e alterações do parcelamento inicial) e pela dinâmica do adensamento em direção à porções mais distantes – a saber: em direção à praça 15 de Novembro (alto da rua Além Paraíba) e “do outro lado” do cemitério (ao longo das ruas Capitólio e Jaguari) – em contraste ao baixo adensamento dessa região do bairro, indica um desejo de distância tanto da prostituição, quanto da boemia, criando-se subáreas com características distintas.

Como ex-morador do bairro, compartilho essa mesma percepção. O cemitério é uma barreira e como tal pode ser usada para isolar uma nova zona residencial pretensamente de pessoas de *família* e famílias de *pessoas de bem*, da zona boêmia *imoral*.

Por fim, é importante relacionar tais modificações fundiárias no bairro às que ocorreram simultaneamente na ex-colônia Carlos Prates, em especial da faixa entre a av. Pedro II e a rua Padre Eustáquio. Podemos inferir que esta região influenciou o “lado de lá”, ou seja, quarteirões entre a av. Pedro II, ruas Capitólio, Sete Lagoas e Jaguari na subdivisão dos lotes, já que são similares às dos lotes coloniais, seja pelo padrão do desenho urbano, seja pela demanda advinda do período de crescimento das décadas 1910-1920.

### 2.3.2.3 Os Anos Dourados do Bonfim (1940-1970)

#### **Contextualização Histórica**

Este período se caracteriza pela influência da industrialização do país e do conseqüente crescimento da economia, potencializados pela Segunda Guerra Mundial, visto que o volume de importações e exportações foi impactado pelo conflito (CAMARA DOS DEPUTADOS, Acesso em: 11 set. 2019). Em grande parte deste período, a atuação de Juscelino Kubitschek tem especial relevância, seja pela notável escalada política – de prefeito à presidente, sequencialmente – seja pelas medidas desenvolvimentistas e progressistas.

No bairro Bonfim, esse período é marcado pelo adensamento construtivo do bairro, principalmente pela ocupação dos grandes lotes remanescentes do Plano da CCNC próximos às ruas Além Paraíba e Bonfim e pelas primeiras obras viárias que antecederam as grandes intervenções da década de 1980: a abertura da avenida Antônio Carlos, a retirada dos trilhos da RMV que passavam na rua Mauá e na Praça Vaz de Melo e a retomada das obras do Túnel da Lagoinha.

Na gestão de Juscelino Kubitschek como prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), coloca-se em prática uma série de intervenções urbanas em Belo Horizonte, buscando a inserção da cidade no

contexto de modernização concernentes aos preceitos da Carta de Atenas, já experimentados nas principais cidades do mundo na época. São exemplos destas intervenções: a conclusão da avenida do Contorno e a substituição do calçamento das avenidas Afonso Pena, Santos Dumont e Paraná por asfalto – inaugurando a era rodoviária na cidade; investimentos em infraestrutura urbana (canalização de córregos, ampliação de redes de água e esgoto); criação da cidade industrial fora dos limites urbanos; desapropriações de ocupações informais, sendo uma delas a pedreira Prado Lopes, vizinha da área de estudo. Ali, Juscelino Kubitschek removeu 483 cafuas, liberando o terreno para a construção do Hospital Municipal (atual Hospital Odilon Beherens), inaugurado em 1943 e do primeiro conjunto habitacional da cidade: o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), inaugurado em 1948.

Dentre todas as intervenções, porém, coube à Pampulha o posto de maior feito da gestão de JK. A urbanização do entorno na represa de mesmo nome e o conjunto arquitetônico é considerado pela literatura como o predecessor de Brasília, sobretudo pela parceria virtuosa com o arquiteto Oscar Niemeyer.

No entanto, a Pampulha demandou uma nova conexão com a área central da cidade<sup>39</sup>. Desta forma, nasceu a avenida Pampulha, que mais tarde seria rebatizada de avenida Presidente Antônio Carlos (Figura 32). Essa nova via, larga e retilínea, aberta sobre o córrego da Lagoinha canalizado, representou o início das grandes e impactantes intervenções, sobretudo viárias, que os bairros Bonfim e Lagoinha sofreram ao longo da história.

Ainda nas proximidades do Bonfim, houve a construção do primeiro restaurante popular de Belo Horizonte, o “Restaurante da Cidade” e, em 1941, que passou a operar a primeira rodoviária do país<sup>40</sup> na parte posterior da Feira de Amostras, lindeira à avenida 17 de dezembro (atual av. do Contorno).

Em relação à boemia, os bairros Bonfim e Lagoinha assumem protagonismo no cenário municipal, se destacando, entre 1940 e 1960, como o novo centro da prostituição de Belo Horizonte, segundo Andrade e Teixeira (2004). A praça Vaz de Melo seria o portal de entrada para a zona boêmia e as atividades se concentravam com mais relevância nas ruas Bonfim e Paqueta, onde além das casas, havia prostitutas que faziam “ponto” nas calçadas: lá elas combinavam os programas que eram realizados nas pensões e hotéis da região. O entorno dessas ruas era o local de maior desvalorização imobiliária, uma vez que a área estava muito próxima das linhas férreas (avenida 17 de Dezembro e rua Mauá), da novíssima rodoviária e do ribeirão Arrudas (ANDRADE e TEIXEIRA, 2004). Ainda pode-se somar algumas camadas (objetivas e subjetivas) a estes condicionantes, como a existência prévia de algumas casas de prostituição na

---

<sup>39</sup> O acesso para o norte, a partir da zona central, se fazia pela “estrada da Pampulha”, caminho preexistente, atual rua Diamantina.

<sup>40</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=442796&view=detalhes>> Acesso em: 01 maio 2019.

rua Bonfim, a característica de nó viário articulando os vetores norte-sul (estrada para a Pampulha) e leste-oeste (estradas para Sabará e Contagem) com a área central, mais especificamente com o bairro do comércio.

Figura 32 – Avenida Pampulha e Conjunto IAPI. Década de 1940



Fonte: Página do Facebook – Fotos antigas de Belo Horizonte.<sup>41</sup>

Além das casas de prostituição, uma série de estabelecimentos ofereciam suporte à vida boêmia, como bares, restaurantes, cinemas e clubes de dança. A boemia atraía muitas pessoas, inclusive artistas e levou fama e riqueza para a região (MEDEIROS, 2001). Em 27 de setembro de 1947 surgiu o primeiro bloco de carnaval da cidade, o Leão da Lagoinha. De acordo com a PBH, o bloco se concentrava no primeiro dia de carnaval na esquina das ruas Itapeçerica e Machado de Assis e seguia em cortejo até a avenida Afonso Pena, passando pela praça Vaz de Melo<sup>42</sup>. Há

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/?tn-str=k%2AF>> Acesso em: maio 2018.

<sup>42</sup> <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/leao-da-lagoinha-o-primeiro-bloco-de-bh-completa-70-anos>. Acesso em: maio de 2019.

indícios de que a tradição carnavalesca belorizontina, dos homens se vestirem de mulher, esteja relacionada com a lenda da Loira do Bonfim: Conforme o presidente do bloco, Jairo Nascimento Moreira, “em homenagem a ela [Loira do Bonfim], foliões colocavam perucas loiras, exageravam no batom vermelho e, em um misto de teatro e samba, desfilavam pelas ruas do bairro<sup>43</sup>”. E ainda: “na década de 1950, os foliões do Leão do Bonfim, principal bloco da época, se fantasiavam com perucas loiras e exageravam no batom vermelho, inspirados pela personagem [Loira do Bonfim]<sup>44</sup>”.

No final da década de 1940, dando continuidade aos incentivos às feiras livres, o Estado instituiu a Feira dos Produtores na Lagoinha, localizada no início da Avenida Pedro II. O equipamento inaugurado em 1949 era local de encontro da população local (FREIRE, 2009, p. 117).

Entrando na próxima década, em 1951 foi inaugurado o “Supermercado Popular Municipal”, o chamado “Mercado Popular da Lagoinha”. Construído pela BEPREM (Beneficência da Prefeitura Municipal) como tentativa de solucionar a crise de abastecimento na cidade (FREIRE, 2009, p. 117).

A gestão do prefeito Américo Renê Giannetti coincide com a gestão de Juscelino Kubitschek como governador de Minas Gerais. Naquele momento o desafio era a solução dos problemas oriundos da expansão territorial de forma dispersa, em virtude da política praticada pelo segundo governo de Otacílio Negrão de Lima (1947-1951) de criar cidades-satélites ao redor de Belo Horizonte, objetivando descongestionar o centro urbano de Belo Horizonte. No entanto, segundo Roberto Kamel (2007), a estratégia não funcionou e “a cidade apresentava carências acentuadas quanto aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e rede de esgotos”.

A zona boêmia no bairro, que ainda prosperaria por mais uma década, assiste à chegada de José Arimatéia Carvalho da Silva, conhecido como Cintura Fina, vindo do Ceará no ano de 1953. Tratava-se de um dos principais personagens da vida boêmia da capital. Aplicava pequenos golpes e furtos nos frequentadores da zona e se defendia com o uso habilidoso da navalha (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004). Não se tem certeza de sua atuação na prostituição, posto que, neste momento histórico, não se aceitava a prostituição masculina (*michês* e travestis), que viria a ser popularizada na década de 1970.

### **Regulamentações Urbanas**

Belo Horizonte já tomava as feições de metrópole e uma das primeiras ações de Giannetti foi elaborar o Plano-programa de administração cujo desdobramento foi o Plano Diretor (PD) de Belo Horizonte. Em 1951 foi criada a Comissão Executiva do Serviço do PD, com a presença do

---

<sup>43</sup> <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/leao-da-lagoinha-o-primeiro-bloco-de-bh-completa-70-anos>. Acesso em: maio de 2019.

<sup>44</sup> <http://www.carnavaldebelohorizonte.com.br/8coisasquevocenaosabiasobreocarnavaldebh/>. Acesso em: maio 2019.

urbanista Francisco Prestes Maia, o arquiteto Oscar Niemeyer e o paisagista Burle Marx, que estiveram na cidade para opinar sobre os problemas urbanos.

No relatório do prefeito de 1953, há menção às primeiras medidas apontadas pelo PD, que dizem respeito a estudos das grandes avenidas radiais, dando continuidade ao Plano das Grandes Avenidas de Lincoln Continentino. Em relação à Avenida Pedro II, o relatório diz:

Essa avenida deverá ser prolongada e alargada. Partindo da Praça da Feira de Amostras, indo até o Aeroporto de Carlos Prates, onde se bifurcará em 2 ramos, um para a Pampulha e outro na direção da Ressaca. Será alargada para 50 metros e receberá o movimento da região da Ressaca, Vilas D. Bosco, Ipanema, Bela Vista, Futuro, Caleste Império, Santos Dumont, Petrópolis, Santana e grande parte do Bairro Carlos Prates.

Por ela também seguirá, devidamente canalizado, o Córrego do Pastinho. Essas obras estão na dependência de créditos especiais solicitados à Câmara Municipal. (BELO HORIZONTE, 1953, v.1, p. 10).

Em relação à avenida Antônio Carlos<sup>45</sup>:

Liga o centro da Cidade ao Bairro Pampulha e deverá ser alargada para 50 metros, a fim de dar vazio ao tráfego sempre crescente dessa parte da cidade. Servirá de acesso à futura Estação de Passageiros do D. N. E. F., à Cidade Universitária, ao Aeroporto da Pampulha, ao Distrito de Venda Nova, recebendo ainda a rodovia que liga Belo Horizonte ao Nordeste de Minas. Passará a ter 50 metros de largura, sendo o seu comprimento aproximado de 7 kms.

O início das obras está dependendo apenas de aprovação, pelo legislativo, do projeto que lhe foi encaminhado. (BELO HORIZONTE, 1953, v.1, p. 10).

Ainda conforme o relatório de 1953, os terrenos situados nas faixas das avenidas seriam desapropriados e os primeiros decretos declarando tais terrenos de utilidade pública já haviam sido baixados, como por exemplo, o Decreto nº 240 de 14-07-1953, que afetava os terrenos lindeiros às avenidas, dentre outras, Pedro II e Antônio Carlos. Porém, tais obras não foram executadas nem na referida gestão, tampouco nas gestões seguintes. No artigo de 1968 “Planejar significa também continuar”, o arquiteto Sylvio de Vasconcellos lamenta a falta de continuidade do PD: “Giannetti previu (...) o alargamento da Avenida Antônio Carlos em seu princípio e chegou a declarar de utilidade pública suas margens. A ideia caducou, e hoje a entrada da referida avenida está irremediavelmente prejudicada.” (VASCONCELLOS, 2006, p. 213-214).

### **Modificações Urbanas**

Em 1942 foi finalizada a Planta cadastral de Belo Horizonte (Figura 33), considerado ainda hoje o “trabalho de cadastro mais completo e rigoroso realizado na cidade” (GOMES, 1997, p.55).

---

<sup>45</sup> Neste relatório, a avenida já havia sido renomeada.



Executado na escala 1:2.000, permitiu a inserção de uma grande quantidade de informações, como o sistema viário com a representação de tipo de pavimentação, trilhos de bonde e linhas férreas, o parcelamento com a indicação de todas as edificações, inclusive com numeração predial e o desenho esquemático das praças e áreas verdes (elementos de paisagismo).

As alterações mais significativas que podem ser observadas nesta planta dizem respeito ao cemitério do Bonfim, que se apresentou, pela primeira vez, completamente representado (arruamento e quadras internas planejadas), incluindo o acesso principal com desenho de praça e largo na confluência das ruas Bonfim e Mariana; destaca-se ainda o adensamento na região mais próxima à praça Vaz de Melo e a continuidade da avenida Pedro II até a rua Mauá, com a canalização do restante do córrego do Pastinho.

Figura 33 – Planta Cadastral de Belo Horizonte

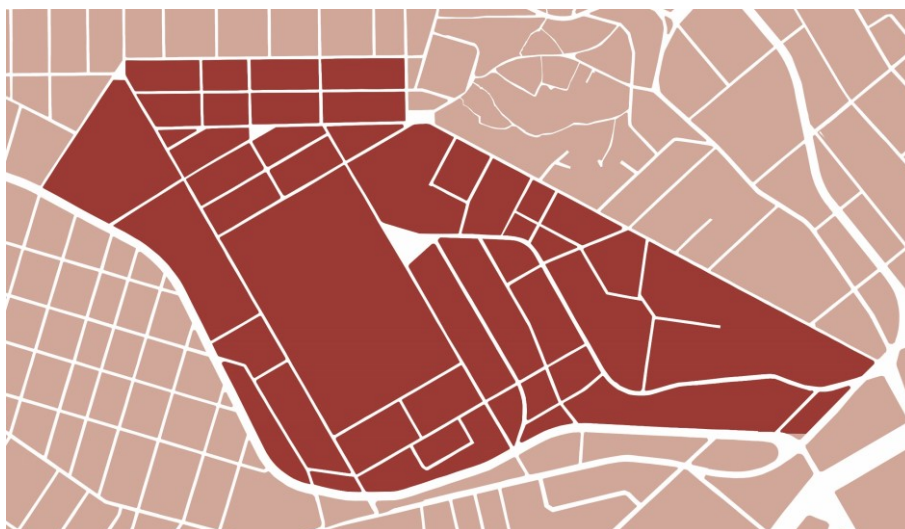


Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE<sup>46</sup>. Editado pelo autor.

No sistema viário trechos das ruas Baritina (atual José Ildeu Gramiscelli) e Sete Lagoas (entre Jaguari e Pedro II) não haviam sido implantadas; as ruas Borda da Mata e Botelhos não estavam calçadas; houve alterações no desenho das ruas São Salvador e Jaguarão; além das aberturas parciais das ruas Resende Costa e Acerburgo. Esta última sobre a canalização do córrego sem nome que desagua no córrego do Pastinho. É possível ver ainda que o bairro já dispunha de linha de bonde ligando o centro da cidade, pela rua Tiradentes (atual rua 21 de Abril), passando pela praça Vaz de Melo e chegando ao cemitério do Bonfim, onde articulava-se à linha da rua Itapecerica. A linha na av. Pampulha seria implantada posteriormente, no ano de 1943 (Figura 34).

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://portal5.pbh.gov.br/plantacp/inicio.do>> Acesso em: maio 2018.

Figura 34 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1942



Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o próximo registro, cronologicamente falando, o levantamento aerofotogramétrico de 1953 (Figura 35), o que mais chama a atenção na configuração do bairro desta data, quando comparado ao levantamento de 1942, é a ocupação do vale existente entre as ruas do Bonfim e Mariana. As ruas Jaguarão, Acerburgo, Caparaó, embora com as obras ainda não finalizadas, já apresentam várias edificações. A pequena rua Gamaia (atual Gama) e a rua União foram abertas e a rua do Serro foi estendida até a rua Jaguarão.

Nota-se que a rua Botelhos foi curiosamente suprimida do levantamento e, ainda mais curiosa foi a extensão da rua Arari até a rua Mariana o que gerou uma nova esquina: rua Arari com a própria rua Arari, ou como explica um de seus moradores, Nicolas Pecchio: “A única rua em formato de ‘F’ de Belo Horizonte” (informação verbal).

O levantamento apresenta um maior adensamento construtivo, sobretudo na região *do outro lado*<sup>47</sup> do cemitério, resultante de construções secundárias (edículas e barracões) nos quintais das residências. Essa é uma característica da região e estas construções eram, geralmente, erguidas com a finalidade de aluguel.

No entanto, percebe-se quatro grandes áreas livres: na rua do Bonfim nas proximidades com rua Borda da Mata; rua Mariana entre ruas Sete Lagoas e Baritina (José Ildeu Gramiscelli), provavelmente por conta da alta declividade; entre as ruas do Bonfim e Resende Costa; entre a rua Jaguari e avenida Pedro II, próximo à rua Sete Lagoas que foi estendida mais tarde (Figura 36).

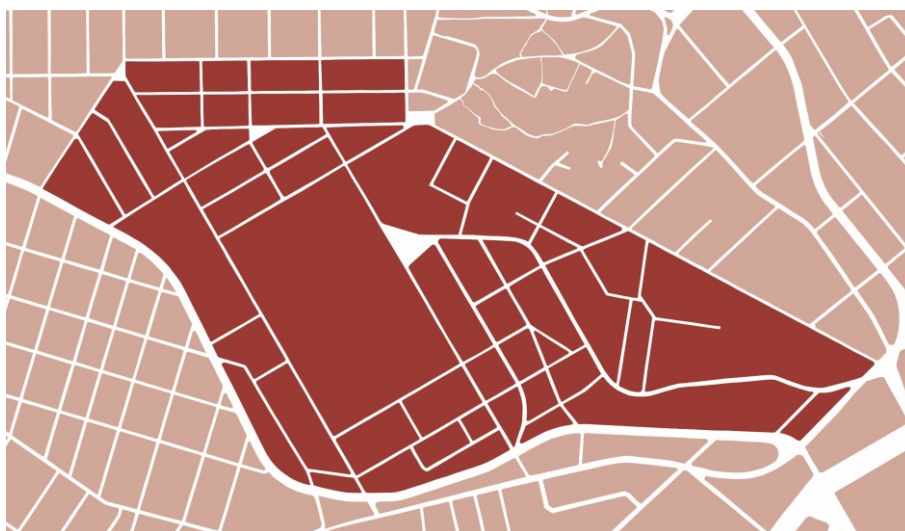
<sup>47</sup> Cf. seção 2.3.2.2 A Consolidação do bairro (1912-1940), p. 58.

Figura 35 – Detalhe do levantamento aerofotogramétrico de Belo Horizonte de 1953



Fonte: EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.  
Editado pelo autor.

Figura 36 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1953



Fonte: Elaborado pelo autor.

Adentrando a década de 1960, os eventos mais marcante para o Bonfim foram a remoção dos trilhos da Rede Mineira de Viação (R.M.V.), iniciada em 1963 (Figura 37) na gestão do prefeito Jorge Carone, atendendo ao apelo da população em função dos inúmeros acidentes que ali ocorriam (BERNARDES; BORSAGLI, 2014); e a demolição do prédio da Feira de Amostras para a construção do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, em 1964.

Figura 37 – Retirada dos trilhos da RMV. À esquerda na rua Mauá e à direita na praça Vaz de Melo



Fonte: Página do Facebook – Fotos antigas de Belo Horizonte<sup>48</sup>.

Nesta década também as obras do Túnel da Lagoinha<sup>49</sup> foram retomadas. Esse túnel foi pensado como uma alternativa para ligar o centro da cidade à região Leste através da avenida Cristiano Machado (BELO HORIZONTE, 2016).

### 2.3.3 Período Morfológico da Deterioração

O terceiro e último Período Morfológico que defini, inicia-se no ano de 1970, passa pela década de 1990 – emblemática para a política brasileira pela inauguração do *neoliberalismo*, pelo então presidente Fernando Collor de Melo, e pelo seu amadurecimento nos governos seguintes de Fernando Henrique Cardoso – e finda em 2015, ano marcado pelas conclusões das obras oriundas dos Grandes Eventos Nacionais, sobretudo a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016.

#### 2.3.3.1 As Grandes Intervenções (1970-1996)

##### **Contextualização Histórica**

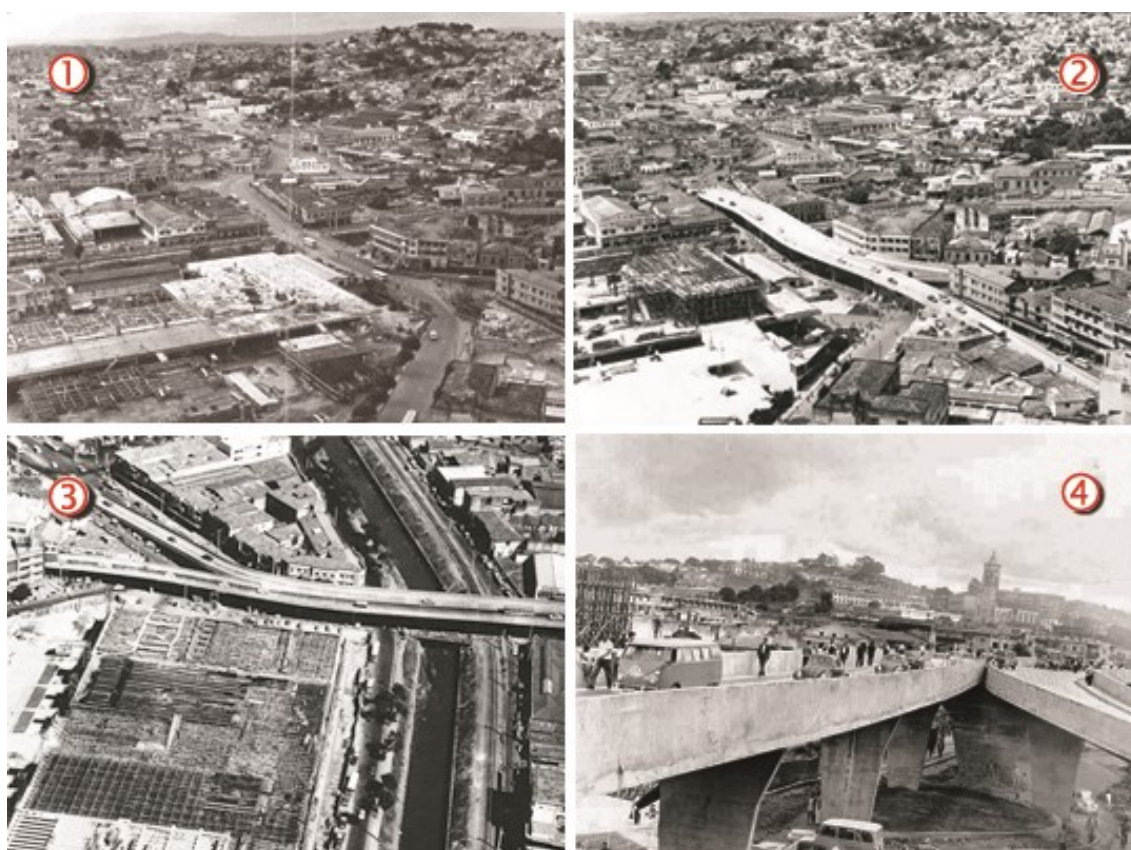
Na década de 1970 foi inaugurada uma época de intensas intervenções urbanas na região dos bairros Bonfim e Lagoinha que resultaram em alterações nas dinâmicas humanas e perda de qualidade ambiental.

<sup>48</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/?tn-str=k%2AF>> Acesso em: 10 maio 2018.

<sup>49</sup> As obras do túnel da Lagoinha iniciaram em 1948 e esteve paralisada até o ano 1959, sendo retomada nos anos 1960. A inauguração ocorreu em 13 de maio de 1971. O nome oficial era Túnel Souza Lima até as obras de duplicação na década de 1980, quando foi denominado Túnel Tancredo Neves, porém é mais conhecido como Túnel da Lagoinha. Há ainda quem o chame de Túnel da Lagoinha-Concórdia. (BELO HORIZONTE, 2016)

A primeira intervenção desta época foi a construção dos viadutos A<sup>50</sup> (ligando a rua 21 de Abril e avenida Oiapoque e chegando na praça Vaz de Melo) e B<sup>51</sup> (partindo da avenida Pedro II e chegando, devido à sua bifurcação, à rua do Acre e avenida Olegário Maciel). Em função da agilidade das obras, esse par de viadutos estava pronto antes mesmo da inauguração do Terminal Rodoviário, ocorrida em 1971, como podemos verificar na sequência de fotografias abaixo. Na época, o novo Terminal Rodoviário foi considerado o maior e o mais moderno da América Latina. No mesmo ano, em maio, foi inaugurado o Túnel da Lagoinha, dando acesso à região Leste de Belo Horizonte. A Figura 38 mostra uma sequência de fotos, na qual vemos a armação de um dos pilares do viaduto A (1) e ele já concluído (2). Vemos também o Viaduto B já concluído (3) (4).

Figura 38 – Fotografias dos viadutos A e B e Terminal Rodoviário em obras



Fonte: Página do Facebook – Fotos antigas de Belo Horizonte<sup>52</sup>. Editado pelo autor.

Essas intervenções revelam a política rodoviarista que vinha se firmando desde a década de 1940 com o Plano Urbanístico da Cidade de Lincoln Continentino<sup>53</sup> e em consonância com os preceitos das cidades modernas (CEDRO, 2013, p. 85-87) Os viadutos suprimiram – pelo menos para o

<sup>50</sup> Viaduto Nansen Araújo.

<sup>51</sup> Viaduto Sara Kubitschek

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/?tn-str=k%2AF>> Acesso em: 10 maio 2018.

<sup>53</sup> Ver CASTRIOTA, 2007, p. 9-10.

fluxo “principal” – os cruzamentos com a linha férrea e com as avenida do Contorno e rua Mauá (BERNARDES; BORSAGLI, 2014)

De forma semelhante ao próprio espaço urbano, a atividade de prostituição no Bonfim iniciou um processo de decadência. Conforme destacado anteriormente, inaugurou-se então o chamado “terceiro período da prostituição” em Belo Horizonte (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004). Conforme os autores:

O terceiro período evidencia profundas transformações na **atividade** da prostituição e em sua **localização**. (...) a partir dos anos setenta emerge a prostituição masculina, nas figuras de michês e travestis, altera-se consideravelmente a forma da prostituição feminina e há uma profunda reorganização espacial das atividades de prostituição na cidade. (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004, p. 148. Grifo meu).

Em relação à *transformação da atividade*, a partir da década de 1970 surgiram as travestis e a atividade de rua se intensificou, embora algumas casas continuassem em operação, mais decadentes e menos frequentadas do que antes. As travestis faziam “ponto” principalmente na rua Paquequer<sup>54</sup>, ao lado das prostitutas mulheres para evitar a caracterização do lugar como exclusivamente de travestis, o que poderia dificultar no trato com os clientes. Já em relação à *transformação da localização*, neste período houve um movimento das prostitutas – mulheres e travestis – em direção às regiões mais nobres da cidade (bairro Mangabeiras e região da Savassi), por meio do surgimento e concentração das casas noturnas e *night clubs* nessas áreas, e também em direção à região norte, próximo à lagoa da Pampulha (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004).

No entanto, a despeito do esvaziamento dos pontos de prostituição, o Bonfim passa a carregar um estigma que permanece até os dias atuais. Em conversa com a Sra. Selma Cândida, presidente da Associação Recreativa e Comunitária Amigos do Bonfim (ARCA – Bonfim), sobre a imagem que as pessoas detêm do bairro:

(...) então a ideia que se tinha nas reuniões, mesmo na igreja lá, e às vezes vinham projetos pra cá, né? Da prefeitura, porque era entidades que vinham, a ideia deles era o seguinte: que aqui era um lugar depravado que podia fazer alguma coisa, entendeu? Uma vez eu fui numa reunião na igreja lá, tinha uma senhora lá que queria fazer um projeto e eu ouvi, tive lá, com muita paciência e no final ela falou assim: que ia fazer o projeto por que aqui é o lugar, é o lugar da prostituição, aqui é o lugar do morador de rua, pra roubar, aqui é o lugar disso, aqui é o lugar disso. (Depoimento de Selma Cândida: Belo Horizonte março 2019).

---

<sup>54</sup> Devido à concentração da atividade de prostituição tanto de mulheres quanto de travestis, a rua ficou conhecida como “prá-quem-quer”.

Quando questionada se essa opinião seria tanto de moradores quanto de não moradores, ela diz ser de ambos. Inclusive, a memória boêmia do Bonfim é assunto que os moradores não querem manter ou resgatar:

(...) os moradores mesmo não quer resgatar uma história... né? Porque até eu vou falar com você o que falei lá. Ouvi e falei o seguinte com ela: ‘Olha (...) eu moro aqui e essa fala está me afetando. Ela me agride profundamente’. Primeiro que eu nasci no bairro. Eu tenho família. E tem gente de bem que mora no bairro. Tem famílias que moram no bairro. Famílias inteiras que trabalham, sustenta, cria seus filhos aqui. Então, aqui não é o lugar!’ Ai eu falei com ela: ‘agora, prostituição, eu quero dizer pra vocês, é a profissão mais antiga do mundo, e ela não vai acabar.’ (...) ‘Agora, prostituição, cê vai no alto da [avenida] Afonso Pena tem prostituição, cê vai na Pampulha tem prostituição, cê vai no Belvedere tem prostituição, então prostituição tem em todo o canto.’ Então teve uma época que no bairro Bonfim teve sim uma parte da Lagoinha, Bonfim, de prostituição. (...) Lógico que teve prostituição no início da [rua] Bonfim, na [rua] Paqueta! Teve! Eu assisti isso de camarote, pra passar era uma dificuldade. Mas cê acha que a gente quer isso de volta? De jeito nenhum! Então a gente também não quer ficar sendo lembrado pela cidade, que isso aqui é o lugar (...). (Depoimento de Selma Cândida: Belo Horizonte março 2019).

Na década de 1980, então, ocorreu a série de intervenções urbanas mais impactantes, propriamente ditas. Já no primeiro ano desta década foram iniciadas as obras do Complexo Viário, as do Trem Metropolitano de Belo Horizonte e as de ampliação do túnel da Lagoinha.

O que justificou essas intervenções foi a situação caótica que o tráfego se encontrava. Fruto do incentivo à indústria automobilística por parte do Estado (ALMEIDA, 2014), que resultou no aumento da frota, bem como das decisões tomadas pelos planejadores urbanos da época, as intervenções se basearam nos estudos iniciados no final da década de 1970 pelo Grupo de Estudos de Integração da Política de Transporte – GEIPOT, grupo interministerial subordinado ao Ministério de Estado dos Transportes incumbido de promover, executar e coordenar estudos e pesquisas relativas ao transporte no Brasil<sup>55</sup>. Estes estudos, em caráter mais amplo, objetivavam:

- Implantar um sistema de transporte urbano sobre trilhos com características metroviárias que atendesse à população da área de influência direta e indireta das linhas já existentes da RFFSA.
- Melhorar as condições operacionais das linhas de carga que cortam a Região Metropolitana, eliminando as passagens de nível e ampliando a capacidade de transporte (...) com a duplicação da linha.
- Racionalizar e modernizar o sistema de transporte urbano da RMBH, proporcionando maior fluidez ao tráfego rodoviário, a reconstituição da malha viária seccionada em nível pelas vias férreas, economia de combustíveis e redução dos índices de poluição sonora e atmosférica. (COMPANHIA BRASILEIRAS DE TRENS URBANOS<sup>56</sup> [20--])

<sup>55</sup> Disponível em: <[www.geipot.gov.br](http://www.geipot.gov.br)>. Acesso em: 03 ago. de 2019.

<sup>56</sup> Disponível em: <[http://www.cbtu.gov.br/acbtu/acompanhia/historico/veja/histstu/historicobh\\_cont.htm](http://www.cbtu.gov.br/acbtu/acompanhia/historico/veja/histstu/historicobh_cont.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2019

Para o complexo, apontada pelo estudo da GEIPOT foi a construção de mais alças de viadutos, promovendo novas ligações entre o centro e os bairros e entre os bairros. Para o Trem Metropolitano, o Grupo de Estudos previu a utilização do leito ferroviário existente, o que gerou considerável economia na implantação, porém houve a necessidade de segregação das linhas, que se deu pela instalação de um muro de peças de concreto pré-moldado, e de uma estação próxima ao Terminal Rodoviário. O terreno escolhido foi o localizado aos fundos do referido Terminal, delimitado pela avenida do Contorno, ruas Mauá e Berilo (prolongamento da avenida Pedro II) e pela Praça Vaz de Melo. Neste quarteirão funcionava a Feira dos Produtores, o Cine São Geraldo, o Cine Mauá, além de vários estabelecimentos comerciais e residenciais. Para a instalação da Estação Lagoinha, todo este quarteirão foi demolido. A famosa praça Vaz de Melo, considerada a porta de entrada, o coração da vida boêmia e comercial da região foi implodida. Segundo o relato de Wander Pirolí:

"Não fui lá nesse dia. Não queria ver o fim melancólico e desnecessário da Praça. Em vez de tombá-la como patrimônio público, o último local mais característico da vida noturna da cidade, preferiram destruí-la. E destruí-la à toa, sem a menor necessidade. O fato é que as tais autoridades municipais foram lá, muitos curiosos para ver o espetáculo de uma implosão [...] E no meio da pequena multidão silenciosa, Lagoinha soltou o samba: 'Adeus, Lagoinha, adeus. Estão levando o que resta de mim. Dizem que é a força do progresso. Um minuto eu peço para ver seu fim.' Houve um minuto de silêncio após o último acorde da música. E, depois, todo mundo viu um prédio ser jogado no chão." (PIROLI: 2004, p. 19)

Para parte da população, a demolição foi vista como positiva, trazia uma sensação de limpeza, a vitória da moral e dos bons costumes, uma vez que tanto o Bonfim, quanto a Lagoinha eram marcados pela presença da boemia e a Praça Vaz de Melo, como representante máximo deste indesejável estilo de vida. Contudo, houve os que se opuseram à essa postura. No relato da Sra. Adaíldes Souza, em reunião de trabalho para a Construção de Mapa Cultural da Lagoinha, o tom jocoso não esconde o afeto e o pesar de parte dos moradores da região com o ocorrido:

No dia da explosão, a prefeitura montou um... como é que chama... isso, um palanque. A prefeitura montou um palanque pra sociedade ver a destruição da praça! Mas a Lagoinha é forte, né? É tão forte que, logo depois da explosão, aquela nuvem de poeira, sabe? Aquela que sobe, o vento tocou pra cima da arquibancada! Acredita? Era a Lagoinha resistindo! (Depoimento da Sra. Adaíldes Souza: Belo Horizonte julho 2019).

Independente da aceitação, a demolição deste quarteirão inteiro foi muito impactante para o bairro, subtraindo não somente espaços de convivência diária e de lazer, mas de uma identidade



consolidada, como escreveu Jéssica Soares: “A implosão da praça (...) implicou o apagamento de uma parte importante da identidade histórica e cultural da cidade (SOARES, 2016).

As obras de alargamento e rebaixamento da canalização do ribeirão Arrudas (FIGURA 30) foram uma resposta às inundações de 1979 e 1980 (CAVALCANTE, 2011, p.101, FREIRE, 2009, p.37). Entretanto, durante toda a década de 1980, a perigosa combinação de altos índices pluviométricos e a falta de um planejamento urbano eficiente – que gera, dentre outros problemas, o crescimento desordenado da mancha urbana, incluindo a crescente taxa de impermeabilização do solo e a desigualdade socioespacial – provocou ainda uma série de inundações que tal obra não foi capaz de evitar:

Apesar da inundação ser um fenômeno natural e essencialmente físico foi observado como as inundações são agravadas pela visão do solo urbano como mercadoria, desigualdades econômicas/sociais, ações do Poder Público, entre outras questões essencialmente sociais (BRAGA & CARVALHO, 2003 *apud* CAVALCANTE, 2011, p.123).

A obra foi concluída somente em 1997.

Já obras de ampliação do túnel da Lagoinha duraram até 1986. Chamado de “túnel 2” o novo trecho foi concebido em dois níveis, objetivando segregar a o transporte coletivo (nível inferior) dos demais veículos (nível superior). Cada túnel foi destinado para uma determinada mão de direção: sentido Lagoinha-Cristiano Machado (túnel 2), sentido Cristiano Machado-Lagoinha (túnel 1– existente). Possibilitou maior vazão no fluxo de veículos, não somente para e aos bairros já consolidados, como Renascença e Cachoeirinha, mas também para e aos recém urbanizados Cidade Nova, Palmares e Goiânia (ALMEIDA, 2014).

### **Regulamentações Urbanas**

Entrando na década de 1990, a população, em especial, os moradores do Bonfim e Lagoinha, assimilavam a nova realidade trazida pelo complexo.

Após as eleições de 1992, na gestão do prefeito eleito Patrus Ananias, destacam-se dois eventos importantes para o bairro Bonfim: O projeto de renovação urbana da região da Lagoinha, no âmbito das comemorações do centenário de Belo Horizonte e a sanção da nova Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte<sup>57</sup> – LPOUS.

Em 1994 foi criada a Comissão BH-100, incumbida de organizar as comemorações do centenário. A comissão gerenciou o Projeto de Revitalização Integrada Lagoinha, o primeiro grande projeto de revitalização urbana e econômica de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1996b, p.14.V) que previa a “análise do bairro no contexto sociocultural, econômico e urbanístico no sentido de delinear um programa de recuperação, integrado ao PD e propostas de desenvolvimento

---

<sup>57</sup> Lei nº 7.166 de 27 de agosto de 1996.

econômico”(BELO HORIZONTE, 1994, p.12) e “juntamente com a restauração e conservação do conjunto arquitetônico (...), a preservação das atividades econômicas e a identidade cultural da região” (BELO HORIZONTE, 1996b, p.14.v). Interessante observar que em 1993, tiveram início os trabalhos de elaboração dos Inventários do Patrimônio Urbano e Cultural – IPUC – da Floresta, da Lagoinha, do eixo Raja Gabaglia e do 1º de Maio e mais tarde, em 1996, houve a criação da Área de Diretrizes Especiais da Lagoinha, que contemplavam justamente os tópicos sociocultural e econômico abordados no projeto.

Segundo relato da professora Heloísa Costa, que integrou o grupo de trabalho vinculado à comissão BH-100:

“a ideia era marcar os 100 anos com um grande projeto de renovação urbana, a exemplo (...) da Baixa Pombalina [em Lisboa] ou do *Les Halles* em Paris, ou não sei aonde, etc. e a ideia era pegar a região da Lagoinha, que devia incluir o Bonfim, a Lagoinha ser o lugar da... canalizar [inaudível] um projeto de renovação urbana, central, etc. e tal, preferencialmente sem gentrificação, no sentido da expulsão”. (Informação Verbal)<sup>58</sup>

Figura 39 – Foto aérea de Belo Horizonte de 1994



Fonte: EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.  
Editado pelo autor.

O Projeto Lagoinha, por meio de acordo internacional com a cidade-irmã de Porto de cooperação técnica e intercâmbio em revitalização de áreas urbanas degradadas, contou com a participação do arquiteto português Álvaro Siza, que elaborou “as bases da proposta da Praça do Centenário” (BELO HORIZONTE, 1995, p.13), que foi implantada junto à alça de saída do viaduto A, entre

<sup>58</sup> Depoimento da Profa. Heloísa Costa: Belo Horizonte, março de 2019.

a avenida Antônio Carlos e ruas Itapecerica e Adalberto Ferraz, esta alça integra uma nova série de obras no complexo viário que foram iniciadas no mesmo ano, para melhorias no trânsito. Foram previstas desapropriações para o alargamento da av. Presidente Antônio Carlos entre as ruas Adalberto Ferraz e Rio Novo, a implantação da passarela de pedestres, além de obras de infraestrutura (drenagem, pavimentação, sinalização e paisagismo), conforme Figura 39.

A área de abrangência desse projeto se estende da Avenida Pedro II aos bairros Bonfim, Lagoinha, até a Rua Diamantina, parte do Santo André e parte do São Cristóvão. Tal projeto visava a revitalização da região a partir das edificações que se encontravam em péssimo estado de conservação com: a pintura de alguns imóveis; a revitalização do Mercado Popular da Lagoinha; a conclusão da construção do elevador A; o tratamento da alça do novo viaduto da Praça Vaz de Melo; a recuperação das Praças 15 de Junho, Bonfim e Agostinho Martini; a recuperação da Rua Itapecerica; e o inventário das edificações existentes. (FREIRE, 2009, p. 119).

Em 12 de dezembro de 1997 a cidade completou 100 anos. As comemorações aconteceram na primeira gestão do prefeito Célio de Castro. Contudo, para o bairro Bonfim a gestão passada promoveu ações no e para o território – quando dos preparativos para a data – que tiveram maior relevância.

### **Modificações Urbanas**

De acordo com o levantamento aerofotogramétrico elaborado em 1972, representado pela Figura 40, podemos observar que todo o sistema viário do bairro já havia sido concluído. Destaca-se a rua Sete Lagoas, que finalmente foi estendida até a avenida Pedro II; as ruas Jaguarão, Arceburgo, Caparaó, que estão representadas em sua totalidade; as ruas Fortaleza e Borda da Mata, que também chegaram à rua do Bonfim; e a rua Botelhos, que reapareceu, embora não chegasse à rua do Bonfim, provavelmente pela altíssima declividade deste trecho. A antiga rua União foi estendida até a rua Resende Costa e teve seu nome alterado para Rui Lage. A rua Resende Costa passou a ter uma continuidade, pela pequena rua São Melo (atual rua Alberto Gualberto) que chegou até a rua Além Paraíba.

Na entrada do cemitério, a praça foi nomeada neste levantamento como “Praça Timburi”. Na rua Bonfim, já consta a fábrica de massas Orion, importante edificação identificada por um letreiro no alto, que podia ser observado desde o centro da cidade.

Escassas eram as áreas livres. Praticamente todo o bairro já se apresentava muito construído, porém com predominância de edificações com baixa altimetria. As exceções continuaram concentradas nos terrenos com alta declividade: nas ruas Borda da Mata e Botelhos, ambas no encontro com a rua do Bonfim e o interior da quadra delimitada pelas ruas Mariana, Sete Lagoas, Além Paraíba e Fortaleza. É possível perceber poucos lotes sem construção.

Figura 40 – Bairro Bonfim no detalhe do levantamento aerofotogramétrico de Belo Horizonte de 1972



Fonte: EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.  
Editado pelo autor.

Nos anos de 1980, o conjunto das obras do Trem Metropolitano de Belo Horizonte e do complexo da Lagoinha, tal como foram concebidas, demandaram a demolição de vários quarteirões ao longo da linha férrea.

Eles deram lugar à Estação Lagoinha e dois viadutos que foram erguidos entre 1981 e 1985, conectando a avenida Antônio Carlos e Cristiano Machado (através dos túneis) à avenida do contorno em ambos sentidos e eliminando a passagem obrigatória pelo centro, conforme mostram a Figura 41 e a Figura 42 a seguir:

Figura 41 – Quarteirões demolidos para as obras do Trem Metropolitano e complexo viário



Fonte: Acervo do Arquiteto Paulo Campos Cristo.

Figura 42 – Obras em andamento, 1984



Fonte: BERNARDES; BORSAGLI, 2014, p. 58.

A aerocarta de 1989 (Figura 43), mostra as obras do complexo viário, do túnel e do ribeirão arrudas concluídas<sup>59</sup>. É possível perceber o aumento significativo nos vazios urbanos, em decorrência da implantação dos viadutos e alças, que geraram grandes espaços residuais (Figura 44).

Esse conjunto de obras trouxe impactos nas dinâmicas sociais e de paisagem. Com a segregação da linha do Trem Metropolitano, por meio de um muro intransponível, fisicamente, o acesso de pedestres ao centro da cidade foi reduzido drasticamente: uma estreita passarela aérea foi construída somente em 1994, partindo das proximidades da implodida praça Vaz de Melo, em um terreno na esquina das ruas Além Paraíba, Itapeperica e avenida Nossa Senhora de Fátima (terreno este obtido através de mais uma demolição), alcançando a rua Vinte e Um de Abril, ao lado do Terminal Rodoviário. Não foram previstas áreas de circulação de pedestres em nenhum dos viadutos do Complexo Viário (Figura 45).

---

<sup>59</sup> A ampliação e rebaixamento do canal do Arrudas estava concluída neste trecho.

Figura 43 – Aerocarta de Belo Horizonte de 1989. Em destaque os vazios promovidos pelas demolições



Fonte: EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.  
Editado pelo autor.

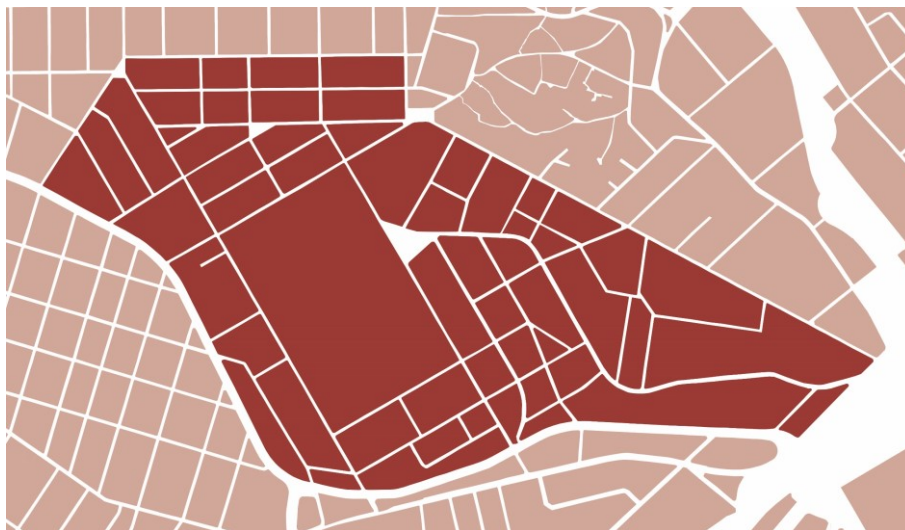
Figura 44 – Bonfim, década de 1980. Em primeiro plano a área residual resultante de demolições cercada pelo muro do Trem Metropolitano



Fonte: Página do Facebook – Fotos antigas de Belo Horizonte<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/?tn-str=k%2AF>> Acesso em: 10 maio 2018.

Figura 45 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1994



Fonte: Elaborado pelo autor.

### 2.3.3.2 As Cicatrizes e a Área de Diretrizes Especiais (1996-2003)

#### **Contextualização Histórica**

Em 1996 entrou em vigor a nova Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte (7.166/1996), que, dentre outras inovações, determinou novo zoneamento para o solo urbano. Diferente do zoneamento anterior, basicamente regido pela distinção do uso das edificações (zonas residencial e comercial, por exemplo), o proposto pela nova lei se baseou na capacidade de adensamentos (populacional e construtivo) do solo. Foi um período de poucas modificações no território.

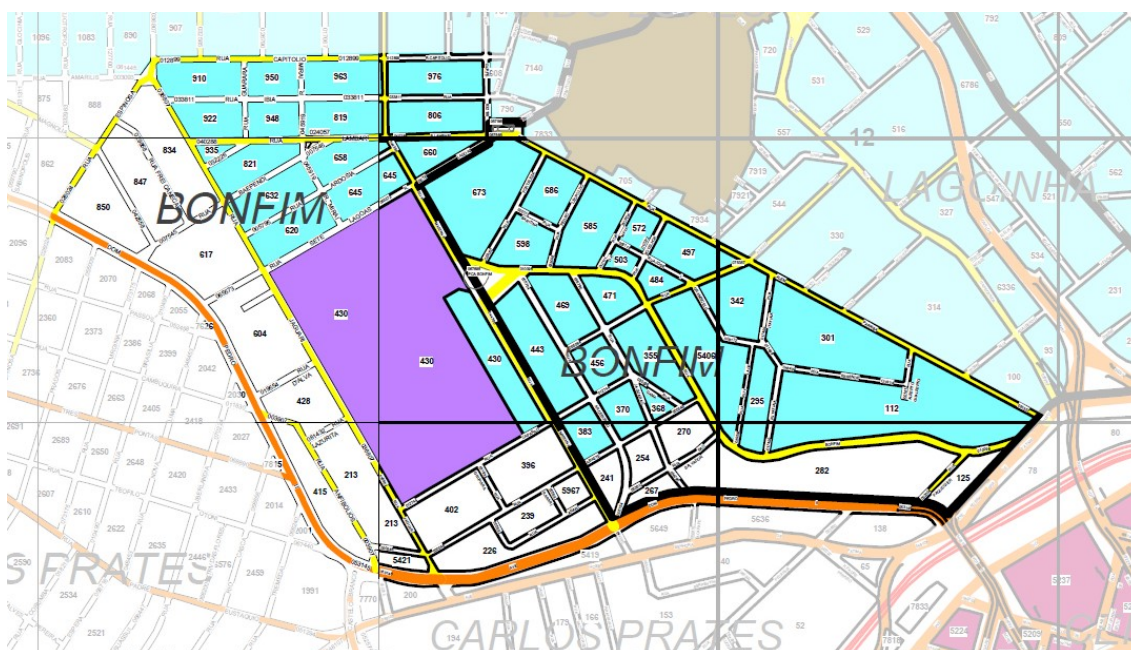
#### **Regulamentações Urbanas**

A nova LPOUS previu para o bairro Bonfim, três zoneamentos diferentes: um de alta permissividade construtiva, outro de restrição e outro para grandes equipamentos. Como mostrado na Figura 46, a área em branco representa a Zona de Adensamento Preferencial – ZAP, que compreendeu uma faixa que se inicia junto à rua Bonfim, prossegue marginalmente à avenida Pedro II até a rua Espinosa e é delimitada pelas ruas Jaguari, Caparaó, Mariana, Abaeté e Bonfim. Nos lotes localizados neste zoneamento, o potencial construtivo era elevado, representando 1,7 vezes a área do terreno e a permissividade de adensamento populacional era a segunda mais alta prevista pela lei. Já a área em azul claro, correspondente à área remanescente do bairro, subtraindo-se o cemitério (em roxo no mapa), foi classificada como Zona de Adensamento Restrito 2 – ZAR-2, que apresentava parâmetros mais restritivos de potencial construtivo – 1 vez a área do terreno – e de adensamento populacional – pouco mais da metade prevista para o ZAP. A Zona Especial – ZE foi criada para classificar os grandes equipamentos e áreas industriais da

cidade, que, em virtude de suas especificidades de uso e ocupação, não se enquadravam em Zoneamentos com parâmetros urbanísticos pré-determinados, devendo ser analisados individualmente. Por este motivo o ZE não apresentou nenhum parâmetro urbanístico.

Vale ressaltar que uma porção do cemitério do Bonfim, junto à esquina das ruas Caparaó e Mariana, foi classificada como ZAR-2. Esta porção (como todo o cemitério) já se encontrava plenamente consolidado à essa época, ocupado pelos mortos, o que refuta qualquer hipótese de ocupação por parte dos vivos. Essa situação permaneceu na revisão da LPOUS nos anos 2000 (lei nº 8137 de 21 de dezembro de 2000), vindo a ser alterada somente na revisão da LPOUS ocorrida em 2010 (lei nº 9959 de 20 de junho de 2010), quando foi reclassificada como ZE.

Figura 46 – Detalhe do Mapa de Zoneamento da Lei 7.166/1996 com o bairro Bonfim em destaque



Fonte: BELO HORIZONTE, 1996a. Editado pelo autor.

Neste mapa podemos observar ainda a poligonal que definiu a Área de Diretrizes Especiais (ADE) da Lagoinha abrangendo parte do bairro Bonfim. Em linha espessa, o limite da ADE adentra o bairro pela avenida Nossa Senhora de Fátima, percorre a avenida Pedro II, rua Mariana, rua Sete Lagoas, contorna a praça 15 de novembro e continua já no bairro Lagoinha.

As ADEs foram mais uma inovação trazida pela LPOUS de 1996. Segundo o art. 75 da lei 7.166/1996, as ADEs “são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas (...), podendo demandar parâmetros (...) que se sobrepõe aos do zoneamento e sobre eles preponderam” (BELO HORIZONTE, 1996a, p. 32), isto é, um sobrezoneamento que tratam de forma especial determinada porção do solo do município, em função de aspectos culturais, ambientais ou de uso do solo. No caso da ADE da Lagoinha, as características relevantes que



motivaram sua criação foram a localização estratégica e a importância cultural e econômica da região (BELO HORIZONTE, 1996a). Do ponto de vista cultural, a ADE destinou-se à proteção do patrimônio cultural e da paisagem urbana; à revitalização de áreas degradadas ou estagnadas, embora não tenha estabelecido nenhum parâmetro urbanístico. Vale ressaltar ainda que somente um imóvel foi tombado pelo município neste período. Do ponto de vista econômico, a ADE indicou a necessidade de adoção de políticas que visem a permanência das atividades econômicas tradicionais na área, bem como o estímulo à implantação de novas atividades que sejam compatíveis com as já existentes e a implantação de equipamentos que induzam a modernização de processos produtivos. Para isso, há previsão de estímulos via incentivos fiscais. Em relação às áreas que se apresentem degradadas ou subutilizadas, foram elencadas as operações urbanas.

### **Modificações Urbanas**

No final da década de 1990 mais uma quadra foi integralmente demolida: a delimitada pelas ruas Paquequer, Bonfim e avenidas Dom Pedro II e N. Sra. de Fátima (Figura 47) e, novamente, sob a justificativa de melhorias no trânsito, mediante nova conexão entre as avenidas Pedro II e Antônio Carlos (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011).

Figura 47 – Detalhe da Aerofoto de 1994 indicando quarteirão posteriormente demolido

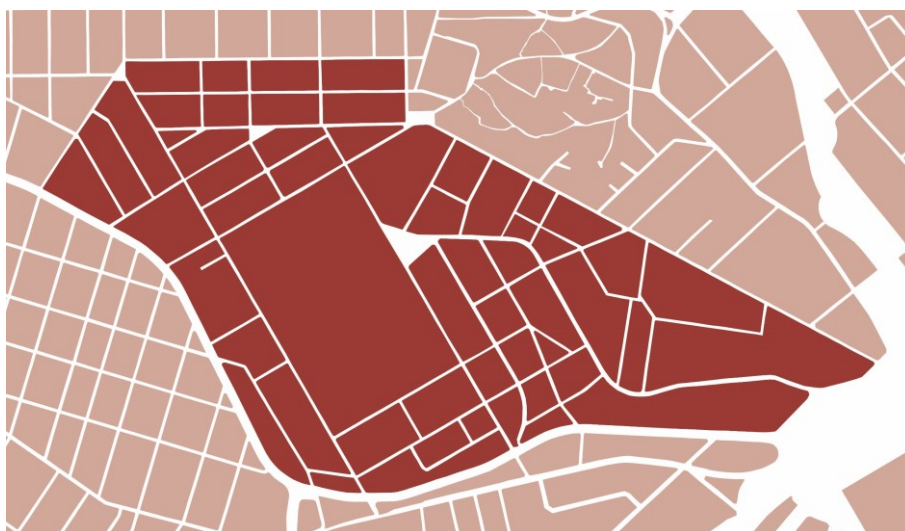


Fonte: EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.  
Editado pelo autor.

Essa quadra foi, durante décadas, o local de várias casas de prostituição. A demolição teve, assim, também caráter simbólico e higienista. Mesmo permanecendo algumas casas ainda em funcionamento, sobretudo no “baixo Bonfim” (ruas Jaguarão, Gama, Acerburgo, São Salvador), o quarteirão que mais representava o ofício no bairro já não mais existe (Figura 48).

O advento da ADE da Lagoinha, pode ser entendido como uma tentativa de alinhamento de políticas ao que Castriota (2014) chama de “importante inflexão na trajetória da problemática do patrimônio cultural no final do século XX”, isto é, as questões relativas ao patrimônio cultural se deslocam do campo da política para a economia, o que é visto pelos gestores municipais com bons olhos no que se refere à relação entre patrimônio e mercado, “equacionando finalmente a problemática da promoção do potencial desses bens enquanto recursos simbólicos e materiais”. (ARANTES, 2002 *apud* CASTRIOTA, 2014, p. [--]).

Figura 48 - Mapa Figura-Fundo do Bonfim em 1996 (até os dias atuais)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Graças ao distanciamento que o tempo nos permite, o que se observa é que, no caso do bairro Bonfim, a problemática do patrimônio cultural ainda permanece: o mercado imobiliário – ainda – não se apropriou dos recursos simbólicos e materiais do conjunto urbano.

Vale ressaltar que existem somente 02 edificações tombada (Figura 49) de fato no bairro, a despeito de dezenas de indicações para o tombamento, o que pode fragilizar a promoção destes bens.

Figura 49 - Casas Tombadas na rua Bonfim nº 118 e 128



Fonte: Instagram – Casas da Lagoinha<sup>61</sup>.

### 2.3.3.3 Os Grandes Eventos (2003-2015)

#### Contextualização Histórica

Este último período evolutivo inicia-se em 2003, ano em que o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu seu primeiro Presidente da República – Luís Inácio Lula da Silva – e inaugurou um governo que durou até 2016, com sua sucessora, Dilma Rousseff, e trata dos impactos no bairro, oriundos das obras demandadas pelos grandes eventos, articulados por esse governo, que ocorreram no país nesta última década, a saber, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

Após as comemorações do centenário e aliviados com as brandas consequências do *bug* do milênio, adentramos os anos 2.000 com uma das obras mais drásticas e de maior porte que ocorreu no território: a duplicação da avenida Antônio Carlos.

Chegando na década atual, temos a implantação do BRT – MOVE<sup>62</sup> em 2014, no mesmo ano em que a prefeitura retomou o projeto da Operação Urbana Consorciada, agora OUC-ACLO<sup>63</sup>. Como somente em 2016 foi aprovado seu Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV – pelo Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR – não ocorreu nenhuma intervenção resultantes desta OUC neste período.

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/casasdalagoinha/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>62</sup> O sistema foi implantado primeiramente na avenida Cristiano Machado e posteriormente na avenida Antônio Carlos, ambas em pistas segregadas (*busways*).

<sup>63</sup> A OUC ACLO é resultado do acordo entre a PBH e o MP, que impugnou a primeira versão – OUC Nova BH - por falta de participação popular em seu processo, o que é obrigatório, conforme o Estatuto das Cidades.

### **Regulamentações Urbanas**

Nesta nova versão da OUC, segundo o Plano Urbanístico para a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (BELO HORIZONTE, 2015), a parte do bairro Bonfim contemplada na primeira versão foi ampliada, passando a considerar toda a porção entre o complexo viário e o cemitério. Tal porção foi definida como Área de Interesse Cultural, prevendo ações e projetos como a alargamento de passeios, arborização, substituição da fiação aérea por subterrânea nas ruas Além Paraíba, Bonfim e Itapeverica, recuperação/restauração do cemitério do Bonfim e da Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Pobres. Em relação ao uso e ocupação, foram previstas restrições altimétricas em toda a mancha e a classificação em Área de Amortecimento, exceto a franja lindeira à avenida Pedro II, que foi classificada como Área de Adensamento. A Área de Amortecimento objetiva manter a ambiência e as centralidades locais, mediante a articulação da unidade de vizinhança com o corredor da avenida Antônio Carlos através de obras de pequeno e médio portes, previsão de adensamento populacional e construtivo moderados, bem como atividades econômicas compatíveis com o uso residencial. Já a Área de Adensamento prevê o oposto, ou seja, a potencialização da atividade econômica já existente na avenida Pedro II, através de empreendimentos de maior porte e abrangência; maior adensamento populacional e construtivo e incentivo a edificações de uso misto. Está previsto ainda a adoção dos modelos “Quadra Praça” para os novos empreendimentos que venham a ser erguidos nas quadras entre as ruas Paquequer e Jaguarão; e “Quadra Galeria” no quarteirão delimitado pelas ruas Jaguarão e Arceburgo. Ambos modelos preveem alto Coeficiente de Aproveitamento (5,0 e 4,0 respectivamente) associado à baixa Taxa de Ocupação (0,5 a 0,7) além de áreas de fruição pública em áreas livres de uso público. (BELO HORIZONTE, 2015)

Também está prevista para a primeira fase da OUC o programa de *revitalização* (sic) da Lagoinha.

### **Modificações Urbanas**

Embora não esteja diretamente vinculada ao Bonfim, a obra de duplicação da avenida Antônio Carlos impactou o bairro em virtude de sua envergadura e abrangência em termos espaciais e de gestão. A duplicação abriu caminho para outras intervenções que ocorreram posteriormente, como a implantação do *Bus Rapid Transport* - BRT nas avenidas Antônio Carlos e Dom Pedro II – nesta sem a necessidade de desapropriações pois reservou as pistas da direita, em ambas mãos de direção, para os ônibus; mais uma ampliação do complexo viário e alterações no trânsito local (alterações nas mãos de direção, fechamentos de vias, áreas de estacionamento rotativo, etc.).

Conforme a foto aérea do ano de 2012 (Figura 50), a nova ampliação do complexo viário permitiu a ligação entre as avenidas Pedro II e Cristiano Machado, com o intuito de evitar que os carros passassem pelo centro para essa conexão, que era até então, a opção preferencial. Não ocorreu mais mudanças significativas no sistema viário do bairro.

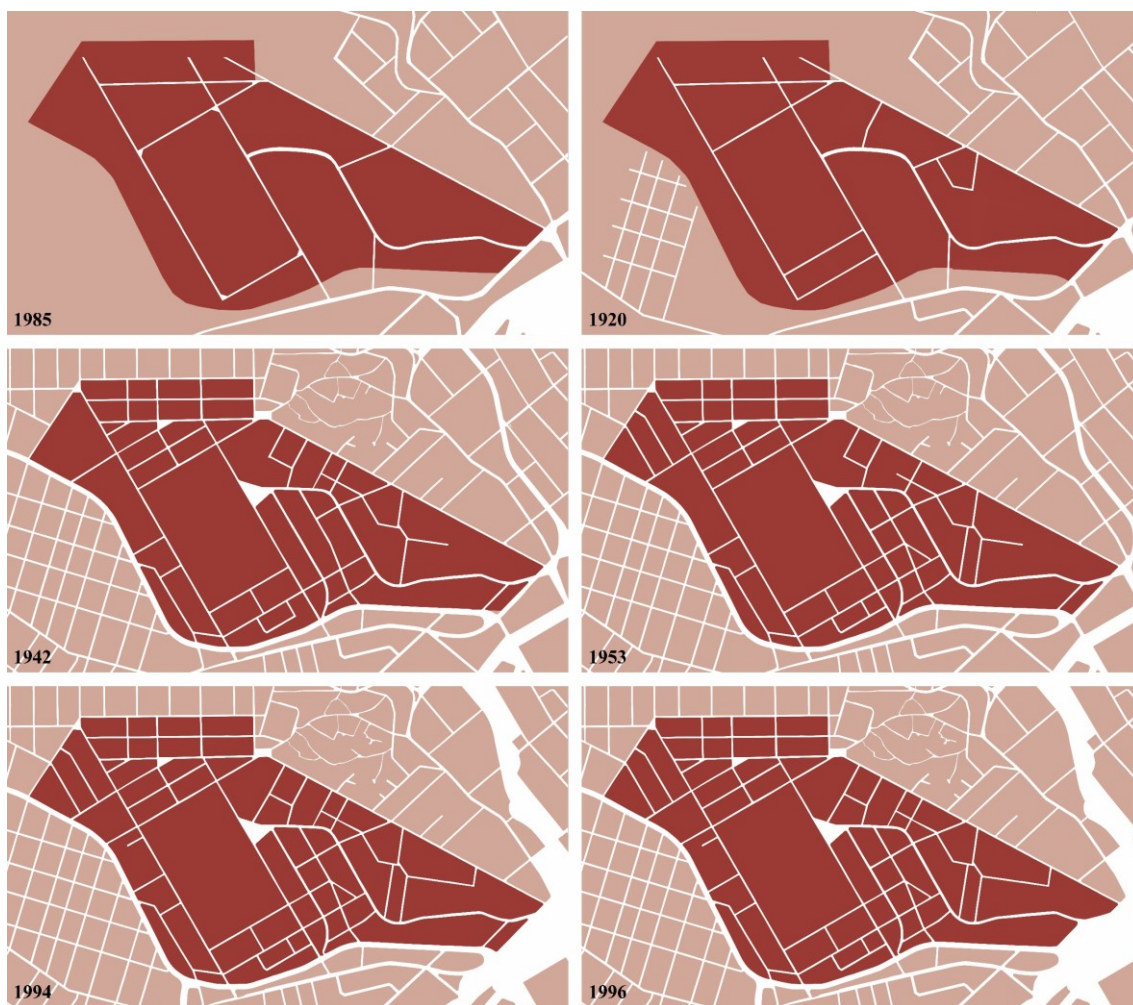
Figura 50 – Foto aérea de Belo Horizonte de 2012



Fonte: EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

A seguir, a Figura 51 mostra o conjunto dos mapas de Figura-Fundo elaborados nesta seção e possibilitam uma análise comparativa das modificações ocorridas no sistema viário do bairro ao longo do tempo:

Figura 51 - Alterações do bairro Bonfim ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pelo autor.

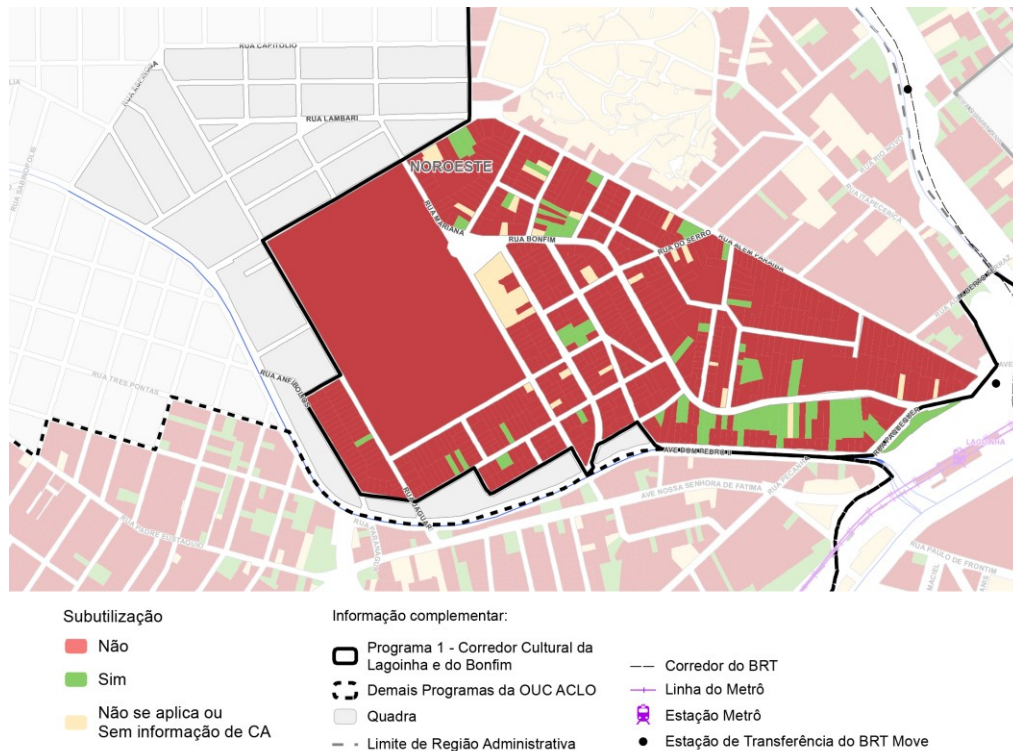
## 2.4 Potencial de Renovação Urbana

A análise do Potencial de Renovação Urbana – PRU – do bairro Bonfim no contexto deste trabalho possibilitou a verificação da viabilidade de um possível processo de gentrificação, por meio da ação direta do mercado imobiliário e projetar como este poderá interferir na paisagem urbana do bairro, composta majoritariamente por residências unifamiliares de 1 a 2 pavimentos e frágeis à processos de substituição urbana.

Apesar do Bonfim não ser um bairro subutilizado do ponto de vista do aproveitamento do seu solo (Figura 52), ele apresenta um baixo Coeficiente de Aproveitamento (CA) praticado, em função do zoneamento em vigor (Cf. Figura 46, p. 77) o que, atualmente, compromete a renovação urbana, (Figura 53). Contudo, o novo Plano Diretor e a OUC-ACLO preveem novos CA que alterarão esse cenário.

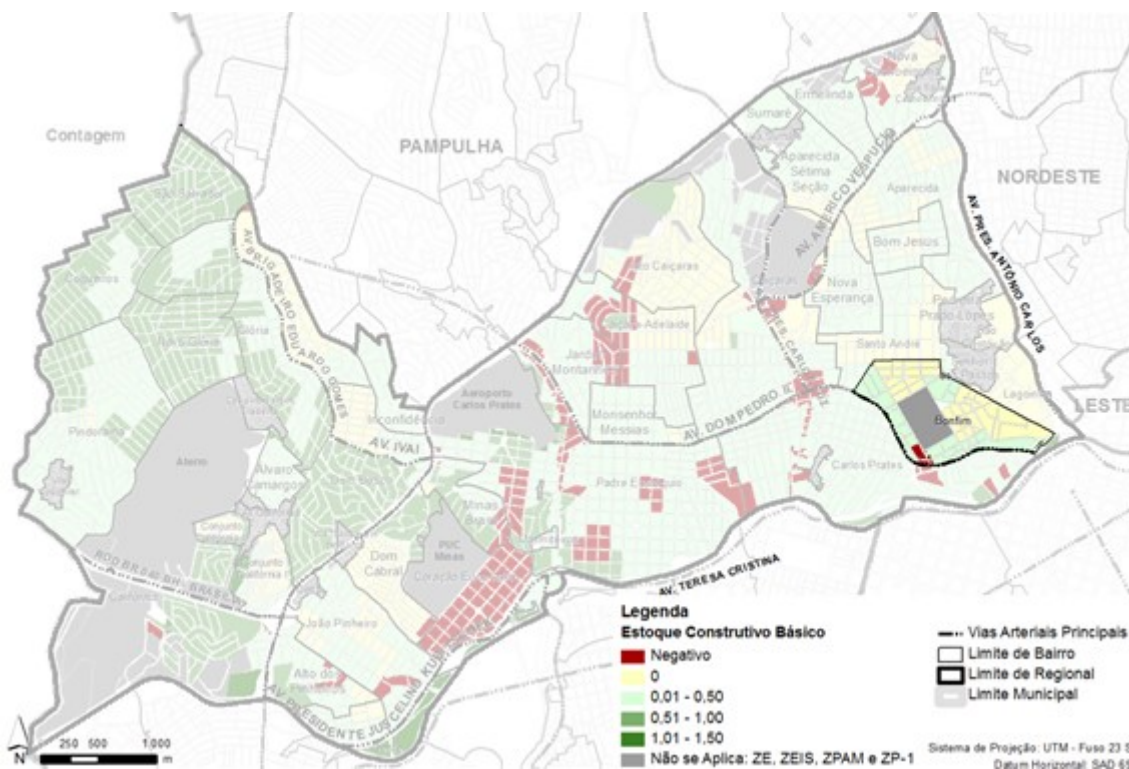
É possível observar uma faixa entre a rua Bonfim e a av. Pedro II com uma concentração de terrenos subutilizados.

Figura 52 – Grau de utilização do Solo - bairro Bonfim



Fonte: BELO HORIZONTE, 2015, p.175. Editado pelo autor.

Figura 53 – Estoque de Potencial Construtivo - Regional Noroeste com o bairro Bonfim em destaque



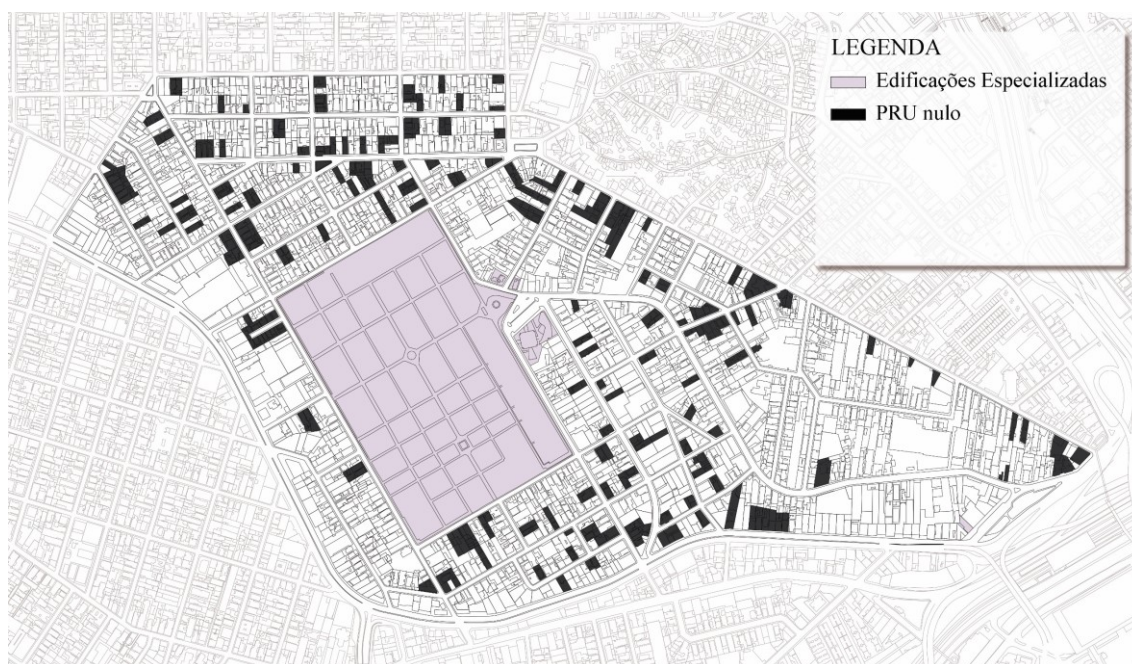
Fonte: BELO HORIZONTE, 2014, p. 156. Editado pelo autor.

Podemos perceber que grande parte do bairro já não possui potencial para construir, ou seja pratica o CA maior ou igual a 1. A faixa mais próxima à av. Pedro II, classificada como ZAP, ainda possui até 0,5 de coeficiente disponível e uma mancha próximo aos trechos de maior declividade do terreno também possui o mesmo estoque, porém como estão em ZAR-2, significa que é uma parte do bairro menos adensada.

A definição do PRU foi feita a partir da análise das seguintes variáveis: Edificações tombadas e indicadas para tombamento; Existência de Lotes vagos (isolados ou em conjunto) e Galpões; Altimetria das Edificações (quantidade de pavimentos); Altimetria e CA Máximos permitidos pela legislação e Centralidades no Bonfim. Para todas elas, gerei mapas que foram sendo sobrepostos com o objetivo de ter, ao final, um mapa síntese que permitisse tecer considerações sobre o PRU no Bonfim.

Começo pelas Edificações que já estão tombadas ou as que foram indicadas para o tombamento na esfera municipal. O tombamento é um instrumento de salvaguarda do patrimônio material ou imaterial, que se configura um impedimento para as renovações. Tratam-se, pois, dos imóveis com PRU nulo. Neste estudo, considerei tanto os imóveis já tombados (e protegidos), quanto os indicados para o tombamento, mesmo havendo a possibilidade destes imóveis não serem tombados ao final dos referidos processos. Contudo, enquanto estes processos estiverem inconclusos, os imóveis não podem ser modificados, ou seja, para efeitos práticos, possuem um PRU nulo.

Figura 54 – Mapa PRU estágio 1 - Imóveis Tombados, Indicados para Tombamento ou em processo de Registro Documental



Fonte: Elaborado pelo autor.



O mesmo também ocorre para os imóveis indicados para o registro documental, em função do caráter precário do PRU nulo. Assim, temos o primeiro estágio do Mapa de PRU na Figura 54. Ressalto que, à medida em que os processos de Registro Documental e Tombamento desse mapa deverá ser seguidamente atualizado.

A próxima variável é a verificação se existem lotes vagos e de galpões na área de estudo. Ao contrário da variável Edificações Tombadas, essa variável nos mostra os imóveis com maior grau de renovação, uma vez que o lote vago gera menor custo de obra por ter, via de regra, preço de venda mais baixo que um lote edificado e por não demandar demolições que também oneram a construção, o que os fazem ser mais interessantes aos olhos do mercado. Um fator que potencializa esse interesse é a ocorrência de conjuntos de lotes contíguos, uma vez que há a possibilidade de empreendimentos de maior porte e que os preços de mercado tendem a ser proporcionalmente menores.

De maneira similar, os galpões possuem maior PRU dentre as tipologias de construção, pela sua facilidade de demolição, em função do seu sistema construtivo-estrutural que, de forma geral, é concebido em estrutura metálica. Cabe uma ressalva para os grandes galpões dotados de lajes intermediárias ou os que possuem grande compartimentação interna, que se aproximam de outros tipos edifícios.

Desta forma, temos os lotes vagos como as opções de altíssimo PRU, seguido dos galpões com alto PRU (Figura 55):

Figura 55 – Mapa PRU estágio 2 – Lotes vagos e Galpões

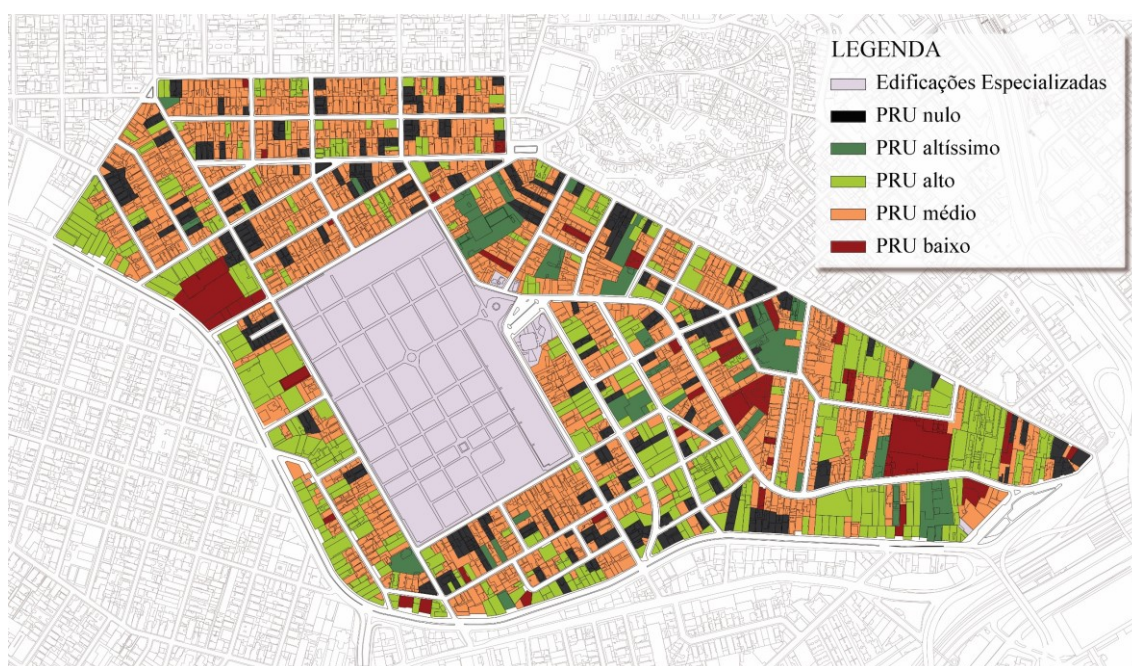


Fonte: Elaborado pelo autor.

A variável Altimetria das Edificações, que significa o número de pavimentos que os imóveis possuem, pode ser entendida como a primordial para a definição do PRU. Isso porque vai atingir uma inegável maioria de imóveis da área de estudo, classificando seu potencial de renovação em função do número de pavimentos que possuem: quanto menor for o número de pavimentos da edificação, maior será seu potencial.

Assim, proponho a seguinte divisão: edificações de 1 a 3 pavimentos com PRU médio e edificações acima de 4 pavimentos com PRU baixo (Figura 56):

Figura 56 – Mapa PRU estágio 3 – Altimetrias diversas



Fonte: Elaborado pelo autor.

As variáveis Altimetria e CA Máximos Permitidos abordam a Área de Diretrizes Especiais da Lei nº 11.181/2019, que instituiu o novíssimo Plano Diretor Municipal e a Deliberação Nº 193/2016 que, por sua vez, instituiu o tombamento do conjunto urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Como o Plano Diretor foi recentemente aprovado, mesmo que ainda não esteja em vigor, espera-se que o prazo para sua regulamentação não se estenda, motivo pelo qual considere os parâmetros dessa legislação. Também considere a OUC-ACLO, com destaque para as centralidades por ela definida que certamente influenciará na PRU em função da visibilidade que os imóveis situados nessas manchas possuem, incrementando seu valor, principalmente para os usos comercial e mistos.

Pela natureza regulamentadora das variáveis, optei por fazer uma alteração sobre o mapa que vinha sendo construído. Desta forma, tais variáveis produziram uma reclassificação dos PRU de alguns imóveis, ora promovendo, ora restringindo a renovação urbana.

Nos casos de promoção da renovação destaco os lotes onde o tombamento do conjunto urbano não previu grandes restrições altimétricas, bem como os lotes onde há incentivos para o adensamento previstos na OUC-ACLO. Tal configuração é possível de ser observada no mapa da Figura 57 a seguir.

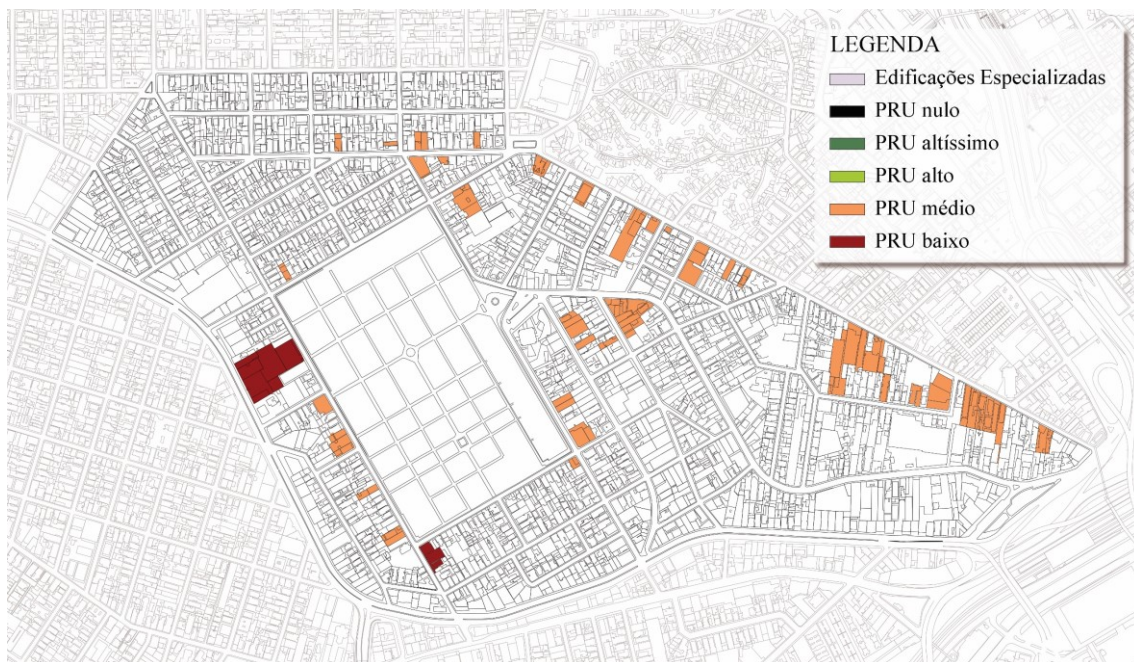
Figura 57 – Mapa PRU estágio 4 – Atualização dos potenciais em função de parâmetros de incentivo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos casos de restrição, destaco onde o tombamento definiu grandes e médias restrições altimétricas, a saber, 7 e 10 metros. Esses casos estão demonstrados no mapa da Figura 58 a seguir.

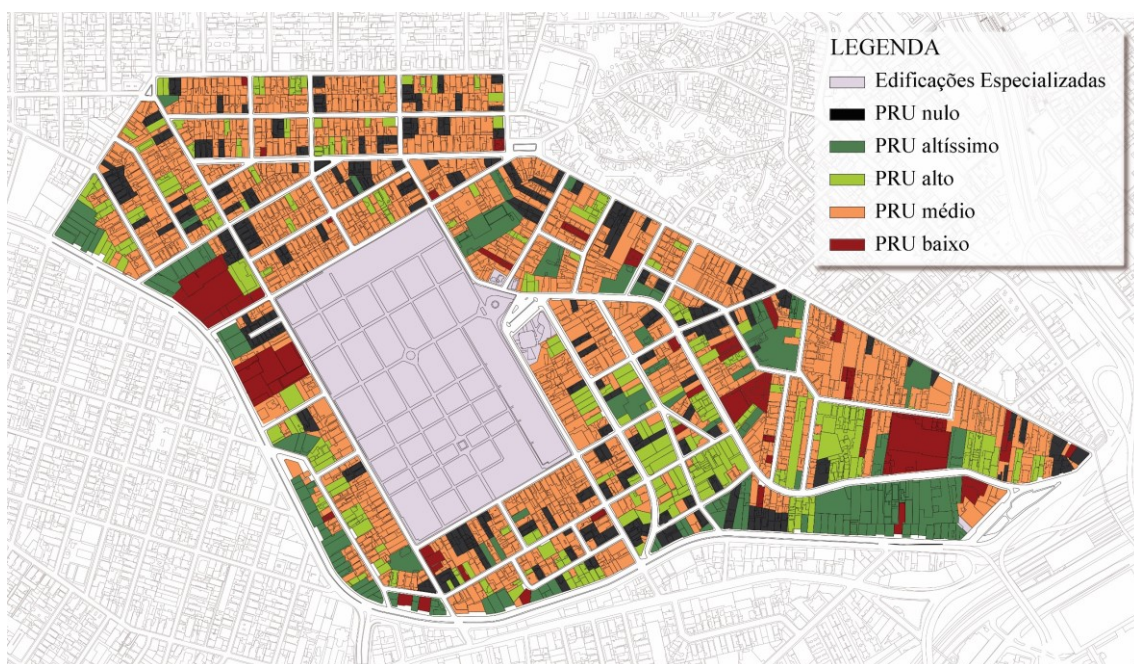
Figura 58 – Mapa PRU estágio 4 – Atualização dos potenciais em função de parâmetros de restrição



Fonte: Elaborado pelo autor.

Desta forma, o mapa final de PRU do bairro Bonfim, considerando todas as variáveis listadas no início desta seção, inclusive atualizadas pelas variáveis Altimetria e CA Máximos Permitidos e Centralidades ficou assim configurado (Figura 59):

Figura 59 - Mapa de Potencial de Renovação Urbana do bairro Bonfim



Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos perceber que o bairro não possui um expressivo potencial de renovação de forma geral. Há algumas manchas pontuais com altíssimo potencial, como a do início da avenida Pedro II, em função dos parâmetros relativos à altimetria estabelecidos pelo Tombamento do Conjunto Urbano, acrescido dos incentivos da OUC-ACLO. Entretanto, esses lotes voltados para essa avenida possuem características muito díspares de uso e ocupação, se comparado ao restante do bairro. Assim, os efeitos de um possível adensamento destas áreas não teriam os mesmos impactos das outras localizadas no interior do bairro, como no caso das outras manchas na rua Mariana entre ruas Sete Lagoas e Fortaleza, e na esquina das ruas Itatiaia e José Ildeu Gramiscelli, esta com potencial pouco abaixo.

Certamente, as renovações se darão inicialmente pelas manchas citadas acima, sendo que, na grande parte do bairro, a paisagem tende a se manter.

### 3 DISCUSSÃO CONCEITUAL

Este capítulo tem por objetivo estabelecer uma análise teórica e conceitual para o entendimento da inquietação que deu origem a esse trabalho: *o porquê da não afetação do bairro Bonfim pela gentrificação*.

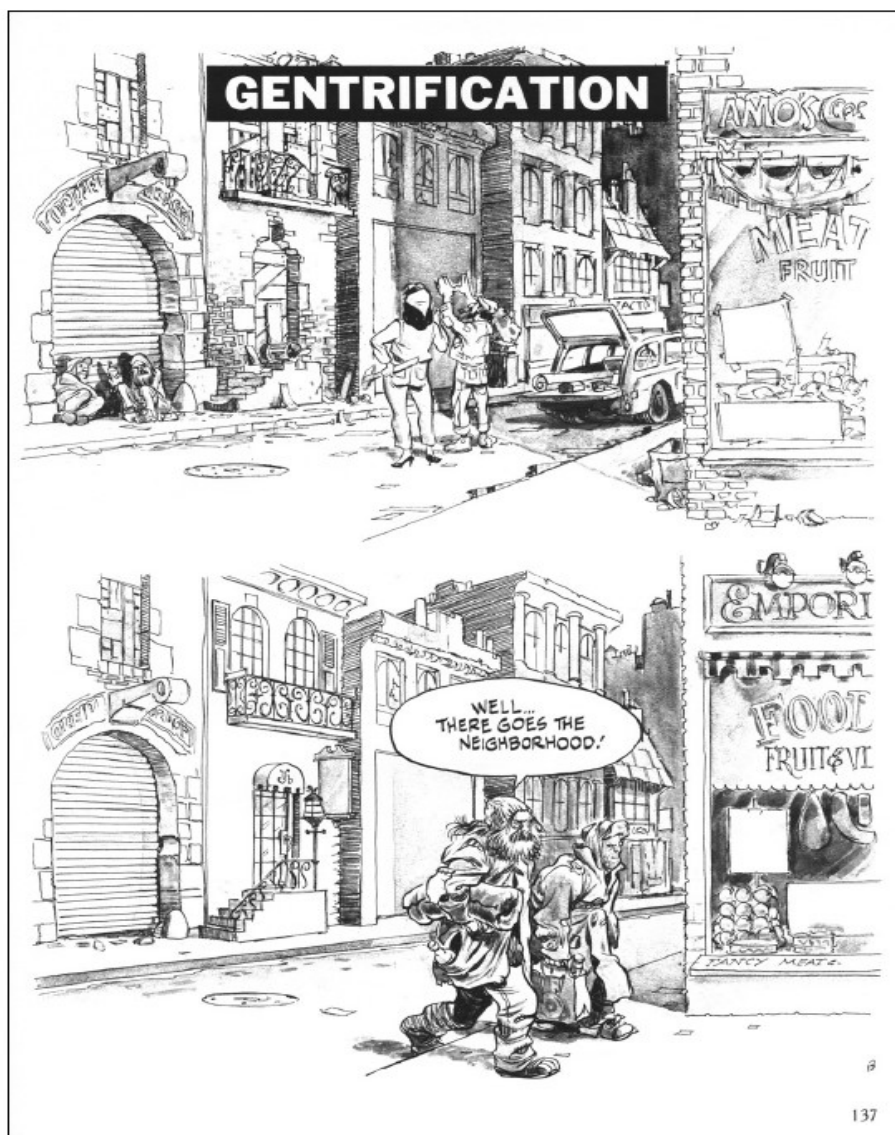
Para tanto foi necessário discutir, num primeiro momento e à luz dos autores Niel Smith (1987, 2006), David Ley (1986, 1987, 2003), David Harvey (1992, 2003), além de Ruth Glass (1964), Clark (1988) e Zukin (1987), o que significa gentrificação, como seu processo ocorre e as suas consequências, bem como proceder uma atualização desse conceito para o contexto da América Latina, através dos autores Janoschka e Sequera (2014). Procurei construir um roteiro exploratório com o intuito de investigar os pressupostos, agentes e processos que geraram gentrificação – mas também resistências e possibilidades de cooptação pelo Poder Público – e, assim, conseguir identificar potenciais processos – futuros ou já em curso – no bairro Bonfim.

Por fim, analisei a condição de cooptação de movimentos que, inicialmente, exploram fissuras e brechas do sistema capitalista-neoliberal, através dos autores Marcelo Lopes de Souza (2010) e John Holloway (2013), com o objetivo de analisar possíveis processos ocorridos e/ou em andamento no território. Pretendi assim traçar um possível panorama e contribuir para o questionamento e possibilidade de mudança de caminho.

#### 3.1 Gentrificação

Considerando a ação da gentrificação como ponto de partida para a discussão do meu trabalho, é importante caracterizar com maior propriedade esse fenômeno. Para isso apresento, de forma breve, mas não reducionista, a gênese desse conceito que transforma a estrutura urbana e a delimitação do que se entende por gentrificação, uma vez que esse termo vem sendo empregado, indiscriminadamente, com uma pluralidade de sentidos.

Figura 60- História em quadrinhos



Fonte: EISNER, 2009.<sup>64</sup>

### 3.1.1 Conceitos e teorias sobre gentrificação

De tempos em tempos, alguma palavra fica na moda no debate sobre as cidades. Sem dúvida, gentrificação é um desses termos. Não há debate sobre a cidade e suas áreas centrais em que ele não apareça de alguma forma (CYMBALISTA, 2018).

O primeiro texto que se tem conhecimento que revelou uma alteração na estrutura urbana usando a palavra gentrificação, foi o da autora Ruth Glass (1964). Ela cunhou esse termo para explicar a invasão dos *mews* da área central de Londres tradicionalmente ocupados por classes

<sup>64</sup> EISNER, Will. *Nova York: a vida na grande cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 137

trabalhadoras, pelos *gentry*, ou seja, famílias da classe média e alta. Glass estabeleceu assim, um marco histórico que foi, a partir daí, motivo para o desenvolvimento de inúmeros trabalhos e estudos desse processo de elitização ou de "enobrecimento" de determinadas áreas da cidade predominantemente populares.

Porém, um dos maiores divulgadores de pesquisas relativas a esse tema foi o geógrafo Neil Smith.

Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes médias alta e baixa. Locais com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores que tinham mudado de função - ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sublocadas - recuperaram um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí moravam originalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado (GLASS, 1964 *apud* SMITH, 2006, p.60).

Para Smith (2006), há dimensões espaciais e territoriais no processo de gentrificação: o autor estrutura o processo em fases - ou, em suas palavras, *ondas*.

A primeira onda ocorre quando algumas pessoas, consideradas pioneiras, investem em uma área da cidade com baixo valor imobiliário. Essas pessoas nem sempre possuem alto poder aquisitivo, mas são consideravelmente intelectualizadas e enxergam uma oportunidade em morar num lugar geograficamente interessante (geralmente áreas próximas aos centros das cidades), adquirindo imóveis ou pagando aluguéis com valor bem abaixo do mercado. Além disso, não se sentem incomodadas de viver em um estilo alternativo, antes se sentem adequadas ao estilo de vida urbano contemporâneo. Smith classifica esse processo como espontâneo.

Seguindo seu entendimento, haveria uma segunda onda, protagonizada por um personagem não tão disposto a assumir riscos: o mercado imobiliário. Representado por agentes imobiliários e com auxílio de investimentos públicos (financiamentos e facilidades), o mercado articula um plano de reinvestimento em áreas degradadas, propulsora de oportunidade de lucro para investidores privados. Trata-se, segundo Smith (1987, 2006), da teoria da renda diferencial ou *rent gap*, na qual as fronteiras da gentrificação são expandidas em função da renda em potencial dessas áreas. Vale ressaltar que o *rent gap* é possibilitado pela falta de investimentos públicos ao longo de anos e pelo baixo custo de reinvestimento posterior. O lucro se dá, pois, através da compra de imóveis desvalorizados, mas que terão uma valorização posterior. É considerada por Smith como a consolidação da gentrificação, reestruturando áreas centrais e uma forma de ascensão de uma nova classe média - os *yuppies*.

Por fim, a terceira onda, chamada por Smith de "generalizada ou ampliada", se caracteriza pela significativa ampliação tanto das áreas sob o efeito da gentrificação, quanto os diferentes usos (comércio, instituições, museus, cinemas, etc.), afetando o tecido e a paisagem urbanas.



Essas áreas passam a ser valorizadas pelas marcas internacionais caracterizando uma gentrificação de consumo, lazer e emprego diretamente identificadas pela nova classe média e suscetíveis às condições de globalização das cidades.

Dessa forma, segundo Smith há características importantes a serem consideradas nesse processo: a busca de uma nova classe emergente por uma posição espacial; crescimento de investimentos e de melhorias urbanas; especialização das atividades de uma área para atender os novos consumidores locais; inserção de novas classes no mercado globalizado (SMITH, 2006).

Um outro ponto de vista, trazido por David Ley (1986, 1987, 2003), contrapõe a indução do processo de gentrificação pela renda diferencial defendida por Smith: Ley conclui, a partir de pesquisas empíricas em cidades canadenses, que há a presença de gentrificação, em ritmo mais acelerado, justamente em cidades onde o valor de mercado das residências localizadas em áreas centrais era maior que as localizadas em outras regiões, ou seja, o oposto dito por Smith.

Outros autores ora reforçam, ora de contrapõem a teoria de renda diferencial de Smith. Entre os apoiadores está Clark (1988), comprovando, também através de pesquisas empíricas, que Ley estava equivocado. Por outro lado, Zukin (1987) aponta lacunas na teoria do *rent gap* quando diz que, mesmo sendo útil considerar o diferencial de renda, a gentrificação nem sempre aconteceria em todos os lugares onde tais condições estivessem presentes e nem sempre seguiria uma cronologia correspondente às diferentes magnitudes da relação entre a renda capitalizada e a renda potencial.

De fato, há uma limitação na teoria de Smith (2006), quando aponta uma terceira onda generalizada e ampliada (a mudança de escala da centralidade urbana), uma vez que não há maiores explicações sobre essa onda.

Outra questão é a falta de resposta em relação à real origem do processo: se a gentrificação ocorre em função do diferencial de renda, o que daria origem a ele? À essa questão, Ley (2003) apresenta uma hipótese ao identificar uma dinâmica anterior ao processo de gentrificação: a presença de alguns grupos economicamente marginais, mas com grande capital simbólico (artistas, por exemplo) que ressignificam uma área degradada e convertendo-a em atributo estético apreciado. Além da ação criativa dos artistas, outras características também são fundamentais para potencializar e impulsionar essa transformação, entre elas: um patrimônio arquitetônico significativo; atmosfera cultural; diversidade social e preços baixos de imóveis.

Dessa forma, não considero Smith e Ley teóricos antagônicos, mas complementares, uma vez que ao se acrescentar nas análises a presença de capital simbólico de Ley, corrige-se uma das fragilidades na teoria de Smith.

Outro autor que pensa de maneira semelhante à Ley, apesar de pressupostos metodológicos diferentes, é David Harvey, que concorda com a descrição sobre a influência cultural e de uma “estética” da cidade junto ao aspecto econômico, porém associando-a ao que chamou de

transformação do modelo do regime do capital e conseqüentemente ao processo contemporâneo de espetacularização das cidades (HARVEY, 1992).

Conceito bastante utilizado no campo urbanístico, a espetacularização aconteceu a partir das transformações ocorridas no capitalismo. De forma bem sucinta, essas representam a transição do capital de um “regime de acumulação fordista” para um “regime de acumulação flexível” (HARVEY, 1992, p.163).

A principal estratégia do regime de acumulação flexível é ampliar o campo de atuação do capital passando a incorporar atividades de arte, cultura e entretenimento como constituintes da esfera de produção e realização de valor econômico.

De acordo com Harvey (1992), as cidades, e especialmente os centros urbanos antigos, seriam as mais impactadas por esse regime por serem as principais fronteiras de ampliação e acúmulo do capital contemporâneo. Os centros urbanos antigos figuram como novas mercadorias passíveis de serem consumidos por serem catalizadores de estilos de vida repletos de capitais simbólicos; importantes direcionadores de outros capitais, empregados na valorização imobiliária e lugares polivalentes que reúnem grupos sociais, expressões culturais e uma arquitetura significativa para a produção de imagens espetaculares.

Outro fator importante apontado por Harvey além da mudança do regime de acumulação, refere-se à forma de gestão das cidades. Segundo ele, essa gestão passa a acontecer de acordo com projetos locais específicos que podem ser realizados com custo e prazos estipulados, em uma visão da cidade como planejamento empresarial estratégico e como um empreendimento. Isso altera o papel do Estado para uma espécie de gestão empresariada e os projetos de renovação urbana passam a acontecer a partir de associações entre o Poder Público e o privado, em uma escalada para a privatização e a financeirização que revela a cidade se realizando como mercadoria.

Segundo Harvey (1992), os processos de remodelação/renovação urbana, a partir desse modelo de gestões empresariadas, potencializam o processo de gentrificação produzindo espaços urbanos espetacularizados e intensificam a segregação e as desigualdades socioespaciais.

Seriam esses fatores articulados entre si e ao que Harvey chama de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2003, p. 78-79) os responsáveis pela cooptação de negócios rentáveis promovida pela associação do capital econômico e da propriedade urbana que transformam determinadas áreas em alvos prioritários, gerando gentrificação.

A meu ver, a contribuição de Ley e Harvey (salvo o aprofundamento que Harvey traz sobre as mudanças culturais em consonância com a valorização urbana) ao entendimento sobre o processo de gentrificação completa e extrapola a teoria de Smith por considerar, além do fator de diferencial de renda, aspectos inerentes ao capital contemporâneo, seja ele financeiro, cultural ou simbólico e por responder por que os centros (e áreas próximas a eles) – e não qualquer lugar da cidade – são as regiões com maior propensão a passar por esse processo.

O processo que impulsionará a gentrificação, descrito pelos autores acima, mostra como o capitalismo hoje não se apresenta apenas como um sistema econômico e reflete diretamente na forma de organização de um determinado território e das possíveis formas de o vivenciar e de o habitar. Revela que a transformação das cidades em todo o mundo sob uma lógica da exploração rentista do espaço, reduzindo-o à condição de mercadoria e possibilitando os fluxos de capital no mercado imobiliário (principalmente).

É preciso dizer que o processo de gentrificação induz, além da alteração dos usuários e moradores da área, mudança e expulsão das famílias de baixos ou médios recursos financeiros para outras áreas, em geral periféricas e *distantes*. Essa é uma das consequências da condição contemporânea que se traduz como um capitalismo brutal para a vida na cidade. Refletir sobre esse processo e levá-lo, para além do campo teórico, é cada vez mais importante, bem como as formas e resistências a esse processo nas cidades.

É possível concluir, com o exposto acima, que a gentrificação não acontece somente geográfica, econômica e socialmente isolada. Não se trata de um fenômeno único. Mas é fruto de processos sociais e culturais mais profundos e de transformação urbana. A discussão trazida por Harvey (2003) permite uma postura mais crítica em relação aos processos de gentrificação e contribui, de forma mais ampla, para a análise dos exemplos práticos que apresentarei no capítulo 4 com intuito de revelar, ou não, a relação do consumo e da demanda como geradores de transformações espaciais e de padrões e hábitos (ou não) de consumo e de aspectos de acumulação do capital.

### 3.1.2 Gentrificação na América Latina

Para delimitar os contornos desse conceito, revelando as especificidades relativas à sua definição, tornando-o mais adequado e proporcionando uma aplicação mais coerente à essa pesquisa, resgato aqui o conceito, à luz da dimensão e do papel dos processos de gentrificação e de suas conexões com tendências mais abrangentes que afetam o modo de produção capitalista em sua fase atual na América Latina.

Pensando que a maioria das definições e discussões teóricas acontecem no eixo Estados Unidos – Europa e, como visto na síntese apresentada na seção 3.1.1, há uma grande variedade de debates e perspectivas sobre a gentrificação, proponho uma análise mais aproximada à realidade Latino-americana, a partir do estudo de caso apresentado por Janoschka e Sequera (2014), a fim de diminuir os riscos de desconsiderar especificidades locais e evitando, assim, uma aplicação irreal ao meu objeto de estudo. Além disso, tento me prevenir de contribuir para a banalização do termo usado de forma abstrata e generalista. De acordo com Thomas Maloutas:

Quando encaixamos nesse conceito contextos geográficos e históricos diferentes daquele no qual a *gentrification* fora originalmente concebida, é questionável se temos sucesso ao enriquecer seu conteúdo e ao ampliar nossa percepção sobre ele; é mais provável que projetemos nestas diferentes formas

de regeneração urbana as características da conceituação dominante da *gentrification* (MALOUTAS, 2012, p. 41-42).

Janoschka e Sequera (2014), sobre os desafios metropolitanos presentes na América Latina, nos mostra que a gentrificação surge aqui com uma variação significativa em relação ao observado nas cidades da América do Norte e Europa.

De acordo com esses autores, o ponto central a ser considerado nas análises é a condição peculiar em relação ao papel do Poder Público. Esse tem desenvolvido, nas últimas décadas e de forma velada, políticas de deslocamento/retirada de pessoas com poder aquisitivo baixo instaladas nas áreas centrais das cidades. Esse movimento é acompanhado, em contrapartida, pela retomada dessas áreas pelas classes média e alta.

A abordagem dos autores desse peculiar processo de gentrificação considera a caracterização de três aspectos chaves: o papel decisivo das administrações públicas pela forma violenta que elas criam novos mercados imobiliários de consumo; a violência simbólica aplicada na apropriação do patrimônio arquitetônico e cultural e a violência aplicada para se tornar possível o desenvolvimento econômico em cidades que foi produzida grande parte de maneira informal.

Nessa abordagem, que usa de um método comparativo para desenvolver a aproximação com a realidade latino-americana, há uma intensa discussão sobre as consequências de expulsão e desterritorialização que a gentrificação provoca, de forma mais violenta e cruel do que na realidade anglo-saxônica.

Sabemos que existem alguns critérios comum às diversas discussões teóricas sobre gentrificação, a saber: reinvestimento de capital; melhoria social nos lugares devido à chegada de grupos de alta renda; alterações na paisagem e deslocamento direto ou indireto de grupos de baixa renda.

Na América Latina, esses critérios são precedidos de instrumentos de políticas públicas utilizados para a implantação de obras de melhorias urbanas. Quase sempre, envolvem setores públicos e interesses de investidores privados, absorvendo uma lógica eminentemente capitalista, visando o ordenamento do espaço urbano com objetivo de sedimentar as possibilidades para a realização do mercado. Citando um exemplo de análise desse fato no Brasil, a urbanista Raquel Rolnik (2016) revela:

Temos visto no Brasil exemplos desse processo, como o caso do Rio de Janeiro no projeto Porto Maravilha, a maior parceria público-privada do país. Nesse caso, vimos o Mercado prescindindo do Estado para fazer política. As empresas elaboraram o projeto e o Estado entrou para fazer a mediação e construir as normativas de regulação do projeto; daí o consórcio tem acesso ao fundo público e executa a obra. Podemos chamar isso de democracia direta do capital, uma metáfora para dizer que a nossa ideia de democracia direta caiu, e

quem está executando isso é o Mercado, ao desqualificar o Estado e os partidos políticos (ROLNIK, 2016)<sup>65</sup>.

Para Janoschka e Sequera (2014), as políticas públicas, implementadas nos últimos anos em praticamente todas as cidades da América Latina, tem por objetivo principal a transformação das áreas de baixo poder econômico. Guardadas as variações desse processo entre países, cidades, de áreas de determinada cidade, bem como ao longo do tempo, o processo tende a gerar uma drástica transformação na vida urbana e na estrutura social.

Somado a isso, temos aqui uma falta de discussão e crítica a respeito desse processo que contribui para a ausência de reflexões sobre suas consequências.

O estudo dos autores, apresentado de forma comparativa mediante uma rearticulação crítica em relação aos países anglo-saxônicos, parte do reconhecimento das particularidades e especificidades urbanas desse continente, o que o torna não-generalista e contribui para o entendimento de que consequências similares no mundo podem não terem sido precedidas de processos parecidos. Daí a importância de não tratar o termo gentrificação de forma puramente conceitual, mas argumentando que consiste em um processo *diferente* na América Latina.

O ponto de partida desse trabalho vai ser a constatação de que, ao longo dos últimos anos, as políticas urbanas implementadas na grande maioria das cidades latino-americanas desencadearam uma série de mecanismos que tiveram como objetivo final conseguir o deslocamento (desterritorialização) progressivo de domicílios de baixa renda dos centros urbanos em transformação perpétua, o que implicou numa drástica mudança na estrutura social e espacial, que estaria ocorrendo indiferentemente do tipo de orientação política das respectivas administrações locais (JANOSCHKA; SEQUERA, 2014, p. 82).

Para entender esse processo, conforme Janoschka e Sequera, é necessário aprofundarmo-nos em três elementos chaves: o papel decisivo do Estado na criação e rearticulação dos novos mercados imobiliários; considerações sobre as drásticas apropriações do patrimônio simbólico e cultural e a importância das distintas formas de desterritorializações que incide em uma população que vive informalmente nas cidades.

Com intuito de apreender e entender esses elementos chaves, os autores apresentam um estudo a partir de exemplos práticos e, certa medida, divergentes, mas em que, de algum modo, tem-se aplicado políticas neoliberais que provocam as citadas desterritorializações. São eles: o resgate do centro histórico da Cidade do México, que através da valorização do patrimônio arquitetônico impulsionou a junção do Poder Público e privado; a criação de polos de desenvolvimento cultural em bairros de periferia, redescobertos nos distritos do sul da cidade de Buenos Aires que

---

<sup>65</sup> ROLNIK, Raquel – Abertura do seminário O direito à cidade no contexto da mercantilização do urbano no Brasil. Disponível em: <[www.observatoriodasmegacidades.net.br](http://www.observatoriodasmegacidades.net.br)>. Acesso em 13 de mar de 2019.

impulsiona práticas de inversão imobiliária; a reorganização das estratégias urbanas no Rio de Janeiro devido ao Mundial de Futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos do ano de 2016 que desalojaram moradores de favelas à custa de novos negócios para o mercado imobiliário; a rearticulação da centralidade em Santiago do Chile, através da construção de dezenas de milhares de habitações para as classes médias que provocou a desterritorialização para lugares precários (JANOSCHKA; SEQUERA, 2014, p. 3).

O ponto em comum em todos esses exemplos, e que pode ser também estendido para outras cidades da América Latina – inclusive a área central da cidade de Belo Horizonte<sup>66</sup> – é o sistema neoliberal que, através de contradições na produção do espaço urbano, intensifica a desigualdade e segregação social e espacial (SOLLA, 2017).

Solla, analisando a regional Venda Nova, porção norte da cidade de Belo Horizonte, nos mostra que:

...a extrema valorização da propriedade individual e a financeirização da terra urbana, causaram acumulação de capital financeiro e intensificaram as desigualdades sociais e econômicas, atingindo as pessoas menos favorecidas e mais vulneráveis. (SOLLA, 2017, p. 20).

Essa reflexão corrobora, junto com o estudo de Janoschka e Sequera (2014) para minha conclusão sobre algumas consequências comuns às cidades da América Latina, de como os processos de desterritorializações podem ser abordados por uma perspectiva que atenda e inclua as especificidades locais. Somado o estudo empírico ocorrido nas quatro cidades citadas, confirma-se a existência das estratégias de negação e extermínio de certas práticas sociais, culturais, econômicas e políticas, consideradas indesejadas, impedindo que parte da população possa apropriar-se de determinados locais das cidades.

Dessa forma, revelar a existência de políticas de desterritorialização passa a ser fundamental para a análise que me proponho a fazer nessa pesquisa. Refere-se a uma discussão crítica sobre a promoção do deslocamento de pessoas como ponto chave da gentrificação. Representa não só uma simples atualização da composição social de uma área, mas também a transformação de aspectos da vida cotidiana que acaba por deslocar a população menos favorecida através das coalisões público-privadas (Estado-Capital). Essa questão nos mostra como é importante desenvolver uma análise que considera que os aspectos políticos, econômicos e sociais, são influenciados pelo “neoliberalismo urbano” e por gestões públicas que normalizam as práticas capitalistas na cidade.

---

<sup>66</sup> A região central de Belo Horizonte é próxima e exerce forte influência ao bairro Bonfim, o objeto de estudo dessa pesquisa.

O texto traz quatro exemplos que demonstram decisões políticas tomadas pelo Estado, exercendo seu Poder para promover determinada substituição de moradores, significando um processo de reestruturação urbana como projeto de classes.

O estudo das quatro cidades proporcionou a descoberta de pistas para os argumentos sobre como o capitalismo neoliberal tem aberto caminho para uma reapropriação sucessiva de espaços urbanos centrais por setores específicos, privilegiados na hierarquia social. Portanto o deslocamento, direto e indireto, sofrido pelos lugares com baixo recurso é uma componente chave para a estratégia alcançada a partir de disposições políticas diferentes de cada caso (JANOSCHKA; SEQUERA, 2014).

Nesse sentido, os autores nos apresentam quatro dimensões que, somados às condições específicas presentes nas cidades, caracterizam os discursos contemporâneos sobre a gentrificação na América Latina: 1) a investigação mais importante sobre a gentrificação se relaciona com o simbólico, ou seja, o entendimento de que diferentes aspectos simbólicos se juntam aos aspectos políticos, econômicos e sociais, como estratégia de desterritorialização; 2) a articulação entre gentrificação, abandono e deslocamento da população de baixo poder executivo é atravessada pelo mercado imobiliário<sup>67</sup>, estabelecendo a formalização da miséria; 3) o destaque para a transversalidade do papel do Estado no desenvolvimento de uma política urbana neoliberal como fato fundamental para os processos de gentrificação; 4) a existência de resistências a esse processo – que, por não ser discutidas pelos autores, trago outras fontes na próxima seção desse capítulo.

Sobre essas diferentes dimensões do processo de gentrificação e desterritorialização, Peter Marcuse (1985) destaca que há equívocos nos debates públicos a cerca desse fenômeno: o discurso de que se trata de um processo inevitável e irreversível pelas políticas públicas; que a gentrificação melhora a qualidade das moradias e que tal melhoria só é possível acontecer com o investimento privado; que se trata da única solução possível para transformar áreas abandonadas. Para o autor, esses discursos servem para normalizar e legitimar esse processo perante a população e revela a capacidade do poder dominante para gerar consensos sobre uma manobra para transformar um determinado projeto político neoliberal como universal.

Janoschka e Sequera (2014) afirmam que o predomínio de um grupo social sobre outro, não somente implica em controle político e econômico, como também fazem os grupos dominados aceitarem como normal. Isso revela a capacidade dos grupos dominantes de impor sua maneira de interpretar o mundo. Argumentos como melhoria de segurança, fim do tráfico de drogas, do desemprego, das atividades informais e outros comportamentos considerados socialmente problemáticos são utilizados pelas administrações públicas e aliados do mercado privado para justificar as intervenções e “revitalizações” como as melhores soluções, legitimando-as.

---

<sup>67</sup> Um exemplo disto são os conjuntos habitacionais distantes das áreas centrais.

Nos casos apresentados pelos autores, podemos verificar que o Poder Público associado ao poder privado teve, infelizmente, grande êxito no seu discurso asséptico sobre a revitalização urbana com aprovação de grande parte da população. Contudo, o que podemos averiguar na prática é que há uma grande violência física, econômica, psicológica, social e simbólica, que representam o processo de desterritorialização da população afetada pela gentrificação.

O ideal seria que esses processos – que geram expulsão, segregação urbana e potencialização das desigualdades sociais – gerassem reflexões sobre as relações de poder, incluindo a necessária crítica às administrações públicas que adotam a gentrificação como projeto e política.

Reforçar a lógica de que os que expulsam se beneficiam, mas que os expulsos não, é de extrema importância para que possamos avançar em direção a uma sociedade justa econômica e socialmente.

### **3.2 Contra o Estado, com o Estado ou apesar do Estado?**

A fim de entender e criar condições para analisar os movimentos e as ações que acontecem no bairro Bonfim e na região da Lagoinha, trago a teoria desenvolvida por dois autores distintos: John Holloway e Marcelo Lopes de Souza.

Holloway é filósofo, advogado e economista de origem irlandesa, adepto à linha de pensamento marxista que faz uma reflexão acerca de *outras maneiras de se fazer* que nasce da recusa a uma ordem preestabelecida. Marcelo Lopes de Souza é brasileiro, professor do departamento de geografia da universidade federal do Rio de Janeiro. Sua teoria é importante para que eu consiga analisar e categorizar os movimentos sociais à luz de suas identidades, agendas e capacidade de resistência, investigando se há algum com características emancipatórias e em qual grau.

#### **3.2.1 Fissurar o capitalismo**

Imagine uma camada de gelo cobrindo um escuro lago de possibilidades. Gritamos NÃO tão alto que o gelo começa a fissurar. O que é aquilo que fica descoberto? O que é aquele líquido escuro que (às vezes, não sempre) lenta ou rapidamente borbulha através da fissura? A fissura no gelo se move, imprevisível, às vezes mais rápido, às vezes diminuindo a velocidade, às vezes alargando-se, às vezes estreitando-se, às vezes congelando novamente e desaparecendo, às vezes reaparecendo. Ao redor do lago há pessoas fazendo o mesmo que nós, gritando NÃO tão alto quanto podem, criando fissuras que se movem exatamente como o fazem as fissuras no gelo, imprevisivelmente, se espalhando, correndo para juntar-se a outras fissuras, algumas se congelando novamente. Quanto mais forte o fluxo de dignidade nelas contido, maior a força das fissuras (HOLLOWAY, 2013, p. 19).



A discussão de Holloway que me interessa está presente em “fissurar o capitalismo” (2013): uma visão de como a resistência pode, para além de uma recusa inicial à determinada imposição injusta ou inadequada, criar uma outra maneira de fazer que rompe com a lógica do sistema capitalista.

A principal relação entre esse autor e o que será apresentado na sequência é que, como seguidor do Marxismo, Holloway (2013) é tipicamente um crítico do Estado, mas não da ideia de Estado em geral, o que pode ser interpretado como uma ambiguidade.

Já Souza (2010) é adepto da teoria *anarquista de poder* e de recusa à ideia de Estado, mas se embasa em uma ideia de poder mais flexível e crítica, se apoiando na discussão de uma forma não-negativa desse poder e ao mesmo tempo libertária do anarquista greco-francês Cornelius Castoriadis.

Holloway (2013), através de alguns exemplos, mostra como uma recusa inicial à uma situação pode se transformar em uma outra coisa, maior, que não apenas resiste, mas também rompe com a lógica do capital. Um desses exemplos foi a história dos professores de Puebla: quando o governo criou um novo modelo para melhorar a qualidade da educação (elevando o grau de individualismo, competição mais acirrada entre os estudantes e medição mais incisiva dos resultados dos professores, dentre outras ações), os professores reagiram e disseram “Não, não aceitaremos isso”. Mas eles foram além da recusa, eles elaboraram a sua própria proposta para melhorar a qualidade da educação através de uma maior cooperação entre os alunos, mais ênfase no pensamento crítico, preparo para o trabalho cooperativo e exploraram formas de implementar a proposta, tomando o controle da escola.

O que autor ressalta mostrando esses exemplos, é que o NÃO inicial – representado pela fissura – é apoiado por um outro fazer emancipatório – preenche a fissura para uma atividade diferente – que abre espaço para que se possa viver como sujeitos, tomando controle da própria vida, assumindo a responsabilidade da própria humanidade. E o mais importante: a responsabilidade por nossas próprias vidas é em si mesma uma ruptura com a lógica da dominação, mas deve ser sempre um movimento – contra-e-mais-além – para que não caia na armadilha da rigidez. Se os professores que tomaram a escola, criando seu modelo para garantir a qualidade da educação não se colocarem em movimento constante de recusa, talvez eles possam acabar reproduzindo as mesmas práticas tão ruins quanto as que rejeitaram. Assim o movimento deve sempre “negar e criar”, tendo como princípio as fissuras sempre como perguntas, não respostas. “Estamos procurando esperança em uma noite escura” (HOLLOWAY, 2013, p. 23).

A ideia principal dessa teoria é que, para resistirmos ao poder do capital e do Estado neoliberal contemporâneo, não devemos fazer o que se espera de nós, mas aquilo que considerarmos necessário ou desejável: “tomamos o momento ou espaço em nossas próprias mãos e tentamos fazer dele um lugar de autodeterminação, nos recusando a deixar que o dinheiro (ou qualquer outra força estranha) determine o que fazemos” (HOLLOWAY, 2013, p. 23).

Outro ponto a ser ressaltado é que, independente de uma consciência inicial sobre a sua condição no mundo capitalista - ou seja, mesmo que não haja uma reflexão acerca dos males produzidos pelo capitalismo e que por isso há uma urgente necessidade de mudança – a ação de determinado grupo revela uma dinâmica, um movimento da experiência, aprender na luta (seja para manter a condição de alimentar sua família, por exemplo, seja por uma luta global contra a mercantilização das necessidades básicas).

A fissura como movimento de experiência não se mantém por si só, ela pode ser um transbordamento de uma luta mais limitada:

O fechamento de uma fábrica é anunciado e os trabalhadores começam a negociar os termos das demissões; quando não conseguem o que querem, decidem ocupar a fábrica e fazê-la funcionar como uma cooperativa, e então começam a clamar por um mundo sem chefes (...) Nos chocamos contra os limites, e a raiva que é inerente a todo conflito nos direciona para além daqueles limites, para assegurar uma lógica diferente, uma lógica (ou talvez antológica) de autodeterminação (HOLLOWAY, 2013 p. 24-25).

Ou podem nascer da decisão consciente de um grupo de pessoas que rejeita as limitações do capitalismo: “pode ser que um grupo de amigos decide que a melhor forma de parar a destruição da natureza é viver no campo e produzir a sua própria comida biointensivamente” (HOLLOWAY, 2013, p. 25). Para que consigam cultivar sua própria comida, elas utilizam do dinheiro que ganharam por haver trabalhado. Então, na fissura não há pureza, mas uma recusa à ordem do capitalismo e a tentativa de viver de outra maneira.

As pessoas muitas vezes são forçadas a reagir contra o sistema. Por exemplo, em função da dificuldade de conseguir outro emprego após a perda de um, leva a empregos temporários, pequenos serviços, ou a desenvolver formas de organização baseada na solidariedade social (que podem funcionar contra a lógica do sistema). As relações sociais alternativas de apoio mútuo podem se tornar a base material para uma recusa e para a busca por um mundo melhor.

Mesmo que haja diferenças entre as resistências que surgem, por uma escolha consciente ou por uma expulsão forçada das relações capitalista, ambos constroem suas vidas de outras maneiras. O importante não é traçar linhas divisórias, mas enxergar as linhas de continuidade. A questão principal é a contraposição por uma lógica distinta e o fato de a fissura ser uma insubordinação aqui-e-agora e não um projeto para o futuro.

É importante apresentar a interpretação do autor sobre as fissuras como formas de romper dimensões espaciais. Isso significa dizer que as fissuras acontecem em um determinado limite espacial porque é a partir de seus próprios territórios que os sujeitos da ação desenvolvem projetos de longo prazo, para os quais é fundamental a capacidade de produzir e reproduzir as suas vidas; e porque ele fornece uma base material para o movimento em direção à autonomia sendo uma força particular dos movimentos de negação-criação. Cabe ressaltar, entretanto, que a ligação com

o território pode reduzir muitas pessoas “de fora”, que talvez sejam adeptas à mesma resistência, de agir junto às pessoas do território.

A noção da responsabilidade de assumir a ruptura com o capital aqui-e-agora, onde quer que vivamos, é uma questão central. Holloway explica que há lutas no mundo inteiro que tem por objetivo retirar temáticas da lógica do capital, como a da água, dos recursos naturais, da educação, etc. resistindo contra a sua privatização, por exemplo. Isso revela o aspecto também não territorial das fissuras.

O entendimento de como as fissuras acontecem e o que trazem como resultado, a partir da visão de Holloway (2013), foi fundamental para que eu pudesse entender e classificar se os movimentos que acontecem hoje no bairro Bonfim são fissuras ou não.

Se o capitalismo é um sistema que gera grandes exclusões e desigualdades econômicas e sociais, as fissuras são movimentos de resistência que estão na direção oposta. Através da fissura, relações de dominação de poder são quebradas e depois, transformadas.

Descobrir e torná-las visíveis, como pretendo fazer nesse trabalho, é uma forma de entender a conexão das múltiplas resistências e criações alternativas para construir continuidades, mantendo viva a perspectiva de transformação total da sociedade.

### 3.2.2 Uma discussão ampliada

A reflexão trazida por Souza (2010), que nenhuma prática humana é totalmente descolada do espaço social, mas que algumas são mais fortemente interligadas e imbricadas a esse, é o ponto de partida para o entendimento dos movimentos práticos do território. De acordo com o autor, essas são “práticas sociais densas de espacialidade” e tem servido

... tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade, quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente (SOUZA, 2010, p. 15).

A importância desta discussão para minha pesquisa reside no fato do autor examinar práticas de “movimentos sociais emancipatórios” (SOUZA, 2010, p. 15) que me ajudou a entender se as práticas dos movimentos sociais e coletivos que vêm atuando na região da Lagoinha desde 2013 constituem em transformação emancipatória da realidade socioespacial, associando-os às práticas que possuem identidade e organização.

De acordo com Souza, para que seja possível identificar movimentos emancipatórios, é necessário um entendimento sobre o conceito de poder, com objetivo de refiná-lo e de encontrar novos marcos analíticos que deem conta da dimensão que esses movimentos representam.

Para o autor, algumas vertentes teóricas entendem o poder de forma exclusivamente negativa. Começando pela interpretação entendida pelos marxistas em geral, que fazem uma crítica ao poder do Estado *capitalista*, mas não à ideia mais ampla de Estado, o que acaba por configurar uma ambiguidade, mesmo com as tentativas de revisão pelo marxismo ocidental acadêmico.

Por outro lado, o anarquismo clássico repudiava e se opunha a qualquer instância de poder, rejeitando tudo que representasse o aparelho de Estado. Isso o diferia do marxismo, colocando-o como vertente de ideais e práticas libertárias. Entretanto, em função de seu baixo alcance, o anarquismo teve pouco espaço, pelo menos até os anos 60, quando, em função das revoltas estudantis, ganha força em um cenário complexo e diversificado, consolidando “outras posições radicalmente autogestionárias” (SOUZA, 2010, p. 16).

Além do anarquismo clássico, outras vertentes representadas pelos movimentos sociais que ocorreram na América Latina, a partir dos anos 90, desenvolveram o pensamento autonomista até certo modo “estadófodos”, mesmo que aproveitando algumas oportunidades oferecidas pelo Estado. Porém, em ambos se tem uma visão reduzida da ideia de poder, que acaba sempre conotando algo ruim.

Para Souza (2010), mesmo no caso de alguns autores que ampliam a noção de poder, como por exemplo Foucault, principalmente a partir do livro “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 1986), ainda assim, o entende como algo essencialmente suspeito e, apesar de não ignorar uma lógica do contrapoder, não explora nem aprofunda-se neste tema. Ele o vê como *um poder* em contraposição a um *outro poder* e não como uma negação direta *do* poder.

Outros autores trouxeram uma visão menos negativa do mesmo, como Hannah Arendt (1983), quando reconhece que o poder não possui apenas uma face ligada à hierarquia, à verticalidade, mas também uma horizontal, que tem relação direta com o espaço público pela possibilidade de ali ser exercida. Essa visão reforça a esfera pública e está associada à possibilidade de um poder popular. Porém, esse poder acontece sempre em perspectiva a um poder opressor. Apesar disso, Souza não deixa de ver a importância da valiosa contribuição que Arendt traz para o conceito:

Uma das notáveis contribuições de Arendt para a conceituação adequada de poder na qualidade de um aspecto específico das relações sociais consiste nas distinções que ela brilhantemente estabeleceu entre o poder e outros conceitos, tais como vigor, força e autoridade, mas, principalmente, violência (SOUZA, 2010, p. 19. Grifô meu).

Realçando que poder e violência estão sempre juntos, apesar de serem conceitos distintos. O poder é “inerente à própria existência das comunidades políticas” (ARENDR, 1985, p.28).

Mesmo assim, e em contrapartida, para Souza destaca-se especialmente o pensamento representado, na França, por Cornelius Castoriadis, que apresenta nuances próprias sobre o poder e o Estado. Para meu trabalho, esse pensamento será importante pela radicalidade de sua

mensagem anti-Estado capitalista e qualquer forma de organização hierárquica. Castoriadis recusa a interpretação anarquista de poder e apresenta uma noção mais crítica e flexível, isto é, uma visão de poder em forma do poder autônomo, que seria uma democracia autêntica diferente das democracias representativas atuais. Esse é o ponto de maior importância da sua teoria, tanto para Souza, quanto para meu trabalho.

Assim, avaliei a viabilidade de aplicar, integralmente ou não, esse conceito de poder nos movimentos sociais e coletivos da região da Lagoinha.

Considerar o conceito de poder de Castoriadis como “(...) a capacidade, para uma instância qualquer (pessoal ou impessoal), de levar alguém (ou várias pessoas) a fazer (ou a não fazer) o que, entregue a si mesmo, ele não necessariamente faria (ou talvez fizesse) (...)” (CASTORIADIS, 1990, p. 118), tornou possível meu entendimento de que há uma esfera coletiva no poder, no que diz respeito à possibilidade de realizar coisas juntos com os outros, de uma maneira persuasiva, sem ser negativa ou através de uma coerção.

Segundo Souza, é inerente à uma verdadeira democracia, a liberdade para fazer o que se quer e persuadir e a liberdade de ser persuadido por outros através do diálogo, sem assimetrias de poder estruturais.

No meu entendimento, essa dimensão trazida por Castoriadis é a que consegue abarcar a noção de poder de forma mais positiva, não configurando uma postura de não-poder, ou de contrapoder e associando à liberdade de fazer com que “os outros ajam como eu quero”, mas sempre em uma dimensão coletiva e não individual.

Há uma outra dimensão necessária para que se possa analisar os movimentos da região da Lagoinha que não consegue ser respondida por Castoriadis, pelo menos não da forma aprofundada como é necessária. Trata-se da dimensão espacial, mais precisamente do espaço social.

Para Souza, a importância do espaço social – por sua essência espacial – está em sua escala geográfica. Isso porque para se pensar em uma sociedade autônoma é necessário entender: “(...) como articular com justiça e eficiência os processos decisórios, diante de necessidades que envolvem a cooperação entre agentes variados e a consideração de questões referentes a espaços e escalas distintos” (SOUZA, 2010, p.22).

Dessa forma, o espaço e suas relações sociais são totalmente imbricados um ao outro, o que revela a necessidade do projeto de autonomia sempre se reinventar, em função de características que possivelmente são variáveis.

Quem, para Souza, além de alguns geógrafos sociais, mais trabalhou para que se chegasse à convicção de que “o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais”, foi Henri Lefebvre (2013). Poderia dizer então que mudar as relações sociais significa mudar também o espaço (os territórios, as imagens de lugar e suas organizações espaciais). Há que haver uma mudança socioespacial.

O projeto de autonomia requer um entendimento de prática social como uma prática projetada e percebida em um terreno (espaço). A prática social (LEFEBVRE, 2013) produz o espaço ao dominá-lo e à dele se apropriar e por isso, e ao mesmo tempo, pode ser descoberta ao decifrar o espaço. Seguindo esse entendimento, absorvido também por Souza, analiso posteriormente o espaço objeto desse estudo, com intuito de conseguir verificar o projeto de autonomia de alguns movimentos, considerando a interdependência entre espaço social e ação humana (SOUZA, 2010) e, mais do que isso, algumas dessas práticas que estão mais intimamente ligadas à dimensão espacial que outras, segundo aspectos que vão desde sua identidade até sua organização.

Esse conceito de espaço totalmente imbricado de relações sociais significa pra mim, neste trabalho, o que Souza nomeou como “práticas sociais densas de espacialidades”. Considerando que nem toda prática social está, necessariamente, isenta da imposição e coerção das normas que regulam a sociedade, vale ressaltar que me interessam, e por isso segui o raciocínio do autor, as práticas que se ligam “à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente, em uma palavra – à autonomia” (SOUZA, 2010, p.23).

O importante de entender essa descrição está no fato de haver práticas sociais que são sempre submissas ou sempre sujeitas, de várias maneiras e formas diferentes, ao imposto “de cima para baixo, de fora para dentro” pelo poder do Estado e que, para esse trabalho, interessa entender se os movimentos sociais que acontecem na região da Lagoinha são, ou não são, práticas espaciais sociais emancipatórias. Uma espécie de movimento que é “estadocrítico”, usando um termo de Souza (2010), o que o vincula diretamente à ideia desenvolvida por Castoriadis (1990).

A descoberta desses movimentos, à luz dessa designação, os colocaria como fissuras que acontecem apesar de uma sociedade marcada pelo poder heterônomo, revelando que há brechas passíveis de atuação no poder do Estado capitalista, marcada, basicamente, por

(...) conflitos e contradições, na qual os oprimidos também elaboram e possuem saberes, exercem (contra)poderes e desenvolvem (contra)projetos, o Estado é sujeito, ele mesmo, a, conjunturalmente, apresentar fortes contradições internas. Tais contradições oferecem pontos vulneráveis e potencialidades a serem eventualmente explorados pelos movimentos sociais: brechas legais, instâncias participativas oficiais, recursos públicos (SOUZA, 2010, p. 26).

Nesse ponto, o autor reconhece como possibilidade de movimentos sociais emancipatórios, aqueles que conseguem, mesmo com práticas negociadas com o Estado, ter conteúdo crítico, desde que não perca a dimensão estruturante do mesmo e não deixe que esse seja cooptado.

Além desses, ele reconhece como puramente insurgentes, movimentos vinculados à ação direta, reforçando a frase “apesar do Estado, contra o Estado” como a que deve predominar.

Para esse trabalho é fundamental o entendimento que iniciativas estatais ou patrocinadas pelo Estado podem, principalmente quando partem de um movimento de baixo para cima, ter efeitos potencialmente emancipatórios. E ainda, apesar do eminente risco ao enquadramento em uma estrutura estatal, movimentos podem ser experiências extremamente significativas, mesmo por iniciativa de participação de cima para baixo. Basta que consigam se desenvolver através de uma margem de manobra, não perdendo o senso crítico.

Práticas espaciais insurgentes, por ação direta (principalmente) ou indireta (a depender de como conseguem achar brechas), que gerem emancipação podem, dessa forma, ser detectadas, entendidas e reveladas à luz dessa teoria.

As conceituações de poder e do projeto de autonomia, a partir de uma leitura de Marcelo Lopes de Souza (2010) contribui para que eu possa categorizar (e definir tipologias) os movimentos que acontecem na região da Lagoinha e, em perspectiva com os conceitos estudados de gentrificação, comprovar se são realmente *emancipatórios* e, se forem, determinar em que grau ocorrem.

## 4 O BONFIM ATUAL: EVENTOS E AÇÕES NO TERRITÓRIO

Este capítulo de certa forma dá continuidade à análise morfológica empreendida no capítulo 2, partindo, entretanto, de uma perspectiva que procura jogar o foco na lógica social que ao mesmo tempo engendra e interage com a configuração do espaço.

Procuro, assim, analisar as modificações que ocorreram no bairro a partir de 2013, momento em que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte manifestou o interesse de construir o Centro Administrativo Municipal – CAM, empreendimento que reuniria os órgãos e departamentos do Poder Público municipal em um único espaço, mas que, ali, não avançou além dos estudos de impacto de vizinhança.

Este evento é importante na medida em que funcionou como um catalizador tanto para revelação de atores, quanto para as diversas ações que vêm se desenrolando no território desde então, incluindo aqui toda a região da Lagoinha.

Para a construção desta narrativa, entre os anos de 2018 e 2019, uma série de entrevistas foram realizadas com os moradores do bairro: Daniel Queiroga; Filipe Thales; Miller Machado; Selma Cândida e Teresa Vergueiro, além da professora Heloísa Costa e do ex-presidente da FMC Leônidas de Oliveira.

Os entrevistados, a partir de seus respectivos pontos de vista, relatam as mobilizações pró e contra a instalação do CAM, o Tombamento do Conjunto Urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates (2016), além de elucidar suas relações com o bairro e suas percepções a respeito dos mais recentes eventos, a saber: criação do 1º Distrito de Economia Criativa de Belo Horizonte na região da Lagoinha dentro do Programa Horizonte Criativo da PBH (2018) e 4ª edição do Circuito Urbano de Arte – CURA (2019).

### 4.1 O Centro Administrativo Municipal - CAM

Aí em 2013, eu tô dando aula na PUC do Barreiro, minha mãe me liga, estava entrando na sala de aula: – Filho, o Márcio Lacerda vai desapropriar nossa casa pra fazer o centro administrativo! Eu disse: – Mãe, calma, calma too! Na mesma hora eu entrei na internet, achei, por ser advogado, achei o decreto. Olhando rapidamente eu percebi que minha família não estava nos nomes (...) até eu explicar pra minha mãe foi umas três semanas. (informação verbal)<sup>68</sup>.

No dia 29 de junho de 2013 era publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, o Decreto nº 15.252 de 28 de junho de 2013, que declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, 16 imóveis situados no bairro Bonfim, pertencentes às quadras nº 112 e 282 conforme o Cadastro Técnico Municipal (Figura 61). A área somava 14.911,56m<sup>2</sup> e, de acordo

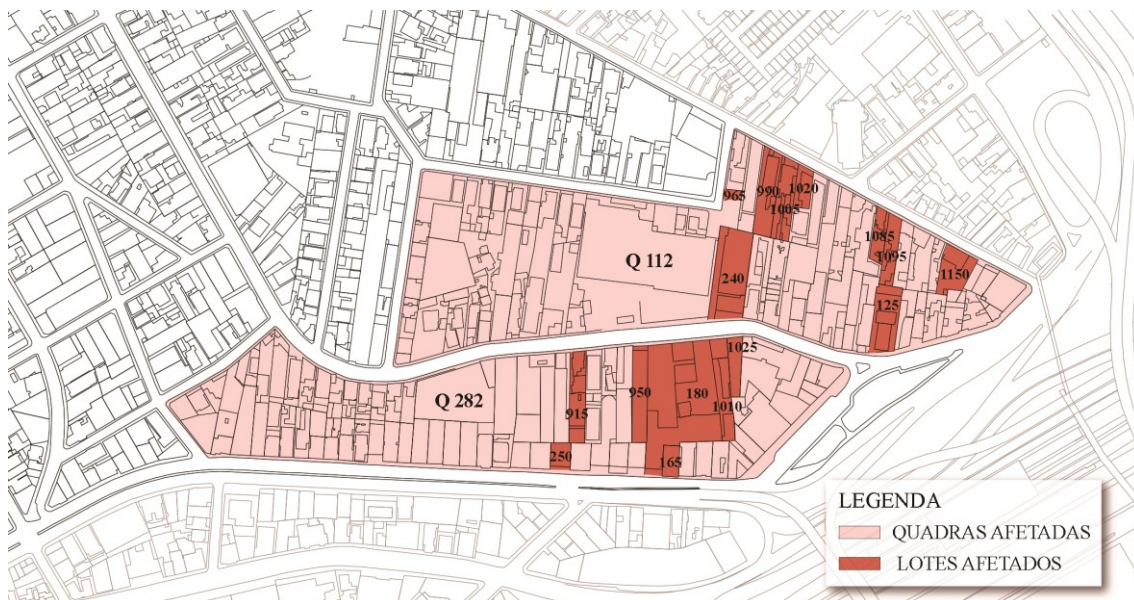
---

68 Depoimento de Daniel Queiroga: Belo Horizonte, março 2019



com o art. 2º, tal desapropriação destinava-se a permitir que o Executivo implantasse ali um equipamento público.

Figura 61 – Demarcação dos lotes declarados de utilidade pública pelo Decreto nº 15.252



Fonte: Elaborado pelo autor.

A desapropriação foi noticiada na mídia em setembro de 2013. Em uma publicação do Jornal O Tempo trazia infográfico que equivocadamente delimitava a área de desapropriação, conforme a Figura 62 abaixo.

Figura 62 – Mapa com a mancha de desapropriação equivocada



Fonte: O TEMPO, 2013.<sup>69</sup>

<sup>69</sup> PRADO, Gustavo. Centro administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte já tem pré-projeto. O Tempo, Belo Horizonte, 05 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/centro-administrativo-da-prefeitura-de-belo-horizonte-ja-tem-pre-projeto-1.708266>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

É possível perceber que a divergência entre a informação veiculada e o decreto é significativa, o que contribuiu para a apreensão por parte dos moradores, como exemplificada no depoimento de Daniel Queiroga acima. Importante destacar que a mancha não inclui a quadra 282, mas considera não só toda a quadra 112, mas a totalidade de 04 outras quadras em direção à rua Serro. Essa área – cerca de 120 mil metros quadrados – é mais que 8 vezes a área do decreto.

O projeto do CAM, possivelmente embalado pela Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, inaugurada em 04 de março de 2010, havia se iniciado com a publicação, naquele mesmo ano, do edital<sup>70</sup> de licitação na modalidade de concorrência para a contratação de consultoria técnica especializada para elaborar estudos para o **redesenho da malha mobiliária (sic)**<sup>71</sup> da **Administração Municipal**. O objetivo deste estudo tinha sido a redução dos custos relativos às atividades e estrutura física dos órgãos e entidades que compunham a Administração.

O estudo<sup>72</sup> – finalizado em 2011 – atribuiu a ineficiência técnica, logística e financeira do Executivo Municipal à descentralização das atividades, apontando ainda os altos custos de operação da estrutura física dos órgãos e entidades que compunham a Administração Municipal. À época, as despesas com trânsito de documentos e pessoas; frotas de veículos; serviços de conservação e limpeza; vigilância; reprografia; manutenção predial e, sobretudo, aluguéis, haviam sido contabilizadas em R\$ 104.348.287,00 ao ano, estimando-se a possibilidade de redução de 40% desse valor a partir da centralização da malha imobiliária (BELO HORIZONTE, [20--], p.169-222).

Ainda segundo o estudo, a região hipercentral do Município e adjacências seria a que melhor atenderia às seguintes premissas: disponibilidade de transporte público e facilidade de acesso para munícipes e servidores; presença de serviços e comércio para os servidores no entorno e exploração do potencial urbanístico do CAM como fio condutor de um processo amplo de requalificação de áreas da cidade em processo de degradação ou estagnação.

Assim, inicialmente 02 cenários haviam sido montados para a verificação da viabilidade do projeto: (1) quarteirão delimitado pela avenida do Contorno, ruas Varginha e Januária e linha férrea e (2) Edifícios da Secretaria Municipal de Finanças e Sulacap/Sulamérica e terreno localizado na rua da Bahia entre Carijós e Tamoios, conforme mostrado na Figura 63 abaixo.

---

<sup>70</sup> Concorrência nº 2010/002, publicado no DOM em 30 de março de 2010 (Ano XVI - Edição Nº 3554).

<sup>71</sup> Referindo-se à imóveis, o termo correto seria **imobiliária**.

<sup>72</sup> Este estudo me foi cedido pelo Daniel Queiroga em março de 2019. Em 16 de setembro de 2013, Daniel solicitou a lista e o acesso a todos os processos administrativos relacionados à construção do CAM na região da Lagoinha. Conforme seu relato, os documentos foram entregues somente 7 meses depois, semanas antes da desistência de se erguer o CAM na Lagoinha, que culminou na escolha do estacionamento do Terminal Rodoviário para o novo centro administrativo. O processo que trata do estudo em questão recebeu o número 01.001272-10-07, o mesmo da licitação publicada.

Figura 63 – Cenários 1 e 2 apontados pelo Estudo de Redesenho da Malha Imobiliária



Fonte: Elaborado pelo autor.

Porém, outros dois cenários haviam sido incluídos no estudo: o da rua Guaicurus (3), indicado pelo Comitê Executivo no dia 20/09 e o da Lagoinha (4), indicado pelo Prefeito durante reunião realizada em 24/10<sup>73</sup> (BELO HORIZONTE, [20--], p.230).

No estudo não há menção aos motivos que levaram tanto o Comitê quanto o Prefeito a propor outros cenários.

Entretanto, o mesmo indica que, sob a luz da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo – LPOUS vigente<sup>74</sup>, os cenários 1 e 2 foram considerados inadequados por apresentarem potenciais construtivos inferiores à necessidade real da PBH, calculada em 55.000m<sup>2</sup>, quais sejam, 45.632,00m<sup>2</sup> e 44.680m<sup>2</sup> respectivamente.

Haviam restado assim, os cenários Guaicurus e Lagoinha, mostrados na Figura 64 a seguir.

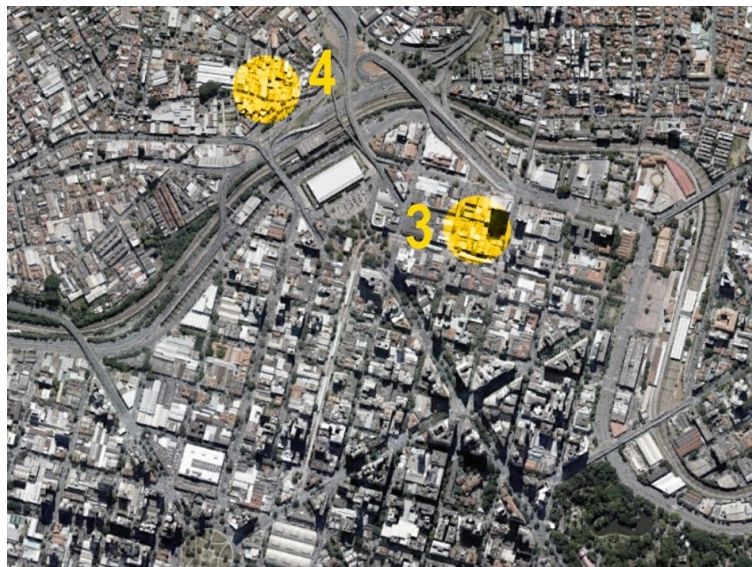
O cenário Guaicurus propunha a construção de três novos prédios distribuídos em três quarteirões. Apresentava como pontos positivos o fato de estar inserido em uma “região degradada objeto de projeto de revitalização composta por diversas unidades comerciais (...) de baixo valor comercial” no qual “alguns imóveis estão fechados ou até abandonados. Os poucos prédios existentes são de baixa edificação, antigos e sem sinal de reforma ao longo dos anos, em acelerado processo de decomposição” (BELO HORIZONTE, [20--], p.240). Como ponto negativo fora indicado o aumento no fluxo viário em região já saturada, que demandaria projetos de adequação da região. O cenário Lagoinha, por sua vez, propunha uma nova edificação incluindo uma ligação com a região central através do prédio da Estação Rodoviária, corredor cultural e centro comercial. Destacava os seguintes pontos como favoráveis: área de baixo valor comercial, região degradada

<sup>73</sup> Datas sem indicação de ano. Possivelmente em 2010.

<sup>74</sup> Lei nº 7.166 de 27 de agosto de 1996

objeto de projeto de revitalização, região objeto de planos de operação urbana e integração com meios de transporte e grandes vias no entorno. E como pontos desfavoráveis, a distância à sede da Prefeitura e significativa interferência no prédio da Estação Rodoviária, com necessidade de destombamento.

Figura 64 – Localização dos cenários 3 e 4 apontados pelo Estudo de Redesenho da Malha Imobiliária



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na análise de risco, enquanto os estudos tendiam para os cenários 1 e 2 (a despeito da questão da área construída) uma nova variável havia sido introduzida pela PBH – o **custo de oportunidade**. O estudo não explicava nem definia esta variável, o que comprometia a compreensão do resultado final e indicava que o CAM na Lagoinha poderia contribuir para uma valorização da região – ainda que sem afirmar categoricamente:

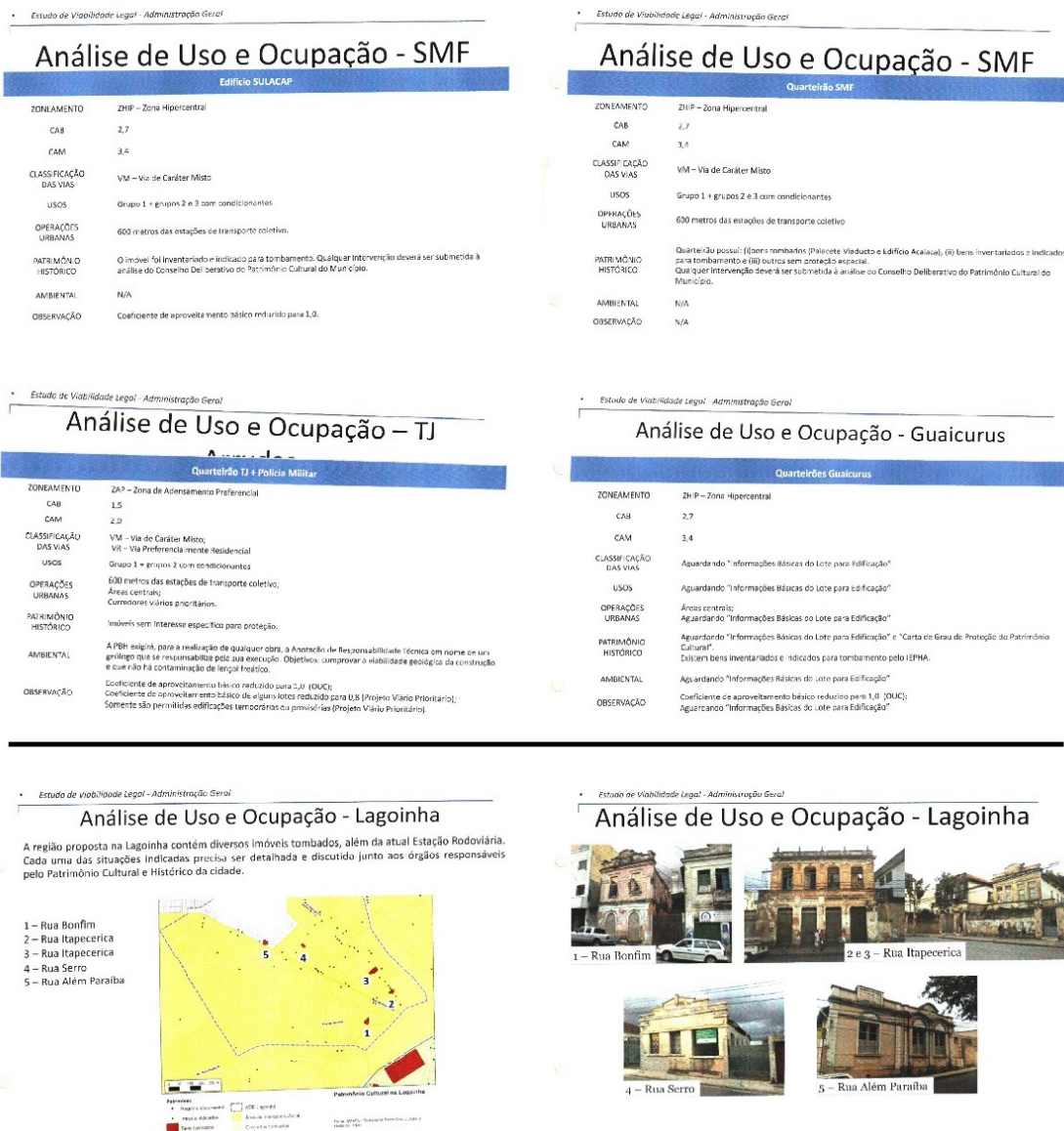
Portanto, a PBH entende que mesmo com os métodos de avaliação (*VPI, TIR ou Payback*) sendo mais favoráveis para os outros cenários (TJ Arrudas e SMF/Sulacap/Sulamérica), o custo de oportunidade com o projeto Lagoinha em conjunto com a operação urbana prevista para o entorno da av. Presidente Antônio Carlos poderão alavancar a região com a atração de novos investimentos (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, [20--], p.306).

Os cálculos dos investimentos apontaram, naquela ocasião, um valor mais elevado para o cenário Guaicurus: R\$ 282.228.000,00 (custos de terreno e construção) contra R\$ 265.263.000,00 para o Lagoinha. Os Custos Totais estimado para a operacionalização dos órgãos no novo CAM foram idênticos para ambos os cenários: R\$ 58.990.510,44/ano – considerando-se uma área mínima a ser edificada para o funcionamento do CAM. Considerando-se, por sua vez, o esgotamento do

potencial construtivo nos dois casos, o estudo apontara o valor de R\$ 60.658.580,95 para o cenário Lagoinha contra R\$ 60.058.725,27 para o Guaicurus.

Na seção “Estudo de Viabilidade Legal”, merece destaque o fato que a análise do cenário Lagoinha fugia tanto aos padrões gráficos de formatação empregados nos demais cenários, quanto ao conteúdo, (zoneamento, classificação das vias, usos, operações urbanas, patrimônio histórico e questões ambientais), trazendo apenas informações sobre os imóveis tombados, como podemos ver na montagem abaixo (Figura 65):

Figura 65 – Estudos de Viabilidade Legal



Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, [20--], p. 330-334. Montagem elaborada pelo autor.


Os motivos que levaram à escolha do cenário Lagoinha não estão totalmente claros no estudo. Há uma menção ao descarte do cenário Guaicurus junto ao quadro “Pontos Negativos” referentes ao

mesmo (Figura 66), decidido em reunião realizada em 21/10 (1 mês após ter sido indicado). No entanto, todos os quatro cenários foram contemplados até o final do estudo.

Figura 66 – Quadro do Cenário Guaicurus

• Cenários de Racionalização - Administração Geral

## Proposta Guaicurus



**Endereço:** Quarteirões entre Av Santos Dumont, ruas São Paulo, Oiapoque e Rio de Janeiro

**Região:** Hipercentro

**Proposta:** Construção de 3 novos prédios, distribuídos em três quarteirões

**Pontos Positivos**

- Região degradada objeto de projeto de revitalização composta por diversas unidades comerciais como bares, estacionamentos, restaurantes, "hotéis", lojas populares, baixo meretrícios, imóveis de baixo valor comercial.
- Alguns imóveis estão fechados ou até abandonados. Os poucos prédios existentes são de baixa edificação antigos e sem sinal de reforma ao longo dos anos, em acelerado processo de decomposição.

**Pontos Negativos**

- Centro de confluência e gargalo viário, novo fluxo demanda um projeto de adequação da região
- Cenário descartado em reunião (21/outubro)

Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, [20--], p. 240. Editado pelo autor.

O estudo fazia, nas considerações finais (BELO HORIZONTE, [20--], p. 336), uma ressalva de que a implantação do CAM estava condicionada à criação de parâmetros urbanísticos específicos, como ocorre nas Operações Urbanas, mais precisamente a elevação do Potencial Construtivos e a alteração de Usos Admitidos. Tal consideração se referia aos cenários 1 e 2, pois não comportariam o porte do futuro CAM. O cenário 3 apresentava seu diagnóstico inconcluso, uma vez que as “Informações Básicas para Edificação” e as “Cartas de Grau de Proteção do Patrimônio Histórico” não foram obtidas<sup>75</sup>. Não havia nenhuma menção ao cenário Lagoinha nesta seção.

O estudo concluíra com indicação do cenário Lagoinha para o Plano de Negócio do CAM, “seguindo a decisão do Comitê Executivo do Projeto” (BELO HORIZONTE, [20--], p. 338) em 01 de novembro de 2011.

Este estudo, como pudemos perceber, trazia várias inconsistências, como no caso do Estudo de Viabilidade Legal que não apresentava as informações para o cenário Lagoinha e a formatação

<sup>75</sup> Segundo a PBH, Informação Básica para Edificação é um “documento que consolida as informações urbanísticas de um lote aprovado, como o zoneamento, classificação viária, condicionantes ambientais e de proteção do patrimônio cultural, características geométricas, entre outras, com a finalidade de subsidiar a elaboração do projeto de edificação” (BELO HORIZONTE. Disponível em: <<https://siurbe.pbh.gov.br/#/solicitacao/InformacaoBasicaEdificacao>>. Acesso em: 23 de out. de 2019. Já a Carta de Grau de Proteção do Patrimônio Histórico “informa se determinado imóvel possui ou não interesse de proteção para o Município de Belo Horizonte e se o bem cultural está localizado em área de interesse de preservação ou com diretrizes especiais” (BELO HORIZONTE. Disponível em: <http://portaldeservicos.pbh.gov.br/portalservicos/view/paginas/resultadoPesquisaGeral.jsf>, >. Acesso em: 23 de out. 2019). A emissão de tais documentos é de responsabilidade da própria Prefeitura e os prazos variam de 1 a 10 dias úteis.

diferente, ou na utilização da variável (a pedido da PBH) “custo de operação” na análise de risco, ou ainda a falta de especificação exata do terreno que compunha este cenário – que está localizado, na verdade, no bairro Bonfim.

Tais inconsistências quando somadas ao fato do cenário Lagoinha não ter sido apontado no estudo, mas uma indicação do prefeito, considerando o contexto da Operação Urbana “Nova BH”, marcada pela ausência da participação popular, aproxima esse processo da teoria de Janoschka e Sequera (2014) de que, na América Latina, a gentrificação está condicionada a uma ação efetiva e violenta do Poder Público, direcionando investimentos e promovendo novos mercados imobiliários de consumo. Isto torna-se ainda mais evidente, quando há menções à situação da região – sempre ressaltando a decadência e degradação urbana – e quando são mencionados os possíveis impactos do CAM, como na seção “Viabilidade Técnica e Operacional” do redesenho da malha mobiliária (BELO HORIZONTE, [20--], p.324):

- Cenário TJ Arrudas + PM: “A região dispõe de áreas de ocupação rarefeitas e em processo de degradação, e com a implantação da sede, passará por um forte processo de revitalização”.
- Cenário SMF + Sulacap/Sulamérica: “O impacto da implementação será baixo, uma vez que a região já é bem desenvolvida e possui um elevado nível de comércio e serviços”.
- Cenário Guaicurus: “O impacto geral da implementação será alto, uma vez que a região está muito degradada, e passará por um forte processo de revitalização com o aumento de atratividade de serviços de valor elevado”.
- Cenário Lagoinha: “O impacto da implementação da sede será bastante positivo, uma vez que resultará em um forte desenvolvimento regional e revitalização da área. Além de reduzir a grande concentração de veículos e pedestres no hipercentro e incentivar a atração de investimentos para o vetor norte”.

Há duas leituras possíveis em relação aos impactos indicados: o impacto negativo, considerando que o empreendimento traria maior fluxo de veículos e uma valorização indesejada dos imóveis do entorno (gentrificação) e o positivo, em que o CAM traria desenvolvimento e seria o agente catalizador de um processo de revitalização e de valorização dos imóveis da região desejáveis. Destaca-se a ênfase na conotação positiva do texto ao se referir ao cenário Lagoinha, numa clara tentativa de legitimação e convencimento da implementação do CAM naquele cenário.

Nos jornais, as notícias trouxeram depoimentos do prefeito e sua equipe sobre os benefícios que o CAM traria para o bairro desvelaram as estratégias para a detonação de um processo de gentrificação a partir da instalação de um grande equipamento urbano. Essa estratégia se aproxima às políticas de transformações urbanas – principalmente em áreas com valor histórico – que combinam estratégias desde o redesenho urbano e “propostas de ‘grandes instalações culturais’ (...) confiadas a ‘arquitetos-estrela’” (CASTRIOTA, 2017, p.68) que promovem gentrificação. De

acordo com Lacerda, o complexo será um ‘monumento’ e terá ‘movimento’, podendo ser observado até da avenida Afonso Pena” (O Tempo. 05 set. 2013<sup>76</sup>).

Segundo apurou a reportagem com fontes próximas ao prefeito, a prefeitura ainda está estudando os lotes que serão desapropriados. “A situação é que o bairro precisa ser revitalizado, e um equipamento desse porte geralmente muda a vida do local. A prefeitura quer ter a oportunidade de mostrar o projeto para os moradores”, disse o interlocutor (O Tempo. 19 set. 2013<sup>77</sup>).

Após um período de aproximadamente 21 meses, o Executivo então publicou o Decreto da desapropriação dos imóveis no bairro Bonfim.

Inicia-se então, uma expressiva mobilização dos moradores do Bonfim e de bairros vizinhos, assim como, das associações de moradores destes bairros e também de pessoas que não residiam no bairro, mas se posicionavam contrariamente ao projeto do CAM.

Um dos principais desdobramentos de tal mobilização foi o “Movimento Lagoinha Viva”, que consistia na reunião das associações de moradores dos bairros Lagoinha, IAPI, com o apoio Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte (MAMBH) e dos então deputados estaduais Paulo Lamac e Fred Costa e vereador Adriano Ventura. No viés político ainda merece destaque toda a bancada de oposição ao prefeito Márcio Lacerda, liderada pelos vereadores Arnaldo Godoy, Pedro Patrus, Juninho e Gilson Reis (informação verbal)<sup>78</sup>.

A atuação do movimento Viva Lagoinha transcendeu à questão do CAM e influenciou de forma decisiva em outras questões de grande relevância para o bairro Bonfim, as quais serão tratadas a seguir. A atuação exitosa do movimento fez com que a prefeitura recuasse, decidindo por construir o CAM em outro terreno: o estacionamento do terminal Rodoviário de Belo Horizonte. Em 11 de abril de 2019 foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM) o Decreto nº 15.536 de 10 de abril de 2014 que revoga o Decreto 15.252 de 28 de junho de 2013.

## 4.2 O Movimento Lagoinha Viva - MLV

Quando estourou a bomba (...) foi quando eu tive a ideia: vamos formar então um grupo mais forte, vamos pegar quem quer vir com a gente, quanto mais movimentos e associações a gente colocar no Movimento Lagoinha Viva, melhor. A gente fica mais forte. (...) A gente teve que formar o Lagoinha Viva quando a gente viu que tinha muita gente também que queria que acabasse com o bairro. (informação verbal)<sup>79</sup>.

<sup>76</sup> PRADO, Gustavo. Centro administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte já tem pré-projeto. **O Tempo**, Belo Horizonte, 05 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/centro-administrativo-da-prefeitura-de-belo-horizonte-ja-tem-pre-projeto-1.708266>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

<sup>77</sup> PRADO, Gustavo. Centro administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte já tem pré-projeto. **O Tempo**, Belo Horizonte, 19 nov. 2013. Disponível em <<https://www.otempo.com.br/prefeitura-ainda-estuda-os-lotes-1.715535>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

<sup>78</sup> Depoimento de Daniel Queiroga: Belo Horizonte, outubro 2019.

<sup>79</sup> Depoimento de Teresa Vergueiro: Belo Horizonte, outubro 2019



Depois que o Márcio Lacerda desistiu, nós falamos assim: olha, já que não vai fazer aqui, então vamos proteger a Lagoinha para que ninguém mais faça. (informação verbal)<sup>80</sup>.

O relato de Teresa Vergueiro revela o momento em que ela começa a se articular com entidades e lideranças como Carlos Alberto Pinheiro de Mendonça Júnior (Juninho) então presidente da Associação Comunitária do Conjunto São Cristóvão – IAPI; Oscar Fernandes Vieira Gonçalves (Cacá), Maria Aparecida Batista Dantas (Cida Dantas) e Eduardo Andrade Varela, integrantes Associação dos Moradores da Lagoinha e Adjacências – Viva Lagoinha, além dos moradores Esdras Batista Moreira Vieira e Maria da Glória Silva Queiroga.

Não há dados, mas o Movimento estima que metade dos moradores da região estavam a favor do CAM. Essa percepção foi o fator que mais motivou esse grupo que, liderado por Teresa Vergueiro e com o apoio do então deputado estadual Fred Costa, foi a maior resistência organizada da sociedade civil contra o CAM.

O sucesso do Movimento se deu não somente pelo engajamento dos membros e dos moradores, mas também pelo conhecimento em marketing e comunicação de Vergueiro e sua experiência em trabalhos desenvolvidos para candidatos em campanha eleitoral. Segundo seu relato, Teresa distribuía *releases* diariamente à imprensa, “eu fui uma agência [de publicidade], vamos dizer assim” (Depoimento de Teresa Vergueiro: Belo Horizonte, outubro 2019). Essa estratégia fez com que o Movimento pudesse atuar com mais força e eficácia, sendo fundamental, haja vista que os moradores estavam divididos em relação ao CAM.

A primeira Audiência Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) ocorreu em 26 de setembro de 2013 na Igreja N. Sra. da Conceição dos Pobres, que, mesmo se declarando neutra, cedeu o espaço para as reuniões. Na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), a primeira Audiência Pública ocorreu na manhã de 04 de outubro de 2013 na CMBH e, em função das articulações políticas, às 19h daquele mesmo dia foi marcada a segunda, agora na Igreja N. S. da Conceição dos Pobres. Como o grupo mostrava-se forte, conseguindo mobilizar pessoas e instituições, a prefeitura, numa ofensiva tentou desqualificá-lo, restringindo o diálogo sobre o CAM a associações devidamente formalizadas, que não era o caso do Movimento. Então, em 18 de outubro de 2013, o Movimento Lagoinha Viva foi registrado em cartório e passou a existir como uma Associação.

Ele [MLV] surgiu na época do CAM. [...] Tem registro no cartório. A gente chegou a fazer esse processo todo, ainda mais por que o pessoal lá tentou inviabilizar nossa participação nesse processo do Centro Administrativo, sabe? Márcio Lacerda tentou desqualificar, sabe? [...] E, na verdade, o Lagoinha Viva surge como uma associação de associações. Ele chamou ‘Movimento’. Ele era

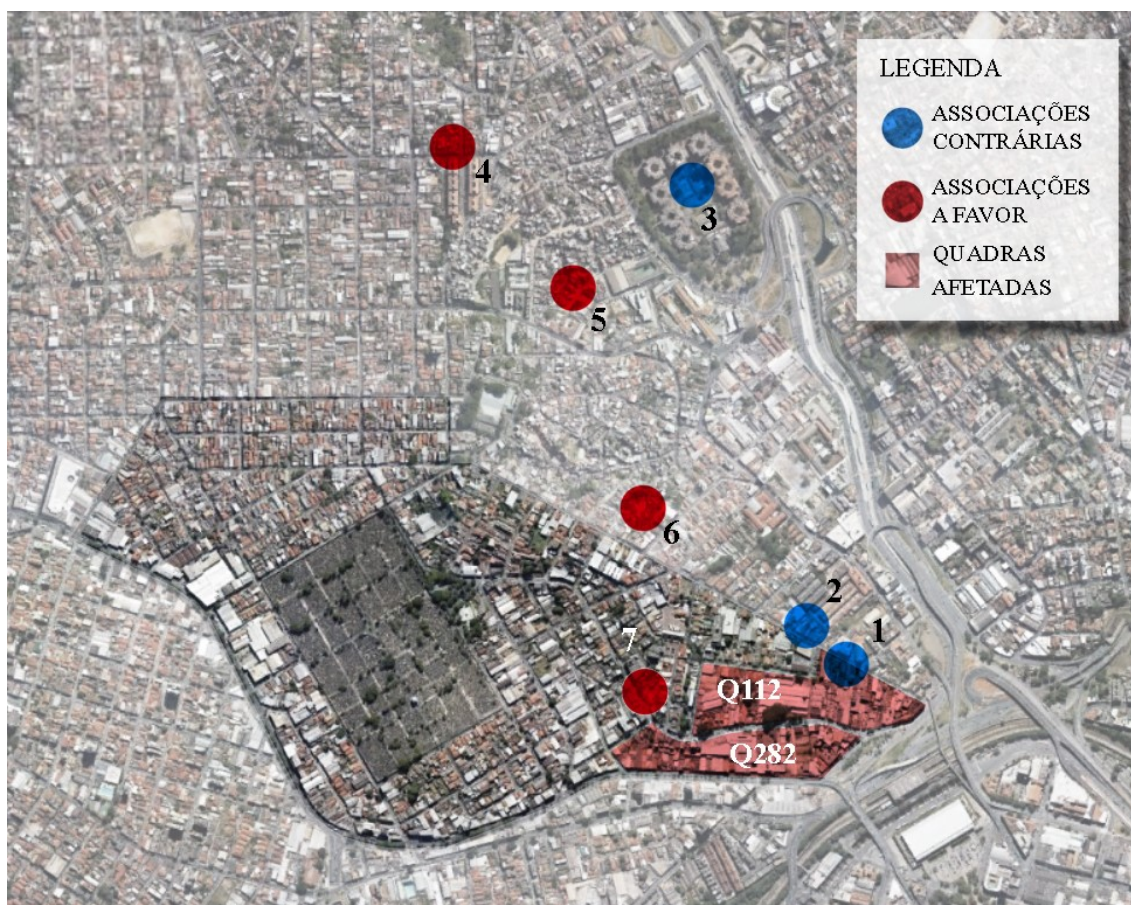
---

<sup>80</sup> Depoimento de Daniel Queiroga: Belo Horizonte, outubro 2019.

um movimento, não tinha a intenção de ser Pessoa Jurídica, mas teve que se transformar em Pessoa Jurídica pra gente poder atuar” (informação verbal)<sup>81</sup>.

O mapa a seguir (Figura 67) indica a localização das associações da região que se posicionaram contrárias ao CAM e apoiaram o MLV (1), ou seja, a Associação dos Moradores da Lagoinha e Adjacências – Viva Lagoinha (2) e a Associação Comunitária do Conjunto São Cristóvão – IAPI (3); bem como as que foram a favor do CAM: Associação Cultural Recreativa e Desportiva Santo André (4), Associação Cultural Comunitária e Jornalística Fala Pedreira (5), Associação dos Moradores da Vila Senhor dos Passos (6) e Associação Recreativa Comunitária Amigos do Bonfim – ARCA Bonfim.

Figura 67 – Associações de moradores da região da Lagoinha segundo posicionamento sobre o CAM



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 29 de outubro, a prefeitura acata o requerimento de acesso à informação protocolado em 16 de setembro de 2013 por Daniel Queiroga. No momento das vistas ao processo (nº 01.001272-10-07) foi-lhe pedido sigilo em relação aos terrenos que formavam os cenários. Daniel explica

<sup>81</sup> Depoimento de Daniel Queiroga: Belo Horizonte outubro 2019

que tal pedido se deveu à composição do Cenário 1, que incluía os imóveis do Tribunal de Justiça e da Polícia Militar. O estudo de um empreendimento sendo feito nestes terrenos poderia criar um “choque entre poderes”, em suas palavras (informação verbal)<sup>82</sup>. Após a negativa de Daniel em manter sigilo, os servidores que o atenderam disseram que era para esperar sete dias, pois o prefeito iria desistir do CAM no Bonfim. De fato, o prefeito desistiu do local, mas suas ações duraram mais que sete dias: o novo terreno foi divulgado somente em reportagem para o jornal O Tempo no dia 08 de abril de 2014<sup>83</sup> e a revogação do decreto ocorreu somente em 10 de abril de 2014.

Acabou o centro administrativo, O Márcio Lacerda desistiu e falou que ia fazer na rodoviária, o governo do estado, o Pimentel, passou pro Lacerda a rodoviária, né? O terreno passou a ser da prefeitura, porque antes não era. (informação verbal)<sup>77</sup>.

A relevância das ações do MLV vai além dessa *querelle*. O Movimento continuou atuando em causas que envolveram o bairro Bonfim e a região da Lagoinha, como o Tombamento do Conjunto Urbano, a concessão/privatização dos cemitérios municipais, Operações Urbanas Consorciadas, Revisão do PD de Belo Horizonte. A partir de uma contraofensiva, calcada em defesa dos interesses – próprios e coletivos – o MLV torna-se o que Randolph (2014) chama de *subversão*. O autor, que analisa as jornadas de 2013, afirma que ocorreu, naquele momento, um questionamento a respeito do planejamento urbano e, também, em relação aos próprios planejadores. É possível perceber uma aproximação entre o junho de 2013 e o MLV, no sentido da não aceitação dos “vultosos investimentos (...) em equipamentos urbanos”, estando estes no bojo da “deterioração das condições urbanas” (RANDOLPH, 2014, p. 41). No momento em que o movimento foi reconhecido como um grupo legítimo nas tomadas de decisões municipais, inclusive legitimando essas próprias decisões, houve uma mudança de paradigma nos modelos de planejamento, defendida pelo autor:

“Acredita-se que a própria ‘subversão’ deve-se aplicar ao próprio processo da trajetória dos modelos de planejamento. (...) Isto significaria aceitar o desafio de procurar uma outra perspectiva conceitual (filosófica?) que ultrapassasse a compreensão do planejamento como discurso em diferentes patamares das representações.” (RANDOLPH, 2014, p. 53).

De fato, o engajamento e a atuação do MLV em questões relativas ao bairro foram decisivos. A pluralidade de ações, ora se opondo ao Poder Público (a) – como no caso do CAM – ora se

<sup>82</sup> Depoimento de Daniel Queiroga: Belo Horizonte março 2019.

<sup>83</sup> TEIXEIRA, Tâmara *et. al.* Centro administrativo de BH ficará onde é estacionamento da rodoviária. **O Tempo**, Belo Horizonte, 08 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/centro-administrativo-de-bh-ficara-onde-e-estacionamento-da-rodoviaria-1.820369>>. Acesso em: 15 jul. 2019

associando ao Poder Público (b) – como no caso do Tombamento – ora agindo em paralelo ao Poder Público (c) – como no caso do Plano Diretor Municipal, encontra eco na teoria de Souza (2014), configurando-se no que ele chamou de Contra o Estado (a); Com o Estado (b); Apesar do Estado (c).

Na sequência, prossigo com relato e análise dos eventos ocorridos no bairro, sempre destacando a atuação do MLV, quando esta ocorreu, e/ou de agentes isolados.

### 4.3 O Cemitério do Bonfim

O valor artístico, cultural e histórico do cemitério do Bonfim começou a ser reconhecido mediante o Termo de Cooperação Técnica nº 006/2003, firmado entre o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), FPM e a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em março de 2003, com o objetivo de

Estabelecer a integração de ações institucionais de pesquisa, proteção, conservação e promoção do Cemitério do Bonfim e respectivo acervo cultural, com o intuito de promover a conservação do patrimônio cultural existente e o conhecimento sobre a história da cidade, bem como valorizá-lo como espaço de cultura e de conhecimento de modo a estimular o investimento de pesquisas, visando facilitar o acesso à informação, ao cemitério e a formação de outras parcerias de interesse. (DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS<sup>84</sup>).

Naquele mesmo ano, o CDPCM-BH, através da Deliberação nº 79/2003, iniciou-se o processo de Tombamento Municipal.

Após um período latência, porém de produção de conhecimento (Cf. nota 22, p. 43), várias manifestações a respeito do cemitério ocorreram: no dia 24/06/2012 inicia-se o projeto de visitas guiadas pela professora Almeida; em 02/09/2013 é sancionada a Lei Municipal 10.655 que inclui o Cemitério do Bonfim nos roteiros turísticos e culturais de Belo Horizonte; em 22/09/2014 Daniel Queiroga realiza a primeira visita técnica ao Cemitério do Bonfim com alunos do curso de Direito do UniBH:

Comecei a levar meus alunos do Curso de Direito para fazer uma aula fora da perspectiva tradicional de sala de aula, intitulada: “Visita ao Cemitério do Bonfim: arte e história no espelho de Beagá”. Essas aulas deram origem a um documentário que mostra o Cemitério como espelho de Belo Horizonte<sup>85</sup> e até uma peça de teatro feita pelos meus alunos<sup>86</sup>. (informação verbal)<sup>87</sup>.

<sup>84</sup> Disponível em: <<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/87848?paginaCorrente=01&posicaoPagCorrente=87789&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=64&paginaDestino=60&indice=0>>. Acesso em: 31/10/2019.

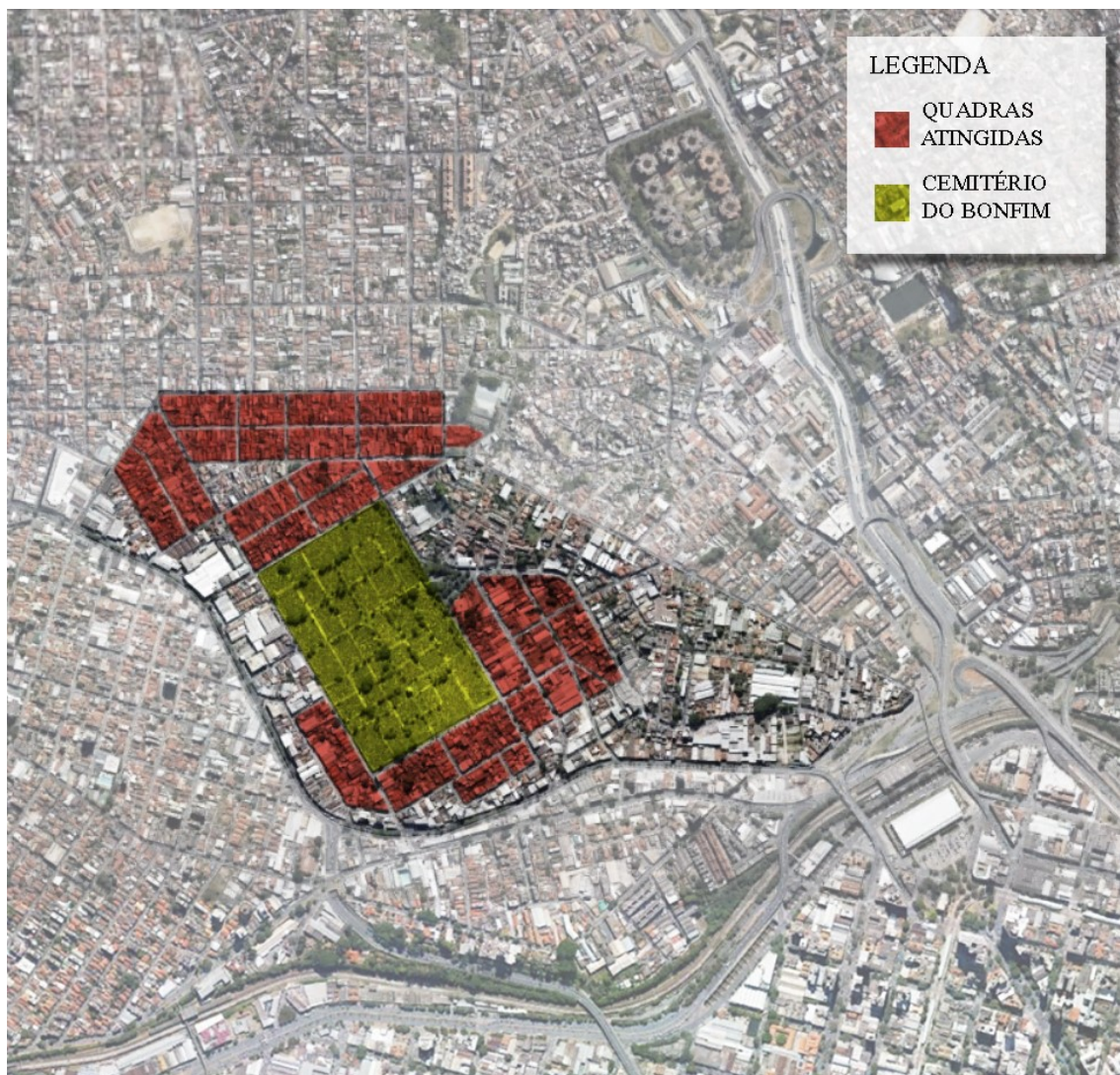
<sup>85</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OUmiv-srTqU>>.

<sup>86</sup> Vídeo disponível em: <<http://bit.ly/direitosdelaguemquejamorreu>>

<sup>87</sup> Depoimento de Daniel Queiroga. Belo Horizonte, outubro 2019.

Em novembro de 2015, duas ações do Poder Público também beneficiaram o cemitério do Bonfim: a inclusão do cemitério no estudo e plano urbanístico da OUC-ACLO, juntamente ao Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim e a publicada a Deliberação n.º 137/2015 do CDPCM-BH<sup>88</sup> que estabeleceu altimetria de 7,5 metros, contada a partir do terreno natural, para um total de 29 quadras em parte do Conjunto Urbano Bairros Lagoinha e Bonfim (Figura 68). Este elevado grau de restrição, possivelmente, inviabilizaria renovações do tecido urbano das quadras indicadas, contudo este item foi revisto na reformulação da ADE da Região da Lagoinha.

Figura 68 – Quadras atingidas pela Deliberação n.º 137/2015 CDPCM-BH e o Cemitério



Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>88</sup> Publicada no DOM em 25/09/2015 (Ano XXI – Edição 4894).

Na contramão das ações conservacionistas, seja em relação ao cemitério, seja ao bairro, o prefeito Marcio Lacerda enviou à Câmara Municipal, no mesmo período, Projeto de Lei<sup>89</sup> para alterar a Lei nº 9.048/2005 incluindo os cemitérios do Bonfim e da Consolação. Essa lei permite a concessão ou exploração dos serviços funerários a empresas privadas, incluindo a instalação de forno crematório nos cemitérios da Paz e da Saudade e recebeu parecer favorável da Comissão de Administração Pública da CM em 16 de dezembro de 2015<sup>90</sup>.

Conforme noticiado pela imprensa<sup>91</sup>, o Executivo abriu Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e autorizou a realização de estudos de viabilidade da gestão dos cemitérios.

A notícia causou forte apreensão por parte dos integrantes do MVL. Conforme relato de Queiroga (informação verbal)<sup>92</sup>: “então havia aquele temor. Imagina na rua Mariana abrir um crematório, na [rua] Acerburgo...”.

Finalizado os estudos de viabilidade contratados, foi possível perceber que eles não contemplaram a preservação do patrimônio artístico, cultural e histórico do cemitério, tampouco a promoção do turismo. Essa lacuna foi utilizada como base para a construção jurídica da denúncia feita ao MP, por Queiroga, que foi acatada. O referido processo tramitou até 2017, quando foi arquivado após a gestão de Alexandre Kalil desistir desta concessão.

O legado deste episódio contemplou a inclusão do cemitério no perímetro da ADE prevista no novo PD; o veto à instalação de crematório nos bairros Bonfim e Lagoinha (exceto nas áreas destinadas a grandes equipamentos de uso coletivo – AGEUC – ou econômicos – AGE – definidas no entorno imediato da avenida Antônio Carlos) e a contemplação das questões relativas à preservação do patrimônio artístico, cultural e histórico do cemitério do Bonfim na nova proposta de concessão dos serviços funerários dos cemitérios municipais, conforme PMI nº 002/2019 publicado em 13 de junho de 2019:

### 3. DIRETRIZES GERAIS:

Os AUTORIZADOS deverão considerar as seguintes diretrizes para a realização dos ESTUDOS:

a) Pautar-se pela premissa de que os cemitérios são locais prioritariamente de homenagem, mas também de interesse histórico-cultural, turístico, artístico e arquitetônico, em que toda atividade deve ser de interesse de seus usuários, respeitadas as eventuais limitações de tombamentos incidentes, bem como as demais normas administrativas, urbanísticas, ambientais e de saúde pública aplicáveis (BELO HORIZONTE, 2019)<sup>93</sup>.

<sup>89</sup> Este PL recebeu o número 1.795/2015.

<sup>90</sup> Publicada no DOM em 19/12/2015 (Ano XXI – Edição 4950).

<sup>91</sup> Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/34409/>>. Acesso em: outubro de 2019

<sup>92</sup> Depoimento de Daniel Queiroga: Belo Horizonte outubro 2019.

<sup>93</sup> Site PBH Ativos. Disponível em: <<http://pbhativos.com.br/arquivos/03-CONCESSOES-E-PPPS/03.6%20-%20PMI%20E%20MIP/PMI%20CEMITERIOS%20MUNICIPAIS/PMI%20n.%2002-2019%20-%20Edital%20de%20PMI%20Cemit%20c3%a9rios.pdf>>. Acesso em: 31/10/2019.

As ações relativas à tentativa de impugnação do edital se configuram como “resistências libertárias” dentro da perspectiva apontada por Souza (2014), no qual o MLV se opõe ao Estado, de forma direta, mas também indiretamente ao Capital, que representam, segundo o autor, o próprio Poder.

#### 4.4 As Operações Urbanas Consorciadas

Dessa forma, podemos concordar que as Operações Urbanas Consorciadas são apropriadas pela economia neoliberal para obtenção dos lucros advindos da flexibilização das leis e dos investimentos públicos, criando bases para um processo de especulação imobiliária, gentrificação e transformação da cidade em uma mercadoria, em detrimento da diversidade e da espontaneidade inerentes ao urbano. (INDISCIPLINAR, [201-]. Grifo meu).

##### 4.4.1 OUC Nova BH

A Operação Urbana (OU) é um instrumento previsto pela Lei nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade) que possibilita promover transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental em áreas urbanas definidas pelo PD municipal.

Em Belo Horizonte, as operações urbanas vêm acontecendo antes mesmo da instituição do Estatuto da Cidade. Segundo o grupo de pesquisa Indisciplinar<sup>94</sup>, a primeira OU, considerando o marco legal da Constituição Federal de 1988, ocorreu em 1999, para a implantação de estações de integração de ônibus do BHBUS, conforme Lei nº 7.928/1999 (INDISCIPLINAR, [201-]). Na gestão Lacerda, excetuando-se a “Nova BH” e a “ACLO”, outras seis OUs foram aprovadas, todas em 2010: a OU de estímulo ao desenvolvimento da infraestrutura de saúde, de turismo cultural e de negócios, visando atender às demandas da copa do mundo FIFA Brasil 2014; do Bosque das Braúnas; da av. Barão Homem de Melo; da Savassi; da ALMG e do Isidoro.

A Nova BH, anunciada em outubro de 2013, foi a maior OUC pleiteada pelo Executivo na história de Belo Horizonte: compreendia um total de 58 bairros, correspondente a aproximadamente 25 km<sup>2</sup> (cerca de 7% do território municipal) e que afetaria aproximadamente 170 mil moradores de forma direta (INDISCIPLINAR, [201-]).

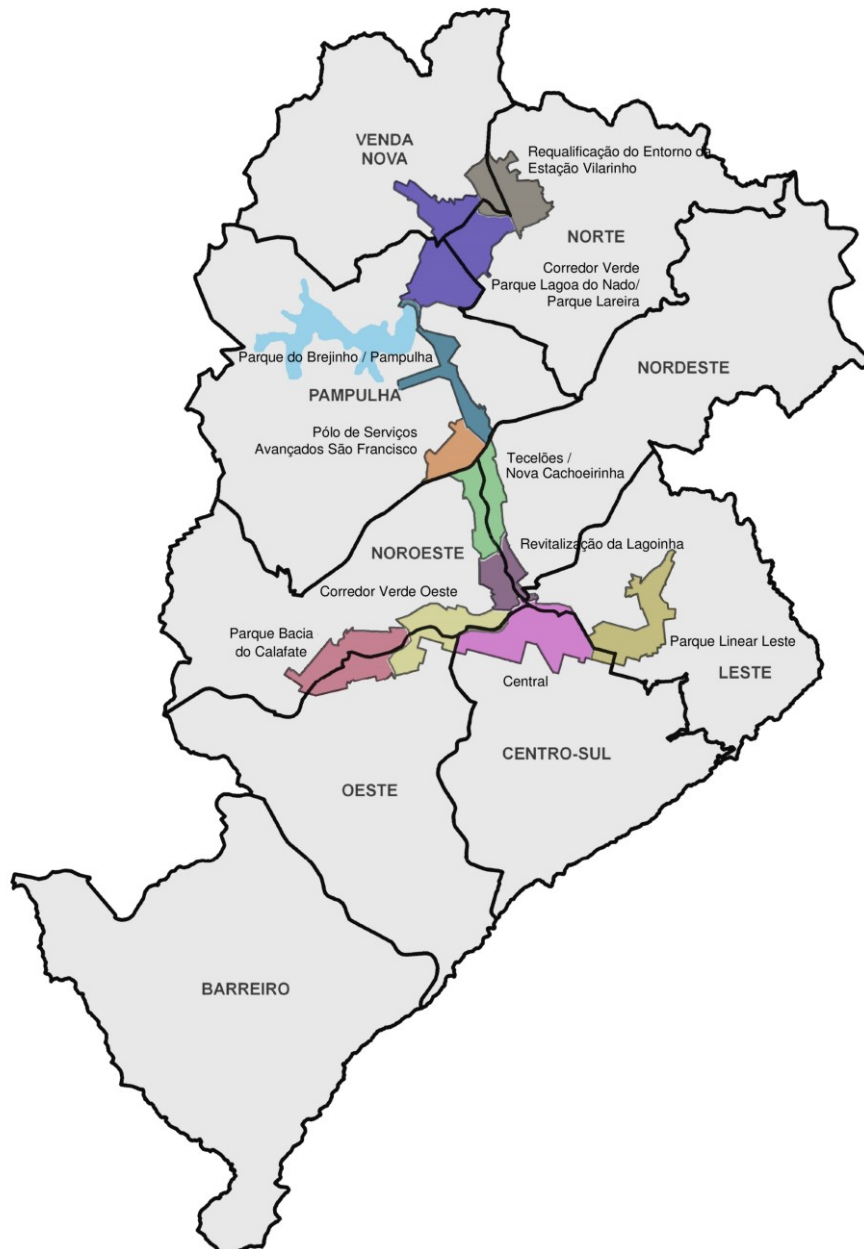
Foi pensada ao longo dos corredores das avenidas Antônio Carlos, Pedro I, Andradas, Tereza Cristina e Via Expressa, conforme mostrado na Figura 69. Dos objetivos da OUC Nova BH, alguns corroboraram as justificativas para a construção do CAM, como a criação de novos centros de serviços e comércio na cidade para reduzir a necessidade de deslocamentos das pessoas e desafogar o trânsito da cidade e a promoção da qualificação urbanística e a promoção do patrimônio cultural em áreas de importância histórica para a cidade.

---

<sup>94</sup> Grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ e sediado na Escola de Arquitetura da UFMG.

Todo este perímetro foi dividido em 10 setores e o bairro Bonfim estava inserido no setor “revitalização da Lagoinha”.

Figura 69 – Setores propostos pela OUC Nova BH



Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, [201-]. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA941C3A0FE01420A54A9C52936>>. Acesso em 01 nov. 2019. Editado pelo autor.

A abrangência da OUC no bairro resumia-se aos 7 quarteirões mais próximos ao complexo viário (Figura 70), compreendendo os terrenos que conformaram o “Cenário Lagoinha” no estudo para



o CAM. Destes, 6 quarteirões foram definidos como Quadra Preservação, devido ao interesse histórico e cultural. Sua ocupação teria como diretrizes o “baixo adensamento; [a] manutenção dos parâmetros das ADEs; [o] incentivo à tipologia mista [e o] incentivo para o patrimônio histórico e cultural” (BELO HORIZONTE, [201-]). Um único quarteirão, localizado entre a rua Bonfim e a av. Dom Pedro II, foi definido como Quadra Praça, objetivando promover o adensamento próximo aos corredores das estações de metrô e BRT (avenida Pedro II), através do alto adensamento e do incentivo à tipologia mista. Ainda como diretriz de ocupação, a OUC previu, para tais quadras, a liberação de áreas livres para o uso público (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, [201-]).

Figura 70 – Quadras do bairro Bonfim inseridas na OUC Nova BH



Fonte: Elaborado pelo autor.

A OUC Nova BH foi pautada pela falta de participação popular, sendo este, inclusive, o motivo de investigação pelo MP, uma vez que se trata de uma exigência definida pelo Estatuto da Cidade.

Sua elaboração se deu por técnicos da PBH, bem como contratação de consultorias pela mesma: Edital do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeiro (EVEF) e EIV da OUC Nova BH em abril de 2012; resultado e homologação EVEF e EIV em agosto e outubro de 2012, respectivamente (Indisciplinar, [201-]).

Vale destacar também que a PBH contratou, por indicação do então senador Aécio Neves o economista Marcello Faulhaber, “*golden boy*” do mercado imobiliário para integrar a gestão Lacerda como Secretário Adjunto de Planejamento Urbano da PBH. Faulhaber tinha sido subchefe da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro e participou da implantação da OUC Porto Maravilha no Rio de Janeiro (MAYER, 2013 *apud* BERQUO, 2015). Esta OUC representou não somente a associação entre o Estado e o Capital, mas uma sobreposição do Mercado ao Estado. Entretanto, no caso mineiro, o Mercado não obteve sucesso, como no carioca. Várias foram as manifestações contrárias por parte da população atingida – tanto diretamente, como indiretamente. Interessante observar que, segundo o grupo de pesquisa Indisciplinar, várias medidas tomadas pela PBH ocorreram simultaneamente à OUC e que, diferente de uma percepção à época, é possível, hoje, estabelecer relações entre si e entre elas e a OUC: podemos destacar a supressão massiva dos *Ficus* na avenida Bernardo Monteiro, ou o anúncio de construção da maior torre da América Latina nas imediações do bairro Santa Tereza.

Em função destas medidas, no bojo das Jornadas de 2013, houve intensas mobilizações da população, realizando passeatas e criando movimentos, como o Assembleia Popular Horizontal; Fica Ficus; Fica Vila; Salve Santa Tereza; Tarifa Zero BH; Brasilinha do Lacerda Não!.

Ressaltamos o engajamento do MLV também neste processo. Segundo o relato de Queiroga, após o impedimento da inscrição de Teresa Vergueiro como delegada em conferência realizada no Colégio Municipal de Belo Horizonte (no bairro São Cristóvão), foram percebidas várias pessoas chegando para a conferência, em um mesmo ônibus, vestindo camisetas com teor político e devidamente inscritos. Em entrevista aos integrantes do Movimento, disseram que foram votar no que mandarem:

[...] tem uma conferência [da OUC Nova BH] e a gente não consegue se inscrever como delegado e chega uma galera de camiseta de vereador, lanchinho, [...] a gente entrevistou o pessoal: – O que vocês vieram fazer aqui? – Ah, não sei não, eles mandaram vir votar numa coisa aqui. A gente levou pro MP, cancelaram a Nova BH e aí fizeram a operação de novo, nós participamos do processo (informação verbal)<sup>95</sup>.

Essa entrevista foi usada por Oscar Fernandes Vieira Gonçalves, vice presidente do MLV, na construção jurídica enviada ao MP que, reunindo outras representações, abriu investigação contra a PBH e a OUC Nova BH em novembro de 2013, quando recomendou aos conselheiros do

---

<sup>95</sup> Depoimento de Daniel Queiroga. Belo Horizonte, outubro 2019.

Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), que se abstivessem de votar nas reuniões, fato que não foi acatado e, em janeiro de 2014 o Conselho aprovou o EIV. Porém a OUC não prosperou: em julho de 2014 o MP acatou abertura de Ação Civil contra a Nova BH, que culminou no acordo realizado entre o MP e a PBH e a criação de uma nova OUC, que se chamou Operação Urbana Consorciada – Antônio Carlos / Pedro I – Leste – Oeste e contou com a participação popular, obrigatória por lei.

#### 4.4.2 OUC ACLO

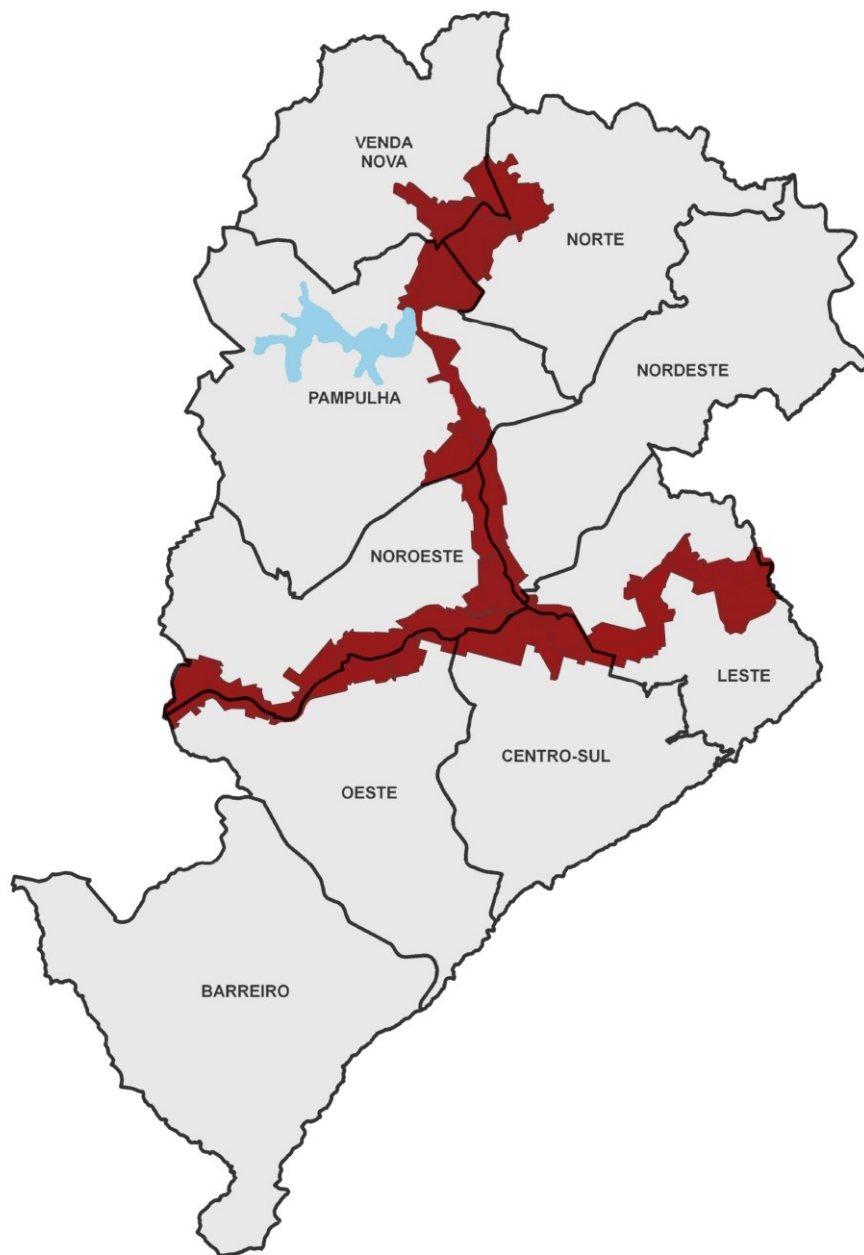
Pode-se dizer que esta nova versão da OUC em muito se assemelha à Nova BH, como podemos observar na Figura 71 a seguir. Aspectos foram mantidos como a demarcação de áreas de amortecimento e adensamento e os modelos de ocupação. Tão grandiosa quanto sua predecessora, seu perímetro, agora com 30.4km<sup>2</sup>, baseou-se nos polígonos indicados pelo PD como OUC Corredor Prioritário para o Transporte Coletivo (Corredor Antônio Carlos/Pedro I); OUC de Corredor Viário Prioritário (Eixo Leste-Oeste); trechos de polígonos indicados para OUCs de áreas localizadas em um raio de 600m de dez estações de metrô; trechos de outros polígonos indicados para OUCs de corredores prioritários para o transporte coletivo; trechos da OUC Áreas em Reestruturação no Vetor Norte e todas as áreas indicadas para OUCs na Área Central, ou seja, a OUC ACLO englobou áreas indicadas para todos os cinco tipos de Operações Urbanas Consorciadas indicadas pelo PD Municipal. (BELO HORIZONTE, 2015, p. 16).

As principais diferenças em relação à Nova BH foram: o deslocamento do foco em intervenções e obras para as políticas públicas para atingir os objetivos propostos; a concepção dos modelos de ocupação abordando os resultados pretendidos e não como meio para venda de potencial adicional; a inclusão das extremidades Leste e Oeste; a exigência de mecanismos de sustentabilidade nos empreendimentos das áreas de adensamento; a definição de uma estrutura de gestão composta de um Grupo Gestor Geral e Grupos Gestores Locais com participação popular, a execução da OUC em etapas e, não menos importante, uma nova abordagem em relação à área de abrangência – ou área de influência direta – ampliando-a sensivelmente para 171 bairros, que abrigavam cerca de 910 mil habitantes, segundo dados de 2010<sup>96</sup>.

---

<sup>96</sup> Demais alterações ver: BELO HORIZONTE. **Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste-Oeste**. Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. Belo Horizonte: PBH. p.19-20. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/operacoes-urbanas/consorciadas>>. Acesso em 02 nov. 2019.

Figura 71 – Perímetro OUC ACLO



Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste sentido, é importante frisar que houve as seguintes alterações no perímetro da OUC: exclusão das quadras no bairro São José que não são lindeiras à Av. Presidente Antônio Carlos; inclusão do trecho a leste da Rua da Matriz, em Venda Nova e a ampliação de trecho do bairro Bonfim (Figura 72), que foi praticamente triplicado e representa uma das conquistas do MLV.

Figura 72 – Quadras do bairro Bonfim inseridas na OUC ACLO



Fonte: Elaborado pelo autor.

As quadras do bairro Bonfim foram inseridas no setor nº 1 – Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim. Este setor recebeu especial relevância no contexto da OUC, que pretendeu, através da reconexão da região da Lagoinha com o centro por meio de uma esplanada para pedestres, criar o ponto zero e o marco arquitetônico e conceitual desta operação.

As intervenções traçadas para o setor incluem a manutenção de empreendimentos polarizadores como FACISA-BH; SENAI, Mercado Popular da Lagoinha; Hospital Municipal Odilon Behrens; Igreja Batista da Lagoinha, dentre outros e a Revitalização [sic] da Lagoinha, a qual lançou mão de uma série intervenções prioritárias, listadas na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Intervenções Prioritárias do Programa Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim

<b>PROJETOS TRANSFORMADORES</b>		
<b>TIPO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>INTERVENÇÃO</b>
<b>Corredor Cultural da Lagoinha</b>		
Parque	Parque Lagoinha no eixo da Rua Sebastião de Melo, junto à Casa da Loba	Implantação
Praça	Praça Bonfim	Requalificação
Equipamento	Centro Cultural Casa da Loba e implantação do Museu do Cotidiano	Requalificação
Conexões ambientais	Intervenções de requalificação do espaço público de vias, com ênfase nas calçadas e nas condições de circulação dos pedestres, incluindo mobiliário urbano, arborização e iluminação em trechos das seguintes vias: Rua Bonfim, Rua Itapeperica, Rua Além Paraíba, Rua Fortaleza, Rua do Serro, Pça Quinze de Junho, Rua Sebastião de Melo e Guapé, conformando o Corredor Cultural Lagoinha/Bonfim	Requalificação
Eixos para pedestre	Abertura de vias para pedestres na quadra 0300112: entre a Praça do Peixe e a Rua Adalberto Ferraz e entre a Rua Bonfim e a Rua Alberto Gualberto	Implantação
<b>QUALIFICAÇÃO E MELHORIA DE ACESSO AO CORREDOR</b>		
Travessias urbanas	Travessia urbana para transposição da Av. Presidente Antônio Carlos, próxima à Rua Comendador Nohme Salomão, no quarteirão do SENAI.	Implantação
Conexões ambientais	Intervenções de requalificação do espaço público de vias, com ênfase nas calçadas e nas condições de circulação dos pedestres, incluindo mobiliário urbano, arborização e iluminação em trechos das seguintes vias: Av. Presidente Antônio Carlos, Rua Diamantina, Rua Rio Novo, Rua Comendador Nohme Salomão, Rua Formiga, Rua Borba Gato, Rua Angico, Rua Gonçalo Alves, Rua Araribá, Praça Agostinho Martini, Rua Manoel Macedo e Rua Angico	Requalificação
Ciclovias	Implantação de ciclovias nas seguintes vias: Av. Presidente Antônio Carlos e Rua Diamantina	Implantação
Equipamentos	Implantação de equipamentos de uso público básicos (Posto de Saúde, Escola Infantil e Escola de Ensino Fundamental) em função da demanda existente quando da implantação da operação e do adensamento provocado pela OUC de acordo com os critérios apresentados no item 2.1.4.1. Oferta de Equipamentos de Uso Público	Implantação

Fonte: BELO HORIZONTE, 2015, p. 179. Grifo meu.

A atuação do MLV nesta nova OUC foi oficializada com o credenciamento e inserção de Vergueiro no Grupo de Discussão de Parâmetros Urbanísticos. Nos Relatórios Síntese das reuniões dos Grupos de Trabalho<sup>97</sup> (grupos formados por representantes da sociedade civil e do Poder Público com objetivo de discutir temas estratégicos para a construção conjunta das propostas), é possível perceber toda a articulação que foi sendo construída para o bom andamento das futuras tramitações da Operação nas demais instâncias, bem como visualizar as propostas enviadas por diversos agentes para a OUC. Especificamente com relação ao Bonfim, a proposta

<sup>97</sup> Disponíveis em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/operacoes-urbanas/consorciadas>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

de maior relevância – que foi acatada – foi a ampliação da área contemplada pela operação, incluindo o cemitério, enviada pelo MLV, que enviou ainda a proposta nº 439 que propunha a implantação do Museu do Cotidiano, disperso atualmente em diversos endereços pela cidade, para região da Lagoinha, proposta que foi parcialmente acatada; a nº 434 que propunha vetar instalação de albergues para moradores de rua e moradia social e a nº 443, sobre a alteração de uma via de pedestres projetada para ligar as ruas Além Paraíba e Bonfim, ambas não acatadas pela equipe técnica.

A experiência adquirida com as OUCs foi de grande relevância para a participação do MLV no processo de construção do PD de Belo Horizonte, como veremos a seguir.

Embora a OUC-ACLO tenha sido aprovada e esteja em vigor, nenhum empreendimento tornou-se público até o momento.

#### 4.5 O Plano Diretor - PD

O que foi usado na Operação Urbana, foi usado no Plano Diretor, a gente passou pro Plano Diretor. (...) Foi um dos trabalhos maiores que a gente fez, (...) eu já sabia que ele podia não vingar, então a gente tinha que fazer ele perfeito, pra tirar coisas dele e jogar lá pro planejamento. Pra sentir o que que a prefeitura poderia fazer. (...) Ali era o grande teste pra gente. (informação verbal)<sup>98</sup>.

O novo Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, Lei nº 11.181/2019, foi sancionado em 09 de agosto de 2019, após longo período de discussões e tramitação na CMBH<sup>99</sup>.

Ele trouxe nova proposta de zoneamento para o município e também novos parâmetros urbanísticos. Podemos destacar como relevante mudança nos parâmetros a aplicação de Coeficiente de Aproveitamento (CA) único, igual a 1,0 em todo o município, mas podendo ser acrescido mediante a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir, isto é, o instrumento que permite o aumento do CA mediante o recolhimento de taxas (contrapartidas financeiras).

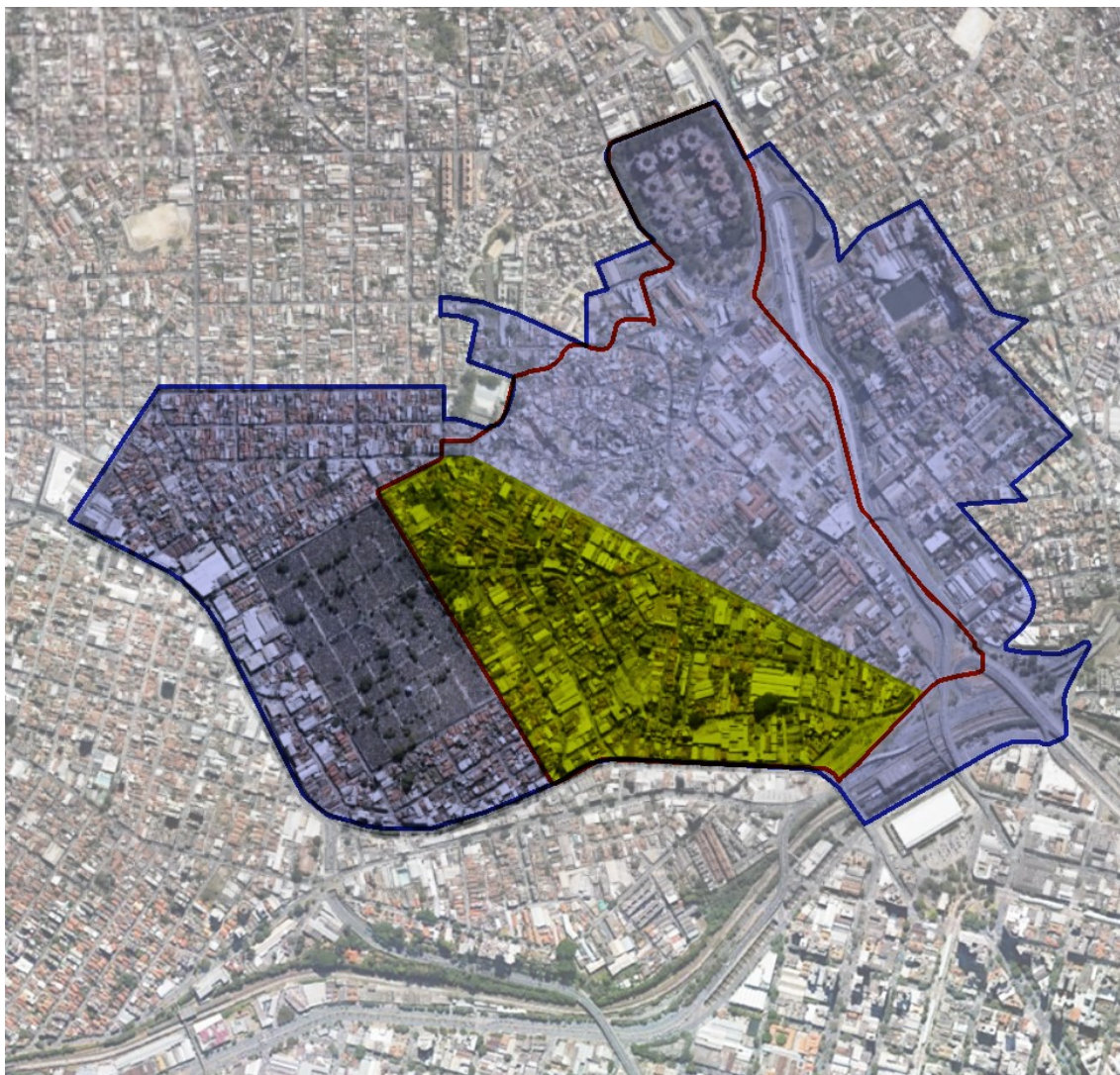
Os reflexos do novo PD na região da Lagoinha estão concentrados na nova definição da Área de Diretrizes Especiais – ADE, que passou a chamar ADE da Região da Lagoinha, conforme o mapa a seguir (Figura 73).

Essa nova configuração da ADE fez parte da Sugestão Popular nº1/2015 que propôs duas emendas ao PD, então Projeto de Lei nº 1.749/15, apresentadas à CMBH pelo Movimento Lagoinha Viva, representada pelo advogado Daniel Queiroga.

<sup>98</sup> Depoimento de Teresa Vergueiro: Belo Horizonte, outubro 2019

<sup>99</sup> As discussões iniciaram-se na IV Conferência Municipal de Política Urbana em 2014, que originaram o Projeto de Lei nº 1.749/2015, aprovado em segundo turno pela CMBH no dia 06 de junho de 2019. (Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2019/08/plano-diretor-de-bh-%C3%A9-sancionado-pelo-executivo>>. Acesso em 04 nov. 2019.)

Figura 73 - Perímetro da ADE Região da Lagoinha estabelecido pela Lei nº 11.181/19 (em azul) e da ADE Lagoinha estabelecido pela Lei nº 7.166/96 (em vermelho). Destacado em amarelo, a área do bairro Bonfim comum a ambos perímetros



Fonte: Elaborado pelo autor.

As emendas abordaram a nova redação ao Capítulo XII, que tratou da ADE Região da Lagoinha, acrescentando-lhe oito seções e, conseqüentemente, aumentando o grau de normatização desta ADE; incluiu a ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas como objetivo da ADE; o aumento da área de abrangência da ADE (incluindo toda faixa à Leste da av. Presidente Antônio Carlos, em direção ao bairro Colégio Batista)<sup>100</sup>, propondo inclusive a setorização conforme constava no PL nº 1.749/15; incluiu os “objetivos específicos”, dos quais destacam-se a obrigatoriedade da criação do Plano Diretor Local para a promoção da requalificação de áreas degradadas, a instituição do “corredor cultural Lagoinha-Bonfim”; o estímulo ao turismo,

<sup>100</sup> As demais ampliações em relação ao perímetro da ADE Lagoinha definida pela Lei 7.166/96 foram propostas pela PBH e já constavam no PL 1.749/15



especialmente no Cemitério do Bonfim e um prazo de 6 meses para que sejam definidos os incentivos fiscais ao desenvolvimento e à requalificação da ADE Região da Lagoinha.

Em relação ao Plano Diretor Local foram especificadas as seguintes diretrizes: tratamento da paisagem urbana local e intensificação do uso dos espaços públicos; estímulo aos usos residencial e misto, com ênfase para a habitação de interesse social; qualificação e apropriação de edificações vazias ou subutilizadas; criação de áreas de fruição pública e incremento da arborização; melhoria do trânsito e da conexão da região com áreas vizinhas. Elege o Plano Diretor Local como “projeto cultural” possibilitando sua elaboração um projeto passível de captação de recursos provenientes de incentivos fiscais no âmbito municipal.

Em relação às atividades econômicas, as relativas a garagens de ônibus e a fornos crematórios foram inseridas na lista das “não admitidas” e previu a concessão de incentivos fiscais para a permanência, implantação e ampliação das atividades a serem incentivadas, bem como para a substituição paulatina das não admitidas na ADE.

Em relação à ocupação e uso do solo, foi proposta a suspensão das desapropriações de imóveis, bem como exigências<sup>101</sup> para novos empreendimentos acima de 1.500m<sup>2</sup>, até a aprovação do Plano Diretor Local.

Por fim, a emenda tratou da gestão democrática da ADE, prevendo o Fórum da Área de Diretrizes Especiais – Fade – da ADE e a definição em relação à destinação dos diversos equipamentos culturais da área, que deverá ter a anuência do Fade.

A sugestão previu ainda a inserção de um inciso §1º no art.2º do PL nº 1.750/15 que “Regulamenta a aplicação dos instrumentos de política urbana no Município de Belo Horizonte”, com a seguinte redação: “V – nos perímetros e perímetros expandidos das Operações Urbanas Consorciadas onde haja imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados”, que buscou ampliar a abrangência do parágrafo que estabelece os locais onde os instrumentos de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, previstos no *caput* do artigo podem ser aplicados e ser condizente com a proposta de plena utilização dos imóveis da área da ADE, ampliando o conjunto de possibilidades de ação disponíveis para esse fim.

A relevância da Sugestão Popular nº 1/2015 excede o fato de ter sido a primeira a ser apresentada à CMBH. A abrangência e complexidade dos itens enviados revelam um amplo processo de discussão e busca de entendimento do bairro, nas suas esferas culturais, patrimoniais, sociais e econômicas. Entendimento que foi construído ao longo dos períodos de oposição ao CAM, ao processo de concessão proposto do Cemitério do Bonfim, à OUC Nova BH e também de participação na OUC ACLO e no processo de Tombamento do Conjunto Urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, que tramitou concomitantemente ao PD.

---

<sup>101</sup> Destinação do térreo das edificações para o uso comercial ou comunitário; permeabilidade do solo de 30%; reserva de pelo menos 25% da área líquida para habitações com área acima de 50m<sup>2</sup> e com somente 01 instalação sanitária; adoção de coberturas verdes e a geração própria de 50% da energia consumida e o reuso de 100% da água consumida.

O processo de aprovação do PD, da maneira que se deu, permitiu com que o MLV não só enviasse tais sugestões, como também participasse ativamente das discussões com a equipe técnica da PBH e nas audiências na CMBH. Queiroga organizou todas as propostas relativas à ADE Região da Lagoinha que foram negociadas, constando as versões do PL 1.749/2015, as enviadas pelo MLV, as revisadas pela PBH em 2016 e como foram editadas para a Lei (ver ANEXO B).

Mesmo não tendo sucesso em todas as sugestões, como veremos a seguir, as que o alcançaram são de extrema importância para a área da ADE. Serão analisadas também itens que, de acordo com Alcântara (2018), são potencialmente gentrificadores.

A maior parte dos itens contidos na Sugestão Popular nº 1/2015 foi acatada, como a ampliação do perímetro, sua divisão em 5 setores, a inclusão dos objetivos específicos da ADE, a elaboração do Plano Diretor Local, a aplicação dos instrumentos de política urbana onde haja imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados no âmbito das OUCs e a gestão democrática da Região por meio dos Fóruns das Áreas de Diretrizes Especiais – Fade<sup>102</sup>.

Em relação à elaboração do Plano Diretor Local, houve a substituição das diretrizes sugeridas para os objetivos, alteração que confere maior grau de subjetividade e elimina a adoção de parâmetros temporários, como a suspensão de desapropriações e as exigências<sup>103</sup> para novos empreendimentos acima de 1.500m<sup>2</sup>. No entanto, ao longo do texto, percebe-se que algumas dessas diretrizes foram contempladas de forma indireta, como: a diretriz sobre o tratamento da paisagem urbana local é abordada nos arts. 239, 240 e 241 que tratam, respectivamente, da criação dos setores com definição das altimetrias (§ único), da valorização das visadas cênicas (inciso V) e da utilização das áreas remanescentes ao longo da av. Presidente Antônio Carlos<sup>104</sup> (inciso V); ou a diretriz sobre a qualificação e apropriação de edificações vazias ou subutilizadas, assunto abordado pelos art. 240, § 1º que determina que os instrumentos de política urbana deverão priorizar essas áreas da ADE, e pelo art. 241, inciso I, coloca como sendo o primeiro objetivo do Plano Diretor Local, “promover a ocupação e o uso de imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados” (BELO HORIZONTE, 2019).

O que não foi acatado, tampouco abordado de forma indireta, foram as sugestões que trataram de busca de recursos por meio de incentivos fiscais para o desenvolvimento e requalificação da Lagoinha, como a caracterização do Plano Diretor Local como “projeto cultural”, bem como para a permanência, implantação e ampliação das atividades a serem incentivadas e/ou para a substituição das não admitidas na ADE e, conseqüentemente, a fixação de prazo para a definição

---

<sup>102</sup> “Os Fades são órgãos municipais colegiados responsáveis pela discussão pública de matérias afetas às porções territoriais classificadas como ADEs, estabelecendo ambientes de gestão compartilhada da cidade a partir de premissas da regulamentação específica de cada uma delas” (BELO HORIZONTE, 2019, Art. 87)

<sup>103</sup> Destinação do térreo das edificações para o uso comercial ou comunitário; permeabilidade do solo de 30%; reserva de pelo menos 25% da área líquida para habitações com área acima de 50m<sup>2</sup> e com somente 01 instalação sanitária; adoção de coberturas verdes e a geração própria de 50% da energia consumida e o reuso de 100% da água consumida.

<sup>104</sup> Que também aborda a diretriz sobre criação de áreas de fruição pública.

de tais incentivos e a listagem dos equipamentos turísticos e culturais a serem estimulados por eles.

Apesar destes itens que não foram incluídos na redação final, é possível perceber como o PD foi influenciado com as sugestões enviadas pelo MLV. Resta agora a construção do Plano Diretor Local e verificar, nas suas diretrizes e instrumentos, como a questão do combate à gentrificação será abordada.

Os novos parâmetros urbanísticos definidos pelo PD não estão em vigor por ainda não terem sido regulamentados pelo Executivo.

### **Potencial Gentrificador**

Como apontado por Smith (2006), um dos indicadores dos processos de gentrificação é a presença de grupos chamados por ele de “pioneiros”. Várias características desses grupos guardam semelhanças às dos chamados *hipsters*, isto é, grupo formado geralmente por

jovens adultos (majoritariamente entre 25 e 35 anos) com poder aquisitivo elevado, em geral interessados por tendências globais de comportamento e consumo vinculados a áreas profissionais tidas como criativas (como comunicação, tecnologia, arquitetura e artes), que valorizam características da região central (como a diversidade e a infraestrutura de serviços públicos), e que possuem estilos de vida e modos de consumo que privilegiam locais pequenos e discretos, voltados a um público reduzido, e cujos produtos e serviços são sempre associados a adjetivos e expressões que sugerem um alto nível de especialização ou exclusividade: artesanal, orgânico, vegano, autoral etc. (FLORIDA, 2014; LLOYD, 2010; OCEJO, 2017, *apud*, ALCÂNTARA, 2018, p. 33).

Assim sendo, Alcântara (2018) discute a relação entre a gentrificação e os hipsters, a partir da investigação do processo *hipsterização* em curso no bairro Vila Buarque no centro de São Paulo, que, apesar da gentrificação lá não ter sido ainda comprovada categoricamente.

Neste sentido, algumas definições trazidas pelo PD podem exercer o papel de catalisadores dos processos de gentrificação como, por exemplo, o art. Art. 242<sup>105</sup>:

Na ADE Região da Lagoinha, deverá ser incentivado o exercício de atividades vinculadas a:

I - economia criativa condizentes com as vocações culturais da região;

II - serviços de alojamento com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);

<sup>105</sup> Incluído no PL por meio da Proposta 44.6.A de autoria de Rodrigo Araújo Cruz, delegado titular da IV Conferência Municipal de Política Urbana realizada em 2014. Ver BELO HORIZONTE. **Anais da IV Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte** – resultado final das votações. p. 329-322. Disponível em: <[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/cmpu\\_resultado\\_final\\_das\\_votacoes\\_ivcmdu.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/cmpu_resultado_final_das_votacoes_ivcmdu.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2019.

III - restaurantes e similares com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);

IV - economia solidária, especialmente nas áreas das vilas Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes.

§ 1º - Além das atividades previstas no *caput* deste artigo, deverá ser estimulada a permanência das atividades econômicas tradicionais exercidas na região.

(BELO HORIZONTE, 2019, Art. 242).

Embora embasado pelos princípios da economia criativa, isto é, escolha de atividades condizentes com as vocações culturais da região, como os tradicionais comércio de peixes e frutos do mar e de antiguidades, o incentivo a atividades de serviço de alojamento – hotéis e pousadas – e de alimentação de pequeno porte, quando associados se alinham com o que Alcântara (2018) diz sobre os pequenos comércios e a exclusividade buscados pelos *hipsters*.

#### **4.6 O Tombamento do Conjunto Urbano dos Bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates**

Depois, quando nós vencemos [CAM], aí a guerra foi pro tombamento. (...) A gente não estava totalmente seguro, porque outro que viesse, podia querer derrubar tudo de novo. Então, se a gente não tombasse o bairro, a gente ia ficar desprotegido (...). Foi o tombamento mais rápido que a Prefeitura fez até hoje. Eu consegui, em 1 ano e pouco, o tombamento do bairro. (informação verbal)<sup>106</sup>.

A proteção do conjunto urbano da Região da Lagoinha ocorreu oficialmente em 15 de dezembro de 2016, com a publicação no DOM<sup>107</sup> da deliberação nº 183/2016, do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), no dia 21 de dezembro de 2016. Porém essa proteção vem sendo discutida desde a década de 1990: em 1993 a região foi incluída no Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte – IPUC-BH, através do Projeto Lagoinha, lançado pela então Secretaria Municipal de Cultura; em 1994 o Projeto Lagoinha, sob a coordenação da Comissão BH 100 Anos/PBH<sup>108</sup>, passou a ser considerado como “O Projeto Síntese do Centenário”, como já dito anteriormente, o qual previa um grande projeto de renovação urbana para marcar os 100 anos<sup>109</sup>; em 1996, com a aprovação da Lei nº 7.166 (LPOUS), foi criada a Área de Diretrizes Especiais (ADE) da Lagoinha que contemplava partes dos bairros Lagoinha e Bonfim (Figura 74):

<sup>106</sup> Depoimento de Teresa Vergueiro: Belo Horizonte, outubro 2019.

<sup>107</sup> DOM – Ano XXII, Edição nº 5193.

<sup>108</sup> Comissão criada pela PBH para preparar as comemorações do centenário de Belo Horizonte.

<sup>109</sup> Depoimento de Heloisa Costa: Belo Horizonte, agosto 2018.

Figura 74 – Perímetros da ADE Lagoinha (Lei nº 7.166 de 1996) e do Conjunto Urbano Tombado



Fonte: Elaborado pelo autor.

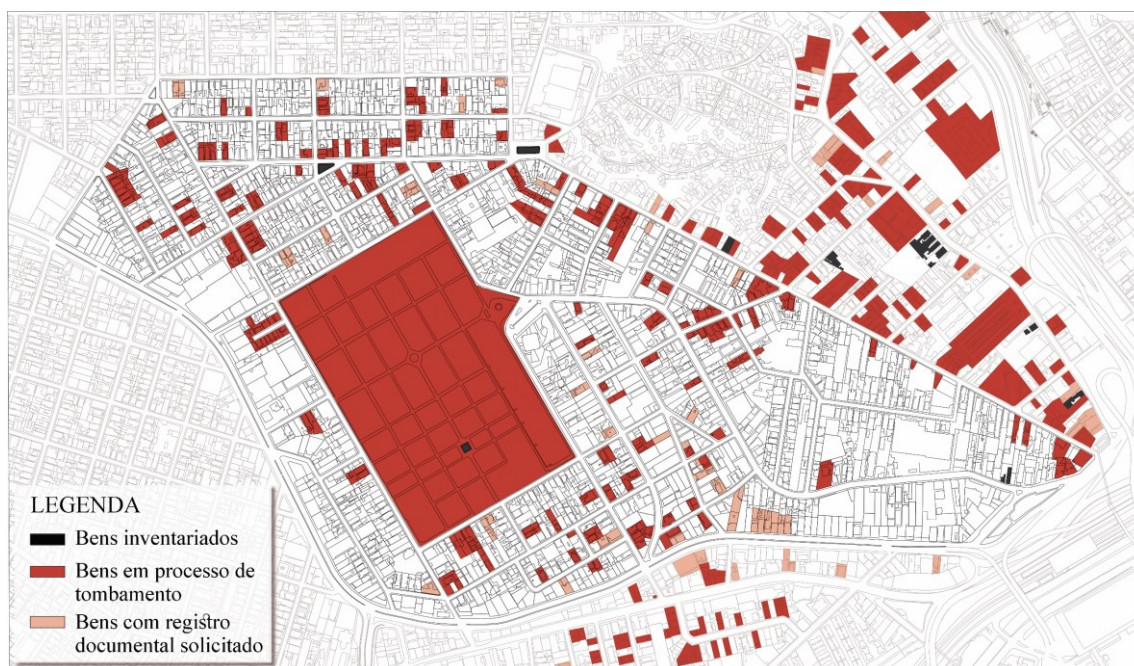
No ano seguinte foi aberto o processo de tombamento do bairro Lagoinha e aprovado pelo CDPCM-BH o Projeto de Reabilitação Integrada do bairro Lagoinha; em 1998, ocorreram 166 novas solicitações de tombamento de imóveis da região da Lagoinha; entre 2007 e 2008, a Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC) realizou um levantamento e caracterização do bairro Lagoinha utilizando metodologia inspirada nos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Antropologia Urbana NAU/USP, coordenado pelo professor doutor José Guilherme Cantor Magnani; entre 2010 e 2011, foi desenvolvido o projeto de pesquisa denominado “Bairros Históricos de Belo Horizonte: patrimônio cultural e modos de vida”, que resultou, em 2012, no livro “Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modos de vida”, organizado pela professora Luciana Teixeira de Andrade e pela então diretora da DIPC, Michele Abreu Arroyo; em 2014 foi aprovado o “Plano de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte”, que previu a conclusão dos estudos para a proteção definitiva

do Conjunto Urbano da Lagoinha, em 2016, foi elaborado, pela Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura, o Dossiê para Proteção do Conjunto Urbano Bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, que subsidiou as deliberações do CDPCM-BH acerca do perímetro de proteção, do grau de proteção dos bens culturais e das diretrizes especiais de projeto para o perímetro do mesmo (BELO HORIZONTE, 2016, p.7).

Anteriormente ao tombamento do conjunto urbano, existiam 8 bens já tombados<sup>110</sup>, 103 processos de tombamentos abertos pelo CDPCM-BH, 21 bens com seus registros documentais concluídos e aprovados pelo DCPCM-BH e 22 bens com registros documentais solicitados.

Outros 278 bens foram indicados para tombamento pelo dossiê (desses, 2 foram árvores – os *ficus* que estão no Mercado Popular da Lagoinha e na praça Presidente Castelo Branco – e 3 foram praças: a 12 de Dezembro no bairro Bonfim, a 15 de Junho no bairro Santo André e a Presidente Castelo Branco no Carlos Prates, além de 47 bens indicados para registro documental. Números expressivos que revelam, por meio de dados absolutos, a relevância do patrimônio com interesse cultural da região da Lagoinha, tornando-se ainda mais evidente na Figura 75 abaixo:

Figura 75 – Bens Culturais no Conjunto Urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates



Fonte: Elaborado pelo autor.

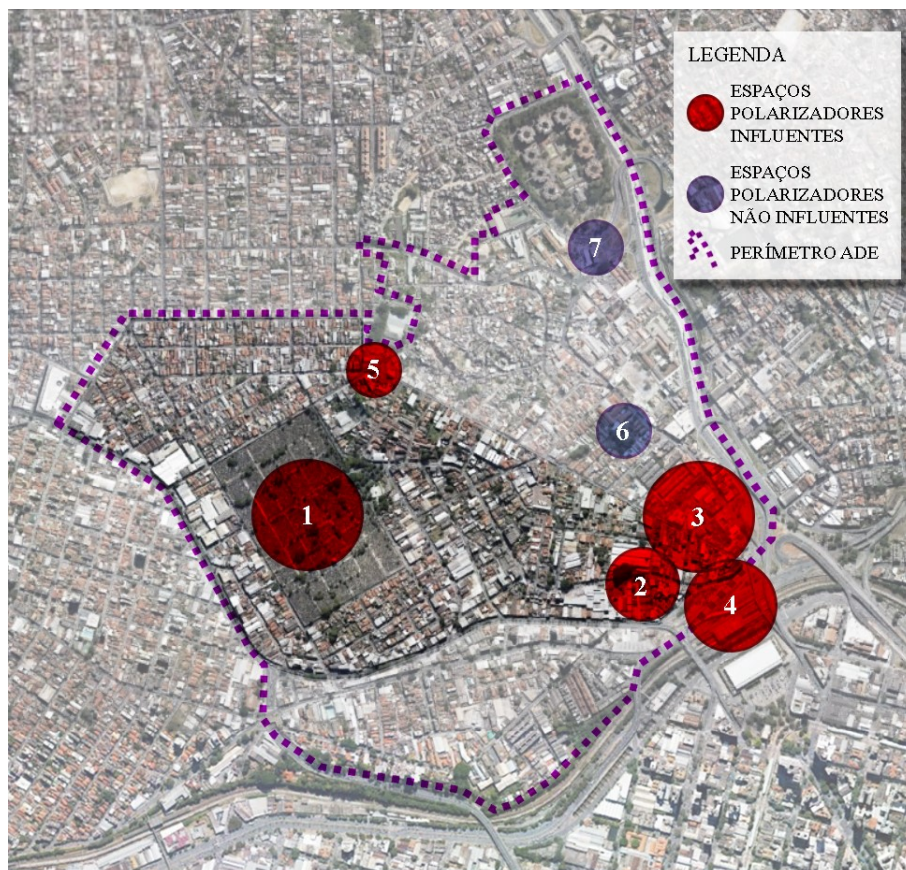
O estudo trazido pelo dossiê partiu da identificação das áreas que possuem valor simbólico, histórico e de referência, que qualificam e conferem coesão ao espaço urbano, chamadas de Espaços Polarizadores (BELO HORIZONTE, 2016, p. 8).

<sup>110</sup> Destes, 7 foram tombados pela esfera municipal e 1 (o edifício do Necrotério do Cemitério do Bonfim) pela esfera estadual.

No bairro Bonfim, especificamente, foram identificados 2 espaços polarizadores: O Cemitério (1) e as Peixarias na rua Bonfim (2). O Santuário Nossa Senhora da Conceição (3), o Complexo Viário (4) e a praça 15 de Junho (5), apesar de não estarem incluídos no limite oficial do bairro, são de extrema relevância no seu cotidiano. Completam a lista a Casa da Loba (6) e os grandes Equipamentos próximos ao Conjunto IAPI (7), conforme Figura 76, que não influenciam diretamente o bairro. O estudo revela ainda que, dos espaços polarizadores, os mais relevantes foram o Santuário e o Cemitério:

O elemento mais mencionado foi o Santuário Nossa Senhora da Conceição. Citado por oito dos nove entrevistados como uma das construções mais representativas de toda região, o Santuário parece desempenhar um papel central no imaginário da comunidade, estabelecendo-se como símbolo e parâmetro de orientação. (...) Para apenas um entrevistado o trecho inicial da rua [Bonfim] se apresentava com o mais interessante, para os outros oito, o Cemitério foi evocado como elemento de qualificação do entorno. Descrito pelos entrevistados como “bonito”, “maravilhoso” e “esplendoroso”, o Cemitério se mostrou de forte significado para os moradores, contribuindo inclusive para uma percepção mais agradável do seu entorno. (BELO HORIZONTE, 2016, p. 88-90).

Figura 76 – Elementos Polarizadores no Conjunto Urbano Tombado

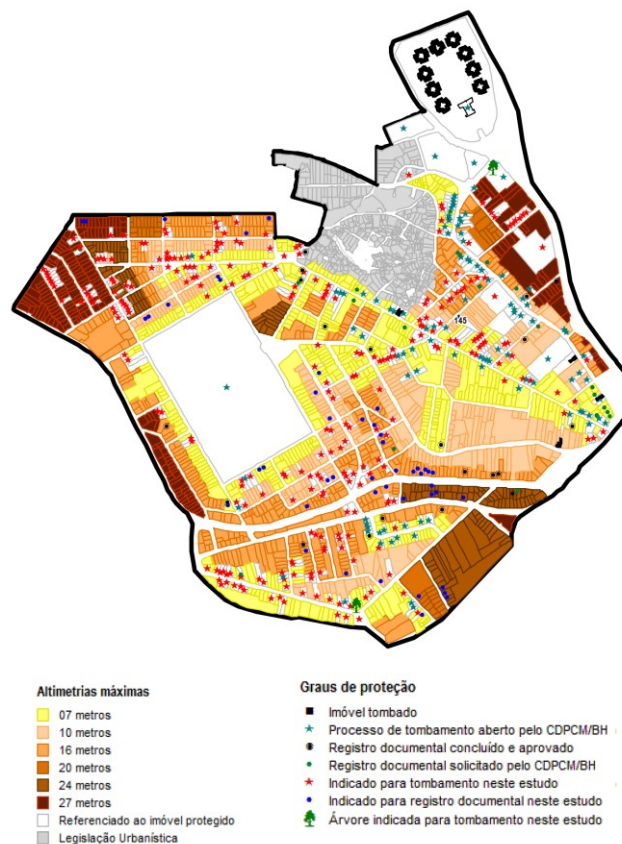


Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, o tombamento criou uma série de restrições de ocupação, traduzidas em faixas de altimetrias máximas, a saber:

- Em relação ao bem protegido (em caso de tombamento ou indicação de tombamento) para preservar a visibilidade e ambiência do mesmo;
- 7,00m para se preservar a horizontalidade do conjunto e as visadas aos marcos e pontos de interesse, além de estimular a permanência do uso residencial (conforme previsto na LPOUS);
- 10,00m para se fazer a transição entre as faixas de 7,00m e 16,00m de forma escalonada;
- 16,00m para se viabilizara a renovação do tecido urbano nos lotes de cotas altimétricas mais baixas, ao longo das avenidas Dom Pedro II e N. Sra. de Fátima e onde não se interferirá nas visadas (porções à norte, oeste e na Vila Senhor dos Passos);
- 20,00m e 24,00m também para se viabilizara a renovação do tecido urbano onde não se interferirá nas visadas;
- 27,00m para se viabilizara a renovação do tecido urbano ao longo das avenidas Antônio Carlos e Carlos Luz e lotes com cotas altimétricas mais baixas da porção extremo oeste do conjunto.
- Estas faixas podem ser visualizadas no mapa da Figura 77 a seguir:

Figura 77 – Limites altimétricos previsto no Tombamento



Fonte: Deliberação nº 193/2016.



Analisando a figura acima, percebemos que a maioria dos lotes do bairro Bonfim estão submetidos a uma altimetria máxima das edificações futuras entre 7 e 10m. Quando associada à quantidade de imóveis passíveis de serem tombados, essa informação nos revela que o bairro hoje possui restrição moderada à renovação acompanhada de verticalização, que pode causar um aumento no valor simbólico e no *valor de uso* dos imóveis, podendo ser traduzido em aumento nos preços dos imóveis e em sua procura por pessoas de maior capital intelectual/cultural (BOURDIEU, 1977) e dos *hipsters*: morar no Bonfim passaria a ser *cool*. Isso significaria a *gourmetização* do bairro, a exemplo dos bairros Santa Tereza em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, do Bixiga em São Paulo ou San Telmo em Buenos Aires.

### **Movimento Lagoinha Viva**

A atuação do MLV se inicia após o anúncio feito pela prefeitura, de que o CAM não seria mais construído no bairro Bonfim, mas no terreno do Terminal Rodoviário. Conforme os relatos de Teresa Vergueiro e de Daniel Queiroga (no início desta seção), o Movimento entendeu que, apesar deste recuo por parte da prefeitura, o bairro poderia ser alvo de outros – indesejáveis – empreendimentos de grande porte, isto é, permaneceria desprotegido e suscetível aos famigerados impactos.

De fato, como visto no capítulo 2, o bairro possuía vários imóveis com alto potencial de renovação naquele momento, isto é, lotes vagos (alguns contíguos e de grandes dimensões) e inúmeros galpões. Neste contexto, outros dois fatores merecem destaque: o fato de que o tombamento ainda não existia e que a região da Lagoinha seria afetada diretamente pela OUC Nova BH<sup>111</sup>, a pouco anunciada pelo executivo.

O processo de Tombamento do Conjunto Urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates foi concluído com pouco mais de 1 ano. Esta celeridade pode ser atribuída à participação do MLV no processo. Segundo o então presidente da FMC, Leônidas José de Oliveira:

Ele [MLV] atuou em tudo: ajudou a fazer o dossiê, nas reuniões nós estabelecemos as diretrizes de intervenção, de altimetria, conjuntamente, de forma a não prejudicar também o dono do imóvel, para que o dono do imóvel pudesse requalificar seu imóvel e ter possibilidade de mudar o seu imóvel. Não foram tombadas todas as casas, foi protegida a morfologia, mais a escala a lógica, muito mais do que a edificação, mas houve um olhar atento às edificações também que contribuíram pra ambiência do bairro ao longo dos tempos e em tudo isso, em todas essas reuniões, eu acredito que foram mais de... eu devo ter participado de umas vinte reuniões com o Movimento Lagoinha Viva, certamente, certamente mais de vinte reuniões pra discutir tudo. Nós montamos um grupo e fizemos em conjunto o Dossiê (informação verbal)<sup>112</sup>.

<sup>111</sup> OUC lançada em 19 de novembro de 2013.

<sup>112</sup> Depoimento de Leônidas Oliveira: Belo Horizonte, outubro 2019.

Oliveira traz ainda, importante relato sobre as dificuldades encontradas na construção da justificativa para o tombamento dos bairros: os membros do CDPCM-BH não entendiam os motivos de se tomar um bairro que não constituía acervo relevante do ponto de vista arquitetônico. Foram necessárias expedições ao território e o aporte teórico dos trabalhos acadêmicos realizados pelo professor Leonardo Barci Castriota – notório estudioso da região da Lagoinha – e pela Escola de Arquitetura da UFMG, de maneiras que o processo não seguiu os critérios tradicionais, mas buscando o viés Antropológico. Neste sentido, todo o trabalho desenvolvido pela comunidade e os valores que dele se desvelaram, contribuíram não só para a proteção, mas também para a compreensão do bairro. Processo participativo que Oliveira considera inédito no país:

(...) dos trabalhos todos de patrimônio da minha vida, o que eu tenho mais orgulho são esses três [Santa Tereza, Lagoinha e Bonfim] (...) que foram feitos juntos com a comunidade. (...) a comunidade pedindo pra fazer proteção do seu bairro. É muito difícil isso, ou seja, é inédito! (...) Eu trabalho com cultura há muito tempo, ainda não ouvi falar, no Brasil, de uma comunidade, a sociedade civil junto com a instituição de patrimônio trabalhando conjuntamente para a proteção de um bairro. Foi um processo de invenção. (informação verbal)<sup>113</sup>.

Com esta ação, o MLV fecha seu primeiro ciclo, conseguindo importantes conquistas para os bairros Bonfim e Lagoinha<sup>114</sup>. Do ponto de vista pragmático, o bairro não mais receberá um empreendimento de alto impacto, tampouco sofrerá uma desapropriação em massa, a Área de Diretrizes Especiais e a área de abrangência da Operação Urbana Consorciada foram ampliadas, assim como a lista de bens com valor artístico, cultural e histórico, a preservação da ambiência urbana reconhecidos. Do ponto de vista subjetivo, toda a luta travada em aproximadamente 4 anos (2013-2016), fez com que aflorasse o sentimento de pertencimento dos moradores, assim como a polarização entre prós e contra CAM, ainda hoje possível de ser percebida na fala dos entrevistados, a ampliação da conscientização sobre a importância dos bairros Bonfim e Lagoinha para a história da cidade – apelidados de “berço de Belo Horizonte” – bem como sobre as questões patrimoniais de forma geral.

No entanto, a luz que se jogou no território pode despertar novos interesses tanto do Poder Público, quanto do mercado imobiliário e financeiro, desencadeando possíveis processos de (re)produção capitalista mediante estratégias de cooptação e gentrificação: segundo Castriota, os processos de gentrificação parecem acompanhar, “como uma sombra, o campo do patrimônio (CASTRIOTA, 2017, p.68). Mesmo com as divergências em relação à definição do que seja a

<sup>113</sup> Depoimento de Leônidas Oliveira: Belo Horizonte, outubro 2019.

<sup>114</sup> Incluindo-se aqui a porção do bairro Carlos Prates.

gentrificação, parece haver um consenso de que, em algum momento, o processo irá ser fortalecido pela busca, por parte dos grupos gentrificadores, de capitais cultural e intelectual.

#### **4.7 O Programa Horizonte Criativo e a atuação dos Coletivos**

Nesta seção discutirei o Programa Horizonte Criativo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMED, que tem como objetivo fomentar a Economia Criativa na cidade e definiu a Região da Lagoinha como o primeiro Território Criativo, isto é, a primeira região a receber ações e incentivos previstos pelo programa.

Para essa discussão, se faz necessária uma conceituação prévia da Economia Criativa.

A expressão “Economia Criativa” é atribuída à John Howkins, teórico britânico que integrou a força-tarefa empreendida no ano de 1997, pelo então primeiro-ministro Tony Blair, com o intuito de identificar quais setores da economia do Reino Unido apresentavam melhor desempenho, considerando o contexto da economia globalizada.

Segundo Howkins, (2002) a economia criativa é um setor baseado na exploração econômica do exercício da imaginação humana, ou seja, é a transformação do conhecimento e da criatividade – capital intelectual – em produção e distribuição de bens e serviços.

Outros autores – e instituições – também contribuíram na construção deste conceito que culminou em um novo modelo econômico. Em sua dissertação de mestrado, a arquiteta Renata Carrero Cardoso compilou tais formulações, organizadas em um quadro (Figura 78) que reproduzo abaixo.

No Brasil, apesar de já vir ocorrendo, desde os anos 1960, uma aproximação entre cultura, política e economia (em função da formação de um mercado nacional de bens culturais), foi só nos anos 2000 que a Economia Criativa ganhou maior evidência. Exemplo disso foram os diversos eventos nacionais e internacionais sobre a Economia Criativa, como o 1º Fórum Internacional das Indústrias Criativas, ocorrido em 2005 na Bahia; o Fórum Nacional de inovação em São Paulo no ano de 2008 e a 1ª Conferência Internacional sobre Economia Criativa do Nordeste no estado do Ceará em 2010 (REIS, 2007).

Em 2008, um estudo do então existente Ministério da Cultura revelou que a cadeia produtiva movimentada pelas indústrias criativas já era responsável por 21% da mão de obra formal do país (CARDOSO, 2017). Em 31 de maio de 2012, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), foi criada a Secretaria de Economia Criativa através do Decreto nº 7.743/2012, vinculada ao Ministério da Cultura. Esta Secretaria ficou responsável pela elaboração do Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011-2014) que, em meio à diretrizes e ações, baseou a elaboração dos planos municipais de Economia Criativa.

Figura 78 – Definições da economia criativa

AUTOR	DEFINIÇÃO
DCMS/UK <sup>115</sup> (2001)	indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam potencial para a geração de riquezas e empregos por meio da exploração de propriedade intelectual.
UNCTAD/ONU <sup>116</sup> (2010)	qualquer atividade econômica que produza produtos simbólicos intensamente dependentes da propriedade intelectual, visando o maior mercado possível.
RICHARD CAVES (2002 [2000])	indústrias criativas são as relacionadas a artes, cultura e entretenimento em geral.
JOHN HOWKINS (2013 [2001])	economia em que as pessoas passam grande parte do tempo tendo ideias que geram produtos comercializáveis. Ocorre quando a ideia é identificada, aplicada e se torna uma propriedade. O produto criativo, em suma, deve atender a duas condições: resultar da criatividade e possuir reconhecido valor econômico.
DAVID THROSBY (2001)	produtos e serviços culturais que envolvem criatividade em sua produção, englobam certo grau de propriedade intelectual e transmitem significado simbólico.
RICHARD FLORIDA (2011 [2002])	foco nas profissões (pessoas) e no ambiente (lôcus) da criatividade. Ênfase na chamada classe criativa – profissionais das áreas de ciência, educação, engenharia, arquitetura e design e artes.
JOHN HARTLEY (2005)	convergência conceitual e prática das artes criativas (talento individual) com as indústrias culturais (escala de massa), no contexto de novas tecnologias de mídia, e no escopo de uma nova economia do conhecimento, tendo em vista seu uso por novos e interativos consumidores cidadãos.

Fonte: CARDOSO, 2017, p. 56

Na esfera estatal, o Governo de Minas Gerais, por meio do Decreto nº 44.418 de 12 de dezembro de 2006, instituiu o Sistema Mineiro de Inovação, que tinha por finalidade “promover a convergência de ações governamentais, empresariais, acadêmicas de pesquisa e tecnologia para, de forma cooperada, desenvolver a inovação no estado de Minas Gerais” (SISTEMA MINEIRO DE INFORMAÇÃO<sup>117</sup>). Em 2016 foi criada a Agência de Desenvolvimento da Indústria Criativa de Minas Gerais – P7 Criativo – que é uma associação sem fins lucrativos, autodefinida como o

[...] resultado de uma articulação institucional que reúne as *expertises* da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas), da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), da Fundação João Pinheiro e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes) (Site P7 Criativo)<sup>118</sup>.

<sup>115</sup> Department for Culture, Media & Sport of the United Kingdom Government.

<sup>116</sup> United Nations Conference on Trade and Development

<sup>117</sup> Disponível em: <<http://www.simi.org.br/institucional>>. Acesso em 10 nov. 2019

<sup>118</sup> Disponível em: <<http://p7criativo.com.br/sobre/>>. Acesso em: 10 nov. 2019

#### 4.7.1 Programa Horizonte Criativo

No âmbito Municipal, a política voltada para a Economia Criativa só foi implementada no ano de 2019 através do Horizonte Criativo, programa gestado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE, lançado oficialmente no dia 08 de maio de 2019, em solenidade ocorrida na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, parceiro da PBH nesta empreitada, junto à Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A– Belotur; o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg e o P7 Criativo, além de consultorias internacionais do SAP *Social Sabbatical*<sup>119</sup> Neste evento, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cláudio Chaves Beato Filho, apresentou o programa que elegeu a Região da Lagoinha, como o 1º Distrito de Economia Criativa de Belo Horizonte e, portanto, o território que receberá os incentivos propostos pelo programa, o que o torna de grande relevância no bojo desta pesquisa. O recorte territorial do Programa engloba sete bairros: Bonfim, Lagoinha, Vila Senhor dos Passos, Pedreira Prado Lopes, São Cristóvão, Concórdia e Colégio Batista (Figura 79).

Figura 79 – Região da Lagoinha segundo o Horizonte Criativo



Fonte: Elaborado pelo autor.

---

<sup>119</sup> Conforme informações do site da PBH: “programa criado pela SAP, empresa que atua na área de sistema integrado de gestão, e implementado de forma colaborativa entre a Pyxera Global, da área do desenvolvimento, e as organizações solicitantes” (Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/programa-de-economia-criativa-da-prefeitura-recebe-consultoria-internacional>>. Acesso em: 08 nov. 2019).

Além de Beato, tiveram fala ainda o Comandante Rodrigo Sérgio Prates, comandante da Guarda Municipal de BH; José Bonifácio Andrada e Hipérides Ateniense, ambos analistas da SMDE e Marlon Fialho, coordenador de produtos do BDMG. Gilberto Castro, presidente da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A– Belotur também fez uma breve intervenção. Após as apresentações, foi aberta seção de debate com o público presente. O secretário municipal de segurança e prevenção, Genilson Ribeiro Zeferino, também esteve presente, porém não se manifestou.

Tema recorrente foi a requalificação da região, com destaque para a questão da segurança pública, que marcou a primeira parte da apresentação.

Em sua fala inicial, Beato apresentou as ações que já vinham sendo realizadas no território, como a intensificação da presença da guarda municipal; melhorias na iluminação pública; interação com lideranças e movimentos locais e as intervenções artísticas promovidas pelo Projeto Gentileza<sup>120</sup> que realizaram grafites com 100 artistas nos muros do conjunto IAPI (30 de março de 2019) e ao longo da passarela que liga a Praça Vaz de Mello aos acessos à Rodoviária e à estação de metrô Lagoinha (entre 22 de abril e 02 de maio de 2019). Esta última contou com o apoio do Consulado Italiano em Belo Horizonte que convidou a artista italiana Alice Pasquini para participar da intervenção ao lado dos artistas mineiros Clara Valente, Gabriel Dias e João Gabriel.

Como justificativa da escolha pela região da Lagoinha, citou a importância histórica da Lagoinha para Belo Horizonte, classificando-a como berço da própria cidade e da imigração italiana, como reduto da cultura e do samba e como a “maior cracolândia do estado de Minas Gerais”.

Informou que a implantação de unidades preventivas de segurança e do guia de monitoramento da região seriam os próximos passos a serem tomados pela PBH e que importantes movimentos culturais já estavam atuando no território, o que abordarei com detalhe mais a frente.

A breve fala de Castro, presidente da Belotur se apoiou nas transformações que deverão ocorrer no território, destacando que movimentações já podem ser percebidas, seja pela manifestação de interesse de investidores; seja pelas ações da PBH já concretizadas; seja por projetos em comum com a SMDE.

Pensando na cidade, na cultura e na gastronomia, a gente já começa a enxergar alguns movimentos, de pessoas que nos procuram, caminhando para a Lagoinha, e que talvez em muito pouco tempo, a gente tenha agradáveis surpresas. O Poder Público já chegou! A gente tem muita vontade de transformar a Lagoinha, eu acho que a prefeitura deve isso pra cidade, a cidade começou na lagoinha. Ali a gente tem tantos casarões lindos, a gente vai na Lapa no Rio de Janeiro e se encanta... a gente tem algo muito próximo aqui na lagoinha e com potencial transformador muito grande. Então a Belotur está focada neste projeto, junto com o secretário Beato, junto com a Secretaria de desenvolvimento, com uma série de outras coisas sendo pensadas, para que a

---

<sup>120</sup> Segundo a PBH, é um movimento que atua nos campos da cultura, educação, saúde, políticas sociais, política urbana, meio ambiente, para estimular ações gentis com a cidade e com o cidadão.

gente também possa contribuir de alguma forma com esse horizonte que vem se delineando na cidade (informação verbal)<sup>121</sup>.

Relevante destacar o trecho: “O Poder Público já chegou!”. Castro estava estabelecendo uma comparação entre a região da Lagoinha e a região da rua Sapucaí, palco de manifestações culturais e de atividades criativas, potencializadas pelas primeiras edições do Circuito Urbano de Arte – CURA, entre agosto de 2017 e novembro de 2018.

Segundo Castro, a ocupação da Sapucaí, uma região inicialmente também muito degradada, se deu primeiramente pelos bares e foram estes que, em suas palavras, “obrigaram o Poder Público a chegar”. Essa situação se difere da Lagoinha, pois o Poder Público já estaria atuando na região, criando as condições para seu desenvolvimento.

As falas dos analistas da SMDE: José Bonifácio Andrada e Hipérides Ateniense, se concentraram no repasse de informações sobre a Economia Criativa no Brasil, no estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, se aproximando da região da Lagoinha, e fechando o foco na situação dos imóveis na rua Itapecerica, através de dados, números e índices.

Destaco aqui um trecho da fala de Andrada sobre a análise dos dados relativos à Faixa de Renda dos Responsáveis pelo Domicílio, obtidos do Censo 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), que deixa transparecer como o estigma da região permanece ainda forte:

Esse aqui é um outro dado. Acho ele um pouco mais... talvez surpreendente: Isso é a faixa de renda dos responsáveis por domicílios. Ai nós fizemos o recorte para essa região específica da Lagoinha, baseado no censo de 2010 [...] e aí, o que é o dado surpreendente? Nas faixas mais elevadas de renda, como o esperado, a média na Região da Lagoinha é inferior à outras áreas da cidade, mas na faixa intermediária [...] é até superior. Isso nos mostra, às vezes a gente pode pensar... ficar com um pensamento mais reducionista, de que aquela região só tem uma população com baixíssima renda, o que não é verdade. Nas faixas inferiores, a Lagoinha está exatamente igual a Belo Horizonte em termos de renda (informação verbal)<sup>122</sup>.

E continua:

o que mostra que existe um potencial, de fato, de oportunidades, um mercado consumidor em potencial, que precisa ser trabalhado, explorado no bom sentido e aí, o conjunto de ações e intervenções que a gente pretende fazer na Lagoinha, com o apoio de toda a sociedade civil também, não adianta só a Prefeitura fazer a parte dela – tem que fazer a parte dela! – mas também a sociedade civil em conjunto, justamente pra gente criar condições pra que o mercado floresça naquela região e aproveite todo o potencial [...] que a região tem. (informação verbal)<sup>112</sup>.

<sup>121</sup> Fala de Gilberto Castro no lançamento do Programa Horizonte Criativo.

<sup>122</sup> Fala de José Bonifácio Andrada no lançamento do Programa Horizonte Criativo.

Neste trecho final, percebemos que não só a criação do distrito de empresas relacionadas às atividades criativas que produzirão bens e serviços a partir desse lugar está na mira do programa Horizonte Criativo, mas também a exploração de um mercado consumidor, levando em consideração a própria população residente na região da Lagoinha. Parece pertinente deduzir que este fator não foi levado em consideração à priori para a escolha da Lagoinha como distrito criativo, haja vista o relato de surpresa após a análise dos dados relativos ao recorte geográfico escolhido, quando em perspectiva aos valores médios do município. Se correto, esse fator associado à convocação direcionada à sociedade civil, corrobora a existência de uma narrativa com a intenção de se criar novas subjetividades.

A última fala foi de Marlon Fialho, coordenador de produtos do BDMG, que apresentou as linhas de crédito para as empresas que queiram se instalar na Lagoinha: Minas Criativa; Fungetur e Pró inovação.

Finalizada as exposições, foi aberta a seção de debates.

A participação mais relevante para essa pesquisa partiu de Mário Valadares, empresário do ramo de *shopping centers*, proprietário do *Shopping Oiapoque*, *Shopping Tupinambás* em Belo Horizonte e *Só Marcas Outlet* em Contagem. Em sua fala, Valadares fez uma sugestão direcionada à PBH:

A prefeitura tá fazendo um papel muito importante, que é requalificar arquitetonicamente a região, o BDMG dando crédito, mas se não tiver uma atividade econômica forte na região, nada disso vai funcionar. E a lagoinha hoje, eu conheço bem ali a Itapecerica. Ali é um ponto de reciclagem de latinha, de PET, *crack*, tem ainda problema de tá próximo à Pedreira Prado Lopes, que tem muito tráfico de drogas, então é um desafio muito grande que tem que haver uma atitude impactante pra região. Não só ações isoladas. Então eu vou dar uma sugestão aqui, tá? Eu sou um cara muito prático, não sou muito de falar, sou mais de trabalhar, eu trabalho mais ou menos umas, sei lá quantas horas por dia, mas eu acho que o empenho e a dedicação é que realmente é o sucesso, né? Então, eu vou dar uma sugestão aqui: pegarmos a feira da Afonso Pena e transferimos para a Itapecerica. Aí você vai ter uma atividade econômica impactante. Você não precisa chamar nenhum empresário pra ir pra lá, eles já vão automaticamente, por que a feira vai trazer fluxo. Hoje não tem fluxo na Itapecerica. A Itapecerica tá uma rua fantasma. Então essa é uma sugestão prática (informação verbal)<sup>123</sup>.

A sugestão não foi bem recebida pelo público presente. Daniel Queiroga interrompeu Valadares, questionando “será que os moradores querem isso? Eu sou morador e não quero isso lá não!” Valadares retomou a fala concluindo:

Eles não vão querer ir pra Itapecerica, eu tenho certeza absoluta, porque eles já têm um ponto feito na [avenida] Afonso Pena. Como leva-los para a Itapecerica? Cadê o BDMG? BDMG vai dá crédito para os feirantes da Afonso Pena para irem para a Itapecerica, porque hoje o comércio na feira da Afonso

<sup>123</sup> Fala de Mário Valadares no lançamento do Programa Horizonte Criativo.



Pena não está bem, não é como antigamente. Antigamente tinha mais ou menos 20 a 30 ônibus indo pra lá, hoje vão 3 ônibus. Então, se ele tiver crédito, é mais fácil de remanejar (informação verbal)<sup>124</sup>.

Na sequência, o breve comentário de Jeferson Rios Domingues citou o “Rio Scenarium”, empreendimento bem sucedido localizado no bairro da Lapa, cidade do Rio de Janeiro (já mencionado por Gilberto Castro em sua fala), que guarda muitas semelhanças com a rua Itapecerica: local (antes) degradado, com casarões antigos de valor arquitetônico, subutilizados, comércio voltado para antiguidades, ocupação por usuários de droga (em especial o *crack*) no período da noite e que foi requalificado mediante a restauração dos imóveis e a instalação de um complexo de bares e restaurantes.

Importante ressaltar que Domingues é o presidente da Associação da Praça Marília de Dirceu e Adjacências (Amalou), representante dos moradores do bairro de Lourdes, que, em 2017, ventilou uma ideia de constituir, na rua Itapecerica, um corredor de entretenimento com bares funcionando 24 horas, conforme matéria publicada em 17 de maio de 2017 no jornal O Tempo<sup>125</sup>.

Nestas falas, podemos perceber como a região é entendida, novamente, como um potencial mercado consumidor e, o mais relevante: como um lugar desprovido de vida, de apropriações cotidianas, de preexistências (“rua fantasma”) e que, por isso mesmo, pode – e deve – ser o local de intervenções geradoras de grandes impactos, seja o Centro Administrativo Municipal, seja a feira de artesanato da avenida Afonso Pena; a rua de bares 24 horas ou outra ação que interfira de modo determinante na dinâmica e paisagem locais e inaugure uma *nova* relação de afeto entre usuários e lugar.

De acordo com Furtado (2008), se o processo de Gentrificação promove a substituição e deslocamentos da população com baixo poder aquisitivo, há uma relação de complementaridade entre esse e o estabelecimento de uma economia cooptada pelos setores hegemônicos, caracterizada pelo desenvolvimento de atividades econômicas e serviços ligados à arte, ao turismo, à cultura, ao artesanato, ao design, à gastronomia, à arquitetura, entre outros. Trata-se de uma forma de impulsionar a especulação imobiliária, a alta dos preços e a descaracterização do ambiente original.

#### 4.7.2 A atuação dos Coletivos no território

Diversos são os agentes que estão atuando no território, sobretudo após a batalha travada com a PBH a respeito da construção do CAM.

Nas pesquisas de campo, tive a oportunidade de conhecer alguns desses agentes. Os coletivos Viva Lagoinha, Hortelões da Lagoinha, Lobas da Lagoinha e Estômago da Lagoinha, que reúnem

<sup>124</sup> Fala de Daniel Queiroga no lançamento do Programa Horizonte Criativo.

<sup>125</sup> Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/moradores-de-lourdes-querem-estimular-balada-no-lagoinha-1.1474331>>. Acesso em: 13 set. 2018.

peças que discutem e/ou atuam no território, sob as diferentes bandeiras, como o empreendedorismo e economia criativa (Viva Lagoinha), apropriação e produção de espaço público (Hortelões da Lagoinha), questões de gênero e feminilidade (Lobas da Lagoinha), gastronomia, cultura e empreendedorismo social (Estômago da Lagoinha).

Iniciativas de atuação *solo*, como o Casas da Lagoinha, no campo do patrimônio histórico; o Sapos e Afogados, companhia de teatro direcionado para pessoas portadoras de doenças mentais; o Armazém N°OitO, militante nos campos da cultura e memória da região.

Empreendimentos instalados no território, cujos representantes sempre presentes ou são mencionados como referenciais para o cotidiano local nas discussões são a Casa Rosa do Bonfim, local de eventos e manifestações no bairro Bonfim e a Universidade Popular do Som, escola de música instalada no bairro Lagoinha. A liderança comunitária e representativa da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, terreiro de Umbanda na vila Senhor dos Passos. Por fim, destaco o HorizontAU, coletivo de arquitetos que estão pensando o território e autores dos projetos “Cine Lagoinha” e “Mirante Lagoinha”.

Dentre esses, serão analisados com maior cuidado o Viva Lagoinha, o Casas da Lagoinha e o HorizontAU, pela relevância das ações de seus membros.

## Viva Lagoinha

A estratégia central [do Rolezin Lagoinha] é formação de público. O objetivo é o desenvolvimento econômico do território. Como que você faz isso? Fazendo as pessoas gastarem no lugar. Mas ninguém vem pra Lagoinha sozinho. Mas vem de turma? Vem de turma! Foi daí que nasceu o Rolezin Lagoinha. Quando essa pessoa se propõe a participar do Rolezin, ele se propõe a participar de uma experiência. E essa experiência tem como premissa o contato com os moradores do bairro, que são os empreendedores do bairro. Que é justamente pra demonstrar que aqui já tem tudo. Só tem que trazer o que não tem (sic). Até duas semanas atrás a gente não tinha supermercado, 90.000 pessoas não tinham supermercado pra fazer compra. Agora tem. Então, quando a gente propôs fazer o Rolezin, a gente pensou, pra não ser safari, as pessoas precisam de ter contato com a realidade. E aí, você tem o Tonhão, que as pessoas conhecem, que tem 35 anos de rua Itapeçerica; a galera conhece a Cida, que fundou os Hortelões da Lagoinha e tá lá fazendo agroecologia em plena av. Antônio Carlos; a galera conhece Sapos e Afogados; conhece o Miller; conhece o IAPI; a Ângela; conhece o Cresbi, tem vinte anos que faz jornal comunitário aqui; conhece a ocupação na Pedreira; conhece o Robson do Fala Pedreira; conhece a Paulína da Casa Rosa do Bonfim; conhece um outro espaço que chama Pomar Lagoinha, conhece o cemitério do Bonfim com o Daniel, que o Daniel Queiroga enquanto morador fala sobre... e a faixa de reversão das pessoas depois nesses lugares, tá sendo excelente! (informação verbal)<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup> Depoimento de Filipe Thales: Belo Horizonte, março 2019.

O Viva Lagoinha é um coletivo de comunicadores, criado em 2008 por Filipe Thales, morador da Lagoinha desde o ano de 2007. Seu interesse pelo bairro despertou ao assistir o documentário “Lagoinha”<sup>127</sup> de Melquíades Lima.

Quando eu vou lá pra ver o filme, eu falo: Ô fi, para! Eu vô fica é aqui! Porque? Por que eu tava acabando de formar em Gestão Cultural. É muito complexo, essas problemáticas que têm aqui, complexo mesmo, Complexo da Lagoinha! (...) Eu não me esqueço dessa cena, a D. Juraci recebendo a galera lá [para assistir o filme]. Ou tudo primeiro é lagoinha, é um trem muito doido: primeira associação de bairro que tem uma mulher presidente: Lagoinha, década de 40, eu acho; primeiro bloco de rua de Belo Horizonte: Lagoinha, o Leão da Lagoinha; primeiro Afoxé de Belo Horizonte, Afoxé Ilê Odara, [bairro] Santo André: Lagoinha; primeira escola de samba de Belo Horizonte, Pedreira Unida: região da Lagoinha! Então, tipo assim, sempre foi muito pioneiro, né? Isso é claro no filme assim, e tudo mais, é muito doido. E, a partir daí, eu começo... vivência! (informação verbal)<sup>128</sup>.

Thales possui um histórico de atuação no território que começa logo após a participação na produção do filme “Fala Pedreira – o filme do jornal”<sup>129</sup> de 2009, que narra a história do jornal de mesmo nome, produzido na Pedreira Prado Lopes. Em 2010 fez parte de um grupo de discussões do Partido Verde que tinha como pauta, dentre outras, a “revitalização da Lagoinha”. O grupo indicou a revitalização para o Orçamento Participativo 2009/2010 da PBH, que perdeu, por uma diferença de apenas 100 votos, para a obra de recuperação de fundo de vale da av. Popular no bairro Aparecida. Segundo Thales, chegou-se à conclusão que “Belo Horizonte quer a revitalização da Lagoinha, naquela época, porque foi mais de 2.300 votos e nós não mobilizamos o bairro pra votar”<sup>130</sup>. Ainda em 2010 criou, junto à coordenadora do curso de Jornalismo do Centro universitário de Belo Horizonte – UniBH – a professora doutora Lorena Peret Teixeira Tárzia, o Jornal Daqui – programa hiperlocal de notícias da Lagoinha e Região, veiculado pela TV UniBH<sup>131</sup> e foi fundador da Associação dos Moradores do Bairro Lagoinha e Adjacências.

Após um período desenvolvendo atividades não relacionadas ao território, retoma as do Viva Lagoinha em 2017, agora no formato de “negócio de impacto social”: Thales se autodenomina empreendedor e refuta a denominação “liderança comunitária”. Dentre os coletivos atuantes no território que teve contato, o Viva Lagoinha é o único que evoca a economia criativa e a requalificação da região claramente no seu lema<sup>132</sup>: “conectar pessoas que acreditam na requalificação da Lagoinha por meio da economia criativa”.

<sup>127</sup> LAGOINHA. Direção: Melquíades Lima. Belo Horizonte, 2008 (81 min.), son. color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XBhqMOBwtXs>>. Acesso em 11 nov. 2019.

<sup>128</sup> Depoimento de Filipe Thales: Belo Horizonte, março 2019.

<sup>129</sup> FALA PEDREIRA – O filme do jornal. Belo Horizonte: O Averso Filmes, 2009 (20 min. 30 seg.) son. Color. Disponível em: <<https://vimeo.com/16090278>>. Acesso em 11 nov. 2019.

<sup>130</sup> Informação não confirmada.

<sup>131</sup> As edições do Jornal Daqui estão disponíveis em <<https://www.youtube.com/user/UniBHTV/playlists>>.

<sup>132</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/vivalagoinha/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/vivalagoinha/about/?ref=page_internal)

Para isso, sua principal meta é transformar a rua Itapecerica no coração cultural do complexo da Lagoinha e com foco na vida noturna e incentivo em uso residencial. Segundo Thales, a estratégia é priorizar a problemática das pessoas em situação de rua:

recentemente recebemos uma mentoria (...) a galera de São Paulo veio aqui e falou: dificilmente investidor põe dinheiro aqui. Quando chega vê essa situação, dificilmente! O negócio seus é fazer projeto pra mitigar esse problema. Se conseguir resolver esse problema da pessoa em situação de rua primeiro, aí consegue atrair investidor (informação verbal)<sup>133</sup>.

Neste sentido, a primeira iniciativa proposta pelo Viva Lagoinha foi a implantação do Cine Lagoinha em parte do terreno localizado na rua Itapecerica, cedido pela Faculdade de Minas – Faminas que, no intuito de ampliar seu *campi*, adquiriu-o para a contrapartida necessária para a realização desse empreendimento<sup>134</sup>. Essa porção constitui o afastamento frontal do terreno que possui o gradil recuado, o que possibilita o livre acesso a partir da rua. O projeto consiste em iluminar o espaço, intervenções artísticas nos muros (grafite) e a implantação do cinema a céu aberto, um *parklet* e um espaço de apoio com banheiros. Uma primeira ação já foi feita: a limpeza e a pintura do local (Figura 80). O projeto está em fase de captação de verbas.

Figura 80 - Terreno do Cine Lagoinha



Fonte: Acervo de Filipe Thales.

<sup>133</sup> Depoimento de Filipe Thales: Belo Horizonte, março 2019.

<sup>134</sup> A ampliação será por meio de uma Operação Simplificada. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/operacoes-urbanas/simplificadas>>.

Mantendo o foco na melhoria da vida noturna da região, o Viva Lagoinha assinou uma solicitação de alteração do cronograma do Programa Luz na Lagoinha, junto à Secretaria de Administração Regional Municipal Noroeste da PBH, que ocasionou o adiando a substituição de lâmpadas na rua Itapecerica e na passarela que liga ao centro, ação mencionada pelo secretário Cláudio Beato em sua apresentação no evento de lançamento do Programa Horizonte Criativo. Com relação às questões de cunho cultural, houve os apoios ao “Lagoinha COMVIDA”<sup>135</sup> e à iniciativa da professora Clara Garavello<sup>136</sup>; articulou, junto à PBH, as intervenções artísticas do Programa Gentileza na Passarela e nos muros do Conjunto IAPI. Juntamente com Daniel Queiroga estabeleceu ainda parceria com o Circuito Urbano de Arte para a edição do Festival CURA Lagoinha, ocorrida entre 05 e 15 de setembro de 2019.

O Viva Lagoinha ainda recebeu os consultores internacionais da SAP *Social Sabbatical*; e o Cônsul Geral da Itália, Dario Savarese em visita à região da Lagoinha.

Contudo, a ação de maior alcance e visibilidade do Viva Lagoinha é o “Rolezin Lagoinha”, um passeio pelas ruas e pontos mais significativos da Lagoinha, guiado pelo próprio Filipe Thales.

Conforme o depoimento de Thales, no início desta seção, o Rolezin Lagoinha tem o objetivo de mostrar para o amplo público (não há nenhuma restrição para participar do passeio) não somente as ruas e espaços públicos localizados ao longo do percurso, mas, principalmente as pessoas – moradores e/ou comerciantes – do lugar, numa tentativa de desmistificar a região como sendo perigosa e sem vitalidade, mas viva, organizada e segura.

Do ponto de vista do incentivo ao uso residencial, o Viva Lagoinha ainda não implementou nenhuma ação direta. Entretanto os “Rolezinhos” têm despertado interesse de alguns participantes em se mudar para a região. Segundo Thales:

Só que pra isso [ações diretas] a gente começa a discutir e desmistificar esse processo de gentrificação, sabe? Por que a gente entende que isso é uma mística? Onde no Brasil, claramente, tem processo de gentrificação? Literalmente onde você tem aí toda essa ideia mesmo de tipo acabar com o morador e vir coisa de fora e etc. e tal? Então você tem alguns exemplos em Belo Horizonte que dizem que é esse processo: Sapucaí, por exemplo [...]. Então prá trabalhar com esse tema, qual que é a ideia que a gente começou a colocar em prática: Tá tudo bem, se isso é um processo de gentrificação, você tem um primeiro dado e aí é um dado que a gente vem estudando que é o seguinte. Você tem um número significativo passa de 60% dos moradores acima de 65 anos. Na década de 1990, quando existe a debandada das famílias aqui, netos e bisnetos já não moram aqui na Lagoinha. Então você tem um bairro idoso. Isso sim é uma iminência de processo de gentrificação, tendo em vista a especulação imobiliária. Morreu, faz inventário, vende e etc. e tal. Dificilmente vende para outra casa.

<sup>135</sup> Roda de conversa que integrou a programação do Festival Descontorno Cultural, promovido pela PBH.

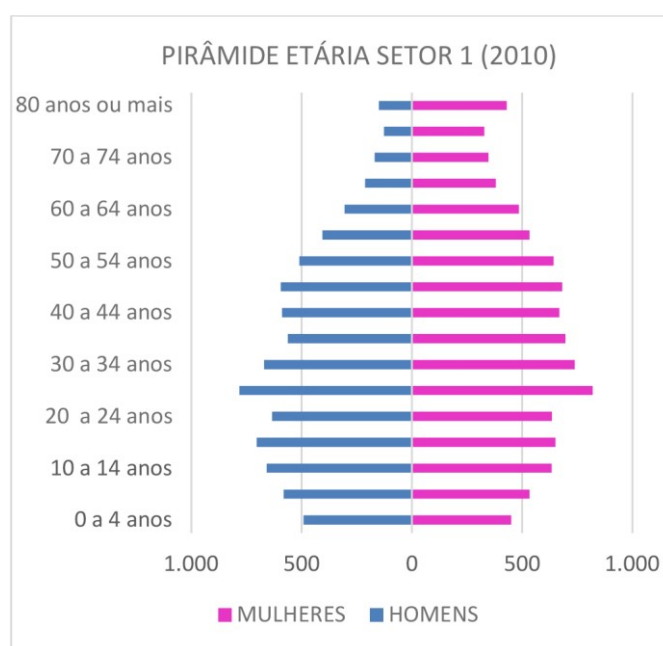
<sup>136</sup> A iniciativa consistia no envolvimento dos alunos da Escola Estadual Silviano Brandão, participantes da 6º Olimpíada de Língua Portuguesa cujo tema desse ano é “Lugar onde vivo”, nas atividades da comunidade. A ação visou sensibilizar os alunos para o bairro, através do Guia do Morador Mirim, um álbum que era completado com figurinhas sobre do território à medida que percorriam suas ruas e recebendo as informações da região.

Então, como que a gente tá trabalhando hoje essa questão de repovoar essas casas – que tem muitas – aqui? Através da conexão cultural. Então hoje, a maioria da demanda que a gente recebe depois do Rolezin, são pessoas que realmente viram ressignificado em ter contato com morador, ter contato com comerciante, ter contato com gente que vive e é apaixonada por esse lugar e aí, a partir daí, ela tem interesse em vir morar na Lagoinha. Esse processo a gente inclusive tem case de sucesso, tem 3 pessoas que já participaram do Rolezin (...) inclusive uma das propostas nossas é montar uma imobiliária, pra atender a essa demanda. (informação verbal)<sup>137</sup>.

A fala de Thales, a despeito da ambiguidade, revela sua descrença que um processo de gentrificação possa ocorrer – ou pior, já estar em curso – na região.

Os dados evocados por ele, relativos à faixa etária dos moradores (“um número significativo passa de 60% dos moradores acima de 65 anos”), entram em contradição com os dados oficiais: O censo do IBGE de 2010 revela que em toda a regional Noroeste, as pessoas acima de 65 anos correspondem à 10,60%. Já o EIV da OUC-ACLO por sua vez, mostra que a proporção dessa população se distancia dos 60%, como mostra a Figura 81 a seguir.

Figura 81 – Pirâmide Etária do Setor 1 – Lagoinha/Bonfim



Fonte: BELO HORIZONTE, 2015, p. 175.

A substituição – ou renovação – das tipologias existentes, ocorridas a partir do fim de uma geração familiar, ou seja, a venda do imóvel após o falecimento dos ascendentes para uma construtora que irá demolir o imóvel para dar lugar a um bloco ou torre de apartamentos, parece-me uma correta

<sup>137</sup> Depoimento de Filipe Thales: Belo Horizonte, março 2019.

análise da iminência de processos de gentrificação, porém ainda não foi identificado nos bairros em questão – Bonfim e Lagoinha.

Há de se atentar para os novos parâmetros previstos no novo Plano Diretor Municipal, na parte dedicada à ADE Região da Lagoinha, bem como as diretrizes trazidas pelo Tombamento do Conjunto Urbano, o que Filipe também menciona: “Pelo [ponto de vista] imobiliário não tem como acontecer na [região da] Lagoinha. Por que? Porque aqui é um espaço que é tombado!” (depoimento de Filipe Thales).

Necessário esclarecer que, mesmo não havendo uma substituição de tipologias, acompanhada de verticalização, pode haver gentrificação, uma vez que, a partir do Tombamento, considerando a qualidade do conjunto arquitetônico e urbanístico, poderá ocorrer uma ressignificação nos valores de uso e de troca, havendo um aporte neste último, o que tornaria estes imóveis “objetos de desejo” e, conseqüentemente, sua busca por grupos *hipsters*. Este, em um momento secundário, traria um aumento no custo de vida em função da criação de um mercado consumidor elitizado. Neste sentido, podemos especular se o Rolezin, estaria promovendo esse processo descrito acima. Como relatado, o Rolezin já trouxe para a região 3 pessoas que decidiram se mudar após ter feito o passeio. Quantos, destes 3 efetivamente se estabeleceram no local? Houve transação de compra e venda ou contrato de aluguel? Qual seria o perfil destes novos moradores (faixa de idade; faixa de renda; nível de escolaridade)? Até que ponto, a atuação do Viva Lagoinha é determinante para esse aumento da procura por imóveis na região? Há consciência em relação a essas ações e suas possíveis conseqüências?

O que que é a gentrificação? Hoje isso não tem como acontecer na [região da] Lagoinha. Aqui a gente tá conseguindo ordenar essa ocupação. E não é utopia não! Eu não tô falando utopicamente. Por que? Porque os movimentos sociais da Lagoinha estão gritando e falando: Não, aqui não! Aqui você tem que saber chegar. Você tem movimento na Pedreira [Prado Lopes] que tá fazendo isso, você tem movimento na Lagoinha, que tá fazendo isso e o grande exemplo disso é o Rolezin Lagoinha, que tá trazendo as pessoas de fora pra conhecer outras pessoas no território. Só que pensar nos “pós”, isso é interessante, porque a gente tem uma grande população que todas as propostas, inclusive, é pensada pra essa população que tá acima de 65 anos. Então, precisa de oxigenar também! Tem juventude aqui não! Nós temos uma escola aqui a Escola Estadual Silviano Brandão que cabe 2.300 alunos, tem 300<sup>138</sup>! Cadê a juventude? A juventude da Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos estuda é no centro, lá no [bairro] Santo Antônio, que é um ônibus que gasta par ir lá no Leopoldo de Miranda<sup>139</sup> (informação verbal)<sup>140</sup>.

Por fim, destaco o uso por Thales de uma *hashtag* em seus *posts* nas redes sociais que faz menção à gentrificação.

<sup>138</sup> Segundo o site QEDu (<https://www.qedu.org.br/escola/138952-ee-silviano-brandao/censo-escolar>), em 2018 a E. E. Silviano Brandão teve 90 matrículas para o Ensino Fundamental, 228 para o Ensino Médio e 145 para a Educação de Jovens e Adultos.

<sup>139</sup> Escola Estadual Leopoldo de Miranda, rua Barão de Macaúbas, 449, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte.

<sup>140</sup> Depoimento de Filipe Thales: Belo Horizonte, março 2019.

Costumeiramente ao final dos textos Thales utiliza a expressão *Há braços*, seguida das *hashtags* #*gentefica*, #*vempralagoinha* (dentre outras, em função do assunto da postagem), numa espécie de assinatura própria.

Foneticamente, o #*gentefica* em muito se aproxima da palavra “gentrifica”, que expressa a ideia de uma ação gentrificadora. Também há uma referência à uma das principais consequências do processo de gentrificação: “gente-fica” seria o oposto a expulsão dos moradores originais.

Em *Há braços*, a expressão substitui o substantivo abraços, comum nos finais de textos desta natureza, e passa a ideia de que, na Lagoinha, existem pessoas dispostas à ação, ao trabalho.

Segundo Thales, o uso da *hashtag* tem a intenção de ser uma sátira: “tem muita gente falando [gentrificação] e nem sequer sabe o que significa” (THALES, 2019<sup>141</sup>).

Porém, uma possível leitura da combinação “Há braços” e #*gentefica* e o tom de convocação evocado pelos *posts*, seria que há pessoas dispostas a trabalhar para uma *requalificação* da Lagoinha que seria, por fim, gentrificada.

## Casas da Lagoinha

Você tem que saber a história, e foi uma outra coisa que eu entendi na época do Centro Administrativo: como é que eu vou defender uma região se eu não sei nada sobre ela? Por que a Lagoinha não é a Lagoinha de antigamente, mas ela guarda a memória afetiva e essa memória afetiva tá nessas ruas, tá nas pessoas, tá nas histórias [...] e eu quero resgatar essa memória. (informação verbal)<sup>142</sup>.

O “Casas da Lagoinha” é um projeto iniciado no dia 21 de março de 2017, por iniciativa do advogado e morador do bairro Bonfim, Daniel Queiroga, que o explica:

O “Casas da Lagoinha” é um projeto de educação patrimonial para contar a história de Beagá através das ruas da Lagoinha, utilizando os elementos encontrados nelas para resgatar e transmitir a memória e estimular uma construção coletiva sobre a relação da cidade com a Lagoinha. Acredito que a Lagoinha é muito mais que uma região ou o berço do samba, da boemia e de Belo Horizonte. A Lagoinha é uma ideia, um modo de vida, capaz de acolher e amar o diferente, assim como reunir o que há de melhor no ser humano (QUEIROGA, 2019<sup>143</sup>).

O projeto surgiu após Queiroga reunir um expressivo volume de informações sobre as edificações da região da Lagoinha, concentrando-se no perímetro do Tombamento do conjunto urbano dos bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, que inclui fotografias atuais e antigas, imagens dos projetos originais, ficha técnica (ano de aprovação, de construção, arquiteto e construtor

<sup>141</sup> Por mensagem do aplicativo WhatsApp em 14 de nov. 2019.

<sup>142</sup> Depoimento de Daniel Queiroga: Belo Horizonte, outubro 2019.

<sup>143</sup> Por mensagem do aplicativo WhatsApp em 25 de out. 2019.



responsáveis, proprietário) e histórico (alterações das edificações ao longo do tempo e curiosidades).

Esse material surgiu em meio as reuniões do processo de tombamento do conjunto, realizadas no CDPCM-BH. À medida em que as edificações iam sendo apresentadas para que se discutisse se seriam ou não indicadas para tombamento ou registro documental, Queiroga percebeu que várias dessas edificações, ou já haviam sido demolidas, ou já estavam severamente descaracterizadas, o que tornava a conversa infértil.

Ele iniciou, pois, uma série de visitas ao Arquivo Público de Belo Horizonte, onde teve acesso aos projetos aprovados, e também de idas à campo, para registros fotográficos. Assim, uma importante compilação foi feita, que atualizou as informações desses imóveis.

De posse deste material, Queiroga decidiu então criar uma conta de *Instagram*, onde pudesse ir publicando paulatinamente tais informações: “eu também cansei de ficar nessa briga política, de ficar lá... reunião... conversando com a prefeitura... não acredito que a prefeitura vá fazer alguma coisa, porque tudo que a prefeitura põe a mão dá errado!” (depoimento de Daniel Queiroz).

A conta possui grande alcance. Dentre os agentes listados nesta seção, o Casas da Lagoinha é a segunda conta com maior número de seguidores, com mais de 10 mil. A primeira conta é a Casa Rosa do Bonfim, com mais de 10.200 seguidores (Tabela 5). Mas há uma diferença entre essas contas, pois no Casas da Lagoinha, há uma programação de publicações semanais (variando entre 3 e 4 publicações por semana), já o Casa Rosa do Bonfim não apresenta regularidade nas postagens. Outra diferença é em relação ao conteúdo: enquanto o Casa Rosa do Bonfim utiliza a rede social do ponto de vista mercadológico, divulgando os eventos que ocorrerão ou ocorreram no espaço, o Casas da Lagoinha tem o objetivo de divulgar informações sobre a região, contribuindo de forma inegável para sua visibilidade, e difusão de sua história e cultura: as postagens das edificações têm se alternado em temas ligados à cultura e à história da região.

Tabela 5 – Seguidores das contas de *Instagram* de atores da Região da Lagoinha

ATORES	SEGUIDORES
Casa Rosa do Bonfim	10.200 <sup>144</sup>
Casas da Lagoinha	10.000 <sup>144</sup>
Viva Lagoinha	2.558
Armazém N°OitO CasadeComidas	1.559
Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente	1.246
Sapos e Afogados	1.038
Hortelões da Lagoinha	1.007
Universidade Popular do Som	839
Lobas da Lagoinha	593
HorizontAU – Arquitetura e Urbanismo	280
Estômago da Lagoinha	17

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados colhidos em: 13 nov. 2019.

<sup>144</sup> Valores arredondados pelo aplicativo.

A rede social também foi uma importante ferramenta utilizada para a mobilização em favor do tombamento dos imóveis localizados na rua Itapecerica, nºs 579 – conhecido como a “Casa da Loba”; 595/605; 613 e 625/633 (Figura 82). Queiroga promoveu um abaixo assinado para configurar o apoio da população ao tombamento dos imóveis:

Pessoal, é o seguinte: ontem estive no Diretoria do Patrimônio Cultural de BH para ser entrevistado sobre a história da Casa da Loba. Lá fui informado que o Conselho do Patrimônio Cultural de BH deverá efetuar o tombamento provisório da Casa da Loba e das construções que estão ao lado no próximo mês, formando um conjunto.

Me foi sugerido enviar um abaixo assinado para reforçar o trabalho da Diretoria com o apoio da população.

Daí tive uma ideia com o Miller Machado (do Armazém N°OitO) de fazer uma ação com pequenos vídeos e publicações conjuntas em nossas redes sociais para mobilizar a população não só da Lagoinha, mas também de Belo Horizonte em prol desse importante marco da arquitetura e da memória da nossa cidade.

Conversando com o Felipe Thales (do Viva Lagoinha) tivemos a ideia de nos reunir na porta da Casa da Loba no dia 13/04/2019 (sábado) pela manhã. Lá faríamos os vídeos e coletar assinaturas.

O que acham? Fiquem livre para sair do grupo, caso não queiram ou não possam participar da ação (QUEIROGA, 2019<sup>145</sup>).

Figura 82 - Campanha virtual em prol do tombamento da Casa da Loba nas redes sociais



Fonte: Página do Instagram – Casas da Lagoinha<sup>146</sup>.

<sup>145</sup> Por mensagem do aplicativo WhatsApp em 10 de abr. 2019.

<sup>146</sup> Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/BwF1gEzA2Zp/?utm\\_source=ig\\_share\\_sheet&igshid=y36n045ruxm0](https://www.instagram.com/p/BwF1gEzA2Zp/?utm_source=ig_share_sheet&igshid=y36n045ruxm0)>. Acesso em 14 nov. 2019.

Essa ação ocorreu no dia 13 de abril de 2019. As pessoas se encontraram em frente à Casa da Loba e pequenos vídeos e publicações conjuntas nas redes sociais foram feitos, como a *#cadealoba*<sup>147</sup>.

O abaixo assinado foi simbolicamente iniciado nesta ocasião. Uma versão virtual também foi lançada por Queiroga e obteve 1.242 assinaturas<sup>148</sup>.

A reunião do CDPCM-BH que tratou desta pauta ocorreu no dia 26 de junho de 2019 e o referido Conselho acatou a indicação de Tombamento do Conjunto Arquitetônico da Casa da Loba.

O Casas da Lagoinha também esteve envolvido em outros projetos. Merecem destaque três delas: O “Uma manhã na Lagoinha”, o “Estômago da Lagoinha” e o Festival CURA.

O Uma manhã na Lagoinha foi uma parceria com a advogada e professora Mariana Avelar. Consistiu em uma aula ao ar livre realizada no dia 03 de junho de 2017 em que se discutiu a região como patrimônio cultural. A boa aceitação do passeio ocasionou, além uma segunda edição no dia 08 de julho de 2017, outros três passeios, intitulados “Da Praça à Praça: um passeio pela Lagoinha”; “Da Ponte ao Cemitério: uma aventura pelo Carlos Prates” e “Lagoinha dos Mirantes”. Segundo Queiroga, “os rolês permitem aos participantes conhecer, por partes, as diferentes facetas da Lagoinha e contará um pouco da história dessa região que é berço de Belo Horizonte.”

A atuação de Daniel Queiroga foi e continua sendo de extrema relevância para a região. A luta travada contra a construção do CAM se desdobrou em outras tantas ações: participação na OUC ACLO; no Tombamento do Conjunto Urbano; Plano Diretor. O Casas da Lagoinha é uma continuação natural da militância que tem por objetivo reverter a imagem negativa do(s) bairro(s) e promover a requalificação da região:

O reconhecimento da posição da Lagoinha como patrimônio histórico e cultural de Belo Horizonte só reforça o meu entendimento de que é através da cultura que essa região será requalificada. Foi nesse contexto que surgiu o projeto “Casas da Lagoinha” com a missão de atrair visão positiva e trabalhar pela requalificação da região. [...] Acredito que todos devemos ter uma causa na vida. A minha é a Lagoinha. (QUEIROGA, 2019)<sup>149</sup>.

### **HorizontAU – Arquitetura e Urbanismo**

O HorizontAU Arquitetura e Urbanismo é um coletivo interdisciplinar fundado em 01 de julho de 2019 por quatro arquitetos e um advogado que já vinham atuando na região.

Com o intuito de, tendo a região da Lagoinha como objeto de estudos, elaborar propostas através de um processo participativo e rizomático, associado à outros coletivos e grupos que atuam nesse

<sup>147</sup> Essa *hashtag* faz menção à escultura que ficava no topo da fachada da edificação, representando o mito da fundação de Roma (a loba amamentando os irmãos gêmeos Rômulo e Remo) e que se encontra desaparecida.

<sup>148</sup> Disponível em: <<https://www.change.org/p/conselho-deliberativo-do-patrim%C3%B4nio-cultural-de-belo-horizonte-cdpc-bh-proteja-a-casa-da-loba-%C3%ADcone-da-lagoinha-um-dos-s%C3%ADmbolos-de-belo-horizonte>>

<sup>149</sup> Por mensagem do aplicativo WhatsApp em 25 de out. 2019.

território, contribuindo para sua requalificação, atuando "de baixo para cima" e considerando a invenção do cotidiano de moradores e usuários, bem como suas táticas de resistência.

Os membros da equipe são os mesmo que formavam o Núcleo de Urbanismo e Arquitetura – NUAr, uma iniciativa do Viva Lagoinha.

Embora o projeto “Cine Lagoinha” tenha sido elaborado pelo arquiteto Diego Vasconcellos, integrante do HorizontAU, à época do Viva Lagoinha<sup>150</sup>, o primeiro projeto desenvolvido pela equipe foi o Mirante Lagoinha (Figura 83).

Figura 83 – Mirante Lagoinha – proposta da HorizontAU Arquitetura e Urbanismo



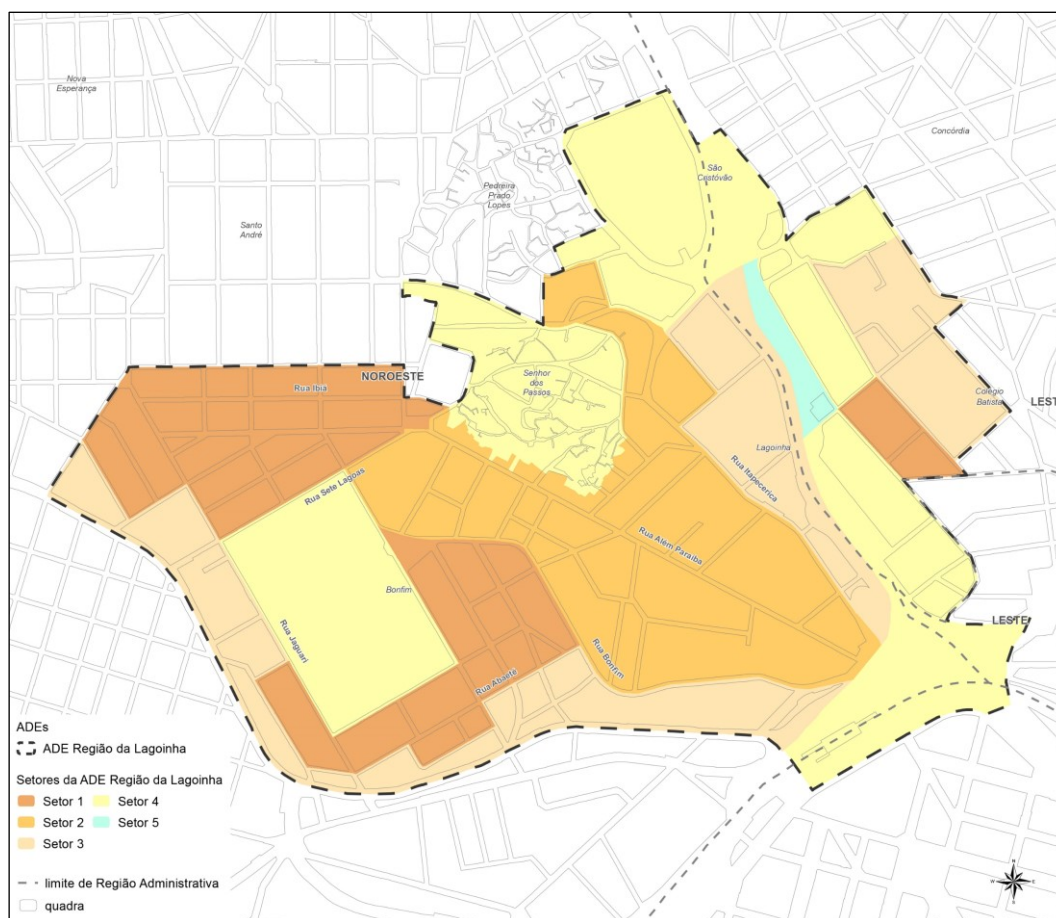
Fonte: Página do Instagram – HorizontAU Arquitetura e Urbanismo<sup>151</sup>.

Teve início em 19 de março de 2019 e consistiu em um projeto de espaço público localizado em uma área residual, resultante da implantação da obra de duplicação da avenida Presidente Antônio Carlos. Essa obra gerou um grande vazio urbano intersticial com topografia acidentada entre a rua Diamantina e a citada avenida. Tal local está demarcado no mapa da ADE Região da Lagoinha, como “setor 5”, conforme mostrado na Figura 84. No entanto, ainda não há nenhuma determinação para o uso e a ocupação específica para os setores, ficando a cargo de regulamentações futuras.

<sup>150</sup> Este projeto foi elaborado antes mesmo da criação do NUAr pelo Viva Lagoinha.

<sup>151</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B4FlerSIUdJ/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

Figura 84 – ADE Região da Lagoinha



Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019, Anexo VII.11. Editado pelo autor.

A proposta para esse espaço, segundo a definição do próprio coletivo<sup>152</sup>, propicia a valorização da paisagem urbana, em função da privilegiada vista que se tem da rua Diamantina; novas conexões urbanas entre os lados da região isolados pela construção da av. Antônio Carlos e a possibilidade de deflagrar um processo de apropriação cotidiana do espaço, hoje degradado:

Mirante Lagoinha. Desenvolvido através de um longo e rico processo participativo. O resultado é esse projeto que traz:

- Novas possibilidades de conexões urbanas, visando transpor a barreira física que é a Av. Antônio Carlos. Esse é um dos grandes problemas gerados pelas obras viárias: fragmentação do espaço e desterritorialização que interferiu drasticamente na vida dos moradores e usuários.
- Criação de um espaço público, de grande necessidade para as manifestações: da forte cultura das religiões de origens africanas, @casapaijacobdooriente (a Lagoinha é o berço da cultura negra de BH); da religiosidade trazida pelos imigrantes italianos; do samba @blocooleaodalagoinha (primeiro bloco de BH, Leão da Lagoinha que resistiu ao período de desvalorização do nosso

<sup>152</sup> Pagina do coletivo no aplicativo Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B4FlerSIUDJ/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

carnaval e permanece até hoje); para os movimentos de resistência e valorização da Lagoinha, entre eles os rolezinhos promovidos pelo @casasdalagoinha, pelo @vivalagoinha; os eventos de valorização do feminino criados pelo @lobasdalagoinha; a luta para melhorar a vida das pessoas com insanidade mental através do teatro do grupo @saposeafogados (esse grupo já se apresentou no passeio desse lugar); para a valorização da paisagem urbana, vista que o mesmo proporciona, potencializando o trabalho do @casasdalagoinha, que além do patrimônio, resgata a memória das pessoas que moraram nesses imóveis; para a valorização da culinária da Lagoinha através do selo @estomagodalagoinha promovido pelo @armazem.oito que reuniu em uma feira vários cozinheiros dos seus bairros e vilas. A ideia é que essa feira continue acontecendo no mirante; da música representada pela @universidadepopular.dosom, que funciona hoje na rua Diamantina e é um projeto incrível de valorização da música belorizontina e negra; do lazer e convívio; a extensão do @salajardim e para o cultivo dos @horteloesdalagoinha, grupo maravilhoso de agricultura urbana; enfim...

Várias possibilidades que esse espaço proporcionará: um espaço público dotado de infraestrutura para manifestação da diversidade e das singularidades da Lagoinha; um espaço democrático e dissensual pensado pelo @horizontau\_arqeurb para a Lagoinha e para a cidade de BH. (Página do Instagram – HorizontAU Arquitetura e Urbanismo)<sup>153</sup>.

A relevância de um coletivo como este reside no aporte técnico que o mesmo pode oferecer às intervenções e iniciativas que sejam propostas para a região, sejam elas por iniciativa do próprio coletivo, sejam por outros agentes – endógenos ou exógenos.

O grupo está alinhado com o Poder Público, mais precisamente com as Secretarias de Regulação Urbana (SMARU), de Desenvolvimento Econômico (SMDE) e de Política Urbana (SMAPU) para a viabilização do projeto, que foi apresentado oficialmente para a comunidade no Festival CURA Lagoinha, nos dias 9 e 11 de setembro de 2019.

O HorizontAU pretende participar da redação do Plano Diretor Local da região da Lagoinha, articulando os coletivos, grupos e agentes que estão atuando no território, de forma rizomática e horizontal, seguindo as teorias dos autores sobre a participação popular (GUATTARI; DELEUZE, 2000).

Trata-se de importante, porém difícil, ação: há de se ficar alerta às possíveis formas de cooptação pelo mercado, reinventando-se permanentemente e dispostos ao embate, tal como o exemplo do CAM.

### **Circuito Urbano de Arte – CURA**

O Circuito Urbano de Arte – CURA é um evento artístico que promove a arte urbana e a cultura de rua através da execução de pinturas em empenas de edificações e muros. No formato de festival, os circuitos têm duração de aproximadamente dez dias, correspondentes ao tempo em que os artistas levam para realizarem as pinturas. Como frisam as idealizadoras do CURA, “não existe registro de outro festival em que o público possa acompanhar ao vivo, de um só ponto, a

<sup>153</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B4FlerSIUdJ/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

feitura das obras”<sup>154</sup>. Para além das intervenções artísticas nos edifícios da cidade, o festival também promove shows musicais, festas, feiras diversas e mesas de debates.

De sua primeira edição (2017) à terceira (2018), o festival ocorreu na rua Sapucaí, bairro Floresta, em função da sua favorável condição topográfica, que a faz um mirante para o centro de Belo Horizonte. Já foram pintadas um total de dez empenas e três muros. Em 2018, foram instaladas pela PBH duas lunetas fixas e públicas para fruição dos murais gigantes.

Em 2019, a 4ª edição do Festival CURA foi realizada no bairro Lagoinha, mais precisamente na rua Diamantina onde será implantado o Mirante Lagoinha, entre os dias 05 e 15 de setembro de 2019. Ao todo, seis prédios receberam as intervenções, sendo que, pela primeira vez, não somente empenas, mas também fachadas foram pintadas. Dentre elas, a do prédio do SENAI, que está em processo de tombamento pelo DIPC e necessitou deliberação favorável à intervenção pelo CDPCM-BH. Outros dois muros também receberam intervenções.

Para que essa edição ocorresse na Lagoinha, local diferente de todas as edições passadas, a atuação de Daniel Queiroga e Filipe Thales foram decisivas. Partiu deles a ideia e o convite para Janaína Macruz, Juliana Flores e Priscila Amoni, idealizadoras e curadoras do CURA.

Eles [Queiroga e Thales] insistiram muito e depois de meses conversando virtualmente, em janeiro fui fazer o ‘Rolezin da Lagoinha, um tour a pé pelo bairro idealizado pelo Filipe Thales, que mostra ao visitante várias nuances da região. Me apaixonei pelo bairro, pela história, pelas pessoas e por tudo que vi que acontece lá. De repente, eu e minhas parceiras vivemos uma reconexão afetiva com a Lagoinha, não apenas pela história do bairro, berço da cultura e da boemia da cidade, mas porque descobrimos que nossas origens vinham de lá. (FLORES, 2019)<sup>155</sup>

Essa edição do CURA teve o patrocínio da cervejaria Wäls que completou vinte anos de existência da marca e criou uma cerveja especial chamada “Copo Lagoinha”, lançada durante o festival.

Toda a programação paralela às pinturas teve a região como tema central. A mesa de debate inicial, intitulada “A Lagoinha passada a limpo” ficou a cargo de Queiroga, que também apresentou, em outro momento, o projeto Casas da Lagoinha. Na sequência, “Quem é a Lagoinha? Subjetividade dos Saberes Populares do Território” com a mediação de Pai Ricardo (Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente), trouxe Rainha Bela (Guarda de Congo e Moçambique 13 de Maio), Mãe Ieda (Benzedeira), Mãe Naná (Centro Umbandista Caboclo Naruê), Aline Tavares (Jornalista e Produtora Cultural), Pai Joviano (Centro Espírita Pai Manoel de Aruanda), Pai Orestes (Tenda de Umbanda Caboclo Pena Branca), Thirey (Afoxé Ilê Odara) para uma roda de conversa; “Por que empreender na Lagoinha?” com Thales e convidados, que também promoveu

<sup>154</sup> Site do Circuito Urbano de Arte. Disponível em: <<https://cura.art/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

<sup>155</sup> Plataforma Guaja.CC. Disponível em: <<https://guaja.cc/cura-lagoinha/>>. Acesso em 15 nov. 2019.

uma edição do Lagoinha ComVida Comunicadores, além de um Rolezin especial. Houve também uma mesa sobre a atuação do Poder Público no território.

Seções de cinema trouxeram os filmes: Lagoinha, de Melquíades Lima; Encontro com Iemanjá para Além do Olhos, dir. de Ricardo de Moura (Pai Ricardo); Praça do Peixe, de Bernard Machado, Florence Defawes, Marina Sandim e Ralph Antunes; A Volta do Leão, de Negon Davidson; e Preto Velho da Lagoinha, de Celio Dutra. Todas as seções foram seguidas por rodas de conversa com os diretores.

Ao HorizontAU Arquitetura e Urbanismo foi cedido um espaço exclusivo, onde foi apresentado oficialmente o projeto do Mirante Lagoinha para a comunidade, além de palestras e rodas de conversa sobre arquitetura e urbanismo.

No final de semana que encerrou o festival aconteceu o Mercado de Comida de Rua, uma feira gastronômica com curadoria do *Chef* Miller Machado (Armazém N°OitO) e o lançamento do selo: Estômago da Lagoinha.

O Estômago da Lagoinha é uma ação destinada a apoiar os estabelecimentos voltados para o segmento de bares e restaurantes que atuam na Lagoinha, por meio de mentorias e oficinas com o objetivo de promover a gastronomia tradicional da região criado por Machado. O selo de mesmo nome é uma das iniciativas que se destina à certificação destes estabelecimentos com o objetivo de dar visibilidade, por meio do reconhecimento de suas qualidades gastronômicas. Trata-se, pois, de empreendedorismo social atrelado à valorização da cultura e da vocação boêmia da região (informação verbal)<sup>156</sup>.

Essa programação conferiu grande visibilidade tanto para o território, quanto para o trabalho que esses agentes vêm desenvolvendo no território.

Mas é certo dizer que grupos que representam o mercado financeiro também tiveram a oportunidade de atuar, como foi o caso das oficinas “Empreendedorismo Periférico” com Elaine Silva da Grife Zeferina em parceria com banco Inter e “Criative-se para Inovar” com Paula Lage. No bate papo, “Por que empreender na Lagoinha?”, Thales foi acompanhado por Gabriela Moulin, presidente do BDMG Cultural e João Eduardo, analista de desenvolvimento do BDMG. A mesa de debate “A Atuação do Poder Público no Território” foi formada por representantes da prefeitura, como Genilson Ribeiro Zeferino, secretário municipal de segurança e prevenção, Cláudio Chaves Beato Filho, secretário municipal de desenvolvimento econômico, Hipérides Ateniense, analistas da SMDE, além da Cooperativa dos Empreendedores, do Orbi Conecta, do Museu de Objetos e Carros Antigos – MOVA<sup>157</sup>; e o *Mi Corazón*, bar sediado na rua Sapucaí, n° 511, desde de 2017<sup>158</sup>, o ano da primeira edição do Festival CURA.

<sup>156</sup> Depoimento de Miller Machado: Belo Horizonte, novembro 2019.

<sup>157</sup> O idealizador do MOVA, Jeferson Rios é também o presidente da Associação da Praça Marília de Dirceu e Adjacências (Amalou) e autor da proposta da rua de bares 24 horas na Lagoinha.

<sup>158</sup> Ver: <https://www.guiabh.com.br/bares/mi-corazon-bar>



Confluência de agentes semelhante pôde ser vista no lançamento do programa Horizonte Criativo, em maio de 2019, o que torna essa mesa especialmente intrigante: o mercado e o próprio Poder Público estariam se aproveitando do festival como estratégias de cooptação e apropriação do território? Gilberto Castro, presidente da Belotur, no lançamento do Horizonte Criativo, citou a situação da rua Sapucaí antes do Festival CURA:

A gente fala da Sapucaí, fica parecendo que a região Floresta que é Leste, mas também era uma região muito degradada aonde a gente tinha violência [...] se transformou num dos grandes corredores culturais da cidade, gerando renda, gerando uma série de coisas. (informação verbal).<sup>159</sup>

Ainda sobre a rua Sapucaí, Thales em entrevista afirma que não existe gentrificação no Brasil e cita a Sapucaí, levantando dúvidas quanto ao processo: “Então você tem alguns exemplos em Belo Horizonte que dizem que é esse processo [gentrificação]: [rua] Sapucaí, por exemplo é uma rua, né?” (informação verbal. Grifo meu)<sup>160</sup>.

Como dito por Furtado (2008), a economia criativa é um catalisador de processos de gentrificação por representar iniciativas quase sempre apropriadas pela iniciativa privada – legitimada pelo Poder Público – como potencial de comercialização e inserção na lógica capitalista. Isso pode minar variados talentos locais e potencializar o processo de exclusão da população.

Neste contexto, o próprio festival CURA seria um ingrediente nesta receita de ressignificação seguida de valorização da imagem e cultura próprias do território.

Vale ressaltar que tanto o festival CURA, quanto alguns dos coletivos citados, estão relacionados ao bairro da Lagoinha. Entretanto, o Programa Horizonte Criativo definiu a *região da Lagoinha* como Distrito Criativo, o que inclui o bairro Bonfim que, por sua vez, possui também seus atores.

---

<sup>159</sup> Fala de Gilberto Castro no lançamento do Programa Horizonte Criativo.

<sup>160</sup> Depoimento de Filipe Thales: Belo Horizonte, março 2019.

## 5 CONCLUSÕES

Neste capítulo trago reflexões sobre a dinâmica urbana que envolveu e envolve o bairro Bonfim, procurando entender os motivos que o mantiveram à parte das lógicas e mecanismos capitalistas voltados para a geração e apreensão de lucros imobiliários<sup>161</sup>, como ocorreu em outras regiões de Belo Horizonte.

Para tanto, proponho sua divisão em duas partes que correspondem a duas fases distintas, tendo como ponto de inflexão os movimentos contrários a construção do Centro Administrativo Municipal (2013 portanto), que marca não só uma importante mobilização e participação populares, mas inaugura também novo olhar do Poder Público sobre a região, isto é, enxergando no Bonfim (e a Lagoinha) um local potente para a expansão da fronteira do mercado, a *bola da vez*.

Assim, a primeira parte intitulada “O Bairro Estigmatizado”, reconstrói historicamente a trajetória do bairro, de forma sintetizada, desde seu surgimento até o ano de 2013 (ponto de inflexão mencionado acima), mostrando como o estigma foi sendo construído e como ele foi determinante para que o bairro tivesse a configuração atual.

A segunda parte, “O Bairro Desejado”, mostra, a partir das investidas do Poder Público *no* território e das diferentes reações dos Movimentos Sociais e Coletivos *do* território, como o Bonfim (e a Lagoinha) está se tornando um bairro *desejado*, isto é, como o Poder Público está articulando para que o mercado opere ampla e plenamente no território.

### 5.1 O Bairro Estigmatizado

Os estudos sobre o bairro Lagoinha [...] revelam que o mesmo vem perdendo espaço ao longo do tempo e que não tem despertado interesse por parte do mercado imobiliário, tampouco houve renovação. A cada nova legislação municipal, a Lagoinha perde uma porção de seu território. A própria característica de bairro pericentral é marcada pela existência de determinadas vias de acesso ou por obstáculos naturais, como é o caso do Ribeirão Arrudas; pela implantação de grandes equipamentos, como o complexo viário e ferroviário, quase sempre dispostos fora dos limites da área central (FREIRE 2009, p. 44).

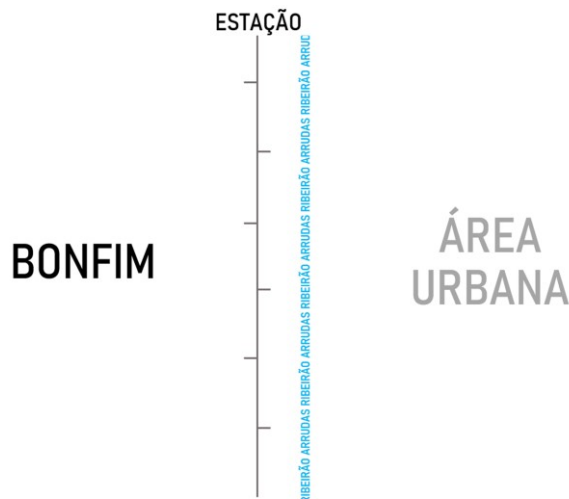
Podemos dizer que a formação, a transformação e a degradação do Bonfim estão diretamente relacionadas à força da sua localização. A imagem que se criou do bairro, influenciou e foi também influenciada por essa localização, e representa uma dinâmica ainda presente nos dias atuais. A seguir traço o percurso que revela as condicionantes pelas quais o bairro esteve subordinado e que são responsáveis por sua estigmatização frente a população belo-horizontina.

---

<sup>161</sup> Pelo menos até hoje...

A escolha da região pelos operários se deu por estar fora da área urbana definida pela CCNC e por ser próxima da estação ferroviária, porta de entrada da futura cidade (Figura 85).

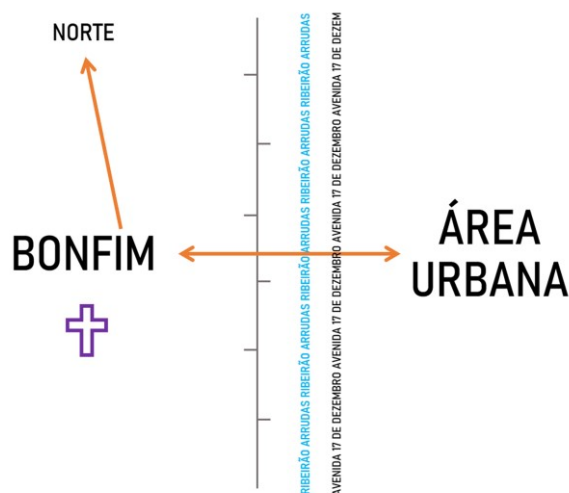
Figura 85 – Evolução do Bonfim – Diagrama 1



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outros motivos corroboraram a escolha dos pioneiros, como a caminho que levava ao norte, em direção à Venda Nova e Sabará e construção do cemitério do Bonfim, que foi inaugurado antes mesmo da capital, em 08 de fevereiro de 1897 (Figura 86).

Figura 86 – Evolução do Bonfim – Diagrama 2



Fonte: Elaborado pelo autor.

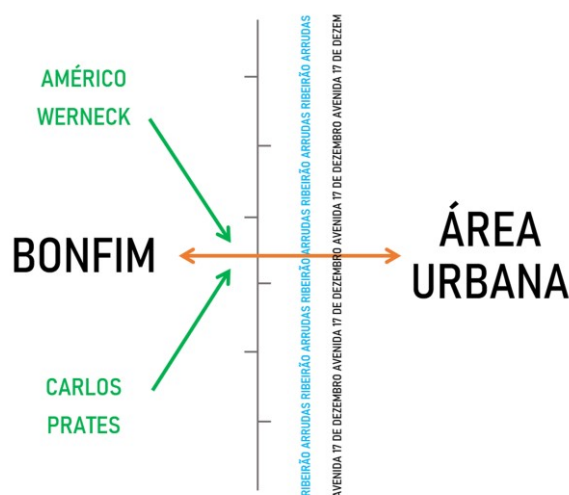
As barreiras do ribeirão Arrudas e, pouco mais tarde, da avenida 17 de dezembro (atual avenida do Contorno), manteve os operários fora da área valorizada, porém eram permeáveis o suficiente

para a consolidação dos bairros Bonfim e Lagoinha. Uma leitura possível é a praça Vaz de Melo, considerada a “porta de entrada da região, ser a continuidade natural da área comercial da cidade<sup>162</sup>”.

Imigrantes, sobretudo italianos, também se instalaram no bairro, atraídos pela oferta de serviço e com o apoio do Governo. Uma rede de comércio foi se formando no início da rua Bonfim, na rua Mauá e na praça Vaz de Melo, dando suporte à vida cotidiana do bairro.

O comércio e o próprio território foram favorecidos por estar entre as colônias agrícolas Carlos Prates e Américo Werneck (Figura 87).

Figura 87 – Evolução do Bonfim – Diagrama 3



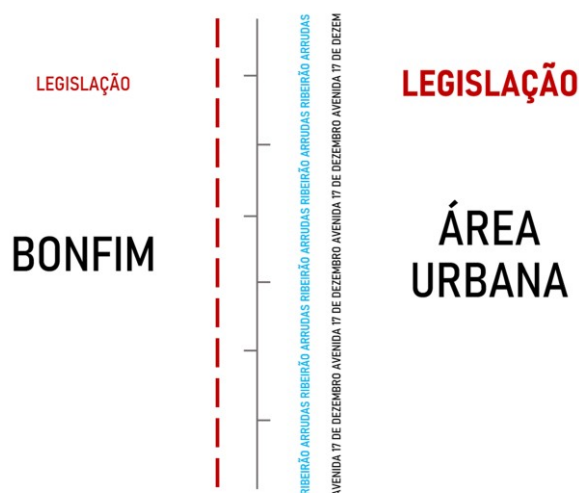
Fonte: Elaborado pelo autor.

Frente à demanda por moradias para operários que não dispunham de recursos para adquirir um terreno e construir sua residência, bem como para aqueles que vieram em caráter temporário, sem suas respectivas famílias e sem a intenção de permanecer, construções destinadas a aluguel barato, tipo pensionato, foram sendo erguidas ao longo das ruas Bonfim e Mauá, combinando a fraca e permissiva legislação edilícia da zona suburbana<sup>163</sup>, à possibilidade de obtenção de lucros pela elite mais abastada (Figura 88).

<sup>162</sup> Condizente à reflexão da profa. Heloísa Costa a respeito desta parte do centro, nas proximidades das avenidas Santos Dumont e Paraná, de que, a exemplo do bairro Bonfim, não foi afetada de forma significativa pelo mercado imobiliário, a despeito de reunir elementos que apontem tendências de gentrificação, como por exemplo as excelentes condições de infraestrutura e mobilidade. (Depoimento da Profa. Heloísa Costa: Belo Horizonte, março de 2019).

<sup>163</sup> Diferente do robusto aparato legal da região central, a legislação na zona suburbana facilitava a instalação da camada mais pobre da população nas zonas suburbanas.

Figura 88 – Evolução do Bonfim – Diagrama 4



Fonte: Elaborado pelo autor.

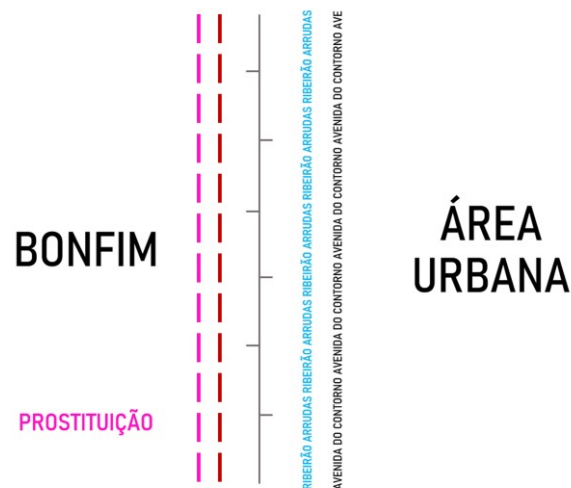
Os grandes terrenos projetados pela CCNC foram sendo subdivididos e comercializados e o sistema viário foi sendo modificado. O Poder Público não conseguia prover a infraestrutura básica para essas novas moradias. Durante algumas décadas, a região não dispunha de saneamento básico, calçamento das vias e transporte público adequado.

Esse conjunto de fatores fizeram do Bonfim o *locus* de operários e imigrantes de baixa renda – em contraponto à área central, organizada, regulamentada e próspera – contudo, necessário como abrigo de mão de obra não-qualificada.

“O plano de Aarão Reis pouco fez além de demarcar o território suburbano. Não previa sequer a construção de vias que unissem ambas as zonas. As ruas que se abriam no subúrbio, geralmente, não ultrapassavam a fronteira da avenida. O que prova que essa artéria circular funcionava como um obstáculo concreto, isolando, estrategicamente, a cidade cenário monumental daquela comumente identificada como pobre, perigosa e até mesmo insalubre (JULIÃO, 1996, p. 60).

Nos anos 1930, a prostituição começa a se expandir da região central em direção aos bairros Bonfim e Lagoinha, embalada pela boêmia já existente na praça Vaz de Melo, onde se concentravam quantidade considerável de bares, restaurantes, cinemas e clubes de dança. Nas ruas Mauá, Bonfim e Paquequer, pensões de aluguel barato se transformaram em casas de prostituição, conhecidos como *rendez-vous* e “casas de luz vermelha”. Embora a atividade de prostituição não fosse aceita, era tolerada. A cidade, então, passou a ver o Bonfim como um local desqualificado, somando as prostitutas e boêmios aos pobres, operários e imigrantes já presentes na lista de *tipos* que deveriam permanecer *fora* da área nobre (Figura 89).

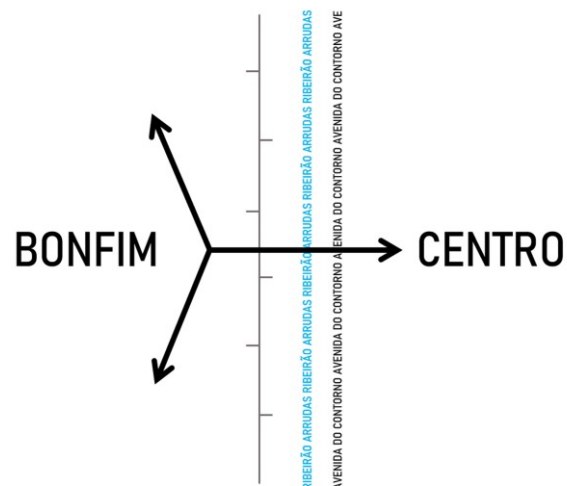
Figura 89 – Evolução do Bonfim – Diagrama 5



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na década de 1940 iniciaram-se a série de obras viárias que transformaram não só o Bonfim, mas toda a região da Lagoinha, tanto do ponto de vista da paisagem e do sistema viário, como das dinâmicas sociais e na identificação das pessoas com o lugar. A abertura da avenida Antônio Carlos e do Túnel da Lagoinha reforçaram o caráter de nó viário – ainda que incipiente em um primeiro momento –, local de passagem e de articulação urbana (Figura 90).

Figura 90 – Evolução do Bonfim – Diagrama 6



Fonte: Elaborado pelo autor.

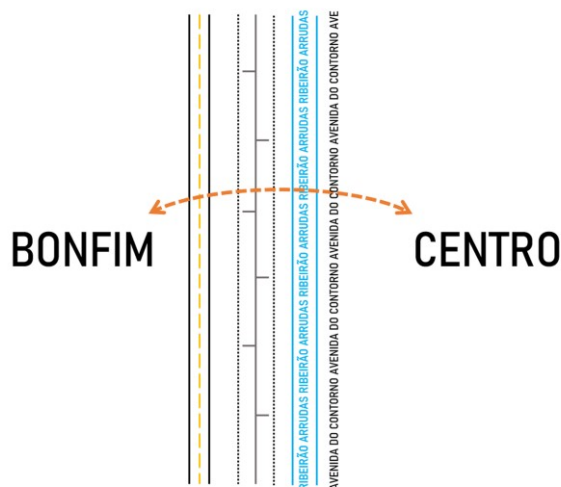
Na década de 1980 o túnel foi duplicado, o complexo viário foi implantado e repetidas vezes ampliado até os anos 2010. A abrangência desta articulação viária passa a ser metropolitana, interligando os municípios de Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Contagem,

Nova Lima de forma preferencial, isto é, os corredores mais importantes que acessam tais municípios chegam ao complexo viário. O trânsito carregado passa a ser uma nova barreira entre o bairro e o centro e impacta negativamente na ambiência e qualidade de vida dos moradores, sobretudo em relação à poluição sonora e atmosférica.

Com a implantação do Trem Metropolitano, extensa parcela dos bairros Bonfim e Lagoinha foram demolidas. Pelas características deste transporte, sua linha demandou total segregação, o que constituiu a maior e mais forte barreira física erguida. Devido à intransponibilidade desta barreira, uma subdimensionada passarela de pedestres foi construída na década de 1990.

Ainda na década de 1980, o canal do ribeirão Arrudas foi rebaixado e ampliado, como solução para as enchentes recorrentes na capital. Comparada à barreira imposta pelo Trem Metropolitano, essa obra perde em relevância, porém criou condições para a atual ampliação da avenida do Contorno, através do tamponamento do canal, que vem ocorrendo desde o ano de 2015. Se não configuram barreiras suficientemente robustas, o aumento do trânsito no Boulevard Arrudas distancia o Bonfim do centro (Figura 91).

Figura 91 – Evolução do Bonfim – Diagrama 7



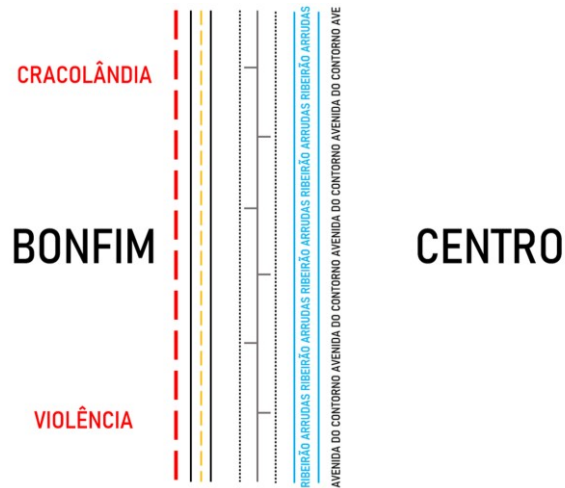
Fonte: Elaborado pelo autor.

A duplicação da avenida Antônio Carlos somada à implantação do BRT/MOVE foram as últimas intervenções físicas que impactaram todo o território. O aumento do tráfego na avenida Nossa Senhora de Fátima e o novo sistema de transporte coletivo, incluindo as pistas exclusivas de ônibus na avenida Pedro II provocaram uma nova dinâmica intra e interbairros, em virtude das alterações nas regras de circulação nas vias lindeiras às avenidas e do aumento de veículos nos horários de *rush*.

Por fim, a apropriação das ruas do bairro, sobretudo no período noturno, por usuários de drogas – principalmente o crack – adicionou mais uma camada na estigmatização da região. A violência

e a criminalidade estão sempre associadas ao tráfico que é comandado por grupos que ocupam as duas vilas no entorno do Bonfim: Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos (Figura 92).

Figura 92 – Evolução do Bonfim – Diagrama 8



Fonte: Elaborado pelo autor.

Todos esses fatores, reunidos, isolados ou associados, forjaram uma imagem extremamente negativa do bairro, ao ponto de desestimular o mercado imobiliário a investir e atuar. Por décadas o Poder Público vem negligenciando o território. A decadência da boemia a partir da década de 1960 parece ter inaugurado um período de degradação urbana agravada pelas obras de grande impacto (negativo) e violentas subtrações de terrenos, edifícios, dinâmicas sociais e referenciais culturais que vieram a partir de 1980. O Bonfim foi e é visto como o *locus* do indesejados (Figura 93).

Figura 93 – Evolução do Bonfim – Diagrama 9



Fonte: Elaborado pelo autor.



Conforme a teoria do *rent gap* (SMITH, 1987, 2006), o Bonfim se configurara como alvo promissor de investimentos imobiliários, apresentando uma alto potencial de valorização, o que nos permite afirmar que a transformação do bairro está latente, aguardando somente o momento certo. Contudo, este momento ainda não chegou. Mas, sob a luz das reflexões de Ley (1987, 2003) e Harvey (1992) a respeito dos aspectos inerentes ao capital cultural ou simbólico, fundamentais na criação de subjetividades que amparam os processos de mercantilização do espaço urbano (e gentrificação), também é possível afirmar que os mesmos não são suficientes para romper a dinâmica do mercado. A estigmatização é uma realidade que demanda muito investimento para ser substituída pelas qualidades do Bonfim. Investir ali é arriscado. Ou ao menos por enquanto: como dito pela professora Heloísa Costa, o Bonfim, bem como “os entornos da [avenida] Antônio Carlos (...) nenhum deles se transformou imobiliariamente, quero dizer, o mercado imobiliário ainda não precisou utilizá-los.<sup>164</sup>”

## 5.2 O Bairro Desejado?

Dois importantes momentos destacam-se na história do bairro Bonfim: o primeiro é o conjunto das obras metrô/complexo viário da década de 1980 e o segundo compreende as múltiplas ações tanto do Poder Público, quanto da sociedade civil, que a região tem vivenciado a partir da luta dos moradores, movimentos sociais e coletivos contra a construção do Centro Administrativo Municipal em 2013.

No primeiro momento podemos identificar a ação do Poder Público, no papel de promotor das obras tanto do complexo viário na década de 1980, quanto da duplicação da avenida Antônio Carlos, nos anos 2000, e suas consequências no cotidiano dos bairros que compõem a região. Tais obras precedem, segundo Janoschka e Sequera (2014), eventos gentrificadores mediante as melhorias urbanas e na infraestrutura da região. Para os autores, o mercado latino-americano necessita da atuação do Poder Público, seja anterior ou conjunta, para encorajar os investimentos em determinada região.

Cabe aqui ressaltar também a *omissão* da Administração Pública. No caso do Bonfim, a falta crônica de investimentos públicos na melhoria urbana do bairro reflete-se na desvalorização igualmente crônica dos imóveis, ou seja, o valor médio por m<sup>2</sup> construído do bairro, obtido através dos valores utilizado como base de cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos (ITBI)<sup>165</sup> pelo município apresenta-se inferior ao valor médio da regional Noroeste: R\$ 1.577,99 e R\$ 2.337,75 respectivamente.

<sup>164</sup> Depoimento da Profa. Heloísa Costa: Belo Horizonte, março de 2019.

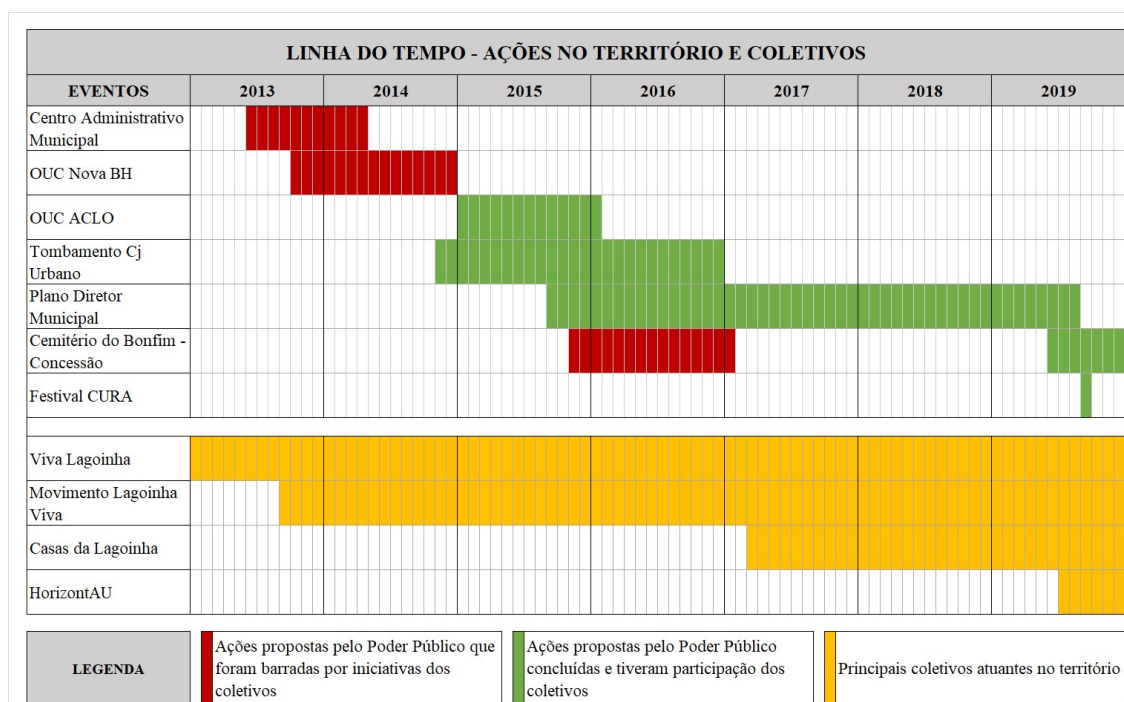
<sup>165</sup> Os cálculos utilizaram os ITBIs das transações imobiliárias ocorridas no período entre 2009 e 2019, disponibilizadas pela PBH em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/ITBI>>. Acesso em 09 nov. 2019.

O segundo momento, por sua vez, iniciado pelo anúncio da construção do CAM e pela publicação do decreto de desapropriação de imóveis pelo então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Araújo de Lacerda (2009-2012 e 2013-2016), reflete a transversalidade do papel do Estado no desenvolvimento de uma política urbana neoliberal – promovendo investimentos e obras de melhorias urbanas – e criando condições favoráveis à processos de gentrificação – ampliação da confiança e do interesse do mercado no Bonfim (SOUZA, 2010; JANOSCHKA e SEQUERA, 2014).

Entretanto, como as estratégias do Poder Público não tiveram um desfecho favorável, esse segundo momento tem especial relevância para a pesquisa pois, como mostrarei a seguir, toda a movimentação da sociedade civil contra o CAM configurou-se em uma forte e exitosa resistência às decisões Márcio Lacerda que, em maior ou menor grau, teriam reflexos indesejados no bairro. Sua principal característica é o antagonismo entre as sucessivas tentativas do Poder Público em criar situações favoráveis para a reprodução do capital imobiliário – tema caro para este estudo – de maneira autoritária e violenta e o embate promovido pela sociedade civil, notadamente os moradores dos bairros Bonfim e Lagoinha.

Para melhor visualizarmos os eventos que serão tratados nesta seção, elaborei uma linha do tempo (Figura 94) que sintetiza as ações e o surgimento dos coletivos que já foram abordados no Capítulo 4 – O BONFIM ATUAL: AÇÕES NO TERRITÓRIO.

Figura 94 – Linha do tempo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Inaugurando esse período, então, temos a decisão de se construir no Bonfim um Centro Administrativo Municipal em um empreendimento estimado em 55.000m<sup>2</sup>, chegando a desapropriar vários imóveis, pegou a todos de surpresa, sobretudo aos moradores do bairro Bonfim e, dentre esses, em especial os proprietários e moradores dos lotes que o abrigaria. A forma que a prefeitura conduziu esse processo traduz o *modus operandi* daquele governo municipal, presente também nos episódios da OUC Nova BH e no projeto de Concessão do Cemitério do Bonfim: autoritária e violenta. Autoritária pois não houve, em nenhum desses casos, consulta ou participação popular e a divulgação foi tardia. Violenta, pois essas propostas resultariam em grandes e negativos impactos para a paisagem, para as apropriações, para os laços sociais existentes e para o patrimônio e cultura locais. Essas características são apontadas por Souza (2010) como sendo peculiares aos processos que geram gentrificação na América Latina e no Brasil.

A intenção de se promover a *revitalização* da região, mediante a instalação de um empreendimento “âncora” de enormes proporções, que mudaria a dinâmica local e resultaria na valorização dos imóveis, configura caso típico de gentrificação. Mais ainda: a gentrificação na sua forma latino-americana (SOUZA, 2010), isto é, promovida pela ação direta do Estado-Capital<sup>166</sup>.

Esse estilo de governar foi um dos principais motivos da rápida e considerável articulação da população contrária aos projetos. A organização e o conhecimento das pessoas que integraram os movimentos fizeram tais projetos serem barrados. O CAM foi abandonado antes de completar seu primeiro ano (a revogação se deu a exatos 286 dias após a publicação do decreto de desapropriação); a OUC Nova BH teve uma massiva campanha de inúmeros coletivos da cidade contrários à proposta que, juntos, pressionaram o MP e utilizaram-se da obrigatoriedade da participação popular prevista no Estatuto das Cidades como base de argumentação para a impugnação e a concessão do Cemitério do Bonfim, que foi paralisada mediante o processo aberto no MP, fundamentado pela ausência, no edital, das questões relativas ao patrimônio cultural, uma vez que o cemitério do Bonfim já era tombado, sendo abandonado na gestão seguinte e seu processo no MP arquivado.

A resistência aqui verificada é a descrita por Holloway (2013), isto é, há de se tomar pelas mãos o momento ou o espaço e fazer dele(s) o lugar da *autodeterminação*, em detrimento às determinações por parte do poder do capital e do Estado neoliberal, ainda que as ações dos grupos sociais não estejam embasadas sobre uma consciência prévia sobre suas condições no mundo capitalista, isto é, apesar da ausência de reflexões acerca dos males produzidos pelo capitalismo – e que, por isso mesmo, há uma urgente necessidade de mudança. Holloway (2013) aponta que as ações destes grupos revelam uma dinâmica, um movimento da experiência, um aprender na

---

<sup>166</sup> Termo utilizado para caracterizar a associação neoliberal entre Estado, representado pelos agentes políticos e corpo técnico, e o capital, representado pelos investidores da iniciativa privada.

luta. E, a sequência das ações dos movimentos sociais no Bonfim, evidenciam esse aprender na luta.

As sucessivas derrotas da PBH frearam os potenciais processos de gentrificação na região dos bairros Bonfim e Lagoinha e reforçaram as ações dos movimentos e coletivos da região, sobretudo o Movimento Lagoinha Viva, que caracterizo como uma autêntica resistência que atuou tanto *contra*, quanto *apesar*, quanto *com* o Estado[-Capital] (SOUZA, 2010): *contra* na medida em que se levantou aceitou os embates; *apesar*, quando propôs vários itens que acabaram por ser incorporados às redações da OUC-ACLO e no Plano Diretor e *com*, quando se aliou à PBH, por meio da Fundação Municipal de Cultura, para efetivar o tombamento do conjunto urbano.

Através da atuação desses movimentos sociais, confirma-se empiricamente o que Souza (2010) reconhece como *possibilidade*: movimentos sociais emancipatórios que conseguem, mesmo com práticas negociadas com o Estado, ter conteúdo e postura críticas ao ponto de anular um violento processo gestado pelo Poder Público, inclusive, sem ser cooptado.

Desta forma, é possível reconhecê-los como *insurgências*, de ação direta, como movimentos de baixo para cima e com efeitos emancipatórios.

Podemos assim, atribuir a resistência à gentrificação do bairro Bonfim aos movimentos sociais, coletivos e agentes do bairro, com destaque para a atuação do Movimento Lagoinha Viva.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS - BATALHAS POR VIR

Conseguimos ampliar [perímetro da ADE], mexemos na questão da altimetria pra preservar a questão do mirante [...] eu falei pro pessoal da prefeitura limitar a altimetria. Se você pegar no projeto do Plano Diretor, onde é o mirante, não pode ter construção na Antônio Carlos que passa a altura do mirante, eu convenci o pessoal da prefeitura [...] porque que eu tô falando que eu ajudei nesse negócio da gentrificação? Por que eu fiz o pessoal da prefeitura ir lá, observar a cidade, a Lagoinha como um mirante (informação verbal)<sup>167</sup>.

Ao longo deste trabalho realizei várias entrevistas. O Bonfim e a Lagoinha têm sido assunto recorrente nas rodas de conversa, cujos participantes passaram a ser pessoas de meu convívio diário.

Das classificações que costumo ouvir dessas pessoas, a que mais me chama a atenção fala sobre a grande resiliência que esta região possui: mesmo tendo sido violentamente modificada, mutilada, subtraída desde o início dos anos 1940 – com a abertura da av. Antônio Carlos – *resiste!* Assim foi com a demolição da emblemática Praça Vaz de Melo; com as obras do complexo viário; da implantação do Trem Metropolitano; com os estigmas que ainda carrega. Mas a região continua viva. Tão viva que seus moradores partiram pra luta e venceram.

Entretanto, não nos enganemos: essa é (deve ser) uma luta constante. Do lado de lá, tem-se um oponente que não conhece cansaço. Que se regenera e se camufla. Que enfeitiça.

As últimas ações em curso no território apontam para mais uma investida do Estado-Capital sobre o território. O programa Horizontes Criativo é a mais nova ameaça pairando sobre a região da Lagoinha, eleita como o Primeiro Território Criativo deste programa piloto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Preocupa-me o flerte que a dita Economia Criativa mantém com a gentrificação. Segundo Furtado (2008), a Economia Criativa atua como transformador social. Aliada aos interesses do mercado e distante da realidade das pessoas que vivem em uma área, contribui para que essas não sejam inseridas. Dessa forma, ela se torna potencializadora do processo que promove desterritorialização.

O *hipster* latino-americano da atualidade – o velho pioneiro smithiano – pode iniciar o processo de *gourmetização* do bairro: casas tombadas para morar e trabalhar; *co-working*; *barber shops*; *boutiques* diversas; *hadmade*; *urban arts*; sambinha de raiz. O valor de *uso* sobressaindo ao valor de *troca*. A subjetividade.

A legitimação!

A cooptação dos movimentos sociais e dos coletivos dá a camada do verniz da legitimação nas estranhas e elitistas atividades que passam a fazer parte do cotidiano.

---

<sup>167</sup> Depoimento de Daniel Queiroga: Belo Horizonte, março 2019.

Mas, quem está por trás desta cooptação? Os interesses do capital imobiliário, sedento por ampliar suas fronteiras. E como esse território tem potencial para isso!

É imperioso aos coletivos a tomada dessa consciência e o claro posicionamento: de que lado lutarão a partir de agora?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. Gentrificação e “hipsterização”: um estudo sobre a Vila Buarque (São Paulo, Brasil). **Sociabilidades Urbanas**, p. 31, 2018b.

ALMEIDA, Reginaldo Magalhães de. **Pelo espaço concebido: as repercussões dos modelos do urbanismo moderno na (re)produção do espaço urbano de Belo Horizonte**: UFMG, 2014. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. O Cemitério do Bonfim: a morte na capital mineira. **Locus - Revista de História**, v. 4, n. 2, 1998.

\_\_\_\_\_. O espaço da morte na capital mineira: um ensaio sobre o Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, 2007.

\_\_\_\_\_. MEMÓRIA E HISTÓRIA: o cemitério como espaço para educação patrimonial. **XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis, 2015.

\_\_\_\_\_. CEMITÉRIO DO BONFIM: arte, história e patrimônio – debate sobre uma experiência. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 9, n. 2, 2016.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira, MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Arquitetura da modernidade. Belo Horizonte: UFMG/IAB**, 1998, p. 19-78.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos MetrÓpole.**, n. 11, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1983.

\_\_\_\_\_. **Da Violência**. Tradução: Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. Histórias de bairros de Belo Horizonte: regional noroeste. **Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)**: Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (ACAP-BH), 2008.

BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. ampliada. São Paulo: Pearson educativa do Brasil, 2000.

BELO HORIZONTE. **Cartilha Nova BH**. [201-]. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA941C3A0FE01420A54A9C52936>>. Acesso em 01 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico – Situação Atual e Tendências da Dinâmica Urbana. In: BELO HORIZONTE. **Plano Diretor das Regionais Administrativas de Belo Horizonte** – Regional Noroeste. Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 2014. 584 p. Relatório.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Patrimônio Cultural. **Dossiê para proteção do conjunto urbano** – bairros Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates. Belo Horizonte: DIPC/FMC. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lagoinha em Estudo: Análise Diagnóstico-Propositiva do Bairro Lagoinha Em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 2011. Disponível em: <[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/diagnostico\\_lagoinha\\_2011.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/diagnostico_lagoinha_2011.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996. **Estabelece normas e condições para o parcelamento e ocupação do solo de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 1996a. Disponível em: <<https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237741/lei-7166-96>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019. **Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências**. Belo Horizonte: PBH, 2019. Disponível em:



<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11181/2019>>.

Acesso em: 04 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste-Oeste.** Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. 2015. Belo Horizonte: PBH. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/operacoes-urbanas/consorciadas>>. Acesso em 02 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Prefeito, 1922-1926 (Flávio Fernandes dos Santos). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1923.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1923. 171 p.

\_\_\_\_\_. Prefeito, 1951-1954 (Américo René Gianetti). **Relatório de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo René Gianetti.** Belo Horizonte, 1954. v. 1.

\_\_\_\_\_. Prefeito, 1993-1996 (Patrus Ananias de Souza). **Relatório de atividades 1994.** Belo Horizonte: PBH, 1994. 43 p.

\_\_\_\_\_. Prefeito, 1993-1996 (Patrus Ananias de Souza). **Relatório anual de atividades da prefeitura de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: PBH, 1995. 128 p.

\_\_\_\_\_. Prefeito, 1993-1996 (Patrus Ananias de Souza). **Relatório de atividades 1996.** Belo Horizonte: PBH, 1996b. 134 p.

\_\_\_\_\_. **Processo nº 01.001.272/10-07.** Redesenho da Malha Mobiliária da Prefeitura de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, [20--]. 346 p.

BERNARDES, Brenda Melo e BORSAGLI, Alessandro. A metamorfose de uma paisagem: a construção, o apogeu e o processo de descaracterização do bairro Lagoinha. **Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte** / v. 1, n. 1 (2014). – Belo Horizonte, MG: PBH, Fundação Municipal de Cultura, 2014.

BERQUO, Paula Bruzzi. **A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências.** Belo Horizonte: UFMG, 2015. 492f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais.

BOURDIEU, Pierre. Cultural reproduction and social reproduction. In: KARABEL, Jerome; HALSEY, Albert Henry. **Power and ideology in education**. New York: Oxford University, 1977. P. 487-511.

CANNIGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Architectural composition and building typology: interpreting basic building**. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

CARDOSO, Renata Carrero. **Espaços criativos: a configuração de uma espacialidade pela narrativa jornalística**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CASTORIADIS, Cornelius. **Pouvoir, politique, autonomie. In: Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III**. Paris: Seuil. 1990. p. 113-139.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. A urbanização perversa: considerações iniciais sobre gentrificação e patrimônio. In: BELLO, Arianda. *et al.* **El lado perverso del patrimonio cultural**. San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy - EDIUNJU, 2017.

\_\_\_\_\_. Economia local e desenvolvimento urbano: o caso do bairro Lagoinha, Belo Horizonte. **Anais Forum Habitar 2014**. Belo Horizonte: UFMG, 2014

\_\_\_\_\_. GT4-676 Modelos Cambiantes: Planejamento, Gestão e Organização do Espaço Urbano numa Cidade Planejada. **Anais ENANPUR**, v. 12, n. 1, 2007.

CAVALCANTE, Lucas Vinicius Bezerra. **A bacia do rio Arrudas: Análise das inundações entre 1930 a 2005 no município de Belo Horizonte/MG**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 132f. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais.

CEDRO, Marcelo. A administração municipal do prefeito Juscelino Kubitschek: estética e planejamento da cidade de Belo Horizonte na década de 1940. **Oculum ensaios**, n. 5, p. 80-91, 2013.

CLARK, Eric. The rent gap and transformation of the built environment: Case studies in Malmö 1860-1985. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, v. 70, n. 2, p. 241-254, 1988.

\_\_\_\_\_. The rent gap re-examined. **Urban Studies**, v. 32, n. 9: 1489-1503, 1995.

CONZEN, Michael Robert Günter. **Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998**. Peter Lang, 2004.

CYMBALISTA, Renato. Há gentrificação nas cidades brasileiras. In: ORENSTEIN, José. *et al.* **Cidades em disputa**. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/especial/2018/01/26/Cidades-em-disputa>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

FREIRE, Cíntia Mirlene Pela. **Cotidiano, memória e identidade: o Bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz dos seus moradores**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. "Do outro lado da linha do trem: História e intervenções no bairro Lagoinha." **Cadernos de História** v. 12, n. 16, 2011. p. 110-136.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. São Paulo: Companhia das Letras Paz e Terra, 2008.

GLASS, Ruth Lazarus. **London: aspects of change**. MacGibbon & Kee, 1964.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. **Panorama de Belo Horizonte – Atlas Histórico**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **Mil platôs – vol. 1**. Editora 34, 2000.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). 1991. 323p.

GÜNTHER, Hartmut. Mobilidade e *affordance* como cerne dos estudos pessoa-ambiente. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 273-280, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **The new imperialism**. Oxford, Oxford University Press, 2003.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOWKINS, John. **The creative economy: How people make money from ideas**. Penguin UK, 2002.

INDISCIPLINAR. OUC Nova BH/ACLO. [201-]. Disponível em: <http://pub.indisciplinar.com/ouc-nova-bhacllo/>. Acesso em: 25 out. 2019.

JANOSCHKA, Michael; SEQUERA, Jorge. “Procesos de gentrificación y desplazamiento em América Latina, una perspectiva comparativista”. In: MICHELINI, Juan José (coord.). **Desafíos metropolitanos**. Un diálogo entre Europa y América Latina. Madrid: Catarata, 2014. p. 82-104.

JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-118.

KAMEL, Roberto Chafik Abu. **Gestão municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960)**. Fundação João Pinheiro, 2007.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, São Paulo: Atlas, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: The Production of Space.

LEY, David. Alternatives Explanations for Inner-City Gentrification: A Canadian Assessment. **Annals of Association of American Geographers**. v. 76, n. 4, p. 521-535, 1986.

\_\_\_\_\_. Reply: the rent gap revisited. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 77, n. 3, 465-468, 1987.

\_\_\_\_\_. Artists, aestheticisation and the field of gentrification. **Urban studies**, v. 40, n. 12: 2527-2544, 2003.

LIMA, Fabio Jose Martins de. Urbanismo em Minas Gerais: olhares de engenheiros, arquitetos, geógrafos e outros planejadores (1930-1980). **URBANA**, v. 5, n. 6, 2013.

MALOUTAS, Thomas. Contextual Diversity in Gentrification Research. **Critical Sociology**, v. 38, n. 1, 2012. p. 33-48.

MARCUSE, Peter. **Abandonment, gentrification, and displacement**: connections, causes and policy responses in New York City. *Journal of Urban and Contemporary Law*, 1985, p.198-240.

MEDEIROS, Regina. “O Bonfim da prostituição: a presença ambivalente do outro”. In: MEDEIROS, Regina. (org.). **Permanências e mudanças em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, PUC Minas/Autêntica, 2001.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. In: **Urban Morphology**, v.1, n. 1, 1997, p. 3-10.

NAVA, José. No ar havia alguma coisa de Paris – a cidade e o tempo quente I. Belo Horizonte. **Estado de Minas**, dez 1969.

NAVA, Pedro. **Beira-mar: Memórias IV**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

NEPOMUCENO, Cleide Aparecida. **Desapropriação de assentamentos irregulares**: exclusão da posse e violação do direito à moradia. *Âmbito Jurídico*. 2016. Disponível em: <[http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=17822#\\_ftn1](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17822#_ftn1)>. Acesso em: 29 out. 2018.

PIROLI, Wander. **Lagoinha**. Coleção BH – A cidade de cada um. 2ª ed. Belo Horizonte: Conceito, 2004.

RANDOLPH, Rainer. Subversão e planejamento como “práxis”. **Um novo planejamento para um novo Brasil**, 2014.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura. Editora Manole Ltda, 2007.

RODRIGUES, Maysa. **Sob o céu de outra pátria**: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais (1888-1912). Belo Horizonte: UFMG, 2009. 346f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SMITH, Neil. Commentary: Gentrification and the Rent Gap. **Annals of Association of American Geographers**. v. 77, n. 3. 1987. p. 462 - 478.

\_\_\_\_\_. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. 2006. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. In: Bidou-Zachariasen, Catherine. **De volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume. p. 59-87.

SOARES, Jéssica. A dama da noite. **Revista Marimbondo**, Belo Horizonte, n.5, p.34-41. 2016. Disponível em: <<http://revistamarimbondo.com.br/artigo/91>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

SOLLA, Sheyla Regina Passos. **Experiência e memória: práticas cotidianas criativas na regional de Venda Nova em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, 2017. Dissertação (mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável). Universidade Federal de Minas Gerais.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o estado, apesar do estado, contra o estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, 2010.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Planejar significa também continuar. In: VASCONCELLOS, Sylvio. **Arquitetura, Arte e Cidade: Textos reunidos**. Celina Borges Lemos (Org.). Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2006, p. 211-214.

\_\_\_\_\_. **Mineiridade: Ensaio de Caracterização**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, p. 28-41, 2007.

ZUKIN, S. Gentrification: culture and capital in the urban core. **American Review of Sociology**, n. 13, 1987, p. 129-147.

## ANEXO A - Carta de imigrante italiano ao Engenheiro-chefe

cc. 303/008

Barbá 23 de Setembro de 1894 <sup>819</sup> <sup>53</sup>

Ilmo Senhor  
 Doutor Araújo Reis  
 S. D. Chefe da comissão constructora  
 Belo Horizonte.

Ilmo Senhor,

Estranhei hoje com uma intimação da Polícia a respeito da casa da nos locada ahí e que agora o Senhor adequeria.

Digo estranhei porque V. S. não ignora com certeza que de pois dos actos de violencias e arbitrariedades praticados no dia 29 de Junho a nossa firma Commercial recorre a protecção do governo Italiano.

E a prova mais evidente das suas arbitrariedades estão confirmadas hoje da o aviso da Polícia de comparecer ahí amanhã para dar a chave da Casa hoje propriedade do Estado.

Com que direito então no dia 29 de Junho o Senhor mandou a penhorar as nossas mercadorias, violar selvajemente o nosso domicilio, nomear um depositario?

O Senhor não está vendo mesmo que intimação de hoje é a condemnação do que fez no

dia 29 de Junho?

Nascidos em um Paiz que deu a terra Colombo e ao cis Galles; nascidos e Educados em um Paiz que indignou as leis do mundo, não necessamos novos actos de prepotencia!

Porém sendo gente civilizada e ordeira commuico- lhe que Sua Senhoria o Consul de Italia em Juiz de Fora com seu officio N.º 537 sciencificou-me que Sua Exc.ª o Ministro de Sua Magestade Rei Humberto ja tinha reclamado no Governo de S. Exc.ª Marechal Floriano Peixoto - e com o mesmo Officio aconselha nos a esperar a resolução do Governo Federal para ver que convem de fazer o Governo da Italia.

Tractando se de uma questao delicadissima hoje mesmo tenho passado telegramma ao Consul para resolver o que eu tenho de fazer.

Julgo que o Senhores esperará 5 ou 6 dias que seria meu dever de comunicar-lhe da Cavalleiro a resposta.

Se assim quizer-lhe ficarei agradecido, se não quizer faça tambem o seu comodo porque tendo nos um prejuizo de muitas centos de reis por seus actos violentos e por isso o nosso direito tem de triumphar custaria que custar.

Além do negocio da V. S. mandado a Lacerda



temos o nosso Domicilio particular com os <sup>[62]</sup>  
 objectos de nosso uso e que mandando brutal-  
 mente a violentar tambem o mesmo faremos no  
 va reclamação.

Emfim faço observar que não precisa intimação  
 de Policia, não sendo nos criminosos, nem o  
 prazo de 24 horas não sendo seus criados!  
 Isso é revoltante e não de gente civilizada.

Tenho a honra de apresentar a V. Sa.  
 a mais alta estima e consideração

Por J. J. Verlaugieri  
 Carlos Verlaugieri

## ANEXO B - Quadro comparativo da evolução do texto da ADE Lagoinha

PL 1749/2015	Sugestão Queiroga ao PL 1749/2015	Revisão PBH (2016)	Lei 11.181/2019
<del>Art. 303</del> - A ADE Região da Lagoinha tem como objetivo preservar os traços urbanísticos e arquitetônicos remanescentes da ocupação inicial da região dos bairros Lagoinha e Bonfim, bem como proporcionar a requalificação de áreas degradadas existentes.	Art. 303 - A ADE Região da Lagoinha tem como objetivo preservar os traços urbanísticos e arquitetônicos remanescentes da ocupação inicial da região dos bairros Lagoinha e Bonfim, bem como proporcionar a requalificação de áreas degradadas existentes e a ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas e não utilizadas.	Art. 1º - A ADE Região da Lagoinha tem como objetivo preservar os traços urbanísticos e arquitetônicos remanescentes da ocupação <u>inicial</u> da região dos bairros Lagoinha e Bonfim, bem como proporcionar a requalificação de áreas <u>degradadas</u> existentes.	Art. 239 - A ADE Região da Lagoinha tem como objetivo preservar os traços urbanísticos e arquitetônicos remanescentes da ocupação inicial da região dos bairros Lagoinha e Bonfim, bem como proporcionar a requalificação de áreas degradadas existentes nessa porção territorial.
§ 1º - A ADE Região da Lagoinha é subdividida nos setores 1 (um) a 4 (quatro), de acordo com a restrição altimétrica vigente para cada porção de seu território.	§ 1º - A ADE Região da Lagoinha é subdividida nos setores 1 (um) a 4 (quatro), de acordo com a restrição altimétrica vigente para cada porção de seu território.	§ 1º - A ADE Região da Lagoinha é subdividida nos setores 1 (um) a 4 (quatro), de acordo com a restrição altimétrica vigente para cada porção de seu território.	Parágrafo único - A ADE Região da Lagoinha é subdividida nos setores 1 (um) a 5 (cinco) conforme o Anexo VII desta lei.
§ 2º - Os setores da ADE Região da Lagoinha são identificados no Anexo X desta Lei.	§ 2º - Os setores da ADE Região da Lagoinha são identificados no Anexo X desta Lei.	§ 2º - Os setores da ADE Região da Lagoinha são identificados no Anexo X desta Lei.	
	<p><u>Art. 304 - São objetivos específicos da ADE Região da Lagoinha:</u></p> <p><u>I - desenvolver Plano Diretor Local para requalificação de áreas degradadas existentes e a ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas e não utilizadas, com a participação da comunidade;</u></p> <p><u>II - proporcionar a proteção, a valorização e a restauração do patrimônio arquitetônico, histórico, cultural, ambiental, arqueológico e paisagístico;</u></p> <p><u>III - desenvolvimento socioeconômico, estimulando atividades econômicas e culturais compatíveis com a vocação da região, com o foco na economia criativa e solidária;</u></p> <p><u>IV - estimular o turismo, especialmente no Cemitério Nosso Senhor do Bonfim;</u></p> <p><u>V - criar o Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim;</u></p> <p><u>VI - assegurar a participação cidadã na gestão da região.</u></p>	<p>Art. 2º - São objetivos específicos da ADE Região da Lagoinha:</p> <p>I - proporcionar a proteção, a valorização e a restauração do patrimônio arquitetônico, histórico, cultural, ambiental, arqueológico e paisagístico;</p> <p>II - promover o desenvolvimento socioeconômico por meio do estímulo a atividades econômicas e culturais compatíveis com vocação da região, com o foco na economia criativa e solidária;</p> <p>III - estimular o turismo, especialmente no Cemitério Nosso Senhor do Bonfim;</p> <p>IV - implementar corredor cultural na Lagoinha e no Bonfim, envolvendo as ruas Bonfim, Itapecerica, Além Paraíba, Fortaleza, do Serro, Sebastião de Melo e Guapé, bem como a Praça 15 de Julho;</p> <p>V - valorizar as visadas cênicas dos percursos peatonais, enfatizando aquelas que conectam as</p>	<p>Art. 240 - São objetivos específicos da ADE Região da Lagoinha:</p> <p>I - proporcionar a proteção, a valorização e a restauração do patrimônio arquitetônico, histórico, cultural, ambiental, arqueológico e paisagístico;</p> <p>II - promover o desenvolvimento socioeconômico por meio do estímulo a atividades econômicas e culturais compatíveis com a vocação da região, com o foco na economia criativa e solidária;</p> <p>III - estimular o turismo, especialmente no Cemitério Nosso Senhor do Bonfim;</p> <p>IV - implementar corredor cultural na Lagoinha e no Bonfim, envolvendo as ruas Bonfim, Itapecerica, Além Paraíba, Fortaleza, do Serro, Sebastião de Melo e Guapé, bem como a Praça 15 de Julho;</p> <p>V - valorizar as visadas cênicas dos percursos de deslocamento a pé, enfatizando aquelas que</p>

		duas porções da ADE separadas pelo vale da Avenida Presidente Antônio Carlos; V - assegurar a participação da sociedade civil na gestão local; VI - desenvolver plano local para a ADE Região da Lagoinha, com a participação da comunidade local.	conectam as duas porções da ADE separadas pelo vale da Avenida Presidente Antônio Carlos; VI - assegurar a participação da sociedade civil na gestão local; VII - desenvolver plano local para a ADE Região da Lagoinha, com a participação da comunidade local
		§ 1º - Poderão ser concedidos incentivos fiscais para fins de cumprimento dos objetivos previstos no caput deste artigo.	
	<u>§ 2º - Os instrumentos de política urbana, previstos no Capítulo II do Título II desta lei, serão aplicados preferencialmente na ADE Região da Lagoinha para proporcionar a requalificação de áreas degradadas existentes e a ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas e não utilizadas.</u>	§ 2º - A aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Capítulo II do Título II desta Lei na ADE Região da Lagoinha deverá priorizar a requalificação das áreas degradadas existentes, bem como o aproveitamento de áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas.	§ 1º - A aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Título II desta lei na ADE Região da Lagoinha deverá priorizar a requalificação das áreas degradadas existentes e o aproveitamento de áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas.
	<u>§ 1º - Os projetos de reurbanização necessários para as áreas degradadas e a ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas e não utilizadas, previstos no Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha, podem ser feitos por meio de operações urbanas.</u>	§ 3º - As ações e intervenções previstas no plano local poderão ser executadas por meio de operações urbanas.	§ 2º - As ações e intervenções previstas no plano local poderão ser executadas por meio de operações urbanas.
	<u>Seção I</u> <u>Do Plano Diretor Local</u>  <u>Art. 305 - O Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha definirá, por meio de lei, as diretrizes para o desenvolvimento sustentável da região e tem por objetivos:</u> <u>I - requalificar a área da Região da Lagoinha e promover a ocupação dos espaços não edificadas, subutilizados e não utilizados, de forma a recolocá-la como partícipe da vida urbana, social e econômica, da cidade de Belo Horizonte;</u>	Art. 3º - A elaboração do plano local da ADE Região da Lagoinha deverá buscar o atendimento aos seguintes objetivos: I - promover a ocupação e o uso de imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados; II - melhorar as condições de circulação na ADE, priorizando os modos não motorizados de transporte e a conexão da ADE com as áreas vizinhas, especialmente a Área Central;	Art. 241 - A elaboração de plano local para a ADE Região da Lagoinha deverá buscar o atendimento aos seguintes objetivos: I - promover a ocupação e o uso de imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados; II - melhorar as condições de circulação na ADE, priorizando os modos não motorizados de transporte e a conexão da ADE com as áreas vizinhas, especialmente com a área central;

	<p><u>II - reforçar a área da ADE Região da Lagoinha como centro local, apoiado em sua tradição e cultura, mas compatível com a nova realidade econômica, física e social da cidade de Belo Horizonte;</u></p> <p><u>III - melhorar a circulação e o transporte, promovendo meios sustentáveis de deslocamento dentro da área da Região da Lagoinha e interligá-la à macro estrutura da circulação urbana;</u></p> <p><u>IV - construir uma visão para os espaços urbanos da área da ADE Região da Lagoinha, através da valorização dos seus valores fundamentais, responsáveis pela sua personalidade dentro do contexto da cidade de Belo Horizonte;</u></p> <p><u>V - promover através de uma integração produtiva com a cultura local, a área da ADE Região da Lagoinha com a cidade de Belo Horizonte, sem perda da sua identidade histórica, considerando: diversidade residencial em termos de tamanho, propriedade, tipo e valor; diversidade comercial e de serviços com o foco de inclusão da área na economia criativa; inclusão de equipamentos culturais; acessibilidade plena ao espaço urbano; conexão de forma a integrar a área da Região da Lagoinha às áreas vizinhas e, principalmente ao centro da cidade de Belo Horizonte.</u></p> <p><u>VI - atrair atenção positiva para a área da ADE Região da Lagoinha com a identificação da sua nova vocação no contexto urbano da cidade de Belo Horizonte;</u></p>	<p>III - priorizar a instalação de empreendimentos de uso residencial e misto, em especial daqueles associados à habitação de interesse social;</p> <p>IV - promover a recuperação e a valorização dos espaços urbanos da ADE, bem como do patrimônio cultural material e imaterial existente na área;</p> <p>V - estimular a utilização das áreas remanescentes situadas ao longo da Avenida Presidente Antônio Carlos, de forma a proporcionar a garantir a preservação da paisagem cultural e promover a conexão das duas porções da ADE;</p> <p>VI - estabelecer normas para a implantação de corredor cultural na Lagoinha e no Bonfim, de forma a contemplar:</p> <p>a) a instituição de parâmetros e posturas urbanísticas específicas, bem como a definição das intervenções físicas pertinentes, com ênfase na promoção da acessibilidade universal nos espaços urbanos;</p> <p>b) o estímulo à diversidade comercial e de serviços, com foco nas atividades vinculadas à economia criativa condizentes com as vocações culturais da área;</p> <p>c) a implantação de equipamentos culturais, bem como o desenvolvimento de políticas de estímulo à cultura e ao desenvolvimento sócio-econômico local.</p> <p>VII - estimular a geração de renda por meio da economia solidária para possibilitar a permanência da população das vilas Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes na região.</p>	<p>III - priorizar a instalação de empreendimentos de uso residencial e misto, em especial daqueles associados à habitação de interesse social;</p> <p>IV - promover a recuperação e a valorização dos espaços urbanos da ADE e do patrimônio cultural material e imaterial existente nessa porção territorial;</p> <p>V - estimular a utilização das áreas remanescentes situadas ao longo da Avenida Presidente Antônio Carlos de forma a proporcionar e garantir a preservação da paisagem cultural e promover a conexão das duas porções da ADE;</p> <p>VI - estabelecer normas para a implantação de corredor cultural na Lagoinha e no Bonfim, de forma a contemplar:</p> <p>a) a instituição de parâmetros e posturas urbanísticas específicas e a definição das intervenções físicas pertinentes, com ênfase na promoção da acessibilidade universal nos espaços urbanos;</p> <p>b) o estímulo à diversidade comercial e de serviços, com foco nas atividades vinculadas à economia criativa condizentes com as vocações culturais dessa porção territorial;</p> <p>c) a implantação de equipamentos culturais, bem como o desenvolvimento de políticas de estímulo à cultura e ao desenvolvimento socioeconômico local;</p> <p>VII - estimular a geração de renda por meio da economia solidária para possibilitar a permanência da população das vilas Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes na região.</p>
	<p><u>Art. 306 - O Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha tem como diretrizes:</u></p> <p><u>I - requalificar, urbanística e integralmente a região, por meio do tratamento da paisagem urbana e intensificação do uso dos espaços públicos, incluindo o Complexo da Lagoinha;</u></p>		

	<p><u>II - estimular os usos residencial e misto, especialmente de habitação de interesse social - HIS;</u></p> <p><u>III - propor a qualificação e a apropriação de edificações vazias ou subutilizadas;</u></p> <p><u>IV - criar áreas de fruição pública, com incremento na arborização;</u></p> <p><u>V - melhorar a circulação viária e o transporte, com implantação de ciclovias, travessias urbanas e binários viários;</u></p> <p><u>VI - conectar a região às áreas vizinhas, especialmente para promover a transposição de pedestres do Complexo da Lagoinha ao Centro da cidade de Belo Horizonte e à região dos bairros Colégio Batista e Floresta;</u></p> <p><u>VII - propor projetos estruturantes de estímulo à cultura e ao desenvolvimento socioeconômico.</u></p>		
	<p><u>Art. 307 - O Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha deverá prever prioritariamente:</u></p> <p><u>I - a relação da ADE Região da Lagoinha com o patrimônio material e imaterial existente no local e dinamizar a região;</u></p> <p><u>II - a recuperação do acervo cultural existente, em especial o Santuário Nossa Senhora da Conceição;</u></p> <p><u>III - as diretrizes para o Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim;</u></p> <p><u>IV - a reconexão da Lagoinha ao Centro da cidade de Belo Horizontes e aos bairros Colégio Batista e Floresta;</u></p> <p><u>V - a requalificação de espaços públicos, as vias, com ênfase nas calçadas e nas condições de circulação dos pedestres e ciclistas, incluindo mobiliário urbano, arborização e iluminação, bem como o Complexo da Lagoinha;</u></p> <p><u>VI - a instalação subterrânea dos cabos de transmissão de dados e energia;</u></p> <p><u>VII - a priorização de usos para habitação de interesse social - HIS - em imóveis degradados, subutilizados e não utilizados.</u></p>		

	<p><u>Art. 308 - O Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha será desenvolvido por equipe de profissionais capacitados, no prazo de até 02 (dois) anos da vigência desta Lei.</u></p> <p><u>Parágrafo único - Concluído o Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha, o mesmo será apresentado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que encaminhará projeto de lei à Câmara Municipal de Belo Horizonte para aprovação no prazo máximo de 06 (seis) meses.</u></p>	<p>§ 1º - O plano local da ADE Região da Lagoinha deverá ser elaborado em 2 (dois) anos a partir da entrada em vigor desta Lei e estabelecer a priorização e os prazos de implantação das medidas e ações nele previstas.</p>	
		<p>§ 2º - Na hipótese de realização de operação urbana consorciada que envolva a ADE Região da Lagoinha, o plano local deverá ser realizado no contexto da referida operação.</p>	
	<p><u>Art. 309 - Fica o Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha eleito como projeto cultural nos termos da Lei nº 6.498, de 29 de dezembro de 1993 - Lei Municipal de Incentivo à Cultura até sua conclusão.</u></p>		
	<p><u>Seção II</u></p> <p><u>Da proteção, a valorização e a restauração do patrimônio arquitetônico, histórico, cultural, ambiental, arqueológico e paisagístico</u></p> <p><u>Art. 310 - Os instrumentos de política urbana que visem a promoção da função social da propriedade previstos nesta Lei, serão aplicados preferencialmente na ADE Região da Lagoinha para proporcionar a requalificação de áreas degradadas existentes e a ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas e não utilizadas.</u></p> <p><u>§ 1º - O Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha identificará as áreas degradadas, não edificadas, subutilizadas e não utilizadas, e decidirá a ordem de prioridade para sua requalificação.</u></p> <p><u>§ 2º - As áreas definidas conforme previsto no § 1º serão notificadas para parcelar, edificar, recuperar ou utilizar o imóvel degradado.</u></p>		

	<p><u>conforme destinação indicada no Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha.</u></p> <p><u>§ 3º - Caso seja descumprida o previsto no parágrafo anterior serão aplicados os demais instrumentos de política urbana previstos nesta Lei.</u></p>		
<p><del>Art. 304 - Na ADE Região da Lagoinha, deverá ser incentivado o exercício das seguintes atividades:</del></p> <p><del>I - vinculadas à economia criativa condizentes com as vocações culturais do bairro;</del></p> <p><del>II - serviços de alojamento com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);</del></p> <p><del>III - restaurantes e similares com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);</del></p> <p><del>IV - vinculadas à economia solidária, especialmente nas áreas das Vilas Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes.</del></p>	<p><u>Seção III</u></p> <p><u>Das atividades econômicas</u></p> <p><u>Art. 311 - Na ADE Região da Lagoinha, deverá ser incentivado o exercício das seguintes atividades:</u></p> <p><u>I - vinculadas à economia criativa condizentes com as vocações culturais do bairro;</u></p> <p><u>II - serviços de alojamento com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);</u></p> <p><u>III - restaurantes e similares com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);</u></p> <p><u>IV - vinculadas à economia solidária;</u></p>	<p>Art. 4º - Na ADE Região da Lagoinha, deverá ser incentivado o exercício das seguintes atividades:</p> <p>I - vinculadas à economia criativa condizentes com as vocações culturais do bairro;</p> <p>II - serviços de alojamento com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);</p> <p>III - restaurantes e similares com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);</p> <p>IV - vinculadas à economia solidária, especialmente nas áreas das Vilas Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes.</p>	<p>Art. 242 - Na ADE Região da Lagoinha, deverá ser incentivado o exercício de atividades vinculadas a:</p> <p>I - economia criativa condizentes com as vocações culturais da região;</p> <p>II - serviços de alojamento com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);</p> <p>III - restaurantes e similares com área menor ou igual a 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados);</p> <p>IV - economia solidária, especialmente nas áreas das vilas Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes.</p>
	<p><u>V - vinculadas à permanência das atividades econômicas tradicionais e existentes na área e que promovam seu adensamento.</u></p> <p><u>Parágrafo único - A permanência, a implantação e a ampliação das atividades econômicas referidas no caput devem ser estimuladas por incentivos fiscais.</u></p>	<p>Parágrafo único – Além das atividades previstas no caput deste artigo, deverá ser estimulada a permanência das atividades econômicas tradicionais exercidas na região.</p>	<p>§ 1º - Além das atividades previstas no caput deste artigo, deverá ser estimulada a permanência das atividades econômicas tradicionais exercidas na região.</p>
			<p>§ 2º - A definição da destinação do Mercado da Lagoinha, bem como dos equipamentos voltados a serviços de uso coletivo, deve estar associada, preferencialmente, à sua utilização para atividades de caráter histórico-cultural e atividades econômicas tradicionais existentes na área ou vinculadas à economia solidária e criativa.</p>

<p><u>Art. 305</u> - Na ADE Região da Lagoinha, é vedada a instalação de novos empreendimentos que incluam as seguintes atividades:</p> <p>I - atividades de comércio atacadista de papel e papelão em bruto ou resíduos;</p> <p>II - atividades de comércio atacadista de resíduos e sucatas;</p> <p>III - atividades relacionadas ao tratamento de esgoto;</p> <p>IV - coleta de resíduos perigosos ou não-perigosos.</p>	<p><u>Art. 312</u> - Na ADE Região da Lagoinha, é vedada a instalação de novos empreendimentos que incluam as seguintes atividades:</p> <p>I - atividades de comércio atacadista de papel e papelão em bruto ou resíduos;</p> <p>II - atividades de comércio atacadista e depósito de resíduos e sucatas;</p> <p>III - atividades relacionadas ao tratamento de esgoto;</p> <p>IV - coleta de resíduos perigosos ou não-perigosos;</p> <p><u>V - atividades relacionadas a reciclagem e compostagem de resíduos e sucatas;</u></p> <p><u>VI - atividades relacionadas à garagem de ônibus;</u></p> <p><u>VII - atividades relacionadas à instalação de forno crematório.</u></p>	<p>Art. 5º - Na ADE Região da Lagoinha, é vedada a instalação de novos empreendimentos que incluam as seguintes atividades:</p> <p>I - comércio atacadista de papel e papelão em bruto ou resíduos;</p> <p>II - comércio atacadista, reciclagem ou compostagem de resíduos e sucatas;</p> <p>III - atividades relacionadas ao tratamento de esgoto;</p> <p>IV - coleta de resíduos perigosos ou não-perigosos;</p> <p>VI - garagem de ônibus.</p>	<p>Art. 243 - Na ADE Região da Lagoinha, é vedada a instalação de novos empreendimentos que incluam as seguintes atividades:</p> <p>I - comércio atacadista de papel e papelão em bruto ou resíduos;</p> <p>II - comércio atacadista, reciclagem ou compostagem de resíduos e sucatas;</p> <p>III - atividades relacionadas ao tratamento de esgoto;</p> <p>IV - coleta de resíduos perigosos ou não-perigosos;</p> <p>V - garagem de ônibus;</p> <p>VI - crematórios, exceto nas Ageucs e Agees.</p>
<p><u>Parágrafo único</u> - Na ADE Região da Lagoinha, a concessão de alvará de localização e funcionamento para a atividade de estacionamento é condicionada a:</p> <p>I - implantação de área permeável no afastamento frontal, exceto em caso de edificação existente no alinhamento do terreno;</p> <p>II - fechamento frontal com elementos com permeabilidade visual, sendo admitidos elementos estruturais sem permeabilidade visual para contenção de terreno natural, com altura máxima de 0,8 m (oitenta centímetros).</p>	<p><u>§ 1º</u> - Na ADE Região da Lagoinha, a concessão de alvará de localização e funcionamento para a atividade de estacionamento é condicionada a:</p> <p>I - implantação de área permeável no afastamento frontal, exceto em caso de edificação existente no alinhamento do terreno;</p> <p>II - fechamento frontal com elementos com permeabilidade visual, sendo admitidos elementos estruturais sem permeabilidade visual para contenção de terreno natural, com altura máxima de 0,8 m (oitenta centímetros).</p>	<p>Parágrafo único - Na ADE Região da Lagoinha, a concessão de alvará de localização e funcionamento para a atividade de estacionamento é condicionada à implantação de área permeável em terreno natural, vegetada e arborizada no afastamento frontal, exceto em caso de edificação existente no alinhamento do terreno.</p>	
	<p><u>§ 2º</u> - A lei estimulará a substituição das atividades previstas no <u>caput</u> já existentes através de incentivos fiscais.</p>		
	<p><u>Seção IV</u> <u>Do turismo e da cultura</u></p> <p><u>Art. 313</u> - Fica instituído o Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim, como ponto turístico e cultural da cidade de Belo Horizonte, na conformação da Rua Bonfim, Rua Itapecerica, Rua Além Paraíba, Rua Fortaleza, Rua do Serro,</p>		



	<p><u>Praça Quinze de Junho, Rua Sebastião de Melo e Rua Guapé.</u></p> <p><u>§ 1º - O Corredor Cultural da Lagoinha e do Bonfim será instalado, observado o Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha, com recursos oriundos de Operação Urbana Consorciada.</u></p> <p><u>§ 2º - Caso a Operação Urbana Consorciada não seja regulamentada no prazo de 02 (dois) anos da aprovação do Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha, ficará autorizada o uso de outros instrumentos de política urbana.</u></p>		
	<p><u>Art. 314 - São equipamentos turísticos e culturais da ADE Região da Lagoinha: o Mercado da Lagoinha, o Centro Cultural Casa da Loba, o Museu do Cotidiano, o Santuário Nossa Senhora da Conceição, o Centro de Referência do Imigrante, o Cemitério Nosso Senhor do Bonfim, o Museu Histórico e de Arte Funerária do Bonfim e o Centro de Referência do Cemitério do Bonfim.</u></p> <p><u>§ 1º - Fica indicado à iniciativa privada a instalação, requalificação e/ou exploração dos equipamentos previstos no caput.</u></p> <p><u>§ 2º - Novos equipamentos podem ser criados, desde que ouvida a comunidade.</u></p> <p><u>§ 3º - A lei estimulará a instalação, requalificação e/ou exploração dos equipamentos previstos no caput através de incentivos fiscais.</u></p>		
	<p><u>Seção V</u></p> <p><u>Do tratamento e da utilização do espaço urbano</u></p> <p><u>Art. 315 - Na ADE Região da Lagoinha, é permitida a instalação de dispositivos de comunicação visual e de mobiliário urbano, mediante licenciamento municipal, precedido de parecer favorável do órgão municipal responsável pela política de preservação do patrimônio cultural, que atenderá às seguintes condições:</u></p>		

	<p><u>I - não comprometimento da paisagem local;</u>  <u>II - não obstrução da visualização de elementos arquitetônicos característicos das edificações.</u>  <u>§ 1º - Na Rua Bonfim, Praça do Peixe, Praça Vaz de Melo, Avenida Além Paraíba e Rua Itapecerica, somente poderão ser instalados engenhos de publicidade indicativos, cooperativos e institucionais.</u>  <u>§ 2º - Os engenhos de publicidade classificados como publicitários somente serão permitidos em mobiliário urbano, atendidas as diretrizes do órgão municipal responsável pela política de preservação do patrimônio cultural.</u></p>		
	<p><u>Art. 316 - Até a aprovação do Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha, a construção de empreendimentos imobiliários com área líquida igual ou superior à 1.500 (um mil quinhentos) metros quadrados têm que necessariamente contemplar os seguintes parâmetros:</u>  <u>I - térreos de fruição pública para usos comerciais ou comunitário;</u>  <u>II - taxa de permeabilidade de 30% (trinta por cento) da área do terreno;</u>  <u>III - no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da área líquida para uso de habitação com 1 (uma) unidade sanitária, não podendo ser inferior a 50m2 (cinquenta metros quadrados) por unidade residencial;</u>  <u>IV - as coberturas serão necessariamente verdes e o empreendimento deverá gerar pelo menos 50% (cinquenta por cento) da energia utilizada e 100% (cem por cento) de reuso de água.</u></p>		
	<p><u>Art. 317 - Os projetos arquitetônicos que prevejam a edificação unicamente de galpão ou depósito de qualquer espécie deverão ser submetidos ao CDPCM-BH, que observado o Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha, que estabelecerá as contrapartidas a serem exigidas pelo Poder Público.</u></p>		

	<u>Art. 318 - É vedada a desapropriação de imóveis na ADE Região da Lagoinha até a aprovação do Plano Diretor Local da ADE Região da Lagoinha.</u>		
	<u>Seção VI</u> <u>Incentivos fiscais</u>  <u>Art. 319 - Os incentivos fiscais para estimular o desenvolvimento e a requalificação da ADE Região da Lagoinha será aprovado no prazo de até 06 (seis) meses da vigência desta Lei.</u>		
<del>Art. 306</del> - O Fade Região da Lagoinha constitui instância de referência na gestão democrática das questões vinculadas à ADE, devendo seu funcionamento observar o disposto no Capítulo IV do Título III desta Lei.	<u>Art. 320</u> - O Fade Região da Lagoinha constitui instância de referência na gestão democrática das questões vinculadas à ADE, devendo seu funcionamento observar o disposto no Capítulo IV do Título III desta Lei.	Art. 6º - O Fade Região da Lagoinha constitui instância de referência na gestão democrática das questões vinculadas à ADE, devendo seu funcionamento observar o disposto no Capítulo IV do Título III desta Lei.	Art. 5º - O Fade Região da Lagoinha constitui instância de referência na gestão democrática das questões vinculadas à ADE Região da Lagoinha, devendo seu funcionamento observar o disposto no Capítulo IV do Título III desta lei.
		§ 1º - O Fade deverá garantir a participação de representantes dos bairros Lagoinha e Bonfim, bem como das Vilas Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes.	
Parágrafo único - A definição da destinação do Mercado da Lagoinha, bem como dos equipamentos voltados a serviços de uso coletivo da Ageuc na qual se insere, deve estar associada, preferencialmente, à sua utilização para atividades de caráter histórico-cultural, devendo ser feita com anuência do Fade.	Parágrafo único - A definição da destinação do Mercado da Lagoinha, bem como dos equipamentos voltados a serviços de uso coletivo da Ageuc na qual se insere, deve estar associada, preferencialmente, à sua utilização para atividades de caráter histórico-cultural, <u>exposição e comercialização de bens e serviços criados pelas atividades econômicas tradicionais e existentes na área e atividades vinculadas à economia criativa</u> , devendo ser feita com anuência do Fade.	§ 2º - A definição da destinação do Mercado da Lagoinha, bem como dos equipamentos voltados a serviços de uso coletivo da Ageuc na qual se insere, deve estar associada, preferencialmente, à sua utilização para atividades de caráter histórico-cultural, bem como para atividades econômicas tradicionais existentes na área ou vinculadas à economia criativa, devendo ser feita com anuência do Fade.	Está no artigo 4º § 2º - A definição da destinação do Mercado da Lagoinha, bem como dos equipamentos voltados a serviços de uso coletivo, deve estar associada, preferencialmente, à sua utilização para atividades de caráter histórico-cultural e atividades econômicas tradicionais existentes na área ou vinculadas à economia solidária e criativa.